

**MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA
DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA AMMO VAREJO S.A.**

AMMO | VAREJO

[Ticker do Novo Mercado]

AMMO VAREJO S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01

NIRE 35218126351
Avenida Paulista, nº 1754, sobreloja 2, ALA B
São Paulo – SP
CEP 01.310-920
Código ISIN das Ações: “[•]”
Código de Negociação das Ações na B3: “[•]”

Código de Negociação das Ações na B3: [-]

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[-] e R\$[-] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A Ammo Varejo S.A. ("Companhia"), a Coteminas S.A. ("Acionista Vendedora"), em conjunto com a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP", "Agente Estabilizador" ou "Coordenador Líder"), o Banco ABC Brasil S.A. ("Banco ABC") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB", em conjunto com o Coordenador Líder e com o Banco ABC, os "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora ("Ações" e "Oferta", respectivamente).

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de[, inicialmente,]•[•] (•) novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia (“Oferta Primária”); e (ii) secundária de[, inicialmente,]•[•] (•) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, [no âmbito de eventual colocação das Ações Adicionais (conforme abaixo definido) e das Ações Suplementares (conforme abaixo definido)] (“Oferta Secundária”), a ser realizada na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das ações no exterior, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), com o Ofício-Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1 de março de 2021 (“Ofício-Circular CVM/SRE”), com o “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários”, editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, atualmente em vigor (“ANBIMA” e “Código ANBIMA”, respectivamente), e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar segmento específico de negociação de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto).

para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto). Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pela XXP Investments US, LLC e pelo UBS Securities LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, a Acionista Vendedora e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados em amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulation S ("Regulamento S"), no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do “*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Amro Varejo S.A.*” (“*Anúncio de Início*”), a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definidas abaixo) poderá, a critério da Companhia e da Acionista Vendedora, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até [*] (l*) ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [+] ([]) ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pela Acionista Vendedora ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3.

Somente os Detentores (conforme definido neste Prospecto), as quais serão designadas, individualmente, para prestações de serviços de estabilidade e de preço das ações ordinárias da Companhia na B3. Na hipótese de o Preço por Ação (conforme abaixo definido) ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ([Procedimento de Bookbuilding](#)) e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding ([Preço por Ação](#)).

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (*"Lei das Sociedades por Ações"*). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Preço por Ação.....	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária.....	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária.....	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]

(1) Considerando o Preço por Ação de R\$[1], que é o ponto médio da Faixa Indicativa de preços.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações a serem recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 44 deste Prospecto.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pela Acionista Vendedora, no âmbito de eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares e os recursos

(b) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pela Acionista Vendedora, no âmbito de eventual colocação das Ações Adicionais sobre a Oferta - Identificação da Acionista Vendedora, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos" na página 47 deste Prospecto.

A submissão do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria A junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a realização da Oferta, incluindo seus termos e condições, mediante aumento de capital da Companhia referente à Oferta Primária, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Acionistas"), nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de julho de 2021, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (["JUCESP"](#)) em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•], e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (["DOESP"](#)) e no jornal "Valor Econômico", em 28 de julho de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A aprovação da venda de Ações de titularidade da Acionista Vendedora na Oferta Secundária [, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares], será deliberada em reunião da diretoria da Acionista Vendedora a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, a Acionista Vendedora, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir de [•] de [•] de 2021, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas após

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição ou aquisição das Ações. Ao decidir adquirir e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 e 84, RESPECTIVAMENTE, DESSTE PROSPECTO, E TAMBÉM A SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 465 PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO



Coordenadores da Oferta

[Logo dos Coordenadores]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	4
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	5
SUMÁRIO DA COMPANHIA	8
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES	23
SUMÁRIO DA OFERTA	25
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	43
Composição do capital social.....	43
Principais acionistas, Administradores e Acionista Vendedora.....	44
Características Gerais da Oferta.....	45
Descrição da Oferta	45
Aprovações societárias	46
Preço por Ação.....	46
Reserva de Capital.....	47
Quantidade, montante e recursos líquidos	47
Custos de Distribuição	48
Instituições Consorciadas	49
Público Alvo.....	49
Cronograma Estimado da Oferta	50
Procedimento de distribuição da Oferta.....	51
Oferta Não Institucional.....	52
Oferta Institucional	61
Distribuição Parcial.....	63
Prazos da Oferta	63
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	63
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta	64
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	66
Estabilização dos Preços das Ações	67
Violações das Normas de Conduta.....	68
Direitos, vantagens e restrições das Ações.....	68
Negociação das Ações na B3	68
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de <i>Lock-up</i>)	69
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações	70
Inadequação da Oferta	70
Condições a que a Oferta esteja submetida.....	70
Informações adicionais	70
Companhia	70
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta	72
Companhia	72
Coordenadores da Oferta	72
Instituições Consorciadas	72
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	74
Coordenador Líder	74
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.....	76
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	78
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder	78
Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC.....	79
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB	80

RELACIONAMENTO ENTRE A ACIONISTA VENDEDORA E OS COORDENADORES DA OFERTA	81
Relacionamento entre a Acionista Vendedora e o Coordenador Líder	81
Relacionamento entre a Acionista Vendedora e o Banco ABC.....	81
Relacionamento entre a Acionista Vendedora e o UBS BB	83
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....	84
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	91
CAPITALIZAÇÃO	93
DILUIÇÃO	94
ANEXOS	97
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....	101
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA	119
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA	145
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	151
DECLARAÇÃO DA ACIONISTA VENDEDORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	155
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	161
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS AUDITADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	167
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020, 2019 E 2018	213
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DA AMMO VAREJO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018	307
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DA AMMO VAREJO REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020.....	401
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480	443

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “AMMO Varejo” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à AMMO Varejo S.A., sua subsidiária e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” deste Prospecto.

Acionista Vendedora	A Coteminas S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.663.140/0001-99, com sede na Av. Lincoln Alves dos Santos, nº 955, Distrito Industrial, Montes Claros – MG, CEP 39.404-005.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador ou Corretora	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	BDO RCS Auditores Independentes S.S., para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018, bem como para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco ABC	O Banco ABC Brasil S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários atualmente vigente.

Companhia ou AMMO	A AMMO Varejo S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Coordenador Líder ou XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2021.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, conforme alterada, e anexo a este Prospecto.
IASB	<i>International Accounting Standard Board.</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto Sobre Operações Financeiras.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a disponibilização pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2021, divulgado em 01 de março de 2021.
Prospecto Definitivo	O “Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
Prospecto Preliminar	Este “Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulamento S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CVM 13	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução CVM 27	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 27, de 08 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 30, de 11 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, de 26 de maio de 2021.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	A UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	AMMO Varejo S.A., sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.494.776/0001-01, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35218126351.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 28 de julho de 2021.
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1754, sobreloja 2, ALA B, CEP 01.310-920.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1754, sobreloja 2, ALA B, CEP 01.310-920. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Antony José Souza Martins. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 2145-4425 e o seu endereço eletrônico é www.ammovarejo.com.br/ri .
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	BDO RCS Auditores Independentes S.S., para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018, bem como para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “[•]”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal “Valor Econômico”.
Website	www.ammovarejo.com.br/ri
	As informações constantes no website da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele anexas e/ou incorporadas por referência.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto. Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e junto: (i) à Diretoria de Relações com Investidores; (ii) aos Coordenadores da Oferta nos endereços e websites indicados na seção “ <i>Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais</i> ” na página 70 deste Prospecto Preliminar; (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 511, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2º a 4º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou, ainda, em seu website: www.cvm.gov.br ; e (iv) à B3, na Praça Antônio Prado, 48, 7º andar, CEP 01010-901, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em seu website: www.b3.com.br .

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas, perspectivas e declarações acerca do futuro, relativas aos planos, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas as outras informações principalmente nas seções “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*” e “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*”, nas páginas 20 e 84, respectivamente, deste Prospecto e nas seções “*4. Fatores de Risco*”, “*7. Atividades do Emissor*” e “*10. Comentários dos Diretores*” do Formulário de Referência a partir das páginas 465, 529 e 632, respectivamente, deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado de suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. As estimativas e declarações acerca do futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto e no Formulário de Referência, o qual se incorpora integral a este Prospecto por referência, tais como previstos nas estimativas e declarações acerca do futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e as declarações acerca do futuro não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- condições gerais econômicas, políticas e comerciais no Brasil e no exterior, incluindo, no Brasil, o desenvolvimento e a percepção dos riscos em relação a investigações relacionadas a corrupção e outras matérias em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;
- efeitos e a continuidade da percepção dos efeitos da pandemia da COVID-19 inclusive decorrentes de novas cepas ou variantes (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), na economia brasileira e mundial e as medidas restritivas de circulação impostas pelas autoridades governamentais locais para combatê-la;
- o impacto contínuo da COVID-19 sobre a demanda de clientes, cadeia de suprimentos, bem como sobre os nossos resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa;
- a capacidade da Companhia de implementar, tempestiva e efetivamente, qualquer medida necessária para reagir ou mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19 nos seus negócios, operações, fluxos de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos e comercialização dos produtos da Companhia;
- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;
- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;
- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de operações da Companhia;
- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e a sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*” e “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*” deste Prospecto, nas páginas 20 e 84, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “*4. Fatores de Risco*” e “*5. Riscos de Mercado*” do nosso Formulário de Referência, a partir das páginas 465 e 508, respectivamente, deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não se pode assegurar que serão atualizadas ou em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 401, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 401, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, A ACIONISTA VENDEDORA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 401. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas na seção “Considerações Sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro” e nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto, nas páginas 5, 20 e 84, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do nosso Formulário de Referência, a partir das páginas 465 e 508, respectivamente, deste Prospecto, bem como as nossas demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 213. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações.

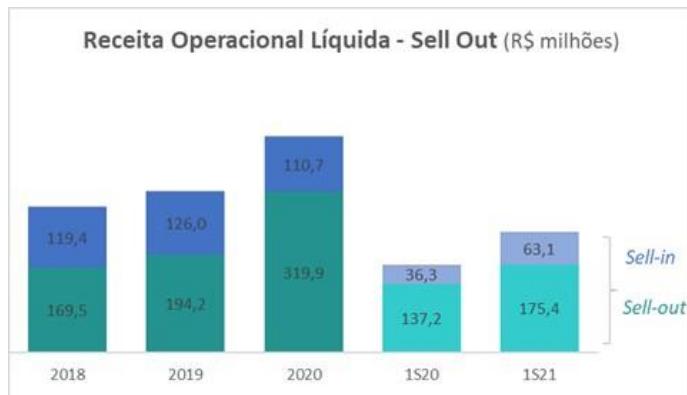
A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos “nós”, “nossos” e “nossa Companhia” referem-se à Companhia e suas subsidiárias.

VISÃO GERAL

Somos uma das companhias líderes em varejo especializado de produtos de cama, mesa e banho (“CAMEBA”) no Brasil,¹ além de sermos atuantes no segmento de *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, com GMV (vendas sell-out, ou seja, total do volume financeiro considerando o preço para o consumidor final) de R\$735,7 e R\$844,8 milhões em 2020 e últimos doze meses encerrados em 30 de junho de 2021, respectivamente. Entre 2018 e 2020, a nossa GMV cresceu mais de 40%, saltando de R\$526,2 milhões para R\$735,7 milhões, respectivamente. A Companhia é líder do *e-commerce* do varejo da categoria de CAMEBA, com o *marketshare* das vendas de suas lojas online estimado em 23% em 2020, de acordo com dados da 43^a edição do Webshoppers de março de 2021 (Ebit | Nielsen), incluindo colchões na categoria de CAMEBA, com GMV do *e-commerce* de R\$277,0 milhões em 2020.

Além disso, o GMV das vendas digitais (*e-commerce*) passou de R\$43,5 milhões para R\$277,0 milhões em 2018 e 2020, respectivamente, crescimento que foi resultado do investimento em transformação digital ao longo dos últimos anos, que se mostrou essencial, em 2020, quando houve rápido e significativo aumento de vendas no *e-commerce* em decorrência da pandemia. Na mesma linha, a nossa receita líquida referente às demonstrações contábeis combinada *carve-out* aumentou com um CAGR de 22,0% entre 2018 e 2020, de R\$289,7 milhões em 2018 para R\$431,1 milhões em 2020, alcançando R\$238,6 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2021, com crescimento de 37,2% em relação ao mesmo período de 2020.

Gráfico 1 – Receita Operacional Líquida - Sell Out



Fonte: Relatório de Auditoria e Demonstrações contábeis combinadas

Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Centralizamos todo o nosso planejamento estratégico na experiência do nosso cliente (*customer centric*) e temos como objetivo a busca da qualidade contínua e o crescimento através da criação de vínculos afetivos com os nossos clientes. Ofertamos uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, para a Companhia e/ou sua acionista Controladora, como Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés e Persono, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e *e-commerce*.

As marcas Santista, Artex, MMartan e Casa Moysés, principais marcas dos produtos comercializados pela Companhia, são fortemente reconhecidas no segmento de produtos de CAMEBA. Possuímos um ecossistema de vendas diversificado, o qual

¹ Ranking SBVC 2018 – 300 Maiores Empresas do Varejo Brasileiro.

abrange canais digitais, centros de distribuição e rede de lojas físicas (próprias e franqueadas) com ampla cobertura geográfica e capilaridade, operando com um modelo de omnicanalidade completa, suportada por tecnologia proprietária.

Com o intuito de potencializar o alto nível de associação das marcas dos produtos que comercializamos, com produtos para o lar, ampliamos a nossa oferta de produtos nos últimos anos, começando pela ampliação da oferta de produtos têxteis, como produtos de decoração - cortinas, mantas e almofadas, das linhas baby e infantil, além da ampliação da linha de produtos para o sono. Em 2019, a AMMO iniciou a venda de produtos não têxteis em seus canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta. Em 2020, a AMMO lançou a oferta de colchões, sob a marca Artex, e de produtos pet, sob a marca MMartan, entre outros. Ademais, ainda em 2020, com objetivo de atender as demandas do mercado no segmento *home-wellness*, criamos a marca Persono como uma solução para melhorar o sono e, consequentemente, a vida dos consumidores.

Com esta estratégia de expansão de categorias, segundo o IBOPE, a AMMO ampliou seu mercado endereçável no Brasil em aproximadamente 7 vezes, de R\$12 bilhões - produtos de cama, mesa e banho, para R\$86 bilhões - produtos de casa e decoração, a preços ao consumidor.

As marcas Santista, Artex e MMartan, possuem alta taxa de conhecimento entre consumidores e especialistas, sendo referência em qualidade no setor. De acordo com pesquisa customizada realizada pela MC15 em 2019, as marcas Santista, Artex e MMartan são Top of Mind para 46% consumidores brasileiros da categoria CAMEBA, com lembrança espontânea para 80% desses consumidores.²

Além disso, as marcas Santista, Artex e MMartan possuem qualidade reconhecida e premiada, estando nos primeiros lugares da categoria CAMEBA do Prêmio Reclame AQUI nos últimos anos, sendo que a Santista, foi vencedora com o 1º lugar nos últimos oito anos, de 2013 a 2020. Na data deste Prospecto, as nossas principais marcas, Santista, Artex e MMartan, possuem classificação RA1000 no ReclameAqui, a mais alta em termos de satisfação e atendimento aos clientes. Nossa qualidade é exemplificada pelo baixo índice de devolução problemática, calculado pelo número de unidades trocadas por defeito dividido pelo número de unidades vendidas no período, que foram, por exemplo, 0,2% para as lojas físicas e 0,1% no e-commerce, nos primeiros seis meses de 2021.

Já somos referência em *home-wellness* no Brasil em termos de conteúdo, sendo que os blogs das nossas marcas estão entre o primeiro e segundo lugares nos resultados do Google, em pesquisa realizada em maio de 2021, em mais de 1.000 termos relacionados a categoria *home-wellness*. A recém lançada marca Persono já se encontra no *bubble* de respostas rápidas do Google com termos altamente relevantes para o mundo do sono. Juntas, as referidas marcas acumulam uma comunidade de mais de 4,6 milhões de seguidores em redes sociais, ou pessoas apaixonadas pela categoria. Ademais trabalhamos diretamente com uma comunidade de influenciadores de casa, decoração e lifestyle que, juntos, têm uma audiência de 48 milhões de pessoas.

Adicionalmente, possuímos um sistema de gestão de franquias de excelência, com as marcas MMartan e Artex validado ao longo de nossos 15 anos de experiência com tal modelo de negócios, por meio do qual nossos franqueados se beneficiam de nossa expertise, treinamento contínuo, da nossa tecnologia proprietária e das vendas realizadas pelas lojas digitais.

NOSSAS MARCAS

A AMMO possui licença de uso em vendas diretas ao consumidor da marca Artex, de titularidade de sua acionista controladora, e detém as marcas MMartan e Casa Moysés, além de operar o marketplace da Santista Decora, sendo todas elas marcas tradicionais e referências nos segmentos de CAMEBA, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis socioeconômicos.

A pandemia do COVID-19 acelerou mudanças e criou novas tendências de comportamento dos nossos consumidores. Percebemos a migração da preferência do nosso consumidor para compras online, principalmente em decorrência do isolamento social e restrições de abertura do comércio e o aumento de vendas de dispositivos móveis para a geração *millennials* (geração da internet), ou seja aqueles que nasceram após o início da década de 1980 até, aproximadamente, o final do século. Ademais, notamos que os nossos consumidores aumentaram o vínculo com o lar em tempos de isolamento e *home office* e ampliaram o conceito do *wellness*, priorizando moradias que oferecem qualidade de vida.

Essas tendências de enaltecimento do lar e *wellness* que se encontram em linha com os tipos de produtos que ofertamos, a nossa tecnologia proprietária e a reputação das nossas marcas, contribuíram para o forte crescimento das nossas vendas do e-commerce, principalmente, em 2020. Especialmente a reputação das marcas dos nossos principais produtos, construída ao longo de décadas, deu a confiança que os clientes precisavam num momento em que foram forçados a migrar hábitos analógicos para o mundo digital, quando houve restrições no comércio físico devido à pandemia do COVID-19.

Seguindo esta mesma lógica, em 2020, criamos a marca Persono como uma solução para melhorar o sono e, consequentemente, a vida dos consumidores, atendendo a demanda dos nossos clientes pela cultura do *wellness* (bem-estar), que carrega como um dos seus pilares a qualidade do sono.

Abaixo segue uma breve descrição das principais marcas que comercializamos:

Santista

Fundada em 1929, há mais de 90 anos, é uma marca tradicional, com grande penetração nos mercados de consumo popular, além do institucional, ambos focados nas classes B e C (assim entendidas famílias com renda de 10 a 20 salários mínimos e 4 a 10 salários mínimos, respectivamente) que representam 83% de seus consumidores. Seus principais valores consistem em custo-benefício, força e tradição e família. É marca líder de recall com produtos, com consumidores que demandam produtos bons, baratos e bonitos.

² Pesquisa realizada pelo instituto MC15 em 2019, sob encomenda da Companhia.

Em 30 de junho de 2021, a marca possuía mais de 479.000 clientes ativos (clientes que realizaram alguma compra nos últimos 12 meses) e de 2,1 milhões de seguidores nas redes sociais (Instagram, Facebook e Pinterest), um ticket médio de cerca de R\$180 e um GMV de R\$123 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021. Os produtos Santista são fabricados pela Coteminas, acionista Controladora da Companhia e licenciada desta marca, e posteriormente fornecidos para a Companhia para distribuição. As vendas dos produtos Santista são realizadas exclusivamente online por meio do website www.santistadecora.com.br, de propriedade da acionista controladora da Companhia, cujo marketplace é operado e gerenciado pela Companhia.

Artex

Fundada em 1936, é considerada nossa marca jovem, pois comprehende produtos modernos, de qualidade e democráticos, atualizados com as mais novas tendências da moda e focados na classe B. Os principais valores da Artex consistem em capacidade de se reinventar, democratização como reflexo da pulverização entre os mais diversos públicos e paixão por tendências. Possui foco em consumidoras das classes A (famílias com renda superior a 20 salários mínimos), B e C que representam, respectivamente, 37%, 28%, 26% e 9% de suas vendas. Em 30 de junho de 2021, a marca possuía mais de 556.000 clientes ativos e de 1,1 milhão de seguidores nas redes sociais (Instagram, Facebook e Pinterest), um ticket médio de aproximadamente R\$300, um GMV de R\$304 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021 e presença nacional através de 84 lojas, sendo 50 franquias e 34 lojas próprias, das quais 6 são outlets. A marca Artex é de titularidade da Coteminas, acionista controladora da Companhia, e licenciada para a Companhia para uso em suas atividades.

MMartan

Fundada em 1980 e adquirida pela Companhia em 2009, é sinônimo de qualidade e de produtos sofisticados e atuais, sendo uma importante grife no mercado CAMEBA, conhecida por estampas e produtos icônicos. Possui foco nas classes A (61% dos consumidores) e B (39% dos consumidores), com principais valores sendo experiências que vão do aroma da loja ao toque do produto, relacionamento que garante fidelização de longo prazo e inspiração com conteúdo. Em 30 de junho de 2021, a marca possuía mais de 409.000 clientes ativos e de 1,4 milhão de seguidores nas redes sociais (Instagram, Facebook e Pinterest), um ticket médio de cerca de R\$500, um GMV de R\$104 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021 e presença nacional através de 149 lojas, sendo 118 franquias e 31 lojas próprias, das quais 12 são outlets. A marca MMartan é uma marca própria da Companhia.

Casa Moysés

Fundada em 1930 e adquirida pela Companhia em 2009, é uma marca de produtos de alta qualidade e referência de alto luxo no mercado brasileiro com foco na classe A. Seus principais valores são a tradição, a atenção aos detalhes e a atemporalidade. Em 30 de junho de 2021, a marca possuía um GMV de R\$104 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021, presença nacional através de 149 lojas de bandeira MMartan. Nesse mesmo ano, começamos um processo de valorização da marca, inaugurando, recentemente, uma loja *flagship* localizada em endereço nobre de São Paulo, além de um site institucional e início do projeto de e-commerce próprio, mas sem abrir mão da capilaridade oferecida pelos pontos de venda MMartan. A marca Casa Moysés é uma marca própria da Companhia.

Persono – (marca licenciada à Companhia)

Em 2020, Companhia lançou a marca Persono com soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Apesar do pouco tempo de existência, a marca já é uma referência em termos de conteúdo de wellness e já é patrocinadora do Comitê Olímpico Brasileiro nas Olimpíadas 2021. A marca Persono é de titularidade da Coteminas, acionista controladora da Companhia, e licenciada para a Companhia para uso em suas atividades.

Para mais informações sobre as marcas acima, sua propriedade, licenças, produtos, e os contratos de licença, ver o item 7.4 e 16 do Formulário de Referência.

NOSSOS CANAIS DE VENDA – CAPILARIDADE e OMNICANALIDADE

A nossa omnicanalidade é potencializada pela capilaridade da nossa rede. Em 30 de junho de 2021, a Companhia contava com aproximadamente 1,4 milhão de clientes ativos, apresentando crescimento de 37,5% entre o período de 30 junho de 2020 e 30 de junho de 2021, 233 lojas físicas, sendo 65 próprias e 168 franquias, distribuídas em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal e três centros de distribuição localizados nas principais regiões do país. A Companhia possui a visão completa dos estoques dos CDs e das lojas físicas, tanto próprias como de franqueados, totalmente integrados em seu sistema de gestão proprietário, viabilizando a otimização de entrega das vendas geradas nas suas plataformas de e-commerce com custos e prazos competitivos. A nossa plataforma de e-commerce é composta por três lojas online (www.santistadecora.com.br, www.artex.com.br e www.mmartan.com.br), cujos nomes de domínios pertencem à Companhia ou à sua controladora. Os produtos das marcas Santista e Artex também são oferecidos nos principais marketplaces operados por terceiros, com objetivo de gerenciar a presença de nossas marcas.

Desde 2017, a Companhia oferece um modelo de omnicanalidade completo com opções de (i) “Retire da Loja” e “Entrega a partir da loja” para compras feitas diretamente no website da Companhia, sistema por meio do qual compra é efetuada usando o estoque da própria loja, (ii) “Prateleira Infinita” para clientes das nossas lojas físicas que não encontram os tamanhos ou modelos desejados, sendo a compra efetuada usando o estoque de um dos nossos centros de distribuição, e (iii) “Atendimento Remoto” para lojas realizadas através do aplicativo WhatsApp, serviço em que a compra é efetuada usando o estoque de um dos nossos centros de

distribuição. Nesse sentido, a taxa de conversão da venda remota é de aproximadamente 10%, representando uma taxa de conversão 5 vezes maior do que a taxa de conversão de vendas do e-commerce.

Devido à sua liderança, tanto no meio físico como no meio digital, a Companhia acredita ser capaz de se beneficiar das vantagens dos dois canais de venda, como o atendimento humanizado, o contato com o produto, e uma melhor experiência com a marca nas lojas físicas, concomitantemente com a possibilidade de grande ampliação de sortimento, oferta de conteúdo, personalização e segmentação nas lojas virtuais.

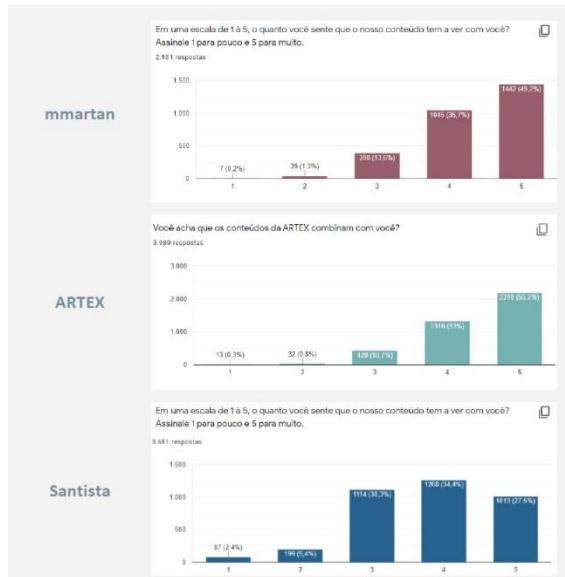
Adicionalmente, a combinação dos dois canais de venda (físico e digital) possibilita uma melhor assertividade das ofertas de produtos e conteúdos, através do cruzamento dos dados gerados em todos os canais e uso de inteligência artificial, e uma melhor experiência de compra, com a possibilidade de recebimento imediato do produto, através da retirada do produto nas lojas, e também o uso das lojas físicas como um canal de contato pessoal, com atendimento humanizado, em caso de necessidade de troca ou dúvidas sobre o produto comprado ou a ser comprado online.

O físico e o digital também interagem via conteúdo, por isso o consideramos como um pilar estratégico, seja no Google, em parceria com influenciadores ou junto à nossa própria audiência:

- Conteúdo próprio: com uma equipe própria composta por 36 profissionais multidisciplinares, produzimos conteúdos próprios e inéditos que suprem as demandas da nossa audiência
- *Social Listening*: falando em audiência, seja através de monitoramento, enquetes nos perfis e buscas no Google, todo nosso conteúdo é criado baseado nos interesses dos seguidores e usando plataformas como SEMRUSH, Buzzmonitor e as próprias ferramentas sociais
- Marketing de influência: influenciadores digitais servem como canais de divulgação, conversão e prova social

Em maio de 2021 fomos classificados em primeiro e segundo lugar nos resultados do Google em mais de mil termos relacionados a categoria de *home-wellness*. Já estamos no *bubble* de respostas rápidas do Google com termos altamente relevantes acerca do mundo do sono. Quando se trata dos influenciadores de casa, decoração e *lifestyle* com quem trabalhamos, soma-se uma audiência de 48 milhões de pessoas, além da nossa comunidade de quase 5 milhões de indivíduos, considerando todas as nossas marcas.

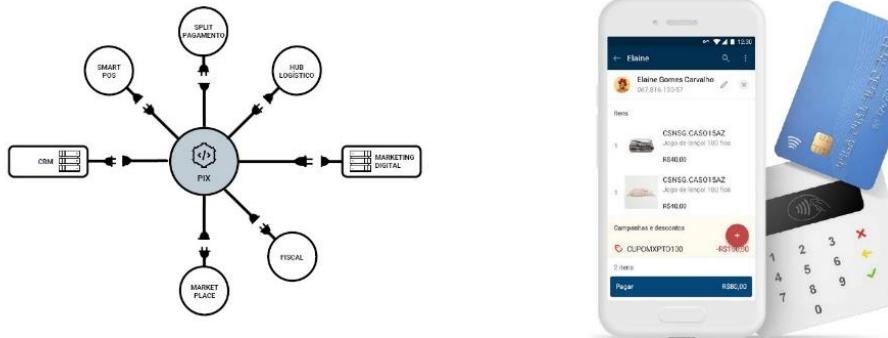
Gráfico 2 - Pesquisa realizada no canal de CRM



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Tecnologia Proprietária

A partir de uma visão orientada por uma estratégia omnichannel, centrada na experiência do cliente e na integração entre as nossas plataformas online e off-line (lojas físicas, franquias), evoluímos nossa estrutura interna de varejo para nos tornar também uma empresa de produtos e tecnologias digitais. Em 2017, iniciamos a implantação de cultura digital na Companhia, quando, através de pessoas, adquirimos novas expertises, formamos times de produção digital, incorporamos processo e metodologias ágeis e desenvolvemos tecnologias proprietárias e produtos digitais, sendo a principal entrega o sistema integrado proprietário, denominado “PIX – Point of Incredible Experience”, com funcionalidades de ponto de venda (PDV), e-commerce, prateleira infinita, venda remota e back-office. Tal sistema, além de flexível e escalável, possui também baixo custo de implementação e manutenção, devido ao uso de ambiente de nuvem.



As vendas de e-commerce cresceram 137% em 2018 e 73% em 2019, demonstrando o sucesso do investimento em tecnologia e dos benefícios da omnicanalidade. Em 2020, com o início da pandemia do Covid-19, o investimento realizado em tecnologia se mostrou essencial, onde houve fechamento e redução das horas de funcionamento do comércio físico, o que possibilitou não somente substituir as vendas estimadas para lojas físicas por vendas online, como ainda apresentar crescimento de 30% do nosso GMV. Os pedidos recebidos no e-commerce em 2020 foram quase 4 vezes o valor obtido no ano de 2019.

No segundo trimestre de 2021, o número de visitas nas nossas lojas online somou 26,2 milhões, com crescimento de 79% em relação ao primeiro trimestre de 2020, quando ocorreu o pico de vendas no e-commerce, no início da pandemia, quando as lojas físicas estavam fechadas. No segundo trimestre de 2021, as vendas do e-commerce foram 18% superior as do primeiro trimestre de 2021 e 23% inferior ao valor do mesmo período de 2020, quando atingimos vendas trimestrais recorde de R\$110 milhões, sendo quase 50% superior ao valor registrado em todo ano de 2019, de R\$75 milhões.

Acreditamos que este resultado é fruto da combinação da tradição, do valor e da liderança das nossas marcas, com reconhecimento pela qualidade dos nossos produtos e alto nível de lembrança e associação com produtos para o lar, juntamente com tecnologia proprietária, que permite maior flexibilidade e velocidade para mudanças, tudo objetivando promover o encantamento dos nossos clientes.

Cultura Ágil e Digital

Desde 2016 estruturamos um núcleo de tecnologia que acreditamos nos posicionar como uma empresa de home-wellness tecnológica tanto em seus produtos e serviços, quanto na cultura interna, nos processos e nas pessoas. Para tanto, temos apostado em equipes multidisciplinares com sentimento de dono e cliente-cêntrica, promovendo diversas e constantes iniciativas, como:

- Hackathon 2016: criou o otimizador logístico a fim de distribuir pedidos de e-commerce para atendimento nas lojas.
- Hackathon 2018: backoffice nascido com objetivo de simplificar a gestão de varejo e empoderar as áreas do negócio.
- Hackathon 2020: em meio a pandemia, desenvolvemos a venda remota assistida seguindo o processo do nosso e-commerce.
- Parcerias em tecnologia: desenvolvimento de protótipo de travesseiros para monitorar a qualidade do sono com especialistas.

O resultado disso é um ecossistema omnicanal de plataformas proprietárias escaláveis e integradas que vão desde o sistema de frente de lojas, até o e-commerce e o back-office. Dessa forma, oferecemos uma experiência consistente para o consumidor, trazendo o físico para o digital e o digital para o físico ("cultura phygital").

A tecnologia proprietária também nos proporciona maior flexibilidade e velocidade para mudanças. Como exemplo, durante a pandemia do COVID-19 nos beneficiamos do crescimento das vendas nos nossos canais online, uma vez que aceleramos a implementação do nosso sistema proprietário de omnicanalidade em nossos diversos canais de vendas e desenvolvemos internamente novos softwares que permitiram esta integração.

Com tal cultura ágil e digital, acreditamos dispor de vantagens competitivas na nossa operação, sendo elas principalmente: Prateleira infinita, Entrega a partir da loja e Retire na loja, autoatendimento via Whatsapp, venda remota assistida, algoritmo de previsão de demanda, recomendação de produtos no e-commerce, sugestão de SKUs com base em fotos de ambientes, motor para criação de campanhas comerciais, algoritmos que segmentam a base de clientes e ferramenta para pedido de compra das lojas.

Desenvolvimento e Oferta de Produtos

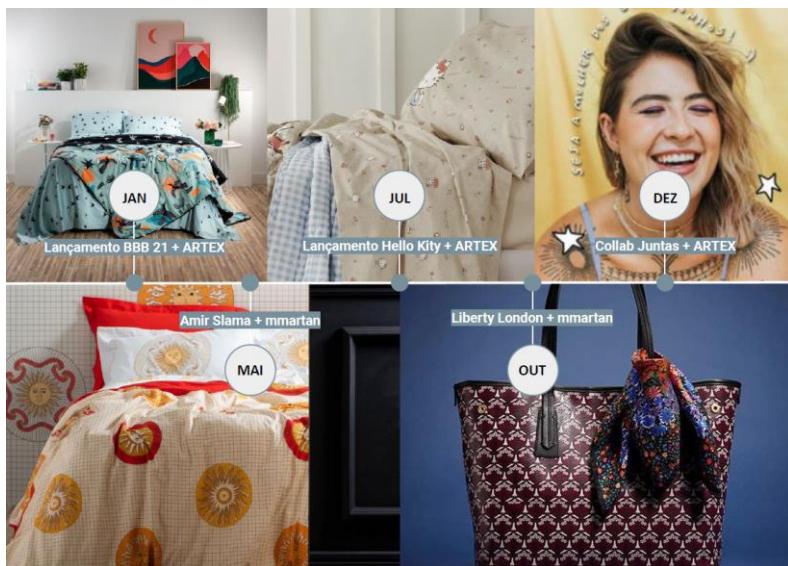
Possuímos também experiência em desenvolvimentos de produtos e estruturação de coleções, com uso de habilidades criativas e analíticas, além do conhecimento da indústria e do consumidor, viabilizando direcionamento criativo com os melhores resultados comerciais, desenvolvimento de produtos com atributos com valor percebido pelo consumidor e precificação adequada. Apesar de varejista, temos vasto conhecimento do processo de criação e de produção, o que possibilita comprar melhor e direcionar melhor os esforços de criação.

O processo de desenvolvimento de coleção começa a partir das pesquisas de tendência, cartelas de cores, materiais e texturas. A estrutura da criação é pautada no acompanhamento dessas tendências, de bureaus de estilo, feiras têxteis e de design, e na definição da quantidade de SKUs. Na sequência, analisamos os dados históricos de vendas para determinar a variedade de ofertas por categoria, as principais características de cada oferta e a construção de preços.

Temos uma equipe interna de designers gráficos e de produtos que desenvolvem coleções sazonais, quatro por ano, e coleções cápsulas, que são lançadas a cada 15 dias, aproximadamente, com prazos entre início de desenvolvimento e a sua disponibilidade em lojas de 11 meses e 4 meses, respectivamente. As coleções cápsula permitem uma interação mais constante com os nossos clientes através da geração de conteúdo, alinhado com a nossa estratégia de marketing digital. Ademais, os lançamentos por módulos através das coleções cápsula e sazonais, o cliente a comprar uma maior variedade de produtos com um ticket médio maior. Também investimos na criação de produtos ex-CAMBEBA (almofadas, mesa posta, quadros, tapetes e outros), que já resultou em tração de vendas. Isso se justifica pelo fato de desenvolvermos a linha “core” ao mesmo tempo que planejamos os sortimentos complementares, o que nos permite entrar em um cenário de composição de toda a casa, com *storytelling* por trás - algo pouco explorado no mercado. Assim, oferecemos diversos SKUs complementares que combinam com aqueles “core”.

Como mecanismo de alavanca para todo o trabalho que fazemos dentro de casa e com objetivo de corroborar para o *storytelling*, construímos colaborações e parcerias com marcas aderentes ao nosso posicionamento. Essa estratégia permite os clientes se identificarem com as marcas, levando *lifestyle* a eles e elevando suas experiências de compra. Além de trabalhar do ponto de vista de posicionamento e branding, atingimos segmentos novos de clientes com essa estratégia.

Imagen 1 – Colaborações das marcas Artex e MMartan



Fonte: Dados fornecidos pela Companhia

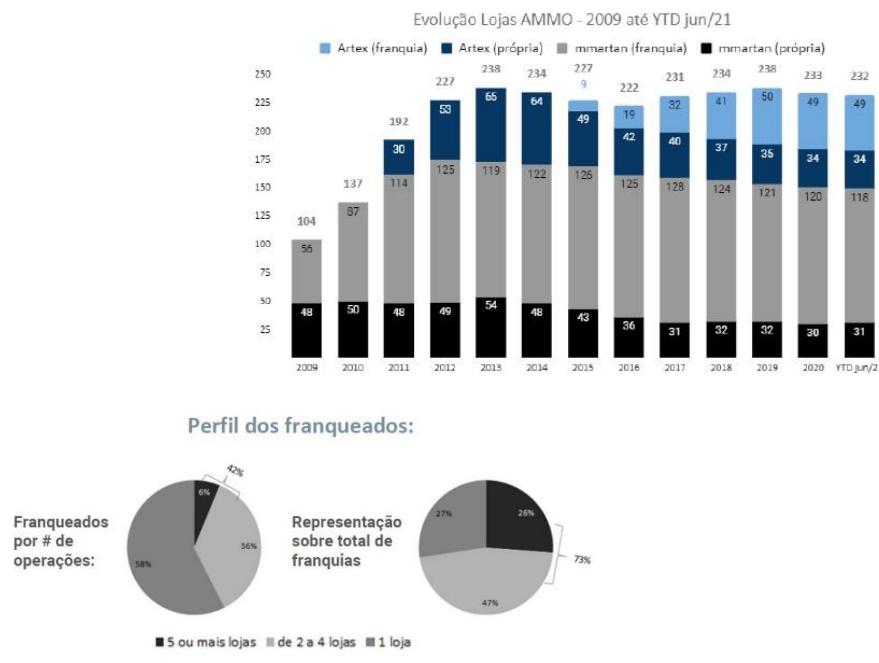
Modelo de Excelência de Franquias

Nosso modelo de franquias apresenta contrato de 5 anos, taxa de franquia de R\$50 mil e R\$40 mil (a depender da marca), royalties de 20% em cima do sell-in e utilização de nossa tecnologia proprietária em um modelo de abastecimento semanal que permite preservar o capital de giro dos franquiados. Além disso, realizamos entregas semanais em até 10 dias a partir da compra, possibilitando o rápido ajuste dos estoques, e um prazo médio de pagamento de 75 dias (em linha com o prazo médio de recebimento).

Mantermos relacionamento de longo-prazo com os franqueados, o qual é intensificado por diversas avenidas. Oferecemos uma plataforma de treinamento aos colaboradores, com atualizações permanentes, de forma a entregar a visão da jornada multicanal para nossa rede de franquias. Fornecemos, ainda, marketing, treinamento, análise de dados, suporte legal, consultoria comercial nas negociações imobiliárias e ferramentas de omnicanalidade para os franqueados, permitindo que eles se concentrem apenas em oferecer a melhor experiência ao cliente, e tornando imperceptível que se trata de uma loja franqueada.

Nossa expertise no funcionamento desse modelo é evidenciada por um sistema de gestão validado em 15 anos de experiência e mais de 10 prêmios, como Selo de Excelência em Franchising e ABF concedido pela Associação Brasileira de Franchising, com payback de 24 a 36 meses e 79% da rede em contratos de mais de 5 anos, sem concentração significante de franqueados.

Gráfico 3 – Evolução das Marcas e Perfil dos Franqueados



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, referentes às demonstrações financeiras combinadas carve-out:

Em Reais mil (exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2021	Período de seis meses findo em 30/06/2020	Exercício social encerrado em 31/12/2020	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018
Receita Líquida de vendas	238.618	173.914	431.143	320.882	289.729
Lucro Bruto	129.913	89.680	219.211	141.665	145.000
Margem Bruta	54,4%	51,6%	50,8%	44,1%	50,0%
EBITDA ⁽³⁾	29.357	8.362	40.333	41.288	17.342
Lucro (prejuízo) Líquido	1.466	(14.527)	(6.700)	2.811	1.777

(1) Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

(2) Valores conforme demonstrações financeiras intermediárias combinadas carve-out revisadas do respectivo período.

(3) Calculamos o EBITDA, em consonância com a Instrução CVM nº 527, ajustando ao lucro líquido (prejuízo) o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro e os custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas BR GAAP® nem pelas IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E GERAÇÃO DE VALOR

Além de uma liderança no varejo especializado de CAMEBA, visamos ser também referência em *home-wellness* na América Latina. Nossa perspectiva é abraçar um ecossistema mais amplo de produtos e serviços à medida que nos apropriamos de novos territórios.

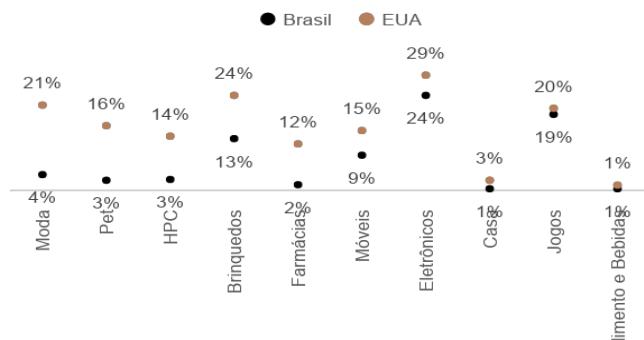
Ampliação do Portfólio de Produtos

De forma a potencializar o alto nível de lembrança e associação das nossas marcas com produtos para o lar e ampliar o nosso relacionamento com nossos clientes, aumentamos a variedade dos nossos produtos nos últimos anos. Inicialmente, ampliamos a oferta de produtos têxteis, como produtos de decoração - cortinas, mantas e almofadas, das linhas *baby* e infantil, e, em 2019, iniciamos a venda de produtos não têxteis nos nossos canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta.

Com esta estratégia de expansão de categorias, ampliamos o nosso mercado endereçável no Brasil em aproximadamente 7 vezes, de R\$12 bilhões - produtos de cama, mesa e banho, para R\$86 bilhões - produtos de casa e decoração, a preços ao consumidor, segundo o IBOPE. Somado a esse fator, temos o aumento da demanda por produtos de casa e decoração em razão de um *boom* do mercado imobiliário advindo da queda da taxa básica de juros, da ressignificação do lar e *home office* devido à pandemia da

Covid-19, e da penetração do e-commerce e do uso de dispositivos eletrônicos – o contexto de coronavírus acelerou a penetração do comércio online no país, que era defasada quando comparada aos Estados Unidos, com aumento de 41% nas vendas em 2020 e tendência de permanecer crescendo.

Gráfico 4 – Penetração do E-commerce por categoria



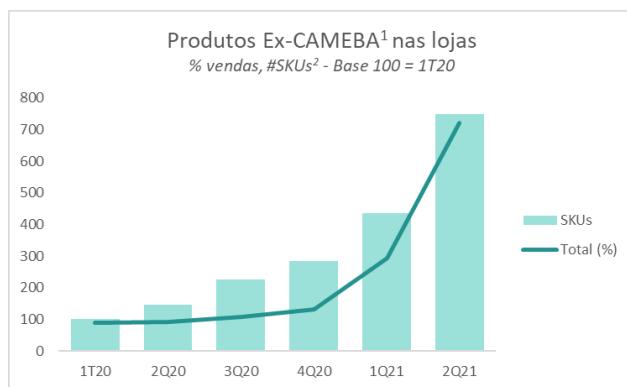
Fonte: <https://conteudos.xpi.com.br/acoes/relatorios/batalha-de-titas-o-que-esperar-do-setor-de-e-commerce-e-nossas-recomendacoes>

Adicionalmente, já iniciamos o trabalho de expansão de categoria em todas as marcas e pretendemos continuar este trabalho através da oferta de uma variedade maior de produtos de lar e decoração em nossas lojas físicas e plataformas digitais para atender uma expectativa de nossos consumidores, qual seja, uma oferta maior de produtos e conteúdo relacionados a lar e decoração e home-wellness.

Já iniciamos o ano corrente, explorando categorias de flores e plantas artificiais, puxadores, quadros, puffs, abajures, pijamas, cama box, tapetes e capachos, entre outros. Nos últimos dois anos, dobramos o número de SKUs (*Stock Keeping Unit* – Unidade de Manutenção de Estoque) de produtos não-CAMEBA nas nossas lojas *online*, representando atualmente cerca de 30% dos produtos disponíveis para venda. A ampliação de oferta de novas categorias de produtos possibilita o crescimento de nossa receita e o fortalecimento das nossas marcas, aumentando o CLTV (Customer Lifetime Value) e a frequência de compra pelos nossos consumidores. De acordo com a nossa experiência recente, entendemos que estamos aptos a dar continuidade a esta iniciativa com sucesso.

Alguns casos que ilustram a nossa capacidade acerca da expansão de categoria, são os tapetes MMartan, que foram lançados em maio de 2021 e obtiveram CLTV 4x maior, com 100% de crescimento de vendas mensal, e colchões ARTEX, que foram lançados em maio de 2020 e obtiveram CLTV 9x maior, com 300% de crescimento de vendas entre segundo semestre de 2020 e segundo semestre de 2021.

Gráficos 5 – Diversificação de produtos



Nota: (1) Cama, mesa e banho; (2) # Stock Keeping Unit, indica a quantidade de itens do estoque com características distintas.
Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Potencial de crescimento dos canais de distribuição e expansão geográfica

Temos oportunidade de ampliar de forma significativa a rede de lojas, em especial lojas da marca Artex, sendo o potencial de expansão do número de lojas, franquias e próprias, estimado a partir de análise de dados sociodemográficos, como população, renda per capita e número de domicílios.

Consideramos que existe potencial para abertura de loja da bandeira Artex municípios com (i) mais de 150 mil habitantes, (ii) mais de 15 mil domicílios Classe B e (iii) renda média domiciliar acima de R\$3 mil. Para loja da bandeira MMartan, consideraremos municípios com (i) mais de 250 mil habitantes, (ii) mais de 1,5 mil domicílios Classe A e (iii) renda média domiciliar acima de R\$3,5 mil.

Nesse contexto, a captação de novos franqueados pode ser feita de forma passiva, via portal AMMO, ou ativa, com evento de captação e portais especializados. Ambas as estratégias podem se beneficiar do relacionamento com shoppings e com franqueados

ativos. Para se tornar um de nossos franqueados, nosso processo seletivo leva em consideração diversos aspectos, tais como: *leads*, aspectos financeiros, perfil, aderência de omnicanalidade e termina na aprovação, quando o franqueado mostra que pode agregar valor e que está alinhado com os princípios da Companhia.

Processo Seletivo



Além disso, estamos testando novos modelos de negócios e de distribuição, como franquia digital, *dark stores* (pontos de vendas ou centros de distribuição que atendem exclusivamente as compras online), *door-to-door* (transportes de ponta a ponta sob responsabilidade de um operador logístico), *live shopping* (experiência interativa de compras em tempo real entre influenciadores/celebridades e consumidores), que contribuirão para o aumento das vendas, a melhor experiência de compra do cliente, ou para redução de custos e prazos de entrega.

Vale ressaltar a importância da franquia digital, que se dá pela expectativa de gerar maior presença em municípios que não comportam uma loja física tradicional, mencionados anteriormente. Ela requer um baixo investimento inicial, rápida implantação, baixa necessidade de capital de giro e permite alta escalabilidade (potencial para crescimento de cliente e faturamento sem aumento dos custos) com suporte e treinamento de uma franqueadora consolidada. Ademais, as *dark-stores* também são de suma relevância, dado seu potencial para aproximação com cliente e agilidade na entrega com custo reduzido de implantação e operacionalização. Considera-se, ainda, maior eficiência no recebimento, armazenagem e *picking* de produtos, bem como uma oportunidade para imersão em novos produtos que os consumidores não encontrariam na loja devido a restrições de espaço.

Ambos os temas citados acima devem ser levados em consideração ao pensar na expansão geográfica. Planejamos utilizar o e-commerce como porta de entrada, aliado ao *know-how* em relação ao modelo de negócios e aos hábitos e tendências do consumidor local.

Entendemos que o posicionamento de liderança no mercado brasileiro e a qualidade de produtos, tornam a AMMO capaz de crescer as operações para América Latina. Nesse contexto, a Argentina, é o primeiro destino-alvo da Companhia devido à: (i) a presença relevante da controladora Coteminas S.A., com as principais marcas do mercado argentino de CAMEBA e conhecimento do mercado local; (ii) modelo de negócios preparado para ser replicado, como a loja online da marca Santista lançada em 2018, com grande sucesso; e (iii) tecnologia integrada e proprietária.

Foco em nossos clientes

Temos compromisso com o nosso cliente, sendo o nosso objetivo sempre encantá-lo oferecendo os melhores produtos, serviços e excelência e um atendimento que supere suas expectativas. Neste contexto, reestruturamos a área de atendimento ao consumidor em 2020, integrando todos os canais, com o foco em *Customer Experience*. Implementamos soluções de FAQ Inteligente e chat que já representam 50% dos atendimentos, reduzindo o tempo de resposta. Adicionalmente, realizamos investimentos nos nossos centros de distribuição, que incluem a expansão do centro de distribuição de Blumenau e a inauguração de um novo centro de distribuição em João Pessoa, que permitiram, apesar do aumento significativa das vendas online, um nível de serviço superior a 97% no último trimestre de 2020.

Gráfico 6 – Formas de interação com clientes

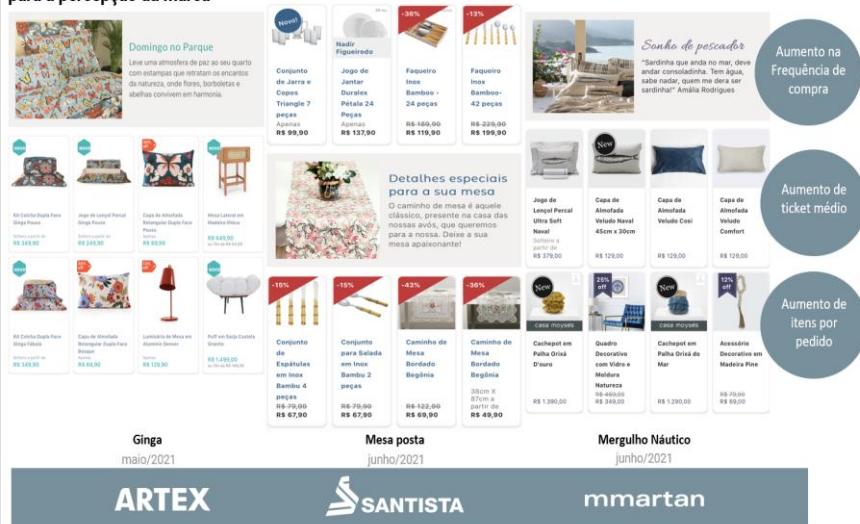


Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Também nos posicionamos de modo a promover a ampliação do nosso modelo de lançamento contínuo de produtos através de coleções cápsulas lançadas quinzenalmente, que permitem design exclusivo com atributos diferenciados e únicos, além de produtos para todos os segmentos de clientes, promovendo um maior encantamento dos nossos clientes. Tais produtos oferecem opções complementares aos principais produtos que oferecemos, alavancando o ticket médio, aumentando a frequência de compra e contribuindo para a percepção da marca.

Imagen 2 – Coleções cápsula da Companhia em 2021

Sortimento complementar aos itens core que alavancam o ticket, aumentam a frequência de compra e contribuem para a percepção da marca



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

O uso de maior frequência de lançamentos implica em lotes menores de produção e, consequentemente, com menor risco de estoque e *mark down* (descontos/ liquidação), e, portanto, com melhores resultados operacionais para a Companhia. Ademais, esta estratégia permite uma maior interação com o consumidor através das nossas plataformas digitais ampliando a divulgação das nossas marcas.

Além disto, pretendemos ampliar também o número de parcerias e co-brandings com marcas aderentes ao nosso posicionamento e que chamam a atenção do consumidor, como Big Brother Brasil, Hello Kitty, Amir Slama e Liberty Fabrics, com objetivo de reforçar o posicionamento das nossas marcas e atingir novos consumidores, proporcionando um maior alcance de nossos produtos e nossas marcas.

Nas lojas físicas, ferramentas digitais e o uso de inteligência artificial ajudam o vendedor a oferecer produtos de acordo com as necessidades e estilos dos consumidores, baseadas em compras anteriores e segmentação de perfil, com maior assertividade e personalização do processo de compra.

Lifestyle home-wellness

Nossa comunicação já está alinhada com um *lifestyle* de *home-wellness* e já somos referência em conteúdo com 1º e 2º lugares nos resultados do Google em mais de 1.000 termos relacionados a categoria *home-wellness* e estamos no *bubble* de respostas rápidas do Google com termos altamente relevantes para o mundo do sono.

Além disso, as nossas marcas possuem, no total, mais de 1,4 milhão de clientes ativos em 30 de junho de 2021, além de mais de 4,6 milhões de seguidores em mídias sociais e trabalhamos diretamente com uma comunidade de influenciadores de casa, decoração e *lifestyle* que, juntos, têm uma audiência de 48 milhões de pessoas. Nesse sentido, acreditamos estar bem posicionados para a expansão de nossas operações dos produtos comercializados pela Companhia a partir de base sólida e estável de clientes, os quais já conhecem e confiam na Companhia e na qualidade dos produtos que comercializamos.

Gráfico 7 – Número de clientes ativos por trimestre



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Produtos/serviço para o sono

Lançamos, em 2020, a marca Persono, com soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Para o desenvolvimento da tecnologia, temos realizado parcerias com renomados institutos de polissonografia, além de investir em ciência de dados na busca de sistemas de alta precisão e eficiência para monitoramento do sono.

De acordo com a Frost & Sullivan, o mercado global do sono, que engloba *sleep trackers*, acessórios para sono, produtos de conforto de ambiente, serviços para sono, suplementos e *CPAP devices*, entre outros, movimentou US\$432 bilhões em 2019. E, diferentemente dos demais mercados que compõem o mercado global de soluções para o bem-estar, esporte e alimentação, o mercado do sono ainda é pouco explorado e não possui um claro líder global. Estimamos que o mercado endereçável de produtos para o sono no Brasil, excluindo CAMEBA, foi de cerca de R\$2 bilhões em 2019.

Pelo fato de ser um mercado pouco explorado, entendemos que, além de termos a oportunidade de nos posicionarmos como um *player* relevante no mercado brasileiro, há oportunidade de vendas para o exterior. Para tanto focamos, recentemente, no desenvolvimento de dispositivo de monitoramento de sono, por exemplo, o qual é desenvolvido pela Companhia, com tecnologia proprietária, de baixo custo e sem fricção, e pode ser incluso diretamente em quaisquer travesseiros, possibilitando o monitoramento do sono e, principalmente, fornecendo sugestões de como melhorar a qualidade do sono, através da análise dos dados coletados.

Investimento em Marketing

Em 2020, intensificamos nosso investimento em marketing digital, primeiramente, para transferir as vendas para as nossas lojas digitais, quando as lojas físicas estavam fechadas em decorrência da pandemia e, posteriormente, para ampliar a nossa base de clientes. A aquisição de um novo cliente gera o potencial de fidelização ao longo de sua vida como consumidor de nossos produtos. Assim sendo, a nossa estratégia engloba a manutenção do contato com este cliente, após a sua primeira compra, através da utilização de ferramentas de menor custo, como *e-mail marketing*, SMS ou *WhatsApp*, e o uso de inteligência artificial possibilitando a oferta de produtos mais adequados ao perfil do cliente e, consequentemente, com uma maior probabilidade de conversão de vendas. Adicionalmente, o *marketing* digital também aumenta as vendas nas lojas físicas, uma vez que a lembrança da marca e da percepção da necessidade de compra leva também o cliente para a loja física.

De forma a viabilizar um fluxo de receita para os franqueados e, ao mesmo tempo, preservar a proximidade do seu relacionamento com nossos clientes finais, estabelecemos plataformas de venda a distância nas lojas físicas. O conceito foi expandido também para influenciadores digitais. Nas redes sociais, tivemos cerca de 1,5 milhão de novos seguidores em 2020, com crescimento acima de 50%, e de cerca de 0,6 milhão nos primeiros cinco meses de 2021, totalizando 4,6 milhões de seguidores, o que contribuirá para o crescimento das nossas vendas através de canais sociais ("social selling") e, assim, estarmos cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas.

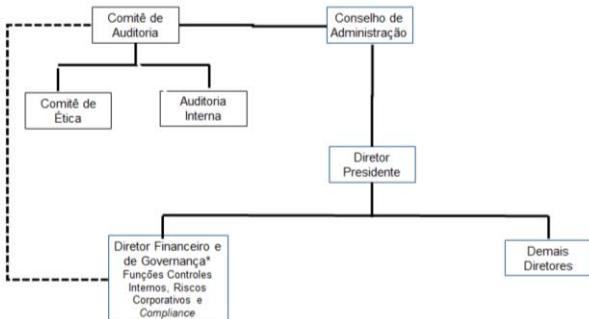
Além do aumento nos investimentos em iniciativas de branding e de marketing de performance pretendemos ampliar (i) as iniciativas de segmentação e personalização com nossa base de clientes; (ii) as ações de marketing de influência e social selling para ampliar as vendas através de canais sociais; (iii) a produção de conteúdo customizado sobre home-wellness; e (iv) novos relacionamentos em novos canais como, por exemplo, Twitter, Pinterest e TikTok.

ESG (GOVERNANÇA AMBIENTAL, SOCIAL E CORPORATIVA)

Temos como entre nossos valores a ética, a responsabilidade, e a atuação sustentável, que garante o equilíbrio socioeconômico e ambiental.

No desenvolvimento de produtos, priorizamos materiais sustentáveis, como o uso de fibras naturais, como o algodão, e no desenvolvimento de embalagens buscamos reduzir o consumo de combustível e de emissão de gases no transporte, como exemplo, os travesseiros de rolinho e os colchões em caixa, reduzindo o volume dos produtos a serem transportados. Nos preocupamos, também, com a diversidade acerca da nossa força de trabalho, e atualmente os colaboradores são 33,7% masculinos e 66,3% femininos.

Sendo parte do Grupo Coteminas, e controlados indiretamente da Springs Global S.A., uma companhia aberta listada no Novo Mercado, já apresentávamos estrutura de governança alinhada às regras do Novo Mercado:



Código & Canal de Ética

Políticas exigidas pelo Novo Mercado

Adequação à LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados

Quando se trata do relacionamento entre a Companhia e partes relacionadas, procuramos manter as melhores práticas através de uma política de transações entre partes relacionadas que garante que as transações sejam realizadas em condições de mercado. Envolvemos, ainda, o Comitê de Auditoria, com relatório ou parecer técnico, com aprovação pela diretoria ou conselho de administração, dependendo do montante e da natureza.

Os principais contratos com a Coteminas S.A., nossa controladora direta, são: (i) fornecimento de produtos (a preço de mercado com referência da tabela de preços para *Key Accounts*); (ii) exclusividade do uso das marcas Artex e Santista como varejista (B2C); (iii) locação de escritórios; e (iv) serviços compartilhados (contabilidade, jurídico, tecnologia de informação – ERP).

A relação entre a Ammo Varejo e a Coteminas S.A. é ainda vantajosa no sentido em que gera maior transparência da cadeia de produção, prazos de entrega adequados, agilidade na comunicação e produção, maior flexibilidade de produção e excelência na qualidade do produto.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide, neste Sumário, a seção “Principais Fatores de Riscos”, e no Formulário de Referência anexo a este Prospecto, nos itens 4.1 e 4.2.

Eventos Recentes

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda, por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S possui sede em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

Em 30 de junho de 2021, diante da perspectiva da Companhia de efetuar oferta pública de distribuição de valores mobiliários, foi alterado o tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, e alterando sua denominação social para AMMO Varejo S.A.

COVID-19

Para informações sobre os impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia, vide seção 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, nos.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Apresentamos abaixo nosso organograma societário:



¹ Posição de 31 de outubro de 2019, conforme comunicado de participação relevante recebido pela empresa

² Posição de 30 de abril de 2021, conforme comunicado de participação relevante recebido pela empresa

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

Abaixo se encontram descritos os principais fatores de risco relativos a nós, os quais não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4.1 e 4.2) e com a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações”, na página 84 deste Prospecto.

A extensão da pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (ou COVID-19), bem como a continuidade da percepção de seus efeitos e seu agravamento, poderão ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira, fluxos de caixa e a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. A Companhia acredita que a pandemia da COVID-19 poderá continuar a ter um impacto adverso relevante sobre os seus negócios e desempenho financeiro, diante da incerteza sobre a duração e gravidade da pandemia.

Em função da pandemia da COVID-19, e em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais relacionadas à restrição de circulação de pessoas, bem como das decisões tomadas pela Companhia, as lojas físicas da Companhia, que comercializam produtos da Companhia, próprias e franqueadas, localizadas em shopping centers (que representam 79% das lojas) ou em ruas, foram temporariamente fechadas ou operadas em horário reduzido, principalmente, de março a junho de 2020 e de fevereiro a abril de 2021, devido aos esforços para impedir ou retardar a propagação da COVID-19, o que afetou adversamente as nossas receitas. Caso a pandemia da COVID-19 se agrave ou uma nova onda da doença se dissemine globalmente (causando potencial interrupção no fornecimento de produtos importados em razão de desabastecimento internacional ou aumento de custos de frete) ou pelo Brasil, a Companhia pode enfrentar por mais tempo a obrigação de fechamento temporário de lojas, em virtude das normas editadas pelas autoridades governamentais relacionadas à quarentena, e/ou outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as fábricas que produzem os produtos comercializados pela Companhia, centros de distribuição e lojas, incluindo aquelas localizadas em shopping centers, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretrizes de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um lockdown. Ademais, tendo em vista a crise de desabastecimento global durante a pandemia da Covid-19, o fornecimento de alguns dos produtos importados vendidos pela Companhia foi interrompido e a Companhia teve que buscar alternativas no mercado nacional, afetando a diversidade dos produtos oferecidos pela Companhia. O custo do frete no Brasil também aumentou em decorrência da pandemia, o que afetou adversamente o custo dos nossos produtos. Assim, a Companhia acredita que os seus resultados financeiros poderão ser novamente afetados de forma adversa e relevante em decorrência da pandemia da COVID-19.

Além disso, o receio dos consumidores de contraírem o novo coronavírus poderá persistir, o que poderá continuar afetando adversamente o tráfego de clientes nas lojas da Companhia. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia da COVID-19, bem como pela diminuição permanente na demanda de produtos da Companhia. Isso pode afetar negativamente as vendas nas lojas e canais online da Companhia. Qualquer redução significativa no número e no gasto de consumidores nas lojas da Companhia devido à pandemia da COVID-19, e qualquer diminuição no gasto em lojas e nos canais online da Companhia devido à diminuição da confiança e de gastos do consumidor após a pandemia resultaria em perda de receita, afetando o lucro da Companhia e o seu resultado financeiro. Além disso, a Companhia pode vir a tomar ações adicionais, seja de forma voluntária ou decorrente de exigências de autoridades competentes, como restrições de horários de funcionamento e fluxo de clientes, além de novas medidas sanitárias para evitar a propagação da COVID-19. Tais medidas implicaram e poderão implicar custos extraordinários para a Companhia.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se as fábricas que produzem os produtos comercializados pela Companhia, os centros de distribuição da Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os

efeitos de uma nova onda de disseminação da COVID-19. Por exemplo, o rápido crescimento das vendas através das lojas online devido ao redirecionamento das vendas do canal ocasionou, durante algumas semanas do ano de 2020, o aumento do prazo de entrega e a falta de alguns produtos em estoque, prejudicando a nossa qualidade de atendimento e a percepção de nossas marcas. Interrupções ou atrasos em entregas poderão acontecer novamente e impactos negativos na especificação de determinados componentes dos produtos da Companhia podem acontecer, o que poderá impactar adversamente a Companhia.

Em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista as normas e orientações governamentais, a Companhia também fechou seus escritórios administrativos, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos. Essa política pode afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções nos negócios da Companhia.

Se os negócios da Companhia não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos através das linhas de crédito concedidas à Companhia ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir as suas despesas, investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender suas outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar os negócios da Companhia.

Além disso, o fechamento das lojas da Companhia, o fechamento de muitos shopping centers onde a Companhia possui lojas, e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas à pandemia da COVID-19, podem expor a Companhia a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação a seus contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. A Companhia poderá não ficar isenta de qualquer de suas obrigações nos termos dos seus contratos de locação e, após a pandemia da COVID-19, a Companhia pode não conseguir retomar as operações em suas lojas nos atuais termos dos contratos de locação em vigor e da forma como ocorriam antes da pandemia da COVID-19, ou se sequer conseguirá fazê-lo. Caso a Companhia não consiga arcar com os pagamentos dos aluguéis de suas lojas, centros de distribuição, fábricas e imóveis administrativos, isso será considerado inadimplemento contratual, capaz de ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a continuidade da ocupação pela Companhia.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, a Companhia não pode estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os seus negócios e resultados operacionais. A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios.

Mesmo após a eventual diminuição do surto da COVID-19, aceleração do ritmo de vacinação, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em: (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, o que pode levar a uma redução da demanda pelos produtos que a Companhia oferece. Qualquer surto de uma doença, assim como a COVID-19, que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Não é possível garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão, e, caso aconteçam, também não é possível garantir que a Companhia será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19.

A ineficiência da Companhia em antecipar e prontamente responder às novas tendências e demandas dos consumidores pode impactar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A performance financeira e o crescimento da Companhia dependem da sua capacidade de identificar, criar e definir tendências relevantes e, antecipar e reagir às alterações nas demandas dos consumidores, que se desenvolvem e alteram rapidamente, sendo difíceis de prever e variam a depender da localização geográfica. Qualquer falha em identificar e responder a tendências e preferências dos consumidores, incluindo aquelas relativas à sustentabilidade dos produtos, padrões de beleza, tendências internacionais e padrões de gastos, por exemplo, incluindo eventuais alterações no padrão de consumo em razão da pandemia da COVID-19, de maneira tempestiva e eficaz, pode impactar negativamente o relacionamento da Companhia com seus clientes.

Tais eventos podem afetar negativamente a demanda pelos produtos oferecidos pela Companhia, bem como o seu market share. A materialização desses riscos pode impactar a situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, falhas em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar a decisão dos clientes, o que pode causar o excesso ou falta de estoque de determinados produtos, impactando adversamente o negócio, a imagem, a rentabilidade, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia. Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá nos sujeitar a vender estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e nos afetará adversamente e de forma relevante.

Adicionalmente, poderá ocorrer a alteração do hábito dos nossos consumidores em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em razão da pandemia da COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, a Companhia pode não ser eficiente e ágil na adaptação ao atendimento desses novos hábitos.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades em abrir novas lojas e/ou operar nossas lojas existentes, o que pode adversamente afetar nossas vendas e resultados operacionais.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de abrir e operar com êxito novas lojas e operar lojas existentes, sendo que as lojas físicas representaram 62% e 61% da receita sell-out da Companhia, em 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, respectivamente, o que está sujeito a diversos riscos, incertezas e determinados fatores internos e externos, muitos dos quais além do nosso controle, incluindo, mas não se limitando (i) à disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como a capacidade da Companhia de determinar a demanda de seus produtos; (ii) satisfazer

as preferências de seus clientes; (iii) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias; (iv) negociar contratos de locação em condições razoáveis; (v) reformar e equipar as novas lojas mediante autorização específica do proprietário das respectivas lojas e em consonância com as normas aplicáveis; (vi) fornecer níveis suficientes de estoques para atender às necessidades das lojas; (vii) integrar com sucesso novas lojas em seus sistemas e operações existentes; (viii) acompanhar novos e atuais concorrentes; (ix) identificar pontos estratégicos de vendas; (x) atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado; e (xi) administrar o processo de expansão em nível gerencial de loja.

Eventual expansão da rede de lojas pode deteriorar as margens de lucro, recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros da Companhia, até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas, e resultados operacionais.

Assim, a estratégia de negócio da Companhia está exposta a diversos fatores, os quais podem impactar seus negócios e resultados, como oportunidades de locação de imóveis e eventuais atrasos e/ou restrições na execução de obras e inauguração das novas lojas, reaberturas ou novos fechamentos temporários de lojas, incluindo, em virtude da pandemia da COVID-19, aprovação de projetos pelas autoridades competentes, autorizações dos respectivos proprietários das lojas, variações do custo de obra, atração de franqueados, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos em condições atrativas e aumento da capacidade de consumo, dentre outros.

Com a reabertura de alguns shopping centers e áreas de comércio proeminentes ou promissores, a Companhia verificou uma mudança de comportamento e queda na frequência de consumidores a esses estabelecimentos, como resultado dos efeitos da pandemia da COVID-19, impactando negativamente as vendas dessas lojas. Esses fatores estão causando e poderão continuar a causar um efeito material e adverso nos resultados dos negócios da Companhia e na sua condição financeira.

A estratégia da Companhia poderá não ser integral e eficazmente realizada, bem como, se realizada, poderá não trazer os benefícios esperados ou um crescimento que atenda ou exceda as nossas expectativas, o que pode prejudicar a supervisão dos negócios e a qualidades dos produtos da Companhia. Em consequência, é possível que a Companhia não seja bem-sucedida na implementação das suas estratégias comerciais ou no desenvolvimento da infraestrutura necessária ao desempenho de suas operações tal como planejado, existindo o risco de não ser capaz de expandir suas atividades e replicar sua estrutura de negócios, além da sua estratégia de crescimento orgânico. Caso a Companhia não seja bem-sucedida na abertura de novas lojas, sua condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa.

A Companhia pode não conseguir executar a sua estratégia de fornecer volume e variedade suficientes de produtos a preços competitivos ou gerenciar adequadamente o abastecimento de seu estoque, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio.

O negócio da Companhia depende da sua capacidade de fornecer volume e variedade de produtos a preços competitivos aos consumidores. A Companhia pode comprar produtos em grandes quantidades e não conseguir vendê-los de forma eficiente e rentável. Além disso, a Companhia pode criar um estoque excessivo de produtos com baixa aceitação e, consequentemente, ser forçada a dar descontos significativos em tais produtos.

A Companhia pode não conseguir continuar a identificar adequadamente a demanda de seus consumidores e se aproveitar das oportunidades de compra, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados financeiros. O manuseio inadequado pode resultar em quebra ou avaria de seus produtos. A Companhia também está sujeita a roubos e furtos de mercadorias em seus centros de distribuição, durante seu transporte até nossas lojas bem como dentro delas e seus investimentos em sistemas de segurança podem não ser suficientes para evitar tais eventos. A materialização de qualquer um desses riscos pode ocasionar um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados financeiros da Companhia.

As demonstrações financeiras combinadas carve-out podem não ser representativas de nossos resultados como uma companhia independente.

Ao preparar as demonstrações financeiras combinadas carve-out, a Companhia fez estimativas, suposições e alocações para apresentar, respectivamente, informações financeiras históricas separadamente de outros negócios operados pela Coteminas. As demonstrações financeiras combinadas carve-out (1) podem não refletir mudanças significativas que podem ocorrer quando iniciadas as atividades consolidadas dentro de uma única companhia, (2) podem não representar a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia como efetivamente teriam sido se esta fosse uma companhia separada e independente durante os períodos apresentados e (3) podem não representar sua condição financeira, seus resultados operacionais ou fluxos de caixa.

Para obter mais informações sobre as informações financeiras da Companhia, consulte as seções 3 e 10 do Formulário de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

AMMO VAREJO S.A.

Avenida Paulista, nº 1754, sobreloja 2, ALA B
São Paulo – SP
CEP 01.310-920
At.: Sr. Antony José Souza Martins
Tel.: +55 (11) 2145-4425
www.ammovarejo.com.br/ri

Acionista Vendedora

Coteminas S.A.

Av. Lincoln Alves dos Santos, nº 955, Distrito Industrial,
Montes Claros – MG
CEP 39.404-005
At.: Sr. Josué Gomes da Silva
Tel.: +55 (11) 2145-4424

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

**XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Av. Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br

Banco ABC Brasil S.A.

Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar,
CEP 01453-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Bilate Sbano
Tel. (11) 3170-2000
www.abcbrasil.com.br

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4440,
7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Telles
Tel.: +55 (11) 2767-6500
www.ubs.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia

Barbosa Müssnich Aragão Advogados
Av. Pres. Juscelino Kubitschek,
nº 1.455, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Camila Goldberg/Sr. Conrado Stievani
Telefone: + 55 (11) 2179-4600
www.bmalaw.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia

Milbank LLP
Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 5º Andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Fabiana Sakai
Tel.: +55 (11) 3927-7781
www.milbank.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
<p>Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447 CEP 01403-001, São Paulo, SP At.: Sr. Jean Arakawa/Sra. Vanessa Fiusa Tel.: +55 (11) 3147-2834 www.mattosfilho.com.br</p>	<p>Winston & Strawn LLP 200 Park Avenue, 10166, Nova Iorque, NY At.: Sr. Rodrigo Carvalho/Sr. Sey-Hyo Lee Tel.: +1 (212) 294-670055 www.winston.com.br</p>

Auditores Independentes da Companhia

BDO RCS Auditores Independentes S.S.
 Rua Major Quedinho, 90, Consolação
 CEP 01050-030, São Paulo, SP
 At.: Sr. Henrique Herbel de Melo Campos
 Tel.: +55 (11) 3848-5880
 E-mail: henrique.campos@bdo.com.br
 Site: www.bdo.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, a Acionista Vendedora e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 151.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 20 e 84, respectivamente, deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	[•] ([•]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá, a critério da Companhia e da Acionista Vendedora, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, na proporção indicada na página 45 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)	São as ações ordinárias de emissão da Companhia menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. Considerando apenas a colocação das Ações inicialmente ofertadas, estimamos que [•] % das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação após a realização da Oferta. Para mais informações, veja seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social” na página 43 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora na proporção indicada na página 45 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pela Acionista Vendedora ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição.
Agente Estabilizador	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	XP Investments US, LLC e UBS Securities Inc., considerados em conjunto.

Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado a seis meses, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 72 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 72 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 72 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	<p>A submissão do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria A junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a realização da Oferta, incluindo seus termos e condições, mediante aumento de capital da Companhia referente à Oferta Primária, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social (“<u>Estatuto Social</u>”), com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Acionistas”), nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de julho de 2021, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•], e foi publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em 28 de julho de 2021.</p> <p>O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico” na data de disponibilização do Anúncio de Início.</p> <p>A aprovação da venda de Ações de titularidade da Acionista Vendedora na Oferta Secundária [, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares], será deliberada em reunião da diretoria da Acionista Vendedora a ser realizada após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p>

Atividade de Estabilização	Agente Estabilizador, atuando também na qualidade de corretora de títulos e valores mobiliários, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.
	Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Aviso ao Mercado	Aviso divulgado em [•] de [•] de 2021, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 72 deste Prospecto.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$176.456.995,97 (cento e setenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 143.460.972 (cento e quarenta e três milhões, quatrocentas e sessenta mil, novecentas e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.
Carta-Convite	Carta disponibilizada pelo Coordenador Líder em [•] de [•] de 2021, para convidar a Instituições Consorciadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da AMMO Varejo S.A., a ser celebrado pela Companhia, pela Acionista Vendedora, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Colocação Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , a ser celebrado entre a Companhia, a Acionista Vendedora e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo Privado de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A., a ser celebrado entre a Acionista Vendedora, na qualidade de doadores, e o Agente Estabilizador.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A., a ser celebrado entre a Companhia, a Acionista Vendedora, o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre a Companhia, a Acionista Vendedora e a B3.
Coordenador Líder ou XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Banco ABC e o UBS BB, considerados em conjunto.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 50 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.

Destinação dos Recursos

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária para: (a) expansão de categorias; (b) desenvolvimento de tecnologia; (c) desenvolvimento de sua logística; e (d) crescimento de canais de distribuição, em especial, na expansão de rede de lojas físicas próprias. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão revertidos integralmente à Acionista Vendedora.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 101 deste Prospecto e na seção 18 do Formulário de Referência.

Distribuição Parcial

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores da Oferta Não-Institucional e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não-Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta”, na página 86 deste Prospecto.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta”, na página 87 deste Prospecto.

Faixa Indicativa

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•] podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 84 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinados e cumpridas as condições precedentes dispostas no Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente integralizadas e adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas no item 10 abaixo não estarão sujeitas a tais limites.

Grupamento

Grupamento das ações, na proporção de 3 para 1 ação ordinária de emissão da Companhia, sem alteração do valor do capital social, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de julho de 2021, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•], e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em 28 de julho de 2021.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”.

Instituições Consorciadas

Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite disponibilizada [pelos Coordenadores da Oferta/pelo Coordenador Líder] para efetuar, exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores Não Institucionais	Investidores Private e Investidores de Varejo, considerados em conjunto.
Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, em todos os casos, que (i) sejam considerados investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, (ii) que não sejam considerados Investidores de Varejo, e (iii) que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta do Segmento Private.
Investidores Private Lock-up	Investidores Private que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> do Segmento Private.
Investidores Private Sem Lock-up	Investidores Private que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> do Segmento Private.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva (conforme definido abaixo) no âmbito da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Lock-up	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem Lock-up	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.
Lock-up da Oferta de Varejo	Os Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> não poderão, pelo prazo de 15 (quinze) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que subscreverem/adquirirem no âmbito da Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> .

Dessa forma, como condição para a participação na alocação prioritária da Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor Não Institucional da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de 15 (quinze) dias de *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 90 deste Prospecto Preliminar.

***Lock-up* do Segmento Private**

Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 20 (vinte) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que subscreverem/adquirirem no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*.

Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 90 deste Prospecto Preliminar.

Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrumentos de <i>Lock-up</i>	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pela Companhia, seus Administradores e Acionista Vendedora.
Investidores Estrangeiros	Os (i) investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e nos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> ; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis desse país (<i>non-U.S. persons</i>), nos termos do Regulamento S, no âmbito do <i>Securities Act</i> , e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, incluindo instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, fundos de investimento, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e Investidores Estrangeiros.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código “[•]”.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta do Segmento Private	Oferta aos Investidores Private, no montante máximo de [40)% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> e Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i> .
Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i>	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores Private <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private <i>Lock-up</i> (i) de até 0,8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i>	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> (i) de até 0,2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo	Oferta aos Investidores de Varejo, no montante de, no mínimo, 10% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> e Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> .

Oferta de Varejo <i>Lock-up</i>	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> de (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i>	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> de (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Não Institucional	Oferta aos Investidores Não Institucionais, à qual será assegurado o montante de, no mínimo, 10% e, a exclusivo critério da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, [40]%, do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Consorciadas, a qual compreende: (a) a Oferta de Varejo; e (b) a Oferta do Segmento Private.
Oferta Primária	A distribuição pública primária das Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
<i>Offering Memorandum</i>	O <i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.

Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada no Contrato de Colocação pela Companhia e pela Acionista Vendedora ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, opção essa a ser exercida em função de prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3.
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta Não Institucional, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico com uma única Instituição Consorciada.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] de [•] de 2021 e se encerrará em [•] de [•] de 2021, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•], inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para os fins da presente Oferta, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que se enquadrem nos termos do artigo 2º, inciso XII, da Resolução da CVM nº 35, de 26 de maio de 2021, conforme alterada (“Pessoas Vinculadas”). A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400. As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.
	Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (<i>hedge</i>) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de <i>total return swap</i>), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Plano de Distribuição

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência expressa da Companhia e da Acionista Vendedora elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Prazo de Distribuição

Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até 6 (seis) meses contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 86 deste Prospecto Preliminar. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prospecto Definitivo

O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar

Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da AMMO Varejo S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.

Prospectos

Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.

Público Alvo da Oferta

Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.

Rateio Oferta do Segmento Private Lock-up	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private <i>Lock-up</i> (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> , não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private <i>Lock-up</i> , de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta do Segmento Private <i>Lock-up</i> , será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta do Segmento Private Sem Lock-up	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i> objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i> , não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem <i>Lock-up</i> , de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private <i>Lock-up</i> ou aos Investidores Institucionais, observado os limites âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante Ações destinados à Oferta do Segmento Private Sem <i>Lock-up</i> , será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta de Varejo Lock-up	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> , de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) excede o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

**Rateio Oferta de Varejo
Sem *Lock-up***

Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Registro da Oferta

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pela Acionista Vendedora e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 28 de julho de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 70 deste Prospecto.

**Restrição à Venda de
Ações (*Lock-up*)**

[A Companhia, seus Administradores e a Acionista Vendedora se comprometeram, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, a não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de Ações, veja o fator de risco “A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 85 deste Prospecto Preliminar.]

Termo de Adesão	Termo de Adesão ao “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Ammo Varejo S.A.”, a ser celebrado pelos Coordenadores da Oferta e pelas Instituições Consorciadas, representadas pela B3.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 por Investidor da Oferta de Varejo.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 por Investidor da Oferta de Varejo.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private	O valor mínimo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 por Investidor Private.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private	O valor máximo de pedido de investimento de R\$10.000.000,00 por Investidor Private.
Valor Total da Oferta Primária	R\$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$176.456.995,97 (cento e setenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 143.460.972 (cento e quarenta e três milhões, quatrocentas e sessenta mil, novecentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. Nos termos do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias, até o limite de [•] ([•]) ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Espécie e Classe de Ações	Subscrito/Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾ (R\$)
Ordinárias	143.460.972	176.456.995,97	[•]	[•]
Total	143.460.972	176.456.995,97	[•]	[•]

⁽¹⁾ Considerando o Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Espécie e Classe de Ações	Subscrito/Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾ (R\$)
Ordinárias	143.460.972	176.456.995,97	[•]	[•]
Total	143.460.972	176.456.995,97	[•]	[•]

⁽¹⁾ Considerando o Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Espécie e Classe de Ações	Subscrito/Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾ (R\$)
Ordinárias	143.460.972	176.456.995,97	[•]	[•]
Total	143.460.972	176.456.995,97	[•]	[•]

⁽¹⁾ Considerando o Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Coteminas S.A.....	143.460.972	100%	[•]	[•]%
Ações em Tesouraria	-	0%	[•]	[•]%
Outros	-	0%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	-	0%	[•]	[•]%
Total	143.460.972	100%	[•]	[•]%

(¹) Considerando o Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais acionistas, Administradores e Acionista Vendedora

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, pela Acionista Vendedora e pelos membros Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Coteminas S.A.....	143.460.972	100%	[•]	[•]%
Ações em Tesouraria	-	0%	[•]	[•]%
Outros	-	0%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	-	0%	[•]	[•]%
Total	143.460.972	100%	[•]	[•]%

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Coteminas S.A.....	143.460.972	100%	[•]	[•]%
Ações em Tesouraria	-	0%	[•]	[•]%
Outros	-	0%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	-	0%	[•]	[•]%
Total	143.460.972	100%	[•]	[•]%

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Coteminas S.A.....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Ações em Tesouraria	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outros	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total	[•]	100%	[•]	[•]%

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá (i) na distribuição primária de, inicialmente] [•] ([•]) novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição secundária de, inicialmente [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, no âmbito de eventual colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá, a critério da Companhia e da Acionista Vendedora, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo)], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada pela Acionista Vendedora ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrelocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações societárias

A submissão do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria A junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a realização da Oferta, incluindo seus termos e condições, mediante aumento de capital da Companhia referente à Oferta Primária, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Acionistas”), nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de julho de 2021, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•], e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em 28 de julho de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico” na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A aprovação da venda de Ações de titularidade da Acionista Vendedora na Oferta Secundária [, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares], será deliberada em reunião da diretoria da Acionista Vendedora a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE) hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações, a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Reserva de Capital

Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, R\$[•] serão destinados à conta de capital social, e o valor remanescente será destinado à nossa reserva de capital.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado.

As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código “[•]”. A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), um montante de [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para maiores informações, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social”, na página 43 deste Prospecto.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia e as Ações a serem alienadas pela Acionista Vendedora, o Preço por Ação, o valor total das comissões a serem pagas pela Companhia e Acionista Vendedora aos Coordenadores da Oferta, bem como os recursos líquidos das comissões oriundos da Oferta (sem considerar as demais despesas e tributos relativos à Oferta).

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e Suplementares.

Oferta	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾	Montante	Comissão	Recursos Líquidos ⁽²⁾
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares.

Oferta	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾	Montante	Comissão	Recursos Líquidos ⁽²⁾
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares.

Oferta	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾	Montante	Comissão	Recursos Líquidos ⁽²⁾
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e Ações Suplementares.

Oferta	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾	Montante	Comissão	Recursos Líquidos ⁽²⁾
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. Não obstante, as comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pela Acionista Vendedora na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. Para mais detalhadas sobre as despesas, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com todos os custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta” constante na página 90 deste Prospecto.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta⁽⁵⁾	Valor por Ação (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação⁽¹⁾
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação ⁽³⁾	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme ⁽⁴⁾	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo ⁽⁵⁾	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	[•]	[•]	[•]	[•]
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxes	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores ⁽⁶⁾	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas⁽⁹⁾	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões e Despesas	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações, (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").

⁽³⁾ Comissão de Colocação composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁴⁾ Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁵⁾ Comissão de Incentivo composta de [•]% da Remuneração Base. A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e da Acionista Vendedora. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de afeição discricionária pela Companhia e para a Acionista Vendedora tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

⁽⁶⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁷⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

⁽⁸⁾ Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

⁽⁹⁾ Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pela Acionista Vendedora às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Consorciadas

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e da Acionista Vendedora, para participar da colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas)	28 de julho de 2021
2.	Disponibilização deste Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	[•] de [•] de 2021
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) ⁽²⁾ Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	[•] de [•] de 2021
6.	Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	[•] de [•] de 2021
7.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
8.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
9.	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
10.	Data de Encerramento do <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2021
11.	Data de Encerramento do <i>Lock-up</i> da Oferta do Segmento <i>Private</i>	[•] de [•] de 2021
12.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
13.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
14.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2022

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

⁽²⁾ A Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição das Ações a partir da data da nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação do boletim de subscrição, conforme o caso, após o início do Prazo de Distribuição, nos termos da Resolução CVM 27.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de disponibilização de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, da Acionista Vendedora, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções “Procedimento de Distribuição na Oferta”, “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Inadequação da Oferta” na página 51, 64, 64 e 64 deste Prospecto.

Para mais informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação”, na página 66 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto Preliminar for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Procedimento de distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência expressa da Companhia e da Acionista Vendedora elaborarão o Plano de Distribuição das Ações. Nos termos do Ofício-Circular CVM/SRE, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta da Companhia e da Acionista Vendedora não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais (Investidores de Varejo e Investidores Private) e os Investidores Institucionais.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que se enquadrem nos termos do artigo 2º, inciso XII, da Resolução da CVM nº 35, de 26 de maio de 2021, conforme alterada. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (*incluindo operações de total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*”, deste Prospecto Preliminar.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta Não Institucional junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Oferta de Varejo e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, conforme o caso.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional, e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, [40%] [(quarenta por cento)] da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a critério da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

- I. o montante de, no mínimo, 10% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo, sendo certo que:
 - (a) caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* de (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e
 - (b) caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* de (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

II. No contexto da Oferta do Segmento Private:

- (a) caso haja demanda de Investidores Private *Lock-up* (i) de até 0,8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e
- (b) caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (i) de até 0,2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

No contexto da Oferta Não Institucional, observados (i) o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 (três mil reais) por Investidor de Varejo (ii) o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor de Varejo, (iii) o valor mínimo de pedido de investimento superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Private e (iv) o valor máximo de pedido de investimento de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por Investidor Private, os Investidores Não Institucionais, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta Não Institucional indicadas nos itens (a) e (b) do item 5, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta Não Institucional desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descritos nos itens 5.1.1 e 5.1.2 abaixo, conforme o caso. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações por Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373, na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE RESERVA QUE (I) LEIAM CUIDADOSAMENTE OS TERMOS E AS CONDIÇÕES ESTIPULADOS NO PEDIDO DE RESERVA, SOBRETUDO OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À LIQUIDAÇÃO DA OFERTA E AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTE PROSPECTO PRELIMINAR E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ESPECIALMENTE AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, BEM COMO O ITEM “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA; (II) VERIFIQUEM COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA, ANTES DE REALIZAR SEU PEDIDO DE RESERVA, SE ESTA EXIGIRÁ A MANUTENÇÃO DE RECURSOS EM CONTA ABERTA E/OU MANTIDA JUNTO A ELA PARA FINS DE GARANTIA DO PEDIDO DE RESERVA; (III) ENTREM EM CONTATO COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA PARA OBTER INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS SOBRE O PRAZO ESTABELECIDO PELA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA PARA A REALIZAÇÃO DO PEDIDO DE RESERVA OU, SE FOR O CASO, PARA A REALIZAÇÃO DO CADASTRO NA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA, TENDO EM VISTA OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS POR CADA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA; E (IV) VERIFIQUEM COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA, ANTES DE PREENCHER E ENTREGAR O SEU PEDIDO DE RESERVA, A POSSIBILIDADE DE DÉBITO ANTECIPADO DA RESERVA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA. OS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DO PEDIDO DE RESERVA DEVERÃO LER CUIDADOSAMENTE OS TERMOS E CONDIÇÕES ESTIPULADOS NOS RESPECTIVOS PEDIDOS DE RESERVA, BEM COMO AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTE PROSPECTO.

Oferta de Varejo

Observado o disposto neste Prospecto, os Investidores de Varejo que desejarem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo por Investidor de Varejo.

OS INVESTIDORES DE VAREJO QUE ADERIREM À OFERTA NÃO INSTITUCIONAL NÃO PARTICIPARÃO DO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING*, E, PORTANTO, NÃO PARTICIPARÃO DA FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.

Procedimento da Oferta de Varejo.

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

- (i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) abaixo e na seção “Violações das Normas de Conduta” na página 68 deste Prospecto;
- (ii) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;
- (iii) os Investidores de Varejo que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

- (iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nela aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;
- (v) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo;
- (vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (vii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (viii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos acima; ou (b) exceda o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

- (ix) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (x) até as 10h da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor de Varejo não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a eles alocadas sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;
- (xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor da Oferta de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação da Oferta, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;
- (xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor de Varejo for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor da Oferta de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up da Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 15 (quinze) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Oferta do Segmento Private

Observado o disposto neste item, os Investidores Private que desejarem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private por Investidor Private.

Os Investidores Private que aderirem à Oferta do Segmento Private não participarão do Procedimento de Bookbuilding, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta do Segmento Private

Os Investidores Private deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

- (i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vii), (viii), (ix), (x) e (xii) abaixo e na seção “Violações das Normas de Conduta” na página 68 deste Prospecto;
- (ii) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* do Segmento Private, sob pena de ser considerado um Investidor da Oferta Private Sem *Lock-up* e não participar da Oferta do Segmento Private *Lock-up*;
- (iii) os Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Private, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;
- (iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Private interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;
- (v) os Investidores Private deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private;
- (vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações da inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

- (vii) caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up* de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinado Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta Segmento Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (viii) caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites estabelecidos acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (ix) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Private pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (x) até as 10h da Data de Liquidação, cada Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor Private não tenha estipulado um prazo máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a eles alocadas, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Private;
- (xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação da Oferta, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;

- (xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Private ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Private poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Private for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Private está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Private não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e
- (xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Private o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up da Oferta do Segmento Private

Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 20 (vinte) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de 90 (noventa) dias de *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private Lock-up por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta do Segmento Private Lock-up serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo Lock-up ou Investidores Private Lock-up, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 90 deste Prospecto Preliminar.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes da Oferta serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, e não sendo estipulados valores mínimos ou máximo de investimento. Cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento, em valor financeiro, durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

- a) Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, da Acionista Vendedora, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.
- b) Até as 16h00 do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fax, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.
- c) Caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou do Contrato de Colocação Internacional ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta e/ou o Agente de Colocação Internacional que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A PARTICIPAÇÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS NO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING* PODERÁ IMPACTAR ADVERSAMENTE A FORMAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO E O INVESTIMENTO NAS AÇÕES POR INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS PODERÁ REDUZIR A LIQUIDEZ DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA NO MERCADO SECUNDÁRIO. PARA MAIS INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NO PROSPECTO PRELIMINAR.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às eventuais instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*”, do Prospecto Preliminar.

A subscrição das Ações por Investidores Institucionais será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e/ou documento de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição das Ações deverá ser formalizada mediante ato de aceitação da Oferta pelo Investidor Institucional, o qual deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, devendo, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição e de integralização das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos, observado que tal formalização poderá ocorrer, inclusive, mediante o preenchimento e entrega, ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, de termo de aceitação.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Distribuição Parcial

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores da Oferta Não-Institucional e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não-Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta”, na página 86 deste Prospecto.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será anunciada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 e 54-Ada Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pela Acionista Vendedora e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção “Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação”, na página 66 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e na Acionista Vendedora e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus Administradores e da Acionista Vendedora, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e a Acionista Vendedora assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga a Acionista Vendedora, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra a Acionista Vendedora no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 87 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços físicos dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 72 deste Prospecto Preliminar.

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultante da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante da aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, de 1º de março de 2021, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção “Informações Adicionais” a partir da página 70 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para disponibilização do Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16h00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a disponibilização do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade⁽¹⁾	Percentual (%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
Banco ABC	[•]	[•]%
UBS BB	[•]	[•]%
Total	[•]	100,00%

⁽¹⁾ Sem considerar as Ações Adicionais.

Coordenador da Oferta	Quantidade⁽¹⁾	Percentual (%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
Banco ABC	[•]	[•]%
UBS BB	[•]	[•]%
Total	[•]	100,00%

⁽¹⁾ Considerando as Ações Adicionais.

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá /adquirirá e subscreverá/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, conforme o caso, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, atuando também na qualidade de corretora de títulos e valores mobiliários, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta/ atuando também na qualidade de correta de títulos e valores mobiliários], poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e a Acionista Vendedora a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve contratação de formador de mercado.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 70 deste Prospecto.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, pelas Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, e (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer, e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item 11 deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, inclusive o direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção 18 do Formulário de Referência.

Negociação das Ações na B3

A partir do dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3.

A Companhia e a B3 celebrarão, oportunamente, o “Contrato de Participação no Novo Mercado”, por meio do qual a Companhia aderirá às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e disponibilização de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código “[•]”.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência da Companhia. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de Lock-up)

[Nota MF: termos a serem atualizados conforme o PFA.]

[A Companhia, seus Administradores e a Acionista Vendedora se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.]

[As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações: (i) decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); (ii) decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de Lock-up e confirme estar de acordo com seus termos; (iii) para qualquer Afiliadas da Companhia, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; (iv) ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e (v) decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional].

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de Ações, veja o fator de risco “A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 85 deste Prospecto Preliminar. Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é Itaú Corretora de Valores S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e/ou ao mercado de varejo de moda. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, da Acionista Vendedora e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”, a partir das páginas 84 e 20, respectivamente, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia e/ou dos Coordenadores da Oferta indicados abaixo ou junto à CVM e B3.

Companhia

Ammo Varejo S.A.

Avenida Paulista, nº 1754, sobreloja 2, ALA B
São Paulo – SP
CEP 01.310-920
At.: Sr. Antony José Souza Martins
Tel.: +55 (11) 2145-4425
<http://www.ammovarejo.com.br/ri> (neste website, clicar em “Divulgações e Documentos” e, a seguir, e, a seguir, clicar no documento correspondente).

Acionista Vendedora

Av. Lincoln Alves dos Santos, nº 955, Distrito Industrial,
Montes Claros – MG,
CEP 39.404-005
At.: Sr. Josué Gomes da Silva
Tel.: +55 (11) 2145-4424

Coordenadores da Oferta**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br (neste website, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Ammo Varejo S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

Banco ABC Brasil S.A.

Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar,
CEP 01453-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Bilate Sbano
Tel. (11) 3170-2000
<https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-ecm/> (neste website, localizar “Ammo Varejo S.A.” e, a seguir, clicar no documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4440, 7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Telles
Tel.: +55 (11) 2767-6500
<https://www.ubs.com.br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html> (neste website, clicar em “Prospecto Preliminar” no subitem “Ammo Varejo S.A.”).

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e websites:

- (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ((www.gov.br/cvm - neste website acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias/Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias/Secundárias em Análise”, na coluna “Oferta Inicial (IPO)” clicar na linha abaixo de “Volume em R\$”, ato contínuo na coluna “Processo” acessar o link referente à linha “Ammo Varejo S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e
- (ii) B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, clicar em clicar em “Ammo Varejo S.A.” e, posteriormente, acessar “Prospecto Preliminar ”).

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, a Acionista Vendedora foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

Companhia

AMMO Varejo S.A.

<http://www.ammovarejo.com.br/ri> (neste website, clicar em “Divulgações e Documentos” e, a seguir, e, a seguir, clicar no documento correspondente).

Acionista Vendedora

[•] (neste website, na aba “[•]”e, então, clicar no título do documento correspondente).

Coordenadores da Oferta

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

www.xpi.com.br (neste website, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.” e, então, clicar no documento correspondente).

Banco ABC Brasil S.A.

<https://www.abcbrasil.com.br/abc-corporate/investment-banking/mercado-de-capitais-ecm/> (neste website, localizar “Ammo Varejo S.A.” e, a seguir, clicar no documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

<https://www.ubs.com.br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html> (neste website, clicar em “Prospecto Preliminar” no subitem “Ammo Varejo S.A.”).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o Securities Act, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do Securities Act. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES” NAS PÁGINAS 20 E 84 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 28 de julho de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R\$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R\$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca “XP” (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas “Rico” (www.rico.com.vc) e “Clear” (www.clear.com.br).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.777.000 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R\$660 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, M&A, Crédito Estruturado, Project Finance e Development Finance.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R\$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1^a colocação nas emissões de CRA e 2^a colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R\$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R\$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$7,3 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R\$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US\$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R\$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R\$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R\$2,0 bilhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R\$5,8 bilhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R\$637 milhões; IPO da C&A no valor de R\$1,6 bilhão; IPO do Banco BMG no valor de R\$1,3 bilhão; *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R\$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R\$9,2 bilhões; e no *follow-on* de Unidas no valor de R\$1,8 bilhão.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R\$1,1 bilhão; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R\$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R\$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R\$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R\$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R\$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R\$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R\$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R\$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R\$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R\$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R\$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R\$1,0 bilhão; Re-IPO da JSL no valor de R\$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R\$621 milhões, *follow-on* da Suzano no valor de R\$6,9 bilhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R\$4,0 bilhões; IPO da Enjoei no valor de R\$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R\$584 milhões; IPO da Aura Minerals no valor de R\$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R\$982 milhões; IPO da 3R Petroleum no valor de R\$600 milhões; IPO da Alphaville no valor de R\$306 milhões; e IPO da Rede D'Or São Luiz no valor de R\$10,1 bilhões.

E em 2021, a XP atuou no *follow-on* da Locaweb no valor de R\$2,4 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R\$1,7 bilhão; IPO da Mosaico no valor de R\$1,1 bilhão; IPO da Jalles Machado no valor de R\$651,5 milhões; IPO da Bemobi no valor de R\$1,1 bilhão; IPO da Westwing no valor de R\$1,0 bilhão; IPO da Orizon no valor de R\$486,9 milhões; IPO da CSN Mineração no valor de R\$4,6 bilhões; *follow-on* da 3R Petroleum no valor de R\$822,8 milhões; IPO da Allied no valor de R\$197,4 milhões; IPO da Blau no valor de R\$1,3 bilhão; IPO da Boa Safra no valor de R\$460,0 milhões; IPO da G2D no valor de R\$281,1 milhões; IPO da BR Partners no valor de R\$400,4 milhões; e *follow-on* da Petrobras Distribuidora no valor de R\$11,4 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

Banco ABC Brasil S.A.

Banco ABC Brasil S.A. O Banco ABC, controlado pelo Arab Banking Corporation, é um banco múltiplo de capital aberto listado na B3 que está presente no Brasil há mais de 30 anos, atuando na concessão de crédito e serviços financeiros para empresas de grande e médio porte.

Reconhecido pela sua solidez e agilidade, o Banco ABC possui amplo portfólio de produtos bancários e produtos estruturados como Mercado de Capitais Renda Fixa, *Equity Capital Markets*, Fusões e Aquisições, Treasury e Trade Finance. Com 15 escritórios espalhados pelo território nacional, o ABC possui uma base de 2.788 clientes ativos, carteira expandida (inclui empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) de crédito de R\$35,5 bilhões, patrimônio líquido de R\$4,4 bilhões e Índice de Basiléia de 15,9% (em mar/21).

O acionista controlador, Arab Banking Corporation, é um banco internacional com sede em Manama, Reino do Bahrein. O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro garante ao ABC boa classificação entre as 3 principais agências de risco (AAA pela Fitch, Aa2.br pela Moody's e brAAA pela S&P, em escala local).

Em 2021, dentre as principais transações concluídas pelo Banco ABC Brasil se destacam a atuação como Coordenador na Oferta Subsequente de Ações da Sequoia Logística S.A., e a assessoria à Sterlite na venda da Vineyards Transmissão de Energia para a Vinci Partners.

Em 2020, as principais transações realizadas pelo Banco ABC foram: (i) Coordenação da Oferta Pública Inicial de Ações da Sequoia Logística S.A., (ii) Assessor da JMalucelli na venda de seu complexo eólico para a AES Tietê, (iii) Assessor da Taesa na compra dos ativos de transmissão da Ambbar Energia'SJT e SPT, (iv) Assessor da Roadis Brasil na aquisição de participação na Infravix VIABAHIA.

Em 2019, o Banco ABC assessorou seus clientes no total de 67 operações em todos os segmentos de Investment Banking em um montante superior a R\$27 bilhões.

- Com importantes transações realizadas, o Banco ABC terminou 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 56 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$14 bilhões originados.
- No final de 2019, o Banco ABC teve 11 transações de M&A anunciadas com mais de R\$13 bilhões de valor. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Dasa na incorporação da Rede Ímpar, (ii e iii) assessoria à Sterlite nas vendas das ações da Sterlite Novo Estado Energia para a Engie e na venda da Arcoverde Transmissão de Energia para o fundo Vinci Energia FIP, (iv) assessoria ao Grupo Santa Isabel na venda de participação no Shopping Leblon para a Alliansce Shopping Centers, (v) co-assessor da Aena no leilão de concessão dos aeroportos do bloco Nordeste.

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, research de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em *Corporate Banking*. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurique, na Suíça, e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: *Wealth Management*, *Investment Bank*, *Personal & Corporate Banking* e *Asset Management*, e detém mais de US\$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, “Best Global Investment Bank” e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, “Best M&A Bank” pela Global Finance. O UBS também foi nomeado “Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings” nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, “Most Innovative Bank for M&A” pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como “Best Bank for Swiss Francs”, “Best Equity Bank for Western Europe” e “Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore”. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria “Bank of the Year” como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de *Private Banking* que foi reconhecida como “Best Global Private Bank” pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria “Bancos” do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R\$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, a incorporação do Grupo Reserva pela Arezzo &Co, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, JSL, Pague Menos, Grupo Mateus, Enjoei, entre outras.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R\$25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no *Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019*. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R\$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US\$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no *Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado*, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à Oferta, a XP e demais sociedades do seu grupo econômico não possuem qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária da XP e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações” na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia à XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações veja seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não mantêm relacionamento comercial relevante com o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro.

A Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Banco ABC e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco ABC no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para maiores informações leia a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 88 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, exceto pela Oferta, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários realizada pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco ABC ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não mantêm relacionamento comercial relevante com o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro.

A Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o UBS BB e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para maiores informações leia a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 88 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, exceto pela Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários realizada pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

RELACIONAMENTO ENTRE A ACIONISTA VENDEDORA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Acionista Vendedora e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Acionista Vendedora não possui qualquer outro relacionamento relevante com a XP e seu respectivo grupo econômico.

A Acionista Vendedora poderá, no futuro, vir a contratar a XP e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Acionista Vendedora ou sociedades controladas pela Acionista Vendedora.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de titularidade da Acionista Vendedora nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta e não foram realizadas aquisições e vendas, pela XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários de titularidade da Acionista Vendedora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*” na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Acionista Vendedora à XP cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Acionista Vendedora declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Acionista Vendedora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Acionista Vendedora e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Acionista Vendedora e o Banco ABC

Na data deste Prospecto, além das relações referentes à Oferta, o Banco ABC e a Acionista Vendedora possuem os seguintes relacionamentos comerciais:

- Operação de cédula de crédito à exportação, em nome da Acionista Vendedora, celebrado em 15 de abril de 2021, com vencimento em 15 de abril de 2024, no valor atualizado de R\$11.759.997,11 com taxa de 4,9% a.a. A presente operação conta com R\$11.736.134,52 de cessão fiduciária. Duplicatas escriturais e aval/interveniente garantidor como garantia outorgada pela Companhia;
- Operação de cédula de crédito à exportação, em nome da Acionista Vendedora, celebrado em 15 de abril de 2021, com vencimento em 15 de abril de 2024, no valor atualizado de R\$6.495.032,94 com taxa de 4,9% a.a. A presente operação conta com R\$6.481.853,65 de cessão fiduciária. Duplicatas escriturais e aval/interveniente garantidor como garantia outorgada pela Companhia;
- Operação de cédula de crédito à exportação, em nome da Acionista Vendedora, celebrado em 15 de abril de 2021, com vencimento em 15 de abril de 2024, no valor atualizado de R\$6.495.032,94 com taxa de 4,9% a.a. A presente operação conta com R\$6.481.853,65 de cessão fiduciária. Duplicatas escriturais e aval/interveniente garantidor como garantia outorgada pela Companhia;

- Operação de cédula de crédito à exportação, em nome da Acionista Vendedora, celebrado em 15 de abril de 2021, com vencimento em 15 de abril de 2024, no valor atualizado de R\$6.495.032,94 com taxa de 4,9% a.a. A presente operação conta com R\$6.481.853,65 de cessão fiduciária. Duplicatas escriturais e aval/interveniente garantidor como garantia outorgada pela Companhia;
- Operação de capital de giro, em nome da Acionista Vendedora, celebrado em 28 de maio de 2021, com vencimento em 13 de maio de 2024, no valor atualizado de R\$10.057.390,45 com taxa de 3,9% a.a. A presente operação conta com R\$10.057.390,45 de cessão Fiduciária. Duplicatas escriturais e aval/interveniente garantidor e PEAC (Seguro de crédito) como garantia outorgada pela Companhia;
- Operação de cheque empresa pré-mensal, em nome da Acionista Vendedora, celebrado em 04 de fevereiro de 2021, com vencimento em 20 de outubro de 2021, no valor atualizado de R\$2.031.250,22, com taxa de 3% a. m. A presente operação conta com R\$2.031.250,22 de Aval/Interveniente Garantidor como garantia outorgada pela Companhia;

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento acima, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Acionista Vendedora ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Acionista Vendedora e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Acionista Vendedora nos 12 (doze) meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. A Acionista Vendedora e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco ABC no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Acionista Vendedora, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Acionista Vendedora ao Banco ABC e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Acionista Vendedora declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Acionista Vendedora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Acionista Vendedora e o Banco ABC e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Acionista Vendedora e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Acionista Vendedora não possui qualquer relacionamento com o UBS BB e/ou sociedades do seu grupo econômico.

A Acionista Vendedora poderá, no futuro, vir a contratar o UBS BB e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Acionista Vendedora ou sociedades controladas pela Acionista Vendedora.

O UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de titularidade da Acionista Vendedora nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários de titularidade da Acionista Vendedora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Acionista Vendedora ao UBS BB cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Acionista Vendedora declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Acionista Vendedora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Acionista Vendedora e o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 20 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 465 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e a Acionista Vendedora acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pela Acionista Vendedora, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, contido na página 465 deste Prospecto.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações emitidas pela Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos e os europeus. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2019, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de, aproximadamente, R\$4,8 trilhões, com um volume diário de negociação de R\$11,5 bilhões bilhões durante o ano de 2018. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 representam, aproximadamente, 47% da capitalização de mercado da B3 em 31 de dezembro de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$20,7 trilhões em 31 de dezembro de 2018 e um volume diário médio de negociação de US\$74,1 bilhões durante o ano de 2018.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda, ou a percepção de potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Após o término das Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*), as ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up* estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ler seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)”, na página 69 deste Prospecto.

Eventual descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva da Oferta e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja o descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará, imediatamente, de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para maiores informações, ler seção “*Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta*” na página 68 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e poderá optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais no Procedimento de Bookbuilding em, no mínimo, 50% do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), dos quais Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão participar em até, no máximo, 10% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) de Bookbuilding poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Investidores Institucionais participarão no Procedimento de *Bookbuilding* em, no mínimo, 50% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Adicionalmente, nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 10% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais no Procedimento de *Bookbuilding* em, no mínimo, 50% do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), dos quais Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão participar em até, no máximo, 10% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, leia a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta”, na página 64 deste Prospecto.

Como resultado do Processo de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, investidores de varejo poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa que possibilitará ao Investidor Não Institucional desistir de seu Pedido de Reserva, conforme o caso. A Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de investidores decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Investidores que adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquirirem Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 94 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior.

A Oferta compreenderá a distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*.

Adicionalmente, a Companhia e a Acionista Vendedora são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e a Acionista Vendedora os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*.

A Companhia e a Acionista Vendedora também emitem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e a Acionista Vendedora no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações, de forma a impactar, mesmo que indiretamente, a Companhia.

Acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pela conjuntura econômica e condições de mercados internacionais em geral, especialmente pela conjuntura econômica e condições de mercado existentes nos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanas, assim como ocorrido em 2008, quando o mercado nacional foi fortemente afetado pelo desempenho do mercado de capitais norte-americano. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações da Companhia nesta Oferta como forma de proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400. Desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais operações não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço e a liquidez das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, a Acionista Vendedora e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3, ANBIMA e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, a Acionista Vendedora e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, da Acionista Vendedora ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, das Acionistas Vendedoras ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta, a Companhia ou a Acionista Vendedora em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal disponibilização, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma, podendo também arquivar o pedido de registro da Oferta.

Os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez de nossas ações.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos acionistas controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares), os acionistas controladores serão titulares de, ao menos, 50% mais 1 das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais acionistas controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, conforme vinculados por acordo de acionistas, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia acará com todos os custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta.

A Companhia acará com todos os custos e das despesas da Oferta, incluindo os custos e das despesas da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos em decorrência da Oferta Primária e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo Lock-up ou Investidores Private Lock-up, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* e os Investidores *Private Lock-up* se comprometeram, durante o período de 15 (quinze) e 20 (vinte) dias, conforme o caso, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* e Investidores *Private Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e do Segmento *Private* aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo e do Segmento *Private Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão de, aproximadamente R\$[•], com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e Suplementares; e (ii) R\$[•], com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 48 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária para: (a) expansão de categorias; (b) desenvolvimento de tecnologia; (c) desenvolvimento de sua logística; e (d) crescimento de canais de distribuição, em especial, na expansão de rede de lojas físicas próprias.

A Companhia está constantemente analisando oportunidades de investimento em negócios complementares às suas atividades atualmente desenvolvidas e não há, até a presente data, qualquer negociação em andamento que vincule a Companhia à aquisição de qualquer potencial ativo.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados da destinação que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾ (em R\$)
Expansão de categorias	[•]%	[•]
Tecnologia	[•]%	[•]
Logística	[•]%	[•]
Crescimento de canais de distribuição.....	[•]%	[•]
Total	100%	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.

⁽³⁾ Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares e após a dedução das comissões e despesas da Oferta.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências, além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g., como resultado da pandemia COVID-19). Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” na página 20 deste Prospecto e da seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos da Companhia e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta em R\$[•] milhões, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e Suplementares.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 93 deste Prospecto Preliminar.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, correspondente por empréstimos e passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido da Companhia, em 30 de junho de 2021, indicando (i) a posição histórica naquela data e a posição ajustada para considerar os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia provenientes da Oferta Primária, estimados em R\$[•] mil, após a dedução das comissões e das despesas, em R\$[•] mil, com base no Preço por Ação de R\$[•].

As informações descritas abaixo na coluna denominada “Histórica” foram extraídas do Formulário de Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções “3. Informações Financeiras Selecionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como com as Informações Trimestrais da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto, a partir da página 167.

	Em 30 de junho de 2021		
	Histórico	Ajustado Pós-Oferta ⁽²⁾	Ajustado Pós-oferta ⁽³⁾
Empréstimos e financiamentos (circulante).....	[•]	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante).....	[•]	[•]	[•]
Patrimônio líquido.....	[•]	[•]	[•]
Capitalização Total⁽⁴⁾	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R\$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta no montante de R\$[•] milhões, calculado com base no Preço por Ação de R\$[•], conforme descrito na seção “Custos de Distribuição” que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), estimados em R\$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta no montante de R\$[•] milhões, calculado com base no Preço por Ação de R\$[•], conforme descrito na seção “Custos de Distribuição” que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde ao total dos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos e o total do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e Suplementares, aumentaria (reduziria) o patrimônio líquido da Companhia e a capitalização total em R\$[•] milhões.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de junho de 2021.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e a soma do valor patrimonial contábil das ações de emissão da Companhia subjacentes a cada Ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2021, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$[•] e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia, na mesma data, era de R\$[•]. O referido valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações no âmbito da Oferta e após a dedução das comissões e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e Suplementares, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de junho de 2021 seria de R\$[•], representando um valor de R\$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso representaria (i) um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia correspondente a R\$[•] para os acionistas existentes; e (ii) uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por ação ordinária de R\$[•] para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da Oferta.

Considerando o Grupamento, o valor patrimonial por ação ajustado após a Oferta (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais e após a dedução das comissões e despesas) é de R\$[•],00 por ação de emissão da Companhia. Isso representa um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R\$[•] por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de R\$[•] para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, página 48 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2020, Grupamento e os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária (em R\$, exceto percentagens)
Preço por Ação.....	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de junho de 2021.....	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de junho de 2021 ajustado considerando o Grupamento ⁽¹⁾	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir a Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) considerando o Grupamento	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária em 30 de junho de 2021 atribuído aos atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores ⁽²⁾	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores⁽³⁾	[•]

⁽¹⁾ Considera o número total das Ações da Companhia considerando o Aumento de Capital e o Grupamento.

⁽²⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽³⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial contábil das Ações e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção “*Informações Sobre à Oferta – Preço por Ação*”, na página 46 deste Prospecto.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Um acréscimo (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta acarretaria um acréscimo (diminuição), após a conclusão da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e Suplementares: (i) de R\$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R\$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia aos investidores desta Oferta em R\$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 48 deste Prospecto Preliminar.

Histórico do preço pago por administradores e acionistas controladores em subscrições de ações da Companhia

O quadro abaixo apresenta informações sobre o preço pago pelos administradores e acionistas controladores da Companhia em subscrições de ações de emissão da Companhia nos últimos cinco anos.

Data	Natureza da operação	Quantidade de ações/quotas	Tipo	Valor (R\$)	Valor por ação (R\$)
02/01/2019	Aumento de Capital	212.599.905	quotas	87.165.961,05	0,41
31/12/2019	Aumento de Capital	59.966.408	quotas	24.586.227,28	0,41
30/11/2020	Aumento de Capital	71.408.191	quotas	29.277.358,31	0,41

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos do capital social da Companhia, veja o item “17.2. Aumentos do Capital Social” do Formulário de Referência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DA ACIONISTA VENDEDORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS AUDITADAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DA AMMO VAREJO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DA AMMO VAREJO REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMMO VAREJO S.A.
CNPJ Nº 03.494.776/0001-01
NIRE Nº 35218126351
Companhia de Capital Autorizado

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A AMMO Varejo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social (“Estatuto”), pelas disposições legais aplicáveis.

§ 1º. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

§ 2º. Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto (i) o comércio varejista de móveis e artigos domésticos em geral, (ii) os serviços de montagem relacionados à atividade acima, (iii) o comércio varejista de alimentos e bebidas, (iv) o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, (v) o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, (vi) o comércio varejista de eletrodomésticos, (vii) o comércio varejista de eletroeletrônicos, (viii) o comércio varejista de livros e revistas, (ix) o comércio varejista de cama, mesa e banho, (x) o comércio varejista de artigos de tapeçaria, tapetes, carpetes, persianas e outros, (xi) a importação, a exportação e o comércio varejista de produtos de uso doméstico e pessoal, artigos para decoração e outros, (xii) a intermediação, a representação, o agenciamento, a corretagem de serviços e de negócios em geral, inclusive o agenciamento de publicidades e de propagandas, (xiii) o comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho, (xiv) o comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, (xv) o comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas, (xvi) o comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria, (xvii) o comércio de produtos em lojas de variedade na internet, (xviii) as atividades de design de interiores, (xix) a realização de serviços de arquitetura, (xx) as atividades de produção e edição de vídeos para divulgação na internet, (xxi) as atividades de representação comercial, (xxii) o comércio varejista de calçados em geral, (xxiii) promoção e intermediação da oferta de serviços financeiros e de pagamentos sempre relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia, (xxiv) armazenamento, guarda e conservação de produtos comercializados pela Companhia, bem como a emissão de títulos especiais que os representem, e (xxv) transporte rodoviário de cargas.

§ 1º. A Companhia poderá desenvolver diretamente outras atividades afins ou complementares ao objeto expresso no *caput* deste Artigo.

Artigo 3º. A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria Executiva, criar, transferir ou extinguir filiais, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 176.456.995,97 (cento e setenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 143.460.972 (cento e quarenta e três milhões e quatrocentas e sessenta mil e novecentas e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º. O capital social será sempre dividido exclusivamente em ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

§ 2º. As ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, designada pela Diretoria Executiva, sem a emissão de certificados, correndo por conta dos acionistas o custo dos serviços de transferência de ações que for cobrado pela instituição financeira depositária, observados os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

§ 3º. Cada ação ordinária conferirá a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 5º. O capital social poderá ser aumentado independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até atingir o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias (“Capital Autorizado”).

§ 1º. Dentro do limite do Capital Autorizado, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, sendo certo, no entanto, que a integralização de ações em bens dependerá da aprovação do respectivo laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei. O limite do Capital Autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

§ 2º. Dentro do limite do Capital Autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda:

- (a) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;
- (b) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações de sua emissão a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga da opção de compra ou na subscrição das ações; e
- (c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

Artigo 6º. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos estabelecidos em lei, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício, a critério do Conselho de Administração.

Artigo 7º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para fins de cancelamento ou manutenção em tesouraria, determinar sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis, inclusive aquelas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO III **ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração na forma e nos prazos previstos em lei.

§ 2º. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por outro conselheiro, ou, ainda, na ausência dos conselheiros da Companhia, por um Diretor. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 9º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes.

Artigo 10. Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e neste Estatuto, competirá privativamente à Assembleia Geral:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pelo Conselho de Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- (d) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (e) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (f) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores, empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- (g) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do Art. 122 da Lei nº 6.404/76;

- (h) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (i) aprovar a saída do Novo Mercado;
- (j) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”), como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado;
- (k) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; e
- (m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

§ 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

§ 2º. A deliberação a que se refere a alínea (j) deste Artigo deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, não se computando os votos em branco. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO IV **ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 11. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Artigo 12. A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 42 e sua anuência ao Regulamento do Novo Mercado.

§ 1º. Os administradores da Companhia deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia, incluindo, entre outras, o Código de Ética e Conduta da Companhia, à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

§ 2º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

§ 3º. Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 13. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e sua distribuição competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

Artigo 14. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

CAPÍTULO V **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 15. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. O período de gestão de cada membro do Conselho de Administração encerrase-á na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição dos mesmos.

§ 2º. O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre o funcionamento do órgão e dos comitês de assessoramento a ele subordinados, direitos e deveres dos membros do Conselho de Administração e relacionamento do Conselho de Administração com a Diretoria Executiva e demais órgãos sociais.

§ 3º. Após o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3, dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

§ 4º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§ 5º. O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

- (a) ocupar função ou cargo, em especial na administração ou em conselhos consultivo e fiscal, em outras pessoas jurídicas que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado; ou

(b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Artigo 16. A Assembleia Geral que realizar a eleição do Conselho de Administração elegerá dentre os conselheiros, o Presidente do Conselho de Administração. Ocorrendo impedimento ou ausência permanente do Presidente, o cargo em questão será assumido por um conselheiro eleito pelos demais membros do Conselho de Administração. No caso de vacância de qualquer dos conselheiros, os demais membros do Conselho de Administração nomearão substituto para preencher o cargo vago pelo prazo de gestão do Conselheiro substituído, observados os critérios previstos no § 3º do Artigo 15, caso se trate de vacância de cargo de Conselheiro Independente.

Artigo 17. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário.

Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração instalam-se, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de conselheiros.

§ 1º. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a respectiva ata de reunião.

§ 2º. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da Lei.

Artigo 19. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo a cada conselheiro um voto.

Artigo 20. Sem prejuízo de outras atribuições fixadas por lei ou neste Estatuto Social, compete exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias:

- (a) regulamentação das atividades da Companhia, podendo examinar e discutir qualquer matéria que não seja de competência exclusiva da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;
- (b) fixação da orientação geral dos negócios da Companhia;
- (c) eleição e destituição dos Diretores da Companhia;
- (d) determinação das atribuições dos Diretores da Companhia, incluindo a nomeação do Diretor de Relação com Investidores, quando aplicável;
- (e) convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas em lei;

- (f) fiscalização da atividade dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos;
- (g) exame dos resultados trimestrais da Companhia;
- (h) nomeação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (i) convocação dos auditores da Companhia para prestar as explicações julgadas necessárias;
- (j) manifestação sobre relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre a sua submissão à Assembleia Geral;
- (k) constituição ou dissolução de subsidiárias e a aquisição pela Companhia de participações em outras sociedades;
- (l) realização de inspeções, auditoria ou prestação de contas nas subsidiárias, controladas ou afiliadas da Companhia, bem como nas fundações patrocinadas pela Companhia;
- (m) manifestação sobre qualquer assunto antes da respectiva submissão à Assembleia Geral;
- (n) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade, (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (o) deliberação sobre a (i) emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações dentro dos limites do Capital Autorizado; e (ii) a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;
- (p) aprovação e alteração do Regimento Interno do Conselho de Administração;
- (q) aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior venda;
- (r) autorizar:
 - i. a aquisição, a alienação, o compromisso, a cessão, a permuta, a dação em pagamento, o arrendamento e a transmissão de posse ou domínio de bens imóveis;

ii. a hipoteca, o penhor, os ônus e gravames de bens imóveis, semoventes e móveis, títulos, apólices e todo e qualquer pertence;

iii. a contratação de empréstimos e financiamentos, a transmissão de direitos e ações, e a confissão de dívidas; refinanciamento ou reestruturação de caráter material de endividamento pela Companhia (exceto pelas linhas de créditos rotativo previamente aprovadas); e

iv. a aquisição, subscrição ou alienação de ações ou quotas representativas de capital de outras empresas de que participe;

(s) a celebração, alteração ou rescisão, pela Companhia ou por quaisquer de suas subsidiárias, de qualquer contrato, compromisso ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou uma de suas subsidiárias e, de outro lado, qualquer acionista controlador ou parte relacionada a qualquer acionista controlador da Companhia, ou, ainda, a renúncia a qualquer direito da Companhia ou de suas subsidiárias decorrente ou relacionado a tais contratos, compromissos ou acordos;

(t) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (i) Código de Ética e Conduta; (ii) Política de Remuneração; (iii) Política de Indicação de Administradores; (iv) Política de Gerenciamento de Riscos; (v) Política de Transações com Partes Relacionadas; (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (vii) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; e

(u) rever periodicamente o sistema de governança corporativa da Companhia, visando a aprimorá-lo.

Artigo 21. O Conselho de Administração da Companhia poderá ter comitês de assessoramento, permanentes ou não, para auxílio, assessoramento e suporte. A instalação de tais comitês, a eleição de seus membros e a definição das regras referentes à sua competência e ao seu funcionamento serão definidas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI **DIRETORIA EXECUTIVA**

Artigo 22. A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Artigo 23. A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo, um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica.

§ 1º. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos Diretores.

§ 2º. No caso de ficar incompleto o quadro da Diretoria Executiva as funções serão acumuladas por qualquer um dos Diretores, sob a indicação do Conselho de Administração.

Artigo 24. No exercício de suas funções, os Diretores, observadas as disposições definidas em Lei e neste Estatuto, agirão em perfeita harmonia, competindo ao Diretor Presidente:

- a) Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) Executar as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como estabelecer os critérios para a execução de referidas estratégias e diretrizes operacionais;
- c) Preparar e fazer executar o orçamento e o plano de negócios anual da sociedade; e
- d) Manter ligação permanente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração;

Aos demais Diretores:

- a) Exercer as atribuições fixadas pelo Conselho de Administração ou fixadas pelo Diretor Presidente, no limite de suas atribuições.

Parágrafo Único. Competirá aos Diretores, na forma do Artigo 25 abaixo, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, não sendo necessária a autorização prévia do Conselho de Administração.

Artigo 25. Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete a todos os Diretores Executivos, para os quais será necessária a assinatura em conjunto de 2 (dois) Diretores no exercício de suas funções; 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos na forma prevista neste Estatuto.

Artigo 26. É exigida a assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, na constituição de procurador ou procuradores da sociedade, na delegação de poderes para representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Artigo 27. A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. As atribuições e deveres do Conselho Fiscal são os definidos em lei e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Artigo 28. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 29. Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma abaixo:

- (a) o lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
 - i. a importância destinada à constituição da reserva legal; e
 - ii. a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;
- (b) o pagamento de dividendo determinado nos termos do *caput* deste Artigo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e
- (c) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§ 1º. O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia; o Conselho Fiscal, se instalado, deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores da Companhia encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia.

§ 2º. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º acima serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Artigo 30. A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 63% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: **(i)** assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei 6.404/76; podendo ainda **(ii)** ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

§ 1º. A Reserva para Investimentos não excederá 80% do capital social e sua constituição respeitará, em qualquer caso, o dividendo mínimo obrigatório previsto no *caput* do Artigo 29.

§ 2º. A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer tempo distribuir dividendos à conta de Reserva de Investimentos ou destinar

seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Artigo 31. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 32. O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda.

Artigo 33. Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio creditados nos termos do Artigo 31 e do Artigo 32 serão imputados ao dividendo obrigatório.

Artigo 34. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Artigo 35. A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia participação nos lucros, observado o limite legal.

CAPÍTULO IX

ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA, SAÍDA DO NOVO MERCADO E PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Alienação de Controle

Artigo 36. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 37. Salvo na hipótese de dispensa prevista no Regulamento do Novo Mercado, caso, em Assembleia Geral, seja aprovado o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o Acionista Controlador ou a Companhia deverá efetivar OPA pertencentes aos demais acionistas Companhia, sendo que o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo apurado em laudo de avaliação, elaborado de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa

aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e deste Estatuto Social.

Proteção da Dispersão da Base Acionária

Artigo 38. Qualquer Acionista Comprador (conforme definição abaixo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, inclusive por força de usufruto que lhe assegure direitos políticos de sócio, em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“OPA de Proteção”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários, os regulamentos da B3 e os termos deste Capítulo.

§ 1º. O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA de Proteção (“Preço da Oferta”) deverá ser o maior valor entre:

- (a) o preço justo, entendido como o valor de avaliação da Companhia, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme laudo de avaliação preparado por instituição de reputação internacional, experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, assegurada a revisão do valor da oferta na forma do § 3º deste Artigo;
- (b) 125% do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA de Proteção nos termos deste Artigo, devidamente atualizado pelo IGP-M ou por índice de base equivalente que o venha a substituir, até o momento do pagamento; e
- (c) 125% da cotação unitária média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 dias anterior à publicação do edital da OPA de Proteção.

§ 2º. A OPA de Proteção deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02 ou norma que venha a substitui-la:

- (a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (b) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;
- (c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;
- (d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, ressalvado o disposto no § 5º deste Artigo;

(e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional; e

(f) ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, elaborado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, preparado por instituição de reputação internacional, experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, e que não tenha conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções.

§ 3º. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% das ações da Companhia, excetuadas neste cômputo as ações de titularidade do Acionista Comprador, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia especial dos acionistas titulares das ações para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da Oferta, cujo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido na alínea (f) do § 2º deste Artigo, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da B3 e nos termos deste Capítulo.

§ 4º. Na Assembleia especial referida no § 3º acima somente poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Acionista Comprador.

§ 5º. Caso a Assembleia especial referida no § 3º acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da OPA de Proteção, poderá o Acionista Comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos Arts. 24 e 28 da Instrução CVM nº 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da data da mesma Assembleia especial.

§ 6º. A exigência de OPA de Proteção prevista no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular outra oferta pública concorrente ou isolada, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 7º. As obrigações constantes do Art. 254-A da Lei nº 6.404/76, e nos Artigos 36 e 37 deste Estatuto não excluem o cumprimento pelo Acionista Comprador das obrigações constantes deste Artigo.

§ 8º. O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 25% do total das ações de sua emissão, em decorrência:

(a) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da Companhia por uma outra sociedade;

(b) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações da Companhia por uma outra sociedade;

(c) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo Conselho de

Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos deste estatuto; ou

- (d) de OPA de Proteção que atenda ao disposto neste Artigo.

§ 9º. O disposto neste Artigo não se aplica, ainda, aos acionistas da Companhia que forem titulares de 25% ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data do seu registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários e respectivos sucessores, inclusive e em especial os acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios/acionistas dos referidos acionistas controladores que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias, aplicando-se, portanto, exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após a obtenção do seu registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários e o início da negociação das ações de emissão da Companhia na B3.

§ 10º. Publicado qualquer edital de OPA de Proteção, formulado nos termos deste Artigo, incluindo a determinação do Preço da Oferta, ou formulado nos termos da regulamentação vigente, o Conselho de Administração deverá reunir-se, no prazo de 10 dias, a fim de apreciar os termos e condições da OPA de Proteção, obedecendo aos seguintes princípios:

- (a) o Conselho de Administração poderá contratar assessoria externa especializada, que atenda ao disposto na alínea (e) do § 2º supra, com o objetivo de analisar a conveniência e oportunidade da oferta, no interesse geral dos acionistas e do segmento econômico em que atuam as controladas da Companhia; e
- (b) caberá ao Conselho de Administração divulgar, justificadamente, aos acionistas o seu entendimento acerca da conveniência e oportunidade da OPA de Proteção.

§ 11º. Para fins do cálculo do percentual de 25% do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§ 12º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

§ 13º. Na hipótese de o Acionista Comprador não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (*i*) para a realização ou solicitação do registro da OPA de Proteção; ou (*ii*) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador, conforme disposto no Art. 120 da Lei n.º 6.404/76.

Artigo 39. Para fins deste Estatuto Social, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

- (a) “Acionista Comprador” significa qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Comprador e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Comprador, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Comprador, qualquer pessoa **(i)** que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por tal Acionista Comprador; **(ii)** que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Comprador; **(iii)** que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Comprador; **(iv)** na qual o controlador de tal Acionista Comprador tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social; **(v)** na qual tal Acionista Comprador tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social; ou **(vi)** que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social do Acionista Comprador.
- (b) “Acionista Controlador” significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerce o Poder de Controle da Companhia.
- (c) “Poder de Controle” ou “Controle” significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
- (d) “Grupo de Acionistas” o grupo de duas ou mais pessoas **(i)** vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou **(ii)** entre as quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou **(iii)** sob Controle Comum; ou **(iv)** que atuem representando um interesse comum **(a)** uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e **(b)** duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem **(x)** administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou **(y)** tenham em comum a maioria de seus administradores.

CAPÍTULO X **REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

Artigo 40. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único. Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberará sobre a referida reorganização deverão dar anuênci a essa estrutura.

CAPÍTULO XI **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

Artigo 41. A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

CAPÍTULO XII **RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Artigo 42. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XIII **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 43. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, com base na legislação aplicável à espécie, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 44. As disposições contidas no §§1º e 2º do Artigo 1º, itens (i) e (j) e §2º do Artigo 10, Artigo 12, §3º do Artigo 15, Artigo 36, Artigo 37, Artigo 40 e Artigo 42 deste Estatuto Social somente terão eficácia com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3.

** * * *

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMMO VAREJO S.A.
CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01
NIRE 3521812635-1

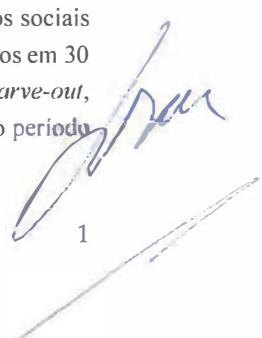
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2021**

1. Data, Hora e Local: No dia 27 de julho de 2021, às 8h, na sede da AMMO Varejo S.A. (“Companhia”), na Avenida Paulista, nº 1.754, 2^a sobreloja, Ala B, Cerqueira César, CEP 01310-920, na Cidade e Estado do São Paulo.

2. Convocação: Convocação dispensada em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e conforme verificado pelas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

3. Presença: Presentes acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a abertura de capital da Companhia e submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta, como emissor categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada e em vigor (“Instrução CVM 480”); (ii) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”), com a consequente celebração, com a B3, do Contrato de Participação do Novo Mercado; (iii) a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia no Brasil, com a consequente submissão do pedido de registro na CVM em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e em vigor (“Instrução CVM 400”), e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior; (iv) a proposta de grupamento das ações de emissão da Companhia; (v) ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, adequando-o às regras do segmento de listagem do Novo Mercado da B3; (vi) a eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia; (vii) a alteração da remuneração global anual dos Administradores da Companhia; (viii) a aprovação das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2021; (ix) a aprovação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020 e ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021; (x) a aprovação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020 e ao período



1

de seis meses encerrados em e 30 junho de 2021; e (xi) a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

5. **Mesa:** Presidente: Josué Christiano Gomes da Silva; Secretário: Carlos Alberto Arikawa.

6. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes, sem quaisquer ressalvas ou reservas:

6.1. Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata que se refere a esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º da Lei das S.A., bem como a publicação da ata desta Assembleia Geral Extraordinária com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, na forma do artigo 130, § 2º, da Lei das S.A.

6.2. Observado o disposto no item 6.4 abaixo, aprovar e autorizar a submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta, como emissor categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

6.3. Observado o disposto no item 6.4 abaixo, aprovar e autorizar a submissão do pedido de registro e listagem da Companhia como emissor na B3, bem como sua adesão ao segmento especial de listagem designado Novo Mercado para a negociação de suas ações, com a consequente celebração, com a B3, do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado e a admissão de valores mobiliários de sua emissão à negociação.

6.4. Aprovar a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil (“Oferta”), a qual deverá ser realizada segundo os termos e condições abaixo, sendo certo que (a) as condições do aumento de capital da Companhia no âmbito da Oferta, (b) o intervalo de preço por ação e (c) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia adote todas as medidas e pratique todos os atos necessários para a efetiva implementação da Oferta, incluindo (i) fixar o preço de emissão das ações ordinárias objeto da Oferta; (ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia a ser realizado no contexto da Oferta, inclusive em relação às Ações Adicionais e às Ações do Lote Suplementar; e (iii) aprovar a celebração de todos os documentos da Oferta, deverão ser objeto de deliberação pelo Conselho de Administração antes do lançamento da Oferta:

- a. A Oferta será realizada, no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder” ou “XP”), do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores

Mobiliários S.A. (“UBS BB” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Banco ABC e o UBS BB, (“Coordenadores da Oferta”), e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com esforços de colocação das ações ordinárias no exterior (“Oferta Internacional”), sendo (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado (“Securities Act”), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (“SEC”), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituidos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* (“Regulamento S”), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, “Investidores Estrangeiros”, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada (“Resolução CMN 4.373”), e pela Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, conforme alterada (“Resolução CVM 13”), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada (“Lei 4.131”), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

- b. Nos termos do artigo 14, §2º da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do anúncio de inicio da Oferta, a quantidade de ações ordinárias inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme a seguir definidas) poderá, a critério da Companhia e/ou do acionista vendedor no âmbito da Oferta (“Acionista Vendedor”), em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das ações ordinárias inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”).
- c. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de ações ordinárias inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e ao mesmo preço das ações ordinárias inicialmente ofertadas (“Ações do Lote Suplementar”).

d. As demais características da Oferta constarão dos prospectos a serem arquivados na CVM, bem como no “*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme e Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.*” e demais documentos e anúncios da Oferta aplicáveis.

e. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

6.5. Aprovar, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A., o grupamento da totalidade das 430.382.917 (quatrocentos e trinta milhões, trezentas e oitenta e duas mil, novecentas e dezessete) ações de emissão da Companhia, à proporção de 3 (três) ações para 1 (uma) ação após o grupamento, sem alteração do valor do capital social, consolidando o número de ações em que se divide o capital social da Companhia em 143.460.972 (cento e quarenta e três milhões e quatrocentas e sessenta mil e novecentas e setenta e duas) ações ordinárias, sem valor nominal, desconsideradas quaisquer frações.

6.6. Aprovar a ampla reforma do Estatuto Social da Companhia, adequando-o às regras necessárias para atender às exigências legais e regulamentares aplicáveis a companhias abertas e às exigências do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

6.7. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia com as alterações referidas nos itens anteriores, passando a vigorar com a redação constante do Anexo I à esta ata.

6.8. Fixar a quantidade de membros do Conselho de Administração da Companhia em 5 (cinco) membros, com o prazo de gestão unificado de 1 (um) ano.

6.9. Consignar a renúncia dos Srs. (i) João Batista da Cunha Bomfim, brasileiro, casado, advogado e contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.197 – OAB/MG, inscrito no CPF/ME sob nº 006.498.306-44, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1.754, Segunda Sobreloja, bairro Cerqueira César, CEP 01310-200, São Paulo-SP; (ii) Josué Christiano Gomes da Silva, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº MG-1.246.178, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 493.795.776-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com escritório na Av. Paulista, 1.754, 2^a sobreloja, parte, Cerqueira César, CEP: 01310-920; e (iii) João Gustavo Rebello de Paula, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº M-3.686.935, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 692.239.806-82, residente e domiciliado na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua Dr. Santos, 223 – conj. 308, Centro, aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, outorgando os membros renunciantes e a Companhia, mutuamente, a mais ampla, plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou exigir, em juízo ou fora dele, seja a que título for, exceto em caso de dolo, fraude, má-fé, negligência ou violação à lei ou a Estatuto Social da Companhia, em relação ao período

em que cada um ocupou o cargo na administração da Companhia, bem como em relação aos atos praticados até a presente data, mediante assinatura dos termos de renúncia cuja cópia, rubricada pela Mesa, fica arquivada na sede da Companhia.

6.10. Aprovar a eleição dos seguintes candidatos para integrar o Conselho de Administração da Companhia: (i) **Josué Christiano Gomes da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº MG-1.246.178, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 493.795.776-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com escritório na Av. Paulista, 1.754, 2^a sobreloja, parte, Cerqueira César, CEP: 01310-920, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **João Gustavo Rebello de Paula**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº M-3.686.935, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/ME sob o nº 692.239.806-82, residente e domiciliado na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua Dr. Santos, 223 – conj. 308, Centro, para o cargo de membro efetivo; (iii) **Jorge Manuel Seabra de Freitas**, português, economista, portador do Passaporte português nº P412689, inscrito no CPF/ME sob o nº 235.617.088-03, residente e domiciliado na cidade do Porto, 4200-289, Portugal, na Rua Faria Guimarães, 742 4 Esq., para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; (iv) **Walter Roberto de Oliveira Longo**, brasileiro, viúvo, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4933524 - SSP/SP-, inscrito no e CPF/ME sob o nº 563.380.748-00, com endereço profissional em Barueri, SP, com na Alameda Tocantins, nº 75, 11º andar, Alphaville, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; e, (v) **Germán Pasquale Quiroga Vilardo**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador de Cédula de Identidade RG nº 07.354.705-1, inscrito no CPF/ME sob o nº 009.943.227-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua das Açucenas, nº 206, Cidade Jardim, 05673-040, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração.

6.10.1. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos terão mandatos unificados de 1 (um) ano até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021 e, tomarão posse dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados desta Assembleia Geral Extraordinária, declarando nos respectivos termos de posse, consoante o disposto no artigo 147 da Lei das S.A. e nas regras constantes da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, e no Estatuto Social, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir os cargos para o qual foram eleitos, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/1994, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados a penas de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os tornem inelegíveis para

cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º, da Lei das S.A.; e (iv) não ocupam cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. Os membros do Conselho de Administração assumirão, ainda, o compromisso de sujeitar-se à cláusula compromissória prevista no Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia.

6.10.2. Foi registrado e anuído entre os acionistas presentes que, conforme declaração fornecida pelos membros do Conselho de Administração ora eleitos, os Srs. Walter Roberto de Oliveira Longo e Germán Pasquale Quiroga Vilardo se enquadram na qualidade de conselheiros independentes conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e o Estatuto Social da Companhia.

6.11. Aprovar a alteração da remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2021, no valor de até R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais), ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da Lei das S.A.

6.12. Aprovar as demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2021, cuja cópia, rubricada pela Mesa, fica arquivada na sede da Companhia.

6.13. Aprovar as Demonstrações Financeiras e o relatório anual da administração, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e ao período de seis meses encerrados em 30 junho de 2021, cuja cópia, rubricada pela mesa, fica arquivada na sede da Companhia.

6.14. Aprovar as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e ao período de seis meses encerrados em 30 junho de 2021, cuja cópia, rubricada pela Mesa, fica arquivada na sede da Companhia.

6.15. Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações tomadas e aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, incluindo a celebração de todos os contratos e documentos necessários para a conclusão da Oferta e a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta, e ratificar todos os atos já realizados pelos administradores da Companhia com relação às deliberações ora aprovadas.

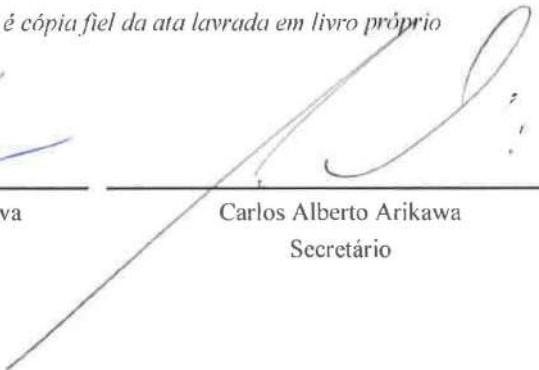
7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes.

8. **Assinaturas:** Mesa: Josué Christiano Gomes da Silva (presidente) e Carlos Alberto Arikawa (secretário). Acionistas Presentes: Coteminas S.A.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio



Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente da Mesa



Carlos Alberto Arikawa
Secretário

ANEXO I – ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO



A handwritten signature is written over a large, thin-lined checkmark. The checkmark is oriented diagonally from the bottom-left towards the top-right. The signature appears to be in cursive script, possibly reading "Aprovado".

AMMO VAREJO S.A.
CNPJ Nº 03.494.776/0001-01
NIRE Nº 35218126351
Companhia de Capital Autorizado

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A AMMO Varejo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social (“Estatuto”), pelas disposições legais aplicáveis.

§ 1º. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

§ 2º. Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto (i) o comércio varejista de móveis e artigos domésticos em geral, (ii) os serviços de montagem relacionados à atividade acima, (iii) o comércio varejista de alimentos e bebidas, (iv) o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, (v) o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, (vi) o comércio varejista de eletrodomésticos, (vii) o comércio varejista de eletroeletrônicos, (viii) o comércio varejista de livros e revistas, (ix) o comércio varejista de cama, mesa e banho, (x) o comércio varejista de artigos de tapeçaria, tapetes, carpetes, persianas e outros, (xi) a importação, a exportação e o comércio varejista de produtos de uso doméstico e pessoal, artigos para decoração e outros, (xii) a intermediação, a representação, o agenciamento, a corretagem de serviços e de negócios em geral, inclusive o agenciamento de publicidades e de propagandas, (xiii) o comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho, (xiv) o comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, (xv) o comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas, (xvi) o comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria, (xvii) o comércio de produtos em lojas de variedade na internet, (xviii) as atividades de design de interiores, (xix) a realização de serviços de arquitetura, (xx) as atividades de produção e edição de vídeos para divulgação na internet, (xxi) as atividades de representação comercial, (xxii) o comércio varejista de calçados em geral, (xxiii) promoção e intermediação da oferta de serviços financeiros e de pagamentos sempre relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia, (xxiv) armazenamento, guarda e conservação de produtos comercializados pela Companhia, bem como a emissão de títulos especiais que os representem, e (xxv) transporte rodoviário de cargas.

§ 1º. A Companhia poderá desenvolver diretamente outras atividades afins ou complementares ao objeto expresso no *caput* deste Artigo.

Artigo 3º. A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria Executiva, criar, transferir ou extinguir filiais, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 176.456.995,97 (cento e setenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 143.460.972 (cento e quarenta e três milhões e quatrocentas e sessenta mil e novecentas e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º. O capital social será sempre dividido exclusivamente em ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

§ 2º. As ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, designada pela Diretoria Executiva, sem a emissão de certificados, correndo por conta dos acionistas o custo dos serviços de transferência de ações que for cobrado pela instituição financeira depositária, observados os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

§ 3º. Cada ação ordinária conferirá a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 5º. O capital social poderá ser aumentado independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até atingir o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias (“Capital Autorizado”).

§ 1º. Dentro do limite do Capital Autorizado, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, sendo certo, no entanto, que a integralização de ações em bens dependerá da aprovação do respectivo laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei. O limite do Capital Autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

§ 2º. Dentro do limite do Capital Autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda:

(a) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

(b) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações de sua emissão a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga da opção de compra ou na subscrição das ações; e

(c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

Artigo 6º. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos estabelecidos em lei, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício, a critério do Conselho de Administração.

Artigo 7º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para fins de cancelamento ou manutenção em tesouraria, determinar sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis, inclusive aquelas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO III **ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração na forma e nos prazos previstos em lei.

§ 2º. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por outro conselheiro, ou, ainda, na ausência dos conselheiros da Companhia, por um Diretor. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 9º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes.

Artigo 10. Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e neste Estatuto, competirá privativamente à Assembleia Geral:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pelo Conselho de Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- (d) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (e) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (f) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores, empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- (g) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do Art. 122 da Lei nº 6.404/76;



-
- (h) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
 - (i) aprovar a saída do Novo Mercado;
 - (j) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”), como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado;
 - (k) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; e
 - (m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

§ 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

§ 2º. A deliberação a que se refere a alínea (j) deste Artigo deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, não se computando os votos em branco. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Artigo 12. A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 42 e sua anuência ao Regulamento do Novo Mercado.

§ 1º. Os administradores da Companhia deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia, incluindo, entre outras, o Código de Ética e Conduta da Companhia, à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

§ 2º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

§ 3º. Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 13. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e sua distribuição competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

Artigo 14. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

CAPÍTULO V **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 15. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. O período de gestão de cada membro do Conselho de Administração encerrará-se à na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição dos mesmos.

§ 2º. O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre o funcionamento do órgão e dos comitês de assessoramento a ele subordinados, direitos e deveres dos membros do Conselho de Administração e relacionamento do Conselho de Administração com a Diretoria Executiva e demais órgãos sociais.

§ 3º. Após o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3, dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

§ 4º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§ 5º. O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

- (a) ocupar função ou cargo, em especial na administração ou em conselhos consultivo e fiscal, em outras pessoas jurídicas que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado; ou

(b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Artigo 16. A Assembleia Geral que realizar a eleição do Conselho de Administração elegerá dentre os conselheiros, o Presidente do Conselho de Administração. Ocorrendo impedimento ou ausência permanente do Presidente, o cargo em questão será assumido por um conselheiro eleito pelos demais membros do Conselho de Administração. No caso de vacância de qualquer dos conselheiros, os demais membros do Conselho de Administração nomearão substituto para preencher o cargo vago pelo prazo de gestão do Conselheiro substituído, observados os critérios previstos no § 3º do Artigo 15, caso se trate de vacância de cargo de Conselheiro Independente.

Artigo 17. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário.

Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração instalam-se, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de conselheiros.

§ 1º. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a respectiva ata de reunião.

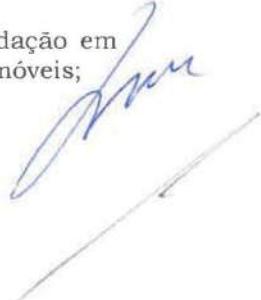
§ 2º. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da Lei.

Artigo 19. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo a cada conselheiro um voto.

Artigo 20. Sem prejuízo de outras atribuições fixadas por lei ou neste Estatuto Social, compete exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias:

- (a) regulamentação das atividades da Companhia, podendo examinar e discutir qualquer matéria que não seja de competência exclusiva da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;
- (b) fixação da orientação geral dos negócios da Companhia;
- (c) eleição e destituição dos Diretores da Companhia;
- (d) determinação das atribuições dos Diretores da Companhia, incluindo a nomeação do Diretor de Relação com Investidores, quando aplicável;
- (e) convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas em lei;

-
- (f) fiscalização da atividade dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos;
 - (g) exame dos resultados trimestrais da Companhia;
 - (h) nomeação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
 - (i) convocação dos auditores da Companhia para prestar as explicações julgadas necessárias;
 - (j) manifestação sobre relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre a sua submissão à Assembleia Geral;
 - (k) constituição ou dissolução de subsidiárias e a aquisição pela Companhia de participações em outras sociedades;
 - (l) realização de inspeções, auditoria ou prestação de contas nas subsidiárias, controladas ou afiliadas da Companhia, bem como nas fundações patrocinadas pela Companhia;
 - (m) manifestação sobre qualquer assunto antes da respectiva submissão à Assembleia Geral;
 - (n) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade, (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
 - (o) deliberação sobre a (i) emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações dentro dos limites do Capital Autorizado; e (ii) a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;
 - (p) aprovação e alteração do Regimento Interno do Conselho de Administração;
 - (q) aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior venda;
 - (r) autorizar:
 - i. a aquisição, a alienação, o compromisso, a cessão, a permuta, a dação em pagamento, o arrendamento e a transmissão de posse ou domínio de bens imóveis;



ii. a hipoteca, o penhor, os ônus e gravames de bens imóveis, semoventes e móveis, títulos, apólices e todo e qualquer pertence;

iii. a contratação de empréstimos e financiamentos, a transmissão de direitos e ações, e a confissão de dívidas; refinanciamento ou reestruturação de caráter material de endividamento pela Companhia (exceto pelas linhas de créditos rotativo previamente aprovadas); e

iv. a aquisição, subscrição ou alienação de ações ou quotas representativas de capital de outras empresas de que participe;

(s) a celebração, alteração ou rescisão, pela Companhia ou por quaisquer de suas subsidiárias, de qualquer contrato, compromisso ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou uma de suas subsidiárias e, de outro lado, qualquer acionista controlador ou parte relacionada a qualquer acionista controlador da Companhia, ou, ainda, a renúncia a qualquer direito da Companhia ou de suas subsidiárias decorrente ou relacionado a tais contratos, compromissos ou acordos;

(t) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (i) Código de Ética e Conduta; (ii) Política de Remuneração; (iii) Política de Indicação de Administradores; (iv) Política de Gerenciamento de Riscos; (v) Política de Transações com Partes Relacionadas; (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (vii) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; e

(u) rever periodicamente o sistema de governança corporativa da Companhia, visando a aprimorá-lo.

Artigo 21. O Conselho de Administração da Companhia poderá ter comitês de assessoramento, permanentes ou não, para auxílio, assessoramento e suporte. A instalação de tais comitês, a eleição de seus membros e a definição das regras referentes à sua competência e ao seu funcionamento serão definidas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 22. A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Artigo 23. A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo, um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica.

§ 1º. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos Diretores.

§ 2º. No caso de ficar incompleto o quadro da Diretoria Executiva as funções serão acumuladas por qualquer um dos Diretores, sob a indicação do Conselho de Administração.

Artigo 24. No exercício de suas funções, os Diretores, observadas as disposições definidas em Lei e neste Estatuto, agirão em perfeita harmonia, competindo ao Diretor Presidente:

- a) Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) Executar as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como estabelecer os critérios para a execução de referidas estratégias e diretrizes operacionais;
- c) Preparar e fazer executar o orçamento e o plano de negócios anual da sociedade; e
- d) Manter ligação permanente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração;

Aos demais Diretores:

- a) Exercer as atribuições fixadas pelo Conselho de Administração ou fixadas pelo Diretor Presidente, no limite de suas atribuições.

Parágrafo Único. Competirá aos Diretores, na forma do Artigo 25 abaixo, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, não sendo necessária a autorização prévia do Conselho de Administração.

Artigo 25. Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete a todos os Diretores Executivos, para os quais será necessária a assinatura em conjunto de 2 (dois) Diretores no exercício de suas funções; 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos na forma prevista neste Estatuto.

Artigo 26. É exigida a assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, na constituição de procurador ou procuradores da sociedade, na delegação de poderes para representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Artigo 27. A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. As atribuições e deveres do Conselho Fiscal são os definidos em lei e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Artigo 28. O exercício social terá inicio em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 29. Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma abaixo:

- (a) o lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
 - i. a importância destinada à constituição da reserva legal; e
 - ii. a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;
- (b) o pagamento de dividendo determinado nos termos do *caput* deste Artigo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e
- (c) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§ 1º. O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia; o Conselho Fiscal, se instalado, deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores da Companhia encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia.

§ 2º. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º acima serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Artigo 30. A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 63% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei 6.404/76; podendo ainda (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

§ 1º. A Reserva para Investimentos não excederá 80% do capital social e sua constituição respeitará, em qualquer caso, o dividendo mínimo obrigatório previsto no *caput* do Artigo 29.

§ 2º. A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer tempo distribuir dividendos à conta de Reserva de Investimentos ou destinar

seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Artigo 31. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 32. O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda.

Artigo 33. Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio creditados nos termos do Artigo 31 e do Artigo 32 serão imputados ao dividendo obrigatório.

Artigo 34. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Artigo 35. A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia participação nos lucros, observado o limite legal.

CAPÍTULO IX ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA, SAÍDA DO NOVO MERCADO E PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Alienação de Controle

Artigo 36. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 37. Salvo na hipótese de dispensa prevista no Regulamento do Novo Mercado, caso, em Assembleia Geral, seja aprovado o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o Acionista Controlador ou a Companhia deverá efetivar OPA pertencentes aos demais acionistas Companhia, sendo que o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo apurado em laudo de avaliação, elaborado de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa

aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e deste Estatuto Social.

Proteção da Dispersão da Base Acionária

Artigo 38. Qualquer Acionista Comprador (conforme definição abaixo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, inclusive por força de usufruto que lhe assegure direitos políticos de sócio, em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“OPA de Proteção”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários, os regulamentos da B3 e os termos deste Capítulo.

§ 1º. O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA de Proteção (“Preço da Oferta”) deverá ser o maior valor entre:

(a) o preço justo, entendido como o valor de avaliação da Companhia, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme laudo de avaliação preparado por instituição de reputação internacional, experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, assegurada a revisão do valor da oferta na forma do § 3º deste Artigo;

(b) 125% do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA de Proteção nos termos deste Artigo, devidamente atualizado pelo IGP-M ou por índice de base equivalente que o venha a substituir, até o momento do pagamento; e

(c) 125% da cotação unitária média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 dias anterior à publicação do edital da OPA de Proteção.

§ 2º. A OPA de Proteção deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02 ou norma que venha a substitui-la:

(a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;

(b) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;

(c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;

(d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, ressalvado o disposto no § 5º deste Artigo;

(e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional; e

(f) ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, elaborado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, preparado por instituição de reputação internacional, experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, e que não tenha conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções.

§ 3º. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% das ações da Companhia, excetuadas neste cômputo as ações de titularidade do Acionista Comprador, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia especial dos acionistas titulares das ações para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da Oferta, cujo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido na alínea (f) do § 2º deste Artigo, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da B3 e nos termos deste Capítulo.

§ 4º. Na Assembleia especial referida no § 3º acima somente poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Acionista Comprador.

§ 5º. Caso a Assembleia especial referida no § 3º acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da OPA de Proteção, poderá o Acionista Comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos Arts. 24 e 28 da Instrução CVM nº 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da data da mesma Assembleia especial.

§ 6º. A exigência de OPA de Proteção prevista no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular outra oferta pública concorrente ou isolada, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 7º. As obrigações constantes do Art. 254-A da Lei nº 6.404/76, e nos Artigos 36 e 37 deste Estatuto não excluem o cumprimento pelo Acionista Comprador das obrigações constantes deste Artigo.

§ 8º. O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 25% do total das ações de sua emissão, em decorrência:

(a) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da Companhia por uma outra sociedade;

(b) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações da Companhia por uma outra sociedade;

(c) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo Conselho de

Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos deste estatuto; ou

(d) de OPA de Proteção que atenda ao disposto neste Artigo.

§ 9º. O disposto neste Artigo não se aplica, ainda, aos acionistas da Companhia que forem titulares de 25% ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data do seu registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários e respectivos sucessores, inclusive e em especial os acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios/acionistas dos referidos acionistas controladores que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias, aplicando-se, portanto, exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após a obtenção do seu registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários e o início da negociação das ações de emissão da Companhia na B3.

§ 10º. Publicado qualquer edital de OPA de Proteção, formulado nos termos deste Artigo, incluindo a determinação do Preço da Oferta, ou formulado nos termos da regulamentação vigente, o Conselho de Administração deverá reunir-se, no prazo de 10 dias, a fim de apreciar os termos e condições da OPA de Proteção, obedecendo aos seguintes princípios:

(a) o Conselho de Administração poderá contratar assessoria externa especializada, que atenda ao disposto na alínea (e) do § 2º supra, com o objetivo de analisar a conveniência e oportunidade da oferta, no interesse geral dos acionistas e do segmento econômico em que atuam as controladas da Companhia; e

(b) caberá ao Conselho de Administração divulgar, justificadamente, aos acionistas o seu entendimento acerca da conveniência e oportunidade da OPA de Proteção.

§ 11º. Para fins do cálculo do percentual de 25% do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§ 12º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

§ 13º. Na hipótese de o Acionista Comprador não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (*i*) para a realização ou solicitação do registro da OPA de Proteção; ou (*ii*) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador, conforme disposto no Art. 120 da Lei n.º 6.404/76.

Artigo 39. Para fins deste Estatuto Social, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

- (a) “Acionista Comprador” significa qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Comprador e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Comprador, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Comprador, qualquer pessoa **(i)** que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por tal Acionista Comprador; **(ii)** que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Comprador; **(iii)** que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Comprador; **(iv)** na qual o controlador de tal Acionista Comprador tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social; **(v)** na qual tal Acionista Comprador tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social; ou **(vi)** que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social do Acionista Comprador.
- (b) “Acionista Controlador” significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerce o Poder de Controle da Companhia.
- (c) “Poder de Controle” ou “Controle” significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
- (d) “Grupo de Acionistas” o grupo de duas ou mais pessoas **(i)** vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou **(ii)** entre as quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou **(iii)** sob Controle Comum; ou **(iv)** que atuem representando um interesse comum **(a)** uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e **(b)** duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem **(x)** administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou **(y)** tenham em comum a maioria de seus administradores.

CAPÍTULO X REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 40. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único. Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberará sobre a referida reorganização deverão dar anuênci a essa estrutura.

CAPÍTULO XI DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 41. A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

CAPÍTULO XII RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 42. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 43. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, com base na legislação aplicável à espécie, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 44. As disposições contidas no §§1º e 2º do Artigo 1º, itens (i) e (j) e §2º do Artigo 10, Artigo 12, §3º do Artigo 15, Artigo 36, Artigo 37, Artigo 40 e Artigo 42 deste Estatuto Social somente terão eficácia com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3.

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE
APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMMO VAREJO S.A.
CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01
NIRE 3521812635-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [20] DE SETEMBRO DE 2021**

1. **Data, Hora e Local:** No dia [20] de setembro de 2021, às [=]h, na sede da AMMO Varejo S.A. (“Companhia”), na Avenida Paulista, nº 1.754, 2^a sobreloja, Ala B, Cerqueira César, CEP 01310-920, na Cidade e Estado do São Paulo.

2. **Convocação e Presença:** [Dispensadas as formalidades de convocação, considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.]

3. **Mesa:** Presidente: [=]; Secretário: [=].

4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** fixação e a justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação de Ações no exterior (“Oferta”); **(ii)** aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e no artigo [=]^º, §[=]^º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** aprovação da homologação do aumento de capital social da Companhia; **(iv)** aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do [caput] do artigo [=]^º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia; **(v)** aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; e **(vi)** autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências, celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações aqui consubstanciadas, bem como a ratificação de atos já praticados para a realização da Oferta.

5. **Deliberações:** Instalada a reunião do Conselho de Administração, e após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue:

5.1. Aprovar a fixação do preço de emissão de R\$ [=] [=] reais) por Ação objeto da Oferta (“Preço por Ação”). O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder” ou “XP”), pelo [=] (“Agente Estabilizador” ou

“[=]” e pelo [=] (“[=]” e, em conjunto com o Coordenador Líder e o [=], “Coordenadores da Oferta”) junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“CVM” e “Instrução CVM 400”, respectivamente), nos termos do “[*Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.*]” (“Contrato de Colocação”) e, no exterior, pela XP Investments US, LLC, pelo [=] e pelo [=] (em conjunto, “Agentes de Colocação Internacional”), nos termos do “*Placement Facilitation Agreement*” (“Contrato de Colocação Internacional”), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”), tendo o critério de determinação do Preço por Ação sido definido de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das S.A., sendo certo que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido diretamente através do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta, de modo que, inclusive, tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia;

5.2. Aprovar em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ [=] [=] reais), o qual passará de R\$ [=] [=] para R\$ [=] [=], mediante a emissão de [=] [=] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de [=] [=] ações ordinárias, para [=] [=] ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., e nos termos do artigo [=]º, §[=]º do Estatuto Social da Companhia. Aprovar, ainda, que as novas ações ordinárias emitidas, nos termos da deliberação tomada neste item, terão os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às demais ações ordinárias da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da publicação do “*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da AMMO Varejo S.A.*”;

5.3. Em face da verificação da subscrição da totalidade das Ações objeto da Oferta, homologar o aumento do capital da Companhia no montante de R\$ [=] [=] reais), mediante a emissão de [=] [=] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

5.4. Face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens 5.2 e 5.3 acima, aprovar, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do [caput] do artigo [=]º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo [=]º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ [=] [=] reais), dividido em [=] [=] ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.”;

5.5. Aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; e

5.6. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências, celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando ao: **(a)** Contrato de Colocação; **(b)** Contrato de Colocação Internacional; **(c)** [*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.*]; **(d)** [*Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da AMMO Varejo S.A.*]; e **(e)** [*Contrato de Prestação de Serviços da B3 – Oferta Pública de Ações – ICVM 400 (Primária e Secundária)*]; que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos e praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações aqui consubstanciadas, bem como a ratificar todos os atos já praticados para realização da Oferta.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os por todos os membros do Conselho de Administração

7. **Assinaturas:** Mesa: [=] (presidente); [=] (secretário). Conselheiros presentes: [=].

Confere com o original lavrado em livro próprio.

São Paulo, [20] de setembro de 2021.

Mesa:

[=]

Presidente da Mesa

[=]

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

AMMO Varejo S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.754, 2^a sobreloja , Ala B, Cerqueira César, CEP 01.310-920, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.494.776/0001-01 ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("Ações"), nos termos do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A." ("Prospecto Preliminar"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade **COTEMINAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 955, parte, CEP 39.404-005, inscrita no CNPJ/ME nº 07.663.140/0001-99, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Acionista Vendedora"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), coordenada pela **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("XP" ou "Coordenador Líder"), pelo **Banco ABC Brasil S.A.** ("Banco ABC") e pela **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("UBS" e, em conjunto com o Banco ABC e o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em julho de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pela Acionista Vendedora os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e à Acionista Vendedora documentos e informações adicionais relativos à Companhia e à Acionista Vendedora, os quais a Companhia e a Acionista Vendedora confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pela Acionista Vendedora todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e a Acionista Vendedora, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pela Acionista Vendedora por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

AMMO VAREJO S.A.

Nome: Antony José Souza Martins
Cargo: Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Nome: Josué Christiano Gomes da Silva
Cargo: Diretor

**DECLARAÇÃO DA ACIONISTA VENDEDORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

COTEMINAS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 955, Distrito Industrial, CEP 39.404-005, inscrita no CNPJ/ME nº 07.663.140/0001-99, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Acionista Vendedora**”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), de emissão da **AMMO VAREJO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.754, 2^a sobreloja, Ala B, Cerqueira César, CEP 01.310-920, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.494.776/0001-01 (“**Companhia**”), nos termos do “*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.*” (“**Prospecto Preliminar**”), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista Vendedora, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), coordenada pela **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** (“**XP**” ou “**Coordenador Líder**”), pelo **Banco ABC Brasil S.A.** (“**Banco ABC**”) e pela **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** (“**UBS BB**” e, em conjunto com o Banco ABC e o Coordenador Líder, os “**Coordenadores da Oferta**”), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada due diligence na Companhia, iniciada em julho de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do “*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.*” (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pela Acionista Vendedora os documentos que estas consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e à Acionista Vendedora documentos e informações adicionais relativos à Companhia e à Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e à Acionista Vendedora confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pela Acionista Vendedora todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, e com a Acionista Vendedora, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

A Acionista Vendedora **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Acionista Vendedora, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes;

(iv) é, nesta data e na data de liquidação da Oferta, responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ele por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta e declara que todas informações prestadas por si ou em seu nome para fins da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas, completas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e não os induzindo a erro; e

(v) não há quaisquer outros fatos ou informações relevantes sobre sua situação financeira, reputação, resultados operacionais e/ou sobre suas atividades que não tenham sido informados aos Coordenadores da Oferta e que tornem quaisquer das declarações e/ou informações prestadas aos Coordenadores da Oferta, no âmbito da Oferta, falsas, incorretas, inconsistentes ou insuficientes.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

COTEMINAS S.A.

Nome: Josué Christiano Gomes da Silva
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Pedro Garcia Bastos Neto
Cargo: Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400/03

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com escritório comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04543-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.332.886/0011-78 neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("XP" ou **Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão de emissão da **AMMO VAREJO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.754, sobreloja 2, ALA B, CEP 01.310-920, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.494.776/0001-01 ("Ações" e "Companhia", respectivamente), nos termos do "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.*" ("**Prospecto Preliminar**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da **COTEMINAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 955, parte, CEP 39.404-005, inscrita no CNPJ/ME nº 07.663.140/0001-99, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Acionista Vendedora**"), a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob a coordenação do Coordenador Líder, do **Banco ABC Brasil S.A.** ("**Banco ABC**") e do **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**UBS BB**") e, em conjunto com o Banco ABC e o Coordenador Líder, os "**Coordenadores da Oferta**", autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, a Acionistas Vendedora e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em julho de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da AMMO Varejo S.A.*" ("**Prospecto Definitivo**" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "**Prospectos**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com (i) as demonstrações financeiras auditadas da Companhia,

referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; (ii) as demonstrações financeiras intermediárias auditadas, individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021; (iii) as demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021; e (iv) as demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pela Acionista Vendedora os documentos que a Companhia e a Acionista Vendedora consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (d) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e à Acionista Vendedora, os quais a Companhia e a Acionista Vendedora confirmam ter disponibilizado;

(F) a Companhia e a Acionista Vendedora confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e a Acionista Vendedora, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, ao Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021, ao "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como às demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém na presente data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações

relevantes permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS AUDITADAS, INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMMO|VAREJO

AMMO VAREJO S.A.
(Anteriormente denominada AMMO VAREJO LTDA.)

CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01
NIRE 3521812635-1

Senhores Acionistas,

A Administração da AMMO Varejo S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

Sobre a Companhia

A AMMO Varejo S.A. é uma empresa de varejo especializado do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho (CAMEBA), além de referência em *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, no Brasil.

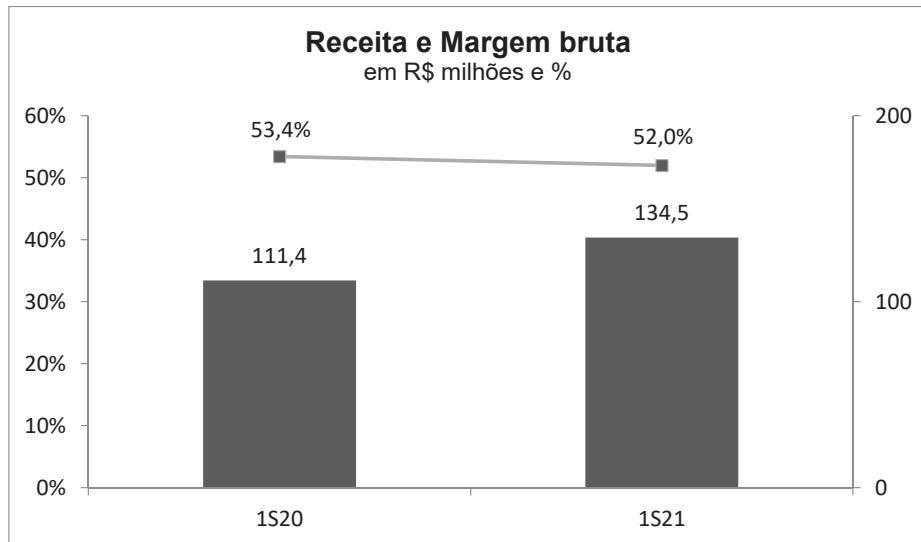
Ofertamos, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e *e-commerce*, uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés - marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

AMMO|VAREJO

Desempenho financeiro¹

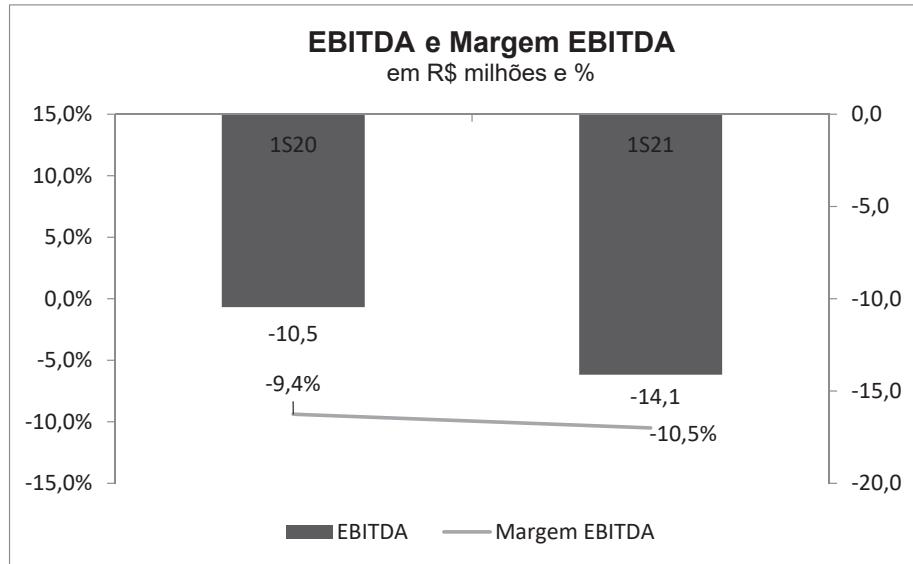
A AMMO Varejo apresentou, nos primeiros seis meses de 2021 (1S21), receita líquida de R\$ 134,5 milhões, 20,7% superior aos primeiros seis meses de 2020 (1S20), com margem bruta de 52,0%.

O prejuízo totalizou R\$ 32,8 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou valor negativo de R\$ 14,1 milhões, com margem EBITDA de 10,5%.



¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

AMMO|VAREJO



AMMO | VAREJO

Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ milhões	1S21	1S20
Lucro (Prejuízo) líquido	(32,8)	(30,2)
(+) Imposto de renda e contribuição social	0,1	-
(+) Resultado financeiro	7,1	9,2
(+) Depreciação e amortização	11,5	10,5
EBITDA	(14,1)	(10,5)
/ (dividido por)	-	-
Receita líquida	134,5	111,4
Margem EBITDA (%)	-10,5%	-9,4%

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

AMMO VAREJO S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2021**

AMMO VAREJO S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
AMMO Varejo S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **AMMO Varejo S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2021 e a respectivas demonstrações individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **AMMO Varejo S.A.** em 30 de junho de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Arrendamentos e ativo de direito de uso

A Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas. Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 8 e 14, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R3) (IFRS 16). Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$ 64.641 mil, além de passivo de arrendamento de R\$ 68.760 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Resposta da auditoria ao assunto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente:

- Avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis;
- Análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma.
- Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações;
- Examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao período findo em 30 de junho de 2021.

Saldos e transações com partes relacionadas

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e apresentam saldos com partes relacionadas.

Entendemos que no processo de exame das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas este PAA é relevante em face de:

- Os valores das transações durante o período são significativos;
- São transações envolvendo partes relacionadas;
- Os saldos nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são significativos;
- O volume das operações durante o período é expressivo;
- A divulgação na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas é uma informação relevante.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, principalmente:

- (i) Avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o período findo em 30 de junho de 2021;
- (ii) Realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de contratos, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração.

Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na nota explicativa nº 13.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização das transações e saldos com Partes Relacionadas efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão adequados.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins comparativos.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações individuais e consolidadas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de julho de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

AMMO VAREJO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	3	257	1.428	341
Duplicatas a receber	4	36.495	43.408	37.075
Estoques	5	43.785	27.976	43.785
Adiantamentos a fornecedores		10.253	4.575	10.254
Impostos a recuperar	18.c	16.093	16.417	16.093
Valores a receber de clientes	6	3.261	4.308	3.261
Outros créditos a receber		821	902	821
	-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		110.965	99.014	111.630
	-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	18.c	3.216	9.278	3.216
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	254	420	254
Partes relacionadas	14	-	13.925	6.032
Depósitos judiciais	17	916	998	916
Valores a receber de clientes	6	1.332	2.274	1.332
Outros créditos a receber		2.001	2.001	2.001
	-----	-----	-----	-----
	7.719	28.896	13.751	28.896
Investimento em controladas	7	23.086	-	-
Imobilizado	8	14.098	12.994	14.098
Direito de uso	9	64.641	63.606	64.641
Intangível	10	26.834	26.834	43.298
	-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		136.378	132.330	135.788
	-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		247.343	231.344	247.418
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	
PASSIVOS						
CIRCULANTE:						
Adiantamentos de recebíveis – cartões	11	14.820	-	14.820	-	
Fornecedores	12	19.554	19.162	19.554	19.162	
Impostos e taxas		4.121	10.662	4.134	10.662	
Obrigações sociais e trabalhistas		11.902	11.489	11.902	11.489	
Arrendamentos a pagar	15	23.168	22.538	23.168	22.538	
Impostos parcelados	16	6.376	1.418	6.376	1.418	
Outras contas a pagar		1.836	875	1.898	875	
	-----	-----	-----	-----	-----	
Total do passivo circulante		81.777	66.144	81.852	66.144	
	-----	-----	-----	-----	-----	
NÃO CIRCULANTE:						
Arrendamentos a pagar	15	45.592	46.496	45.592	46.496	
Partes relacionadas	14	27.266	-	27.266	-	
Impostos parcelados	16	11.349	3.975	11.349	3.975	
Provisões diversas	17	1.772	2.260	1.772	2.260	
Outras obrigações		315	397	315	397	
	-----	-----	-----	-----	-----	
Total do passivo não circulante		86.294	53.128	86.294	53.128	
	-----	-----	-----	-----	-----	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:						
Capital social realizado		176.457	176.457	176.457	176.457	
Prejuízos acumulados		(97.185)	(64.385)	(97.185)	(64.385)	
	-----	-----	-----	-----	-----	
Total do patrimônio líquido		79.272	112.072	79.272	112.072	
	-----	-----	-----	-----	-----	
Total dos passivos e do patrimônio líquido		247.343	231.344	247.418	231.344	
	=====	=====	=====	=====	=====	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora	
		30.06.2021	30.06.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	134.258	111.396
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	22	(64.587)	(51.909)
LUCRO BRUTO		69.671	59.487
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
De vendas	22	(83.623)	(70.572)
Gerais e administrativas	22	(11.455)	(11.516)
Honorários da administração	22	(264)	(221)
Equivalência patrimonial – controlada	7	(302)	-
Outras, líquidas		229	1.874
RESULTADO OPERACIONAL		(25.744)	(20.948)
Despesas financeiras – juros e encargos		(3.788)	(3.198)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	15	(2.525)	(3.436)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(3.186)	(3.446)
Receitas financeiras		2.511	779
Variações cambiais		(68)	67
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(32.800)	(30.182)
Impostos de renda e contribuição social	18.a	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(32.800)	(30.182)
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			
Ações ordinárias	23	(76,21)	(84,08)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado	
		30.06.2021	30.06.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	134.453	111.396
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	22	(64.587)	(51.909)
LUCRO BRUTO		69.866	59.487
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
De vendas	22	(84.035)	(70.572)
Gerais e administrativas	22	(11.455)	(11.516)
Honorários da administração	22	(264)	(221)
Outras, líquidas		228	1.874
RESULTADO OPERACIONAL		(25.660)	(20.948)
Despesas financeiras – juros e encargos		(3.788)	(3.198)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	15	(2.525)	(3.436)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(3.211)	(3.446)
Receitas financeiras		2.511	779
Variações cambiais		(67)	67
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(32.740)	(30.182)
Impostos de renda e contribuição social	18.a	(60)	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(32.800)	(30.182)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(32.800)	(30.182)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(32.800)	(30.182)
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	147.180	(17.636)	129.544
Prejuízo líquido do período	-	(30.182)	(30.182)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	147.180	(47.818)	99.362

	<u>Capital realizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	176.457	(64.385)	112.072
Prejuízo líquido do período	-	(32.800)	(32.800)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	176.457	(97.185)	79.272

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(32.800)	(30.182)	(32.800)	(30.182)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	11.134	10.495	11.545	10.495
Equivalência patrimonial	302	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	60	-
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	17	(245)	17	(245)
Juros e encargos	4.463	5.866	4.606	5.866
Juros sobre arrendamentos	2.525	3.436	2.525	3.436
Variações cambiais	68	(67)	67	(67)
Renegociações de arrendamentos	(1.980)	(4.158)	(1.980)	(4.158)
	-----	-----	-----	-----
	(16.271)	(14.855)	(15.960)	(14.855)
	-----	-----	-----	-----
Variações nas contas de ativos e passivos				
Duplicatas a receber	2.946	(4.565)	2.901	(4.565)
Estoques	(15.810)	11.550	(15.810)	11.550
Adiantamentos a fornecedores	(5.746)	(5.302)	(5.746)	(5.302)
Impostos a recuperar	6.386	5.896	6.386	5.896
Fornecedores	497	(5.225)	497	(5.225)
Impostos e taxas	(5.809)	4.932	(5.796)	4.932
Obrigações sociais e trabalhistas	(319)	3.569	(319)	3.569
Outros	13.616	1.237	13.443	1.237
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(20.510)	(2.763)	(20.404)	(2.763)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(2.801)	(877)	(2.801)	(877)
Aquisição de ativos intangíveis	-	(2.644)	-	(2.644)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	149	651	149	651
Empréstimos entre partes relacionadas	19.304	15.156	19.218	15.156
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	16.652	12.286	16.566	12.286
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	14.820	-	14.820	-
Liquidação de empréstimos	-	(2)	-	(2)
Liquidação de arrendamentos	(12.133)	(6.737)	(12.133)	(6.737)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	2.687	(6.739)	2.687	(6.739)
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.171)	2.784	(1.151)	2.784
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	1.428	1.602	1.492	1.602
No fim do período	257	4.386	341	4.386
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.171)	2.784	(1.151)	2.784
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	163.304	140.344	163.510	140.344
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(17)	245	(17)	245
	-----	-----	-----	-----
	163.287	140.589	163.493	140.589
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(80.663)	(59.774)	(80.663)	(59.774)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.621)	(35.833)	(37.647)	(35.833)
	-----	-----	-----	-----
	(118.284)	(95.607)	(118.310)	(95.607)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	45.003	44.982	45.183	44.982
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(11.134)	(10.495)	(11.545)	(10.495)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	33.869	34.487	33.638	34.487
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(302)	-	-	-
Receitas financeiras	2.511	779	2.511	779
Variação cambial ativa	(68)	67	(68)	67
Royalties	9.887	6.064	9.887	6.064
	-----	-----	-----	-----
	12.028	6.910	12.330	6.910
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	45.897	41.397	45.968	41.397
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	29.766	26.501	29.766	26.501
Impostos, taxas e contribuições	30.164	30.030	30.235	30.030
Remuneração de capitais de terceiros	18.767	15.048	18.767	15.048
Remuneração de capitais próprios	(32.800)	(30.182)	(32.800)	(30.182)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	45.897	41.397	45.968	41.397
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AMMO VAREJO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AMMO VAREJO S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada “AMMO Varejo Ltda.”, sediada na avenida Paulista, número 1.754, em São Paulo – SP, controlada pela Coteminas S.A., tem por objeto social a exploração do ramo de indústria e comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, lingerie, cortinas, tapetes, colchões, móveis, artigos para o lar, produtos aromáticos para o lar, fragrâncias, saches, franquias, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, projetos de arquitetura e supervisão da execução de projetos de arquitetura, cujos produtos são comercializados sob as marcas Artex, MMartan e Casas Moysés.

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. (“C7S”) por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S possui sede em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

Em 30 de junho de 2021, foi realizada reunião dos sócios cotistas, onde foi aprovada por unanimidade, a alteração do tipo societário da AMMO Varejo Ltda., passando de sociedade empresária limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de julho de 2021.

A AMMO VAREJO apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, a Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias, elaboradas de acordo com as normas e práticas contábeis da legislação societária brasileira para companhias abertas.

2.1 – Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias da controlada incluída na consolidação da Companhia são preparadas usando-se a moeda funcional da entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou

incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e despreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de

eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos, quando contratados, não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante

de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

Vida útil	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e outros	5 e 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(h) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustados a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

(i) Intangível--Refere-se a pontos comerciais e marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros-- Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(k) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável.

(l) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(m) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período.

(p) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(q) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 4 e nº 6), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.g e nº 8), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.j, nº 5, nº 8, nº 9 e nº 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.n e nº 17), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.k e nº 18), determinação

do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 19) e outras similares.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM em 2020/2021 e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável, como também, relacionamos os reflexos identificados no primeiro semestre de 2021 em razão dessa nova realidade econômica na nota explicativa nº 24.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de sua controlada C7S Tecnologia Ltda., da qual possui 100,00% do capital social total.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com a eliminação do investimento na controlada e dos saldos das contas que envolvem as companhias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos em contas correntes	257	1.428	341	1.428
-----	-----	-----	-----	-----
	257	1.428	341	1.428
=====	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Clientes no mercado interno	37.560	39.757	37.560	39.757
Operadoras de cartão de crédito	1	4.750	581	4.750
Partes relacionadas				
Mercado externo	33	-	33	-
-----	-----	-----	-----	-----
	37.594	44.507	38.174	44.507
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.099)	(1.099)	(1.099)	(1.099)
-----	-----	-----	-----	-----
	36.495	43.408	37.075	43.408
=====	=====	=====	=====	=====

As vendas a prazo são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 83 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2020). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
A vencer	32.634	40.491	32.714	40.491
Vencidas até 30 dias	521	242	521	242
Vencidas de 31 a 60 dias	246	90	272	90
Vencidas de 61 a 90 dias	94	66	103	66
Vencidas de 91 a 180 dias	279	288	440	288
Vencidas acima de 180 dias	3.820	3.330	4.124	3.330
-----	-----	-----	-----	-----
	37.594	44.507	38.174	44.507
=====	=====	=====	=====	=====

A provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada não apresentou movimentação no 1º semestre de 2021 e 2020.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que parte da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída e parte estar concentrada em grandes operadores de cartão de crédito e franqueados.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Matérias-primas, secundários e outros	1.272	627	1.272	627
Produtos acabados	41.824	26.740	41.824	26.740
Peças de reposição	689	609	689	609
-----	-----	-----	-----	-----
	43.785	27.976	43.785	27.976
=====	=====	=====	=====	=====

Em 30 de junho de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

Representa o financiamento de repasses de lojas para franqueados e parcelamentos de créditos com clientes, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado - IGP-M.

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Financiamento no repasse de lojas	1.961	3.208
Parcelamento de créditos com clientes	2.632	3.368
Outros	-	6
	-----	-----
	4.593	6.582
Circulante	(3.261)	(4.308)
	-----	-----
Não circulante	1.332	2.274
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 30 de junho de 2021, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do período	Total dos investimentos		Resultado de equiva- lência patrimonial	
				30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020
C7S Tecnologia Ltda.	23.086	100,00	(1.648)	23.086	-	(302)	-
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A. a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388, via mútuo.

A movimentação dos saldos de investimentos são conforme segue:

	31.12.2020	Aquisição do investimento	Equivalência patrimonial	30.06.2021
C7S Tecnologia Ltda.	-	23.388	(302)	23.086
	=====	=====	=====	=====

8. IMOBILIZADO

	Taxa média % (*)	30.06.2021		31.12.2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,0	28.280	(21.020)	7.260	6.636
Instalações	5,6	3.088	(3.031)	57	227
Máquinas e equipamentos	2,4	2.535	(2.054)	481	420
Móveis, utensílios e outros	4,3	22.846	(16.868)	5.978	5.214
Obras em andamento	-	322	-	322	497
		-----	-----	-----	-----
		57.071	(42.973)	14.098	12.994
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.636	227	420	5.214	497	12.994
Adições	1.305	-	99	1.396	1	2.801
Baixas líquidas	(12)	(5)	-	-	-	(17)
Transferências						
- Imobilizado	175	(64)	-	65	(176)	-
Depreciação do período	(844)	(101)	(38)	(697)	-	(1.680)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021	7.260	57	481	5.978	322	14.098
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.310	428	454	5.763	161	14.116
Adições	528	2	8	160	179	877
Baixas líquidas	(205)	(7)	(5)	(170)	-	(387)
Transferências						
- Imobilizado	-	(20)	-	20	-	-
Depreciação do período	(846)	(110)	(49)	(659)	-	(1.664)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2020	6.787	293	408	5.114	340	12.942
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 30 de junho de 2021, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2020).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, inclusive com os impactos do COVID-19, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

9. DIREITOS DE USO

A composição consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (1) % a.a.	30.06.2021		31.12.2020	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	52,1	13.779	(7.719)	6.060	7.515
Imóveis – lojas	25,4	94.231	(35.650)	58.581	56.091
Veículos	34,7	102	(102)	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	108.112	(43.471)	64.641	63.606	63.606
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos saldos dos direitos de uso no período foi como segue:

	Imóveis	Imóveis - lojas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.515	56.091	63.606
Adições (a)	-	12.585	12.585
Baixas, líquidas (b)	-	(1.344)	(1.344)
Amortização do período	(1.455)	(8.751)	(10.206)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021	6.060	58.581	64.641
	=====	=====	=====
	Imóveis	Imóveis – lojas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.579	42.836	53.431
Adições (a)	-	10.068	10.068
Baixas, líquidas (b)	-	(3.267)	(3.267)
Amortização do período	(1.563)	(7.842)	(9.421)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2020	9.016	41.795	50.811
	=====	=====	=====

(a) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(b) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

10. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Pontos comerciais (1)	25.077	25.077	25.077	25.077
Marcas próprias (2)	1.757	1.757	1.757	1.757
Propriedade intelectual (3)	-	-	16.464	-
	-----	-----	-----	-----
Total	26.834	26.834	43.298	26.834
	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos saldos no período, foi como segue:

	31.12.2020	Aquisição C7S (*)	Amortização	30.06.2021
Pontos comerciais	25.077	-	-	25.077
Marcas próprias	1.757	-	-	1.757
Propriedade intelectual	-	16.875	(411)	16.464
Total	26.834	16.875	(411)	43.298
	=====	=====	=====	=====
	31.12.2019	Baixas	30.06.2020	
Pontos comerciais	25.357	(2.370)	22.987	
Marcas próprias	1.757	-	1.757	
Total	27.114	(2.370)	24.744	
	=====	=====	=====	

(*) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2020), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e e-commerce), e é amortizado em 5 anos.

Os itens (2) e (3) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. Em 30 de junho de 2021, a Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

11. ADIANTAMENTOS DE RECEBÍVEIS - CARTÕES

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui obrigação com a operadora de cartão CIELO S.A., no valor de R\$14.820, referente a antecipações de vendas futuras de cartões, a serem liquidadas no 3º trimestre de 2021.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Mercado interno	19.551	19.146	19.551	19.146
Mercado externo	3	-	3	-
Partes Relacionadas	-	16	-	16
	-----	-----	-----	-----
	19.554	19.162	19.554	19.162
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 55 dias (53 dias em 31 de dezembro de 2020).

O saldo com partes relacionadas refere-se à fornecimento de produtos de cama, mesa e banho pela Coteminas S.A.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, foi realizada em 30 de junho de 2021, reunião dos sócios cotistas, onde foi aprovada por unanimidade, a alteração do tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2021, está representado por 430.382.917 quotas que foram convertidas em 430.382.917 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2020 está representado por 430.382.917 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada).

14. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	13.925	27.174	-
Companhia de Tecidos Norte de Minas -				
COTEMINAS	-	-	92	-
=====	=====	=====	=====	=====
	-	13.925	27.266	-
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Coteminas S.A.	-	13.925	27.174	-
Companhia de Tecidos Norte de Minas -				
COTEMINAS	6.032	-	92	-
=====	=====	=====	=====	=====
	6.032	13.925	27.266	-
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros receitas (despesas)				
	30.06.2021	30.06.2020		
Controladora:				
Coteminas S.A.	1.502	(453)		
Companhia de Tecidos Norte de Minas -				
COTEMINAS	(2)	-		
=====	=====	=====		
	1.500	(453)		
	=====	=====		
Consolidado:				
Coteminas S.A.	1.502	(453)		
Companhia de Tecidos Norte de Minas -				
COTEMINAS	(2)	-		
=====	=====	=====		
	1.500	(453)		
	=====	=====		

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito. No primeiro semestre de 2021, a taxa média de juros foi de 11,2% ao ano (11,2% ao ano no mesmo período de 2020).

No primeiro semestre de 2021, a Companhia recebeu produtos intermediários e acabados da Coteminas S.A., no valor de R\$62.063 (R\$29.716 no mesmo período de 2020), para revenda em suas lojas próprias.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração". A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Imóveis	9,3	2023	6.763	8.201	6.763	8.201
Imóvel – lojas	9,3	2026	61.997	60.833	61.997	60.833
		-----	-----	-----	-----	-----
		68.760	69.034	68.760	69.034	
Circulante		(23.168)	(22.538)	(23.168)	(22.538)	
		-----	-----	-----	-----	-----
Não circulante		45.592	46.496	45.592	46.496	
		=====	=====	=====	=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2021	2022		2023	2024 a 2026	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Imóveis	1.791	1.791	1.791	2.090	-	7.463
Imóveis – lojas	10.976	9.754	9.171	17.547	27.096	74.544
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	12.767	11.545	10.962	19.637	27.096	82.007
Ajuste a valor presente	(334)	(810)	(1.232)	(3.326)	(7.545)	(13.247)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	12.433	10.735	9.730	16.311	19.551	68.760
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.06.2021			30.06.2020	
	Imóveis	Imóveis – lojas	Total	Total	Total
Saldo no início do período		8.201	60.833	69.034	56.206
Adições (a)	-	12.585	12.585	10.068	
Encargos	353	2.376	2.729	3.676	
Pagamentos	(1.791)	(10.342)	(12.133)	(6.737)	
Renegociações (b)	-	(1.980)	(1.980)	(4.158)	
Baixas (c)	-	(1.475)	(1.475)	(3.491)	
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período		6.763	61.997	68.760	55.564
	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação do contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(b) Em função da pandemia da COVID-19, a Companhia renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a Companhia adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 30 de junho de 2021 e 2020 são como segue:

	30.06.2021	30.06.2020
Arrendamentos pagos no período	12.133	6.737
PIS E COFINS recuperado	(956)	(830)
Renegociações	1.980	4.158
Amortização de direitos de uso	(10.206)	(9.421)
PIS E COFINS sobre amortização	752	590
Juros apropriados sobre arrendamentos	(2.729)	(3.676)
PIS E COFINS sobre juros apropriados	204	240
Baixas, líquidas	131	224
-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	1.309	(1.978)
=====	=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos (prazo médio de 4,01 anos em 30 de junho de 2021 e 3,89 em 31 de dezembro de 2020). Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

16. IMPOSTOS PARCELADOS

Os parcelamentos consolidado de impostos são como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Parcelamento ICMS	5.974	1.133
Parcelamento PIS e COFINS	1.084	1.239
Parcelamento INSS	10.667	3.021
-----	-----	-----
Circulante	17.725	5.393
	(6.376)	(1.418)
-----	-----	-----
Não circulante	11.349	3.975
=====	=====	=====

17. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia possui processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$1.507 (R\$1.202 em 31 de dezembro de 2020), R\$898 (R\$644 em 31 de dezembro de 2020) e R\$61 respectivamente.

A provisão foi constituída, para as perdas consideradas prováveis. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável, de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, estão assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Processos Trabalhistas	940	1.107
Cíveis e outras	832	1.153
	-----	-----
	1.772	2.260
	=====	=====
Depósitos judiciais	916	998
	=====	=====

A movimentação das provisões diversas consolidada é apresentada a seguir:

	31.12.2020	Adições	Baixas	30.06.2021
Processos trabalhistas	1.107	506	(673)	940
Cíveis e outras	1.153	7	(328)	832
	-----	-----	-----	-----
	2.260	513	(1.001)	1.772
	=====	=====	=====	=====

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Resultado antes dos impostos	(32.800)	(30.182)	(32.740)	(30.182)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	302	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(32.498)	(30.182)	(32.740)	(30.182)
Alíquota de 34%	11.049	10.262	11.132	10.262
Créditos fiscais não constituídos	(11.049)	(10.262)	(11.049)	(10.262)
Outros	-	-	(143)	-
	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-	(60)	-
	=====	=====	=====	=====

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias, são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	31.12.2020	Reconhecidos no resultado	Outros	30.06.2021
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias (a)	420	-	(166)	254
Prejuízo fiscal – recuperação de impostos (a)	8.489	(2.282)	-	6.207
Reclassificações para apresentação de balanço (a)	(8.489)	2.282	-	(6.207)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	420	-	(166)	254
Imposto diferido passivo:				
Diferenças temporárias (p)	(8.489)	2.282	-	(6.207)
Reclassificações para apresentação de balanço (p)	8.489	(2.282)	-	6.207
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	-	-	-	-
Total de impostos diferidos, líquidos	420	-	(166)	254
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total do ativo não circulante (soma de a)	420	-	(166)	254
Total do passivo não circulante (soma de p)	-	-	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R\$368.509 em prejuízos fiscais (R\$335.239 em 31 de dezembro de 2020) e R\$367.947 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$335.268 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos.

c. Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	579	430
Imposto de renda e contribuição social antecipados	327	150
PIS e COFINS a recuperar (*)	18.255	24.968
IPI a recuperar	83	83
Outros impostos a recuperar	65	64
	<hr/>	<hr/>
	19.309	25.695
Circulante	(16.093)	(16.417)
	<hr/>	<hr/>
Não circulante	3.216	9.278
	<hr/>	<hr/>

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	257	1.428	341	1.428
Duplicatas a receber	36.495	43.408	37.075	43.408
Valores a receber de clientes (c)	3.261	4.308	3.261	4.308
Outros créditos a receber (c)	821	902	821	902
Partes relacionadas	-	13.925	6.032	13.925
Depósitos judiciais	916	998	916	998
Valores a receber de clientes (nc)	1.332	2.274	1.332	2.274
Outros créditos a receber (nc)	2.001	2.001	2.001	2.001
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Adiantamentos de recebíveis – cartões	14.820	-	14.820	-
Fornecedores	19.554	19.162	19.554	19.162
Outras contas a pagar	1.836	875	1.898	875
Partes relacionadas	27.266	-	27.266	-
Outras obrigações	315	397	315	397
(c) circulante				
(nc) não circulante				

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", quando aplicável, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados da Companhia, advindas dessas variações. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. A Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas para os passivos sobre os quais incidem juros fixos, portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.3 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários, quando aplicável. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito com clientes é reduzido devido à serem concentrados com franqueados e operadoras de cartão de crédito (adquirentes e subadquirentes). A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à aprovação de crédito para os seus franqueados que são aprovados por órgão colegiado.

d.4 - Gestão de liquidez-- Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Adiantamentos de recebíveis – cartões	14.820	14.820	-	-
Fornecedores	19.554	19.554	-	-
Partes relacionadas	27.266	27.266	-	-
Arrendamentos a pagar	82.007	24.312	30.599	27.096
	-----	-----	-----	-----
	143.647	85.952	30.599	27.096
	=====	=====	=====	=====

d.5 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Adiantamentos de recebíveis – cartões	14.820	-	14.820	-
Arrendamentos a pagar	68.760	69.034	68.760	69.034
Caixa e equivalentes de caixa	(257)	(1.428)	(341)	(1.428)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	83.323	67.606	83.239	67.606
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	79.272	112.072	79.272	112.072
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e do patrimônio líquido	162.595	179.678	162.511	179.678
	=====	=====	=====	=====

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia possui dois segmentos operacionais distintos: Vendas diretas ao consumidor, incluindo lojas próprias e e-commerce, denominado “Sell out” e vendas aos franqueados de produtos e serviços, denominado “Sell in”.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	30.06.2021			
	(1) Outros não Alocáveis			
	Sell out	Sell in	Alocáveis	Total
Receita operacional líquida	89,1	45,3	0,1	134,5
Custo dos produtos vendidos	(35,8)	(28,8)	-	(64,6)
Lucro bruto	53,3	16,5	0,1	69,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(42,4)	(0,6)	(52,8)	(95,8)
Outros	-	-	0,2	0,2
Resultado das operações	10,9	15,9	(52,5)	(25,7)
Resultado financeiro	-	-	(7,0)	(7,0)
Resultado antes dos impostos	10,9	15,9	(59,5)	(32,7)
Depreciação e amortização	9,1	0,4	2,0	11,5
	=====	=====	=====	=====
	30.06.2020			
	(1) Outros não Alocáveis			
	Sell out	Sell in	Alocáveis	Total
Receita operacional líquida	83,8	27,2	0,4	111,4
Custo dos produtos vendidos	(34,5)	(17,2)	(0,2)	(51,9)
Lucro bruto	49,3	10,0	0,2	59,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(42,8)	(2,8)	(36,7)	(82,3)
Outros	-	-	1,9	1,9
Resultado das operações	6,5	7,2	(34,6)	(20,9)
Resultado financeiro	-	-	(9,3)	(9,3)
Resultado antes dos impostos	6,5	7,2	(43,9)	(30,2)
Depreciação e amortização	8,3	-	2,2	10,5
	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui despesas não alocáveis como administrativas, distribuição, marketing institucional, desenvolvimento de produtos, entre outros.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com os segmentos de mercado representado por suas marcas, como segue.

	30.06.2021	30.06.2020
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Casa Moyses e MMartan	99,1	89,9
Artex	35,1	21,1
Outros	0,3	0,4
	-----	-----
	134,5	111,4
	=====	=====

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
RECEITA OPERACIONAL:				
Receitas brutas	177.945	149.938	178.151	149.938
Deduções das receitas	(43.687)	(38.542)	(43.698)	(38.542)
	-----	-----	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	134.258	111.396	134.453	111.396
	=====	=====	=====	=====

22. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros				
Remuneração e benefícios a empregados	(127.559)	(80.523)	(127.561)	(80.523)
INSS	(29.766)	(26.500)	(29.766)	(26.500)
Depreciação e amortização	(6.540)	(5.148)	(6.540)	(5.148)
Variação dos estoques de produtos acabados	(11.134)	(10.495)	(11.545)	(10.495)
	-----	-----	-----	-----
Total por natureza	(159.929)	(134.218)	(160.341)	(134.218)
	=====	=====	=====	=====

Por função:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Custo dos produtos vendidos				
Vendas	(83.623)	(70.572)	(84.035)	(70.572)
Gerais e administrativas	(11.455)	(11.516)	(11.455)	(11.516)
Honorários da administração	(264)	(221)	(264)	(221)
	-----	-----	-----	-----
Total por função	(159.929)	(134.218)	(160.341)	(134.218)
	=====	=====	=====	=====

23. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	30.06.2021	30.06.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(32.800)	(30.182)
Resultado atribuído à: Ações ordinárias (*)	(32.800)	(30.182)
Número médio ponderado de ações: (*) Ordinárias (*)	430.382.917	358.974.726
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (*):	(76,21)	(84,08)
Ações ordinárias – R\$ (*)	=====	=====

(*) "Quotas" no período de 2020, considerando que a Companhia era uma sociedade limitada.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

24. EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

A Companhia está operando normalmente desde meados de setembro de 2020 e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

* * * * *

AMMO VAREJO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.494.776/0001-01

NIRE 35218126351

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2021, emitido nesta data.

São Paulo, 23 de junho de 2021.

AMMO VAREJO S.A.


Antony José Souza Martins
Diretor Presidente


Josué Gomes de Alencar
Diretor

AMMO VAREJO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.494.776/0001-01

NIRE 35218126351

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2021, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 23 de junho de 2021.

AMMO VAREJO S.A.


Antony José Souza Martins
Diretor Presidente


Josué Gomes de Alencar
Diretor

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020, 2019 E 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMMO|VAREJO

AMMO VAREJO S.A.
(Anteriormente denominada AMMO VAREJO LTDA.)

CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01
NIRE 3521812635-1

Senhores Acionistas,

A Administração da AMMO Varejo S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

2020: O ano da aceleração da nossa transformação

O ano de 2020, apesar de ter sido marcado por uma grande incerteza para a economia brasileira e mundial, devido à pandemia do Covid-19, e especificamente desafiador para o setor de varejo, onde tradicionalmente a maioria das vendas eram realizadas por meio de lojas físicas, para nós da AMMO Varejo, foi um ano de realizações, onde aproveitamos as nossas vantagens competitivas - marcas fortes e tradicionais, e soluções tecnológicas escaláveis para o varejo, para acelerar a nossa transformação digital.

» Tecnologia como *core*

Desde 2017, a Companhia tem investido fortemente em tecnologia, que se mostrou essencial neste período de pandemia, onde houve fechamento e redução das horas de funcionamento do comércio físico, o que nos possibilitou não somente substituir as vendas estimadas para lojas físicas por vendas *online*, como ainda apresentar crescimento das receitas *sell-out*. Os pedidos recebidos no *e-commerce* em 2020 foram quase 4 vezes o valor obtido no ano de 2019, com *market share* de nossas lojas *online* estimado em 23% das vendas CAMEBA no *e-commerce*, incluindo *marketplaces*.

Acreditamos que este resultado é fruto da combinação da tradição, do valor e da liderança das nossas marcas, com reconhecimento pela qualidade dos nossos produtos e alto nível de lembrança e associação com produtos para

AMMO|VAREJO

o lar, juntamente com tecnologia proprietária, que permite maior flexibilidade e velocidade para mudanças, tudo objetivando promover o encantamento dos nossos clientes.

» Estratégia de expansão de categorias

De forma a potencializar o alto nível de lembrança e associação das nossas marcas com produtos para o lar e estender o nosso relacionamento com nossos clientes, temos ampliado a nossa oferta de produtos nos últimos anos. Inicialmente, ampliamos a oferta de produtos têxteis, com produção própria, como produtos de decoração - cortinas, mantas e almofadas, das linhas *baby* e infantil, além da ampliação da linha de produtos para o sono, e, em 2019, iniciamos a venda de produtos não têxteis nos nossos canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta, através de parceiros. Em 2020, lançamos a oferta de colchões, na marca Artex, e de produtos *pet*, na marca MMartan, entre outros.

Com esta estratégia de expansão de categorias, ampliamos o nosso mercado endereçável no Brasil em aproximadamente 7 vezes, de R\$ 12 bilhões - produtos de cama, mesa e banho, para R\$ 86 bilhões - produtos de casa e decoração, a preços ao consumidor, segundo o IBOPE.

Queremos ser o melhor “one-stop shop” no segmento Lar & Decoração no Brasil, com produtos que (i) estejam alinhados com o posicionamento de nossas marcas e, portanto, com curadoria de produtos para cada marca, (ii) nos destaquem e nos diferenciem no mercado de Lar & Decoração, (iii) gerem *cross-selling* entre nossos principais produtos, e (iv) aumentem a recorrência de compra.

Nos últimos dois anos, dobraramos o número de SKUs de produtos não-CAMEBA - Cama, Mesa e Banho nas nossas lojas *online*, representando atualmente cerca de 20% dos produtos disponíveis para venda.

A ampliação de oferta de novas categorias de produtos possibilita o crescimento de nossa receita e o fortalecimento das nossas marcas, aumentando o valor médio e a frequência de compra pelos nossos consumidores.

AMMO|VAREJO

» Ser uma empresa centralizada no cliente

Em 2020, tivemos a oportunidade de ampliar a nossa capilaridade no varejo, onde tivemos mais de 1,4 milhão de novos clientes nos nossos canais de venda, principalmente no *e-commerce*. O aumento do número de vendas *online* trouxe desafios na área de logística, mas que foram superados com melhorias de processos e investimentos, que incluem a expansão do centro de distribuição de Blumenau e a inauguração de um novo centro de distribuição em João Pessoa, e permitiram que retornássemos ao nosso nível de atendimento no último trimestre de 2020, com nível de serviço superior a 97%.

Nossas marcas ocuparam 3 das 4 primeiras posições do prêmio Reclame Aqui, sendo que a Santista ganhou o 1º lugar, pelo 8º ano consecutivo. Estamos com classificação RA1000, a mais alta em termos de satisfação e atendimento aos clientes, no ReclameAqui, para as nossas principais marcas - Santista, Artex e MMartan.

Temos compromisso com o nosso cliente, sendo o nosso objetivo sempre encantá-lo oferecendo os melhores produtos, serviços de excelência e um atendimento que supere suas expectativas. Neste contexto, reestruturamos a área de atendimento ao consumidor em 2020, integrando todos os canais, com foco em *Customer Experience*. Implementamos soluções de *FAQ* inteligente e *chat* que já representam cerca de 50% dos atendimentos, reduzindo o tempo de resposta. Adicionalmente, no programa “Cliente no Centro”, os colaboradores de diversas áreas da Companhia participam ativamente do atendimento ao consumidor, com objetivo de estimular o seu foco no cliente.

De forma a viabilizar um fluxo de receita para os franqueados e, ao mesmo tempo, preservar a proximidade do seu relacionamento com nossos clientes finais, estabelecemos plataformas de venda a distância nas lojas físicas. O conceito foi expandido também para influenciadores digitais. Nas redes sociais, tivemos cerca de 1,5 milhão de novos seguidores em 2020, com crescimento acima de 50%, o que contribuirá para o crescimento das nossas vendas através de canais sociais (“*social selling*”) e, assim, estarmos cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas.

AMMO|VAREJO

Intensificamos o nosso investimento em marketing digital em 2020, primeiramente, para transferir as vendas para as nossas lojas digitais, quando as lojas físicas estavam fechadas e, posteriormente, para ampliar a nossa base de clientes. A aquisição de um novo cliente tem um ótimo retorno ao longo de sua vida como consumidor de nossos produtos e, após a sua primeira compra, manteremos contato com este cliente com a utilização de ferramentas de menor custo, como *e-mail marketing*, SMS ou *WhatsApp*, com o uso de inteligência artificial, com oferta de produtos mais adequados ao seu perfil e, consequentemente, com uma maior probabilidade de conversão de vendas. Adicionalmente, o *marketing* digital também aumenta as vendas nas lojas físicas, uma vez que a lembrança da marca e da percepção da necessidade de compra leva também o cliente para a loja física.

» Valorizar a nossa cultura

Tão importantes como nossos clientes externos, são os nossos clientes internos, nossos colaboradores. Como sempre, priorizamos a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, que aprenderam a conviver no dia a dia com medidas de prevenção, distanciamento social, e cuidado. Utilizamos a tecnologia e a inovação para levar informação e treinamento de forma remota e oferecemos suporte aos colaboradores, tanto para garantir sua ergonomia e conforto no *home office*, como a sua saúde física e mental, através de conteúdos e parcerias.

A nossa cultura de empreendedorismo, inovação, e ousadia nos guia nesta transformação, com grande ênfase em experimentação, abrindo espaço para novos mercados e oportunidades. E neste caminho procuramos exercer a nossa liderança, pelo exemplo e trabalho árduo e ético, inspirando os nossos pares, clientes e a sociedade.

Em linha com a nossa missão de “Inovar para entregar experiências que encantem e promovam bem-estar”, lançamos a marca Persono, com soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Para o desenvolvimento da tecnologia, a AMMO Varejo tem realizado parcerias com renomados institutos de polissonografia, além de

AMMO|VAREJO

investir em ciência de dados na busca de sistemas de alta precisão e eficiência para monitoramento do sono. A marca Persono tornou-se um dos patrocinadores do Comitê Olímpico do Brasil (COB), onde haverá uma cooperação entre os times técnicos e científicos do Persono e do COB com foco na qualidade do sono e na sua importância para os atletas de alta performance.

Relacionamento com auditores independentes

Em 2020, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

AMMO|VAREJO

Sobre a Companhia

A AMMO Varejo S.A. é uma empresa de varejo especializado do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho (CAMEBA), além de referência em *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, no Brasil.

Ofertamos, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e *e-commerce*, uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés - marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

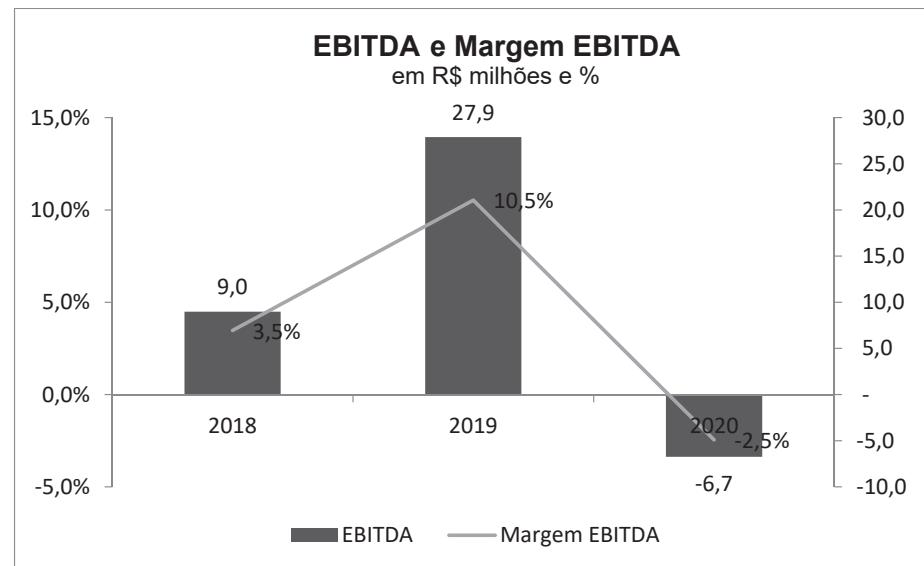
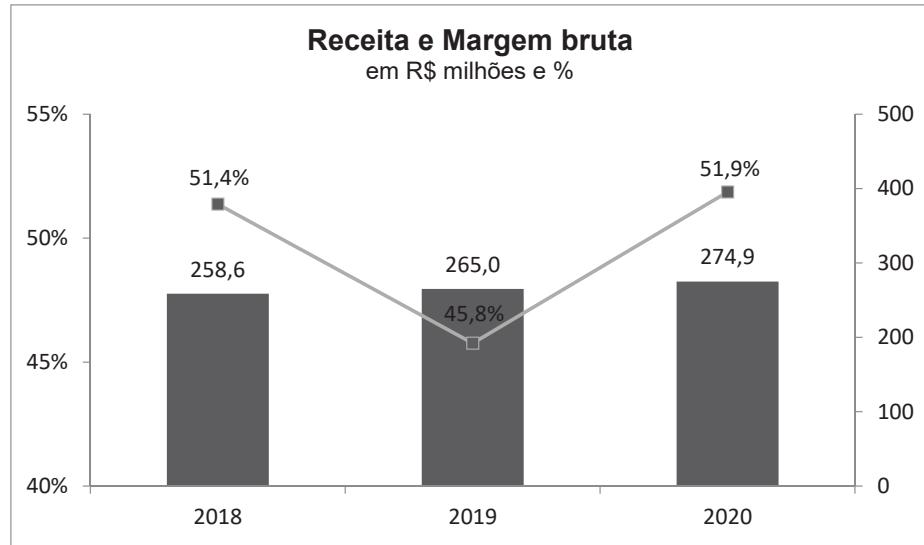
Desempenho financeiro¹

A AMMO Varejo apresentou, no ano de 2020, receita líquida de R\$ 274,9 milhões, 3,8% superior à de 2019, com margem bruta de 51,9%.

O prejuízo totalizou R\$ 46,7 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou valor negativo de R\$ 6,7 milhões, com margem EBITDA de -2,5%, com impacto negativo de parte do período com a rede de lojas físicas fechadas, devido à pandemia do Covid-19.

¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

AMMO|VAREJO



AMMO|VAREJO

Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Prejuízo líquido	(46,7)	(7,7)	(5,0)
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
(+) Resultado financeiro	17,8	13,9	10,9
(+) Depreciação e amortização	22,2	21,7	3,1
EBITDA	(6,7)	27,9	9,0
/ (dividido por)			
Receita líquida	274,9	265,0	258,6
Margem EBITDA (%)	-2,5%	10,5%	3,5%

**AMMO VAREJO S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA AMMO
VAREJO LTDA.)**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

AMMO VAREJO S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA AMMO VAREJO LTDA.)

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
AMMO Varejo S.A. (anteriormente denominada AMMO Varejo Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **AMMO Varejo S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e a respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMMO Varejo S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Arrendamentos e ativo de direito de uso

A Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas. Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 8 e 14, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R3) (IFRS 16). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$ 63.606 mil, além de passivo de arrendamento de R\$ 69.034 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente:

- Avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis;
- Análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma;
- Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações;
- Examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Saldos e transações com partes relacionadas

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e apresentam saldos com partes relacionadas.

Entendemos que no processo de exame das demonstrações contábeis este PAA é relevante em face de:

- Os valores das transações durante o exercício são significativos;
- São transações envolvendo partes relacionadas;
- Os saldos nas demonstrações contábeis são significativos;
- O volume das operações durante o exercício é expressivo; e
- A divulgação na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis é uma informação relevante.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, principalmente:

- Avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o exercício de 2020;
- Realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de notas fiscais, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração;
- Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na Nota Explicativa nº 13.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização das transações e saldos com Partes Relacionadas efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de julho de 2021.


BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/0-1


Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/0-3

AMMO VAREJO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.428	1.602
Duplicatas a receber	4	43.408	31.672
Estoques	5	27.976	44.402
Adiantamentos a fornecedores		4.575	1.900
Impostos a recuperar	16.c	16.417	16.570
Valores a receber de clientes	6	4.308	3.532
Outros créditos a receber		902	2.687
		-----	-----
Total do ativo circulante		99.014	102.365
		-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	16.c	9.278	25.777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	420	225
Partes relacionadas	13	13.925	-
Depósitos judiciais	15	998	2.873
Valores a receber de clientes	6	2.274	2.921
Outros créditos a receber		2.001	2.001
		-----	-----
		28.896	33.797
Imobilizado	7	12.994	14.116
Direito de uso	8	63.606	53.431
Intangível	9	26.834	27.114
		-----	-----
Total do ativo não circulante		132.330	128.458
		-----	-----
Total dos ativos		231.344	230.823
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	2020	2019
PASSIVOS			
CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	10	-	4
Fornecedores	11	19.162	25.639
Impostos e taxas		11.397	3.565
Obrigações sociais e trabalhistas		12.172	9.306
Arrendamentos a pagar	14	22.538	21.434
Outras contas a pagar		875	294
		-----	-----
Total do passivo circulante		66.144	60.242
		-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Arrendamentos a pagar	14	46.496	34.772
Provisões diversas	15	2.260	3.578
Outras obrigações		4.372	2.687
		-----	-----
Total do passivo não circulante		53.128	41.037
		-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social realizado	12	176.457	147.180
Prejuízos acumulados		(64.385)	(17.636)
		-----	-----
Total do patrimônio líquido		112.072	129.544
		-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		231.344	230.823
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	274.934	264.979
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(132.352)	(143.727)
LUCRO BRUTO		142.582	121.252
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
De vendas	21	(151.630)	(117.867)
Gerais e administrativas	21	(23.068)	(24.104)
Honorários da administração	21	(578)	(577)
Recuperação de impostos	17	-	27.141
Outras, líquidas		3.743	340
		-----	-----
		(28.951)	6.185
Despesas financeiras – juros e encargos		(6.536)	(4.888)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	14	(6.186)	(5.777)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(7.041)	(4.240)
Receitas financeiras		1.635	930
Variações cambiais		330	62
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		-----	-----
Impostos de renda e contribuição social	16.a	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(46.749)	(7.728)
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR QUOTA:	22		
Quotas – R\$		(108,62)	(21,53)
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(46.749)	(7.728)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(46.749)	(7.728)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	35.427	(9.908)	25.519
Aporte de capital (nota 12)	111.753	-	111.753
Prejuízo líquido do exercício	-	(7.728)	(7.728)
-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	147.180	(17.636)	129.544
Aporte de capital (nota 12)	29.277	-	29.277
Prejuízo líquido do exercício	-	(46.749)	(46.749)
-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	176.457	(64.385)	112.072
=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(46.749)	(7.728)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	22.209	21.713
Recuperação de impostos	-	(27.141)
Renegociações de arrendamentos	(5.722)	-
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(250)	(116)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	(1.930)	(3.272)
Juros e encargos	11.943	4.638
Juros sobre arrendamentos	6.186	5.777
Variações cambiais	(330)	(62)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	411
	-----	-----
	(14.643)	(5.780)
Variações nas contas de ativos e passivos		
Duplicatas a receber	(17.479)	7.822
Estoques	16.426	(535)
Impostos a recuperar	16.651	224
Fornecedores	(6.437)	(3.977)
Outros	8.993	4.885
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes de juros pagos	3.511	2.639
Juros pagos	-	(1)
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais após juros pagos	3.511	2.638
	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.962)	(3.245)
Aquisição de intangível	(670)	(125)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	3.015	579
Empréstimos entre partes relacionadas	13.838	23.514
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	14.221	20.723
	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos	(4)	(8)
Liquidação de arrendamentos	(17.902)	(23.454)
	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(17.906)	(23.462)
	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(174)	(101)
	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.602	1.703
No fim do exercício	1.428	1.602
	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(174)	(101)
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	339.257	320.101
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	250	116
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(411)
Recuperação de impostos	-	27.141
	<hr/>	<hr/>
	339.507	346.947
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(149.795)	(161.446)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(71.812)	(42.808)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	1.930	3.272
	<hr/>	<hr/>
	(219.677)	(200.982)
	<hr/>	<hr/>
VALOR ADICIONADO BRUTO	119.830	145.965
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(22.209)	(21.713)
	<hr/>	<hr/>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	97.621	124.252
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.635	930
Variação cambial ativa	330	62
Royalties	18.827	20.817
	<hr/>	<hr/>
	20.792	21.809
	<hr/>	<hr/>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	118.413	146.061
	<hr/>	<hr/>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	58.027	59.101
Impostos, taxas e contribuições	72.516	70.846
Remuneração de capitais de terceiros	34.619	23.842
Remuneração de capitais próprios	(46.749)	(7.728)
	<hr/>	<hr/>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	118.413	146.061
	<hr/>	<hr/>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AMMO VAREJO S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada “AMMO Varejo Ltda.”, sediada na avenida Paulista, número 1.754, em São Paulo – SP, controlada pela Coteminas S.A., tem por objeto social a exploração do ramo de indústria e comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, lingerie, cortinas, tapetes, colchões, móveis, artigos para o lar, produtos aromáticos para o lar, fragrâncias, saches, franquias, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, projetos de arquitetura e supervisão da execução de projetos de arquitetura, cujos produtos são comercializados sob as marcas Artex, MMartan e Casas Moysés.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de julho de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as normas e práticas contábeis da legislação societária brasileira para companhias abertas.

2.1 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos, quando contratados, não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de

balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas

com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e outros	5 e 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(h) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustados a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

(i) Intangível--Refere-se a pontos comerciais e marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(k) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável.

(l) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(m) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a

Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício.

(p) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(q) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(r) Moeda funcional e de apresentação--As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas usando-se a sua moeda funcional. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.1.c, nº 4 e nº 6), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.1.g e nº 7), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.1.j, nº 5, nº 7, nº 8 e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.1.n e nº 15), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.1.k e nº 16), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.1.b e nº 18) e outras similares.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável, como também, relacionamos os reflexos identificados no exercício de 2020 em razão dessa nova realidade econômica na nota explicativa nº 23.

2.3 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

EMENDA CPC 06 R2 (IFRS 16) - Arrendamentos

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Vide nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Depósitos em conta corrente	1.428	1.602
-----	-----	-----
1.428	1.602	-----
=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	2020	2019
Clientes no mercado interno	39.757	27.694
Operadoras de cartão de crédito	4.750	5.077
-----	-----	-----
44.507	32.771	-----
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.099)	(1.099)
-----	-----	-----
43.408	31.672	-----
=====	=====	=====

As vendas a prazo são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 81 dias (82 dias em 2019). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2020	2019
A vencer	40.491	28.350
Vencidas até 30 dias	242	716
Vencidas de 31 a 60 dias	90	340
Vencidas de 61 a 90 dias	66	159
Vencidas de 91 a 180 dias	288	204
Vencidas acima de 180 dias	3.330	3.002
-----	-----	-----
	44.507	32.771
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(1.099)	(688)
Adições	-	(411)
-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	(1.099)	(1.099)
=====	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que parte da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída e parte estar concentrada em grandes operadores de cartão de crédito e franqueados.

5. ESTOQUES

	2020	2019
Matéria prima e secundários	627	2.292
Produtos acabados	26.740	41.769
Peças de reposição	609	341
-----	-----	-----
	27.976	44.402
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

Representa o financiamento de repasses de lojas para franqueados e parcelamentos de créditos com clientes, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado - IGP-M.

	2020	2019
Financiamento no repasse de lojas	3.208	6.453
Parcelamento de créditos com clientes	3.368	-
Outros	6	-
	-----	-----
	6.582	6.453
Circulante	(4.308)	(3.532)
	-----	-----
	2.274	2.921
Não circulante	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2020, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

7. IMOBILIZADO

Taxa média % (*)	2020			2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,0	27.597	(20.961)	6.636
Instalações	5,6	3.159	(2.932)	227
Máquinas e equipamentos	2,4	2.436	(2.016)	420
Móveis, utensílios e outros	4,3	21.385	(16.171)	5.214
Obras em andamento	-	497	-	497
	-----	-----	-----	-----
	55.074	(42.080)	12.994	14.116
	=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

	<u>Beneficiárias em imóveis de terceiros</u>	<u>Instala- ções</u>	<u>Máquinas e equipa- mentos</u>	<u>Móveis, utensílios e outros</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.886	521	-	6.790	270	14.467
Adições	1.265	78	541	1.318	43	3.245
Baixas líquidas	(101)	(1)	-	-	-	(102)
Transferências						
- Imobilizado	270	(9)	-	(109)	(152)	-
Depreciação do exercício	(1.452)	(204)	(102)	(1.216)	-	(2.974)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	442	43	15	(1.020)	-	(520)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.310	428	454	5.763	161	14.116
Adições	811	11	58	746	336	1.962
Baixas líquidas	(205)	(7)	(5)	(178)	-	(395)
Transferências						
- Imobilizado	-	(29)	-	29	-	-
Depreciação do exercício	(1.603)	(213)	(92)	(1.291)	-	(3.199)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	323	37	5	145	-	510
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.636	227	420	5.214	497	12.994
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$5.303 em 31 de dezembro de 2019).

8. DIREITOS DE USO

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (1) % a.a.	2020		2019	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	52,1	13.779	(6.264)	7.515	10.579
Imóveis – lojas	24,9	88.433	(32.342)	56.091	42.836
Veículos	34,7	102	(102)	-	16
	=====	=====	=====	=====	=====
		102.314	(38.708)	63.606	53.431
		=====	=====	=====	=====

(1) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos dos direitos de uso no exercício foi como segue:

	<u>Imóveis</u>	<u>Imóveis - lojas</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (a)	13.744	44.230	84	58.058
Adições (b)	35	17.059	18	17.112
Baixas, líquidas (c)	-	(1.613)	-	(1.613)
Amortização do exercício	(3.200)	(16.840)	(86)	(20.126)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.579	42.836	16	53.431
Adições (b)	-	33.433	-	33.433
Baixas, líquidas (c)	-	(3.266)	-	(3.266)
Amortização do exercício	(3.064)	(16.912)	(16)	(19.992)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.515	56.091	-	63.606
	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

9. INTANGÍVEL

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pontos comerciais (1)	25.077	25.357
Marcas – próprias (2)	1.757	1.757
	=====	=====
Total	26.834	27.114
	=====	=====

A movimentação dos saldos dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversão de provisão para perdas com ativos</u>	<u>2020</u>
Pontos comerciais	25.357	670	(2.370)	1.420	25.077
Marcas – próprias	1.757	-	-	-	1.757
	=====	=====	=====	=====	=====
Total	27.114	670	(2.370)	1.420	26.834
	=====	=====	=====	=====	=====

	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversão de provisão para perdas com ativos</u>	<u>2019</u>
Pontos comerciais	21.801	125	(361)	3.792	25.357
Marcas – próprias	1.757	-	-	-	1.757
	=====	=====	=====	=====	=====
Total	23.558	125	(361)	3.792	27.114
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$7.994 em 31 de dezembro de 2019), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas. Os ativos são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A AMMO VAREJO não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2020	2019
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Finame)	R\$	5,5	2020	-	4

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2020	2019
Circulante				-	4
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por avais da Coteminas S.A.

A movimentação dos empréstimos foi como segue:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	4	12
Juros provisionados	-	1
Amortização de principal	(4)	(8)
Pagamento de juros	-	(1)
	=====	=====
Saldo no final do exercício	-	4
	=====	=====

11. FORNECEDORES

	2020	2019
Mercado interno	19.146	11.855
Partes relacionadas	16	13.784
	=====	=====
	19.162	25.639
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 53 dias (65 dias em 31 de dezembro de 2019).

O saldo com partes relacionadas refere-se à fornecimento de produtos de cama, mesa e banho pela Coteminas S.A., controladora da Companhia.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 1º de janeiro de 2019, a Coteminas S.A. adquiriu de sua controladora SGPSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da Companhia pelo valor contábil de R\$57.734 (R\$30.431 em investimentos e R\$27.303 em ágio) e efetuou aporte de capital no valor de R\$87.166, utilizando créditos de mútuo com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Coteminas S.A. realizou novo aumento de capital no valor de R\$24.587, utilizando crédito de mútuo com a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Coteminas S.A. realizou aumento de capital no valor de R\$29.277 na AMMO Varejo, através de crédito de mútuo com a Companhia.

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2020 está representado por 430.382.917 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada (358.974.726 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada, em 2019).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber	
	2020	2019
Coteminas S.A.	13.925	-
	=====	=====
Encargos financeiros (despesas)		
	2020	2019
Coteminas S.A.	(1.514)	(1.073)
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito. Em 2020, a taxa média de juros foi de 11,2% ao ano (11,2% ao ano em 2019).

Em 2020, a Companhia recebeu produtos intermediários e acabados da Coteminas S.A., empresa ligada, no valor de R\$78.761 (R\$67.337 em 2019), para revenda em suas lojas próprias.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração". A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	2020	2019
Imóveis	9,3	2023	8.201	11.048
Imóveis - lojas	9,3	2026	60.833	45.142
Veículos	9,3	2020	-	16
			-----	-----
Circulante			69.034	56.206
			(22.538)	(21.434)
Não circulante			46.496	34.772
			=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2021	2022	2023	2024 a 2026	Total
Imóveis	3.582	3.582	2.090	-	9.254
Imóveis - lojas	21.754	15.994	14.678	18.567	70.993
	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	25.336	19.576	16.768	18.567	80.247
Ajuste a valor presente	(2.798)	(678)	(3.193)	(4.544)	(11.213)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	22.538	18.898	13.575	14.023	69.034
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2020				2019
	Imóveis	Imóveis – lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	11.048	45.142	16	56.206	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (a)	-	-	-	-	58.058
Adições (b)	-	33.433	-	33.433	17.112
Encargos	904	5.607	-	6.511	6.191
Pagamentos	(3.751)	(14.135)	(16)	(17.902)	(23.454)
Renegociações (c)	-	(5.722)	-	(5.722)	-
Baixas (d)	-	(3.492)	-	(3.492)	(1.701)
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	8.201	60.833	-	69.034	56.206
	=====	=====	=====	=====	=====

(a) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Em função da pandemia da COVID-19, a Companhia renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a Companhia adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

(d) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

	2020	2019
Arrendamentos pagos no exercício	17.902	23.454
PIS E COFINS recuperado	(1.307)	(1.801)
Renegociações	5.722	-
Amortização de direitos de uso	(19.992)	(20.126)
PIS E COFINS sobre amortização	982	1.387
Juros apropriados sobre arrendamentos	(6.511)	(6.191)
PIS E COFINS sobre juros apropriados	325	414
Baixas, líquidas	225	-
<hr/>		
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(2.654)	(2.863)
	<hr/>	<hr/>

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos (prazo médio de 3,89 anos em 2020 e 2,31 anos em 2019). Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

15. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia possui processos tributários e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$1.202 (R\$1.107 em 2019) e R\$644 (R\$710 em 2019) respectivamente.

A provisão foi constituída, para as perdas consideradas prováveis. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável, de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, estão assim resumidos:

	2020	2019
Processos trabalhistas	1.107	657
Cíveis e outros	1.153	2.921
<hr/>		
	2.260	3.578
	<hr/>	<hr/>
Depósitos judiciais	998	2.873
	<hr/>	<hr/>

A movimentação das provisões diversas é apresentada a seguir:

	2019	Adições	Baixas	2020
Processos trabalhistas	657	1.066	(616)	1.107
Cíveis e outras	2.921	199	(1.967)	1.153
<hr/>				
	3.578	1.265	(2.583)	2.260
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	2020	2019
Resultado antes dos impostos	(46.749)	(7.728)
Alíquota de 34%	15.895	2.628
Créditos fiscais não constituídos	(15.895)	(2.628)
	-----	-----
Impostos de renda e contribuição social	-	-
	=====	=====

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	Saldos em 2019	Reconhecidos no resultado	Outros	Saldos em 2020
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias (a)	225	-	195	420
Prejuízo fiscal – recuperação de impostos (a)	14.068	(5.579)	-	8.489
Reclassificações para apresentação de balanço (a)	(14.068)	5.579	-	(8.489)
	-----	-----	-----	-----
	225	-	195	420
Imposto diferido passivo:				
Diferenças temporárias (p)	(14.068)	5.579	-	(8.489)
Reclassificações para apresentação de balanço (p)	14.068	(5.579)	-	8.489
	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	-
Total de impostos diferidos, líquidos	225	-	195	420
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	225	-	195	420
Total do passivo não circulante (soma de p)	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$335.239 em prejuízos fiscais (R\$283.948 em 31 de dezembro de 2019) e R\$335.268 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$282.322 em 31 de dezembro de 2019), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos.

c. Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	430	397
Imposto de renda e contribuição social antecipados	150	279
PIS e COFINS a recuperar (*)	24.968	41.523
IPI a recuperar	83	83
Outros impostos a recuperar	64	65
	-----	-----
	25.695	42.347
Circulante	(16.417)	(16.570)
	-----	-----
Não Circulante	9.278	25.777
	=====	=====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº17 às demonstrações financeiras.

17. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em setembro de 2018, transitou em julgado a ação coletiva interposta pelo Sindicato dos Lojistas – SINDLOJAS. A Companhia aderiu ao processo coletivo da SINDILOJAS e reconheceu o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. A Companhia reconheceu créditos no valor de R\$14.655, referente ao período de janeiro de 2011 a julho de 2017, que atualizados estão registrados na rubrica “Impostos a recuperar”.

Em 2019, com base em seus assessores jurídicos, a Companhia resolveu continuar a ação própria, iniciada em 2018, e no 3º trimestre de 2019 obteve o trânsito em julgado favorável à Companhia. Os créditos da Companhia foram habilitados no 4º trimestre de 2019, no valor de R\$41.796 e estão sendo compensados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	2020	2019
ATIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.428	1.602
Duplicatas a receber	43.408	31.672
Valores a receber de clientes (c)	4.308	3.532
Outros créditos a receber (c)	902	2.687
Partes relacionadas	13.925	-
Depósitos judiciais	998	2.873
Valores a receber de clientes (nc)	2.274	2.921
Outros créditos a receber (nc)	2.001	2.001
PASSIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	-	4
Fornecedores	19.162	25.639
Outras contas a pagar	875	294
Outras obrigações	4.372	2.687
(c) circulante		
(nc) não circulante		

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", quando aplicável, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e

volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados da Companhia, advindas dessas variações. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. A Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas para os passivos sobre os quais incidem juros fixos, portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.3 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários, quando aplicável. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito com clientes é reduzido devido à serem concentrados com franqueados e operadoras de cartão de crédito (adquirentes e subadquirentes). A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à aprovação de crédito para os seus franqueados que são aprovados por órgão colegiado.

d.4 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	19.162	19.162	-	-
Arrendamentos a pagar	80.247	25.336	36.344	18.567
	-----	-----	-----	-----
	99.409	44.498	36.344	18.567
	=====	=====	=====	=====

d.5 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus cotistas.

A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	-	4
Arrendamentos a pagar	69.034	56.206
Caixa e equivalentes de caixa	(1.428)	(1.602)
	-----	-----
Total da dívida líquida	67.606	54.608
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	112.072	129.544
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	179.678	184.152
	=====	=====

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia possui dois segmentos operacionais distintos: Vendas diretas ao consumidor, incluindo lojas próprias e e-commerce, denominado “Sell out” e vendas aos franqueados de produtos e serviços, denominado “Sell in”.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2020			
	(1) Outros não alocáveis			Total
	Sell out	Sell in		
Receita operacional líquida	192,8	81,6	0,5	274,9
Custo dos produtos vendidos	(79,3)	(52,7)	(0,3)	(132,3)
Lucro bruto	113,5	28,9	0,2	142,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(85,1)	(3,0)	(87,1)	(175,2)
Outros	-	-	3,7	3,7
Resultado das operações	28,4	25,9	(83,2)	(28,9)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(18,1)	(18,1)
Variação cambial	-	-	0,3	0,3
Resultado antes dos impostos	28,4	25,9	(101,0)	(46,7)
Depreciação e amortização	17,9	-	4,3	22,2
	2019			
	(1) Outros não alocáveis			Total
	Sell out	Sell in		
Receita operacional líquida	169,3	95,0	0,7	265,0
Custo dos produtos vendidos	(77,3)	(66,1)	(0,3)	(143,7)
Lucro bruto	92,0	28,9	0,4	121,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(84,6)	(1,1)	(56,8)	(142,5)
Recuperação de impostos	-	-	27,1	27,1
Outros	-	-	0,3	0,3
Resultado das operações	7,4	27,8	(29,0)	6,2
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(13,9)	(13,9)
Resultado antes dos impostos	7,4	27,8	(42,9)	(7,7)
Depreciação e amortização	17,4	-	4,3	21,7

(1) Inclui despesas não alocáveis como administrativas, distribuição, marketing institucional, desenvolvimento de produtos, entre outros.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com os segmentos de mercado representado por suas marcas, como segue.

	2020	2019
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Casa Moyses e MMartan	207,7	183,1
Artex	66,8	81,2
Outros	0,4	0,7
	-----	-----
	274,9	265,0
	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	367.852	350.865
Deduções das vendas	(92.918)	(85.886)
	-----	-----
Vendas líquidas	274.934	264.979
	=====	=====

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	2020	2019
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(171.006)	(158.625)
Benefícios a empregados	(58.027)	(59.101)
INSS	(11.201)	(11.263)
Depreciação e amortização	(22.209)	(21.713)
Variação dos estoques de produtos acabados	(17.823)	848
Aluguéis	(27.362)	(36.421)
	-----	-----
Total por natureza	(307.628)	(286.275)
	=====	=====

Por função:

	2020	2019
Custo dos produtos vendidos	(132.352)	(143.727)
De vendas	(151.630)	(117.867)
Gerais e administrativas	(23.068)	(24.104)
Honorários da administração	(578)	(577)
	-----	-----
Total por função	(307.628)	(286.275)
	=====	=====

22. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR QUOTA

O cálculo do prejuízo básico e diluído por quota foi calculado como segue:

	2020	2019
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(46.749)	(7.728)
Número de quotas:		
Quotas totais	430.382.917	358.974.726
	=====	=====
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL QUOTAS:		
Quotas – R\$	(108,62)	(21,53)
	=====	=====

A Companhia não possui quotas com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por quota é igual ao prejuízo diluído por quota.

23. EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

No exercício de 2020, decorrente da pandemia do coronavírus – COVID-19, houve uma redução forçada no nível de atividade econômica no país. As lojas físicas fecharam em 23 de março de 2020 e retornaram a abrir parcialmente com restrições de horários até o 3º trimestre, operando normalmente até o final do respectivo exercício. Em 2021, a Companhia está operando normalmente e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes que possam impactar nas informações apresentadas, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, apresentamos as seguintes divulgações complementares:

AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Em 21 de junho de 2021, a Coteminas S.A. vendeu a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. (“C7S”) para a Companhia, por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388. A C7S têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

ALTERAÇÃO TIPO SOCIETÁRIO

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, foi realizada em 30 de junho de 2021, reunião dos sócios cotistas, onde foi aprovada por unanimidade, a alteração do tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2021, está representado por 430.382.917 quotas que foram convertidas em 430.382.917 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

* * * * *

AMMO VAREJO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.494.776/0001-01

NIRE 35218126351

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2020, emitido nesta data.

São Paulo, 23 de junho de 2021.

AMMO VAREJO S.A.


Antony José Souza Martins
Diretor Presidente


Josué Gomes de Alencar
Diretor

AMMO VAREJO S.A.
CNPJ/MF Nº 03.494.776/0001-01
NIRE 35218126351

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 23 de junho de 2021.

AMMO VAREJO S.A.


Antony José Souza Martins
Diretor Presidente


Josué Gomes de Alencar
Diretor

AMMO|VAREJO

AMMO VAREJO S.A.
(Anteriormente denominada AMMO VAREJO LTDA.)

CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01
NIRE 3521812635-1

Senhores Acionistas,

A Administração da AMMO Varejo S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios de 2019 e 2018. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

Exercício de 2019

Iniciamos no ano de 2019 a retomada do crescimento da economia, com a melhoria de indicadores relevantes, como a redução da taxa de desemprego, a retomada das vendas do varejo, e a continuidade do ciclo de redução da taxa básica de juros, com a inflação sob controle.

O principal acontecimento foi a aprovação da reforma da previdência, que foi o primeiro e o mais importante passo para o processo de consolidação fiscal, que visa reverter a trajetória de deterioração das contas públicas.

Apesar do otimismo inicial, houve atraso no Congresso para aprovação de novas reformas da agenda econômica, que possibilitariam ganhos de produtividade no país. Consequentemente, o crescimento do PIB foi abaixo do esperado.

Com o intuito de melhorar nossa competitividade e nossa rentabilidade, realizamos otimização das nossas operações e expandimos o nosso mercado endereçável de produtos de cama, mesa e banho, de montante de R\$ 12 bilhões no Brasil, segundo o IBOPE, para produtos de casa e decoração, com mercado estimado em R\$ 86 bilhões, a preços ao consumidor.

Iniciamos, em 2019, a venda de produtos não têxteis nos nossos canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta,

AMMO|VAREJO

através de parceiros e, portanto, com baixo risco e baixo capital de trabalho. A ampliação de oferta de novas categorias de produtos possibilita o crescimento de nossa receita e o fortalecimento das nossas marcas, aumentando o valor médio e a frequência de compra de nossas marcas pelos nossos consumidores.

Continuamos a nossa transformação voltada para o canal digital. As vendas de *e-commerce* cresceram 73% em 2019, e, no último trimestre de 2019, representaram 17% da receita *sell-out* do varejo.

Nova missão: “Inovar para entregar experiências que encantem e promovam bem-estar”

A missão da Companhia, o nosso propósito, motiva-nos e inspira-nos a ir além dos produtos de cama, mesa, e banho, para fazermos diferença nas vidas de nossos clientes. A nossa missão é “Inovar para entregar experiências que encantem e promovam bem-estar”, sendo que no nosso entendimento bem-estar passa por estado de satisfação plena das exigências do corpo e/ou espírito, sensação de segurança, conforto e tranquilidade, e até mesmo ser impactado com a beleza e encantamento através dos nossos produtos e canais de comunicação.

A nossa visão é centrada no cliente, continuamos querendo encantá-lo, mas agora abrimos novos caminhos para produtos e serviços que envolvam o seu bem-estar, a sua saúde e o seu estado de espírito. A tecnologia e uma cultura de inovação e experimentação serão fundamentais neste processo e já começamos esta transformação, com a formação de um time capacitado e engajado, e com parceiros conceituados. Como exemplo, desenvolvemos produtos para o sono com sensores, que foram lançados em 2020. Eles oferecem dicas para o usuário melhorar a qualidade do seu sono, com impacto positivo no rendimento do seu dia, após uma noite bem dormida.

Estamos engajados e motivados a sermos a maior, a melhor e a mais digital empresa no segmento Lar & Decoração, das Américas. O nosso foco de crescimento será em áreas e categorias que demandem baixo capital e que sejam escaláveis, e, portanto, trazendo maior rentabilidade para os nossos acionistas. Acreditamos que (i) a ampliação de portfólio de produtos, e de marcas; (ii) o crescimento dos canais de distribuição, incluindo maior número de lojas franqueadas; e (iii) a oferta de soluções tecnológicas para o

AMMO|VAREJO

varejo, como nossa tecnologia de frente de loja PIX, serão os impulsionadores do crescimento da Companhia nos próximos anos.

A nossa cultura de empreendedorismo, inovação, e ousadia nos guiará nesta nova transformação, com grande ênfase em experimentação, abrindo espaço para novos mercados e oportunidades. E neste caminho procuraremos exercer a nossa liderança, pelo exemplo e trabalho árduo e ético, inspirando os nossos pares, clientes e a sociedade.

Relacionamento com auditores independentes

Em 2019, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

AMMO|VAREJO

Sobre a Companhia

A AMMO Varejo S.A. é uma empresa de varejo especializado do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho (CAMEBA), além de referência em *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, no Brasil.

Ofertamos, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e *e-commerce*, uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés - marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

Desempenho financeiro¹

A AMMO Varejo apresentou, no ano de 2019, receita líquida consolidada de R\$ 265,0 milhões, 2,5% superior à de 2018, com margem bruta de 45,8%.

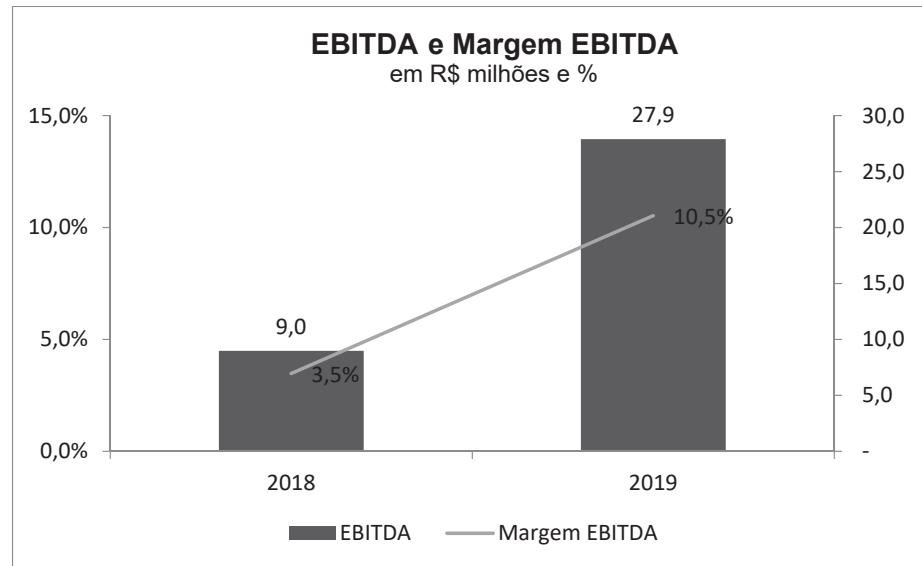
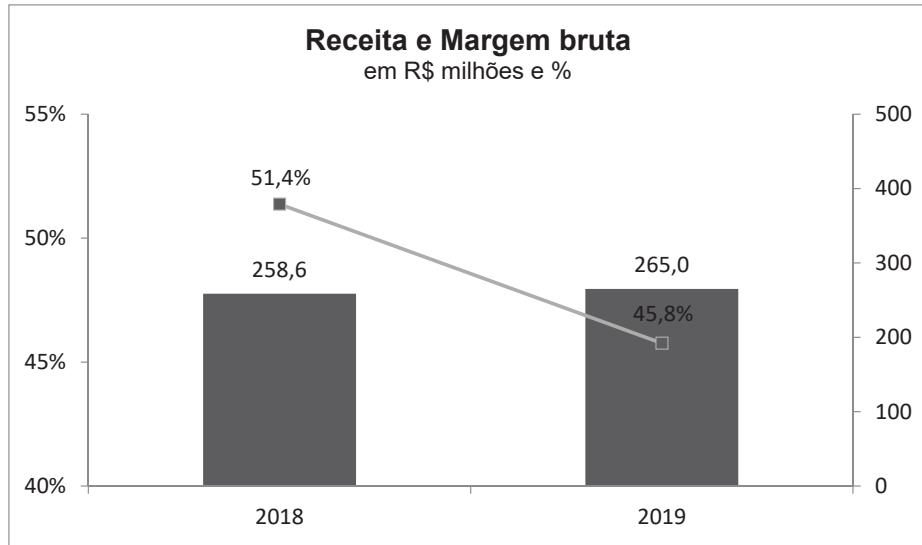
No final de 2019 tínhamos 238 lojas, das quais 67 próprias e 171 franquias, ante 234 no final de 2018, sendo, portanto, o aumento de receita majoritariamente proveniente de vendas de mesmas lojas.

O prejuízo totalizou R\$ 7,7 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 27,9 milhões.

Os créditos de recuperação de impostos, no valor de R\$ 41,8 milhões, contabilizados em 2018 (R\$ 14,7 milhões) e em 2019 (R\$ 27,1 milhões), foram habilitados e começaram a ser compensados. No decorrer de 2020, continuaremos a realização do seu efeito caixa.

¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

AMMO|VAREJO



AMMO|VAREJO

Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ milhões	2019	2018
Lucro líquido	(7,7)	(5,0)
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	-
(+) Resultado financeiro	13,9	10,9
(+) Depreciação e amortização	21,7	3,1
EBITDA	27,9	9,0
/ (dividido por)	-	-
Receita líquida	265,0	258,6
Margem EBITDA (%)	10,5%	3,5%

**AMMO VAREJO S.A.
(anteriormente denominada AMMO VAREJO
LTDA.)**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

AMMO VAREJO S.A. (anteriormente denominada AMMO VAREJO LTDA.)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
AMMO Varejo S.A. (anteriormente denominada AMMO Varejo Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **AMMO Varejo S.A. ("Companhia")**, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMMO Varejo S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por nós para as quais emitimos relatório em 02 de setembro de 2020 com ressalva sobre o período de reconhecimento dos créditos tributários no resultado do exercício. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4. essas demonstrações foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir certos ajustes e aprimorar certas divulgações em notas explicativas. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa opinião não possui qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis foram ajustadas de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Arrendamentos e ativo de direito de uso - Adoção inicial

A Companhia possui compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas, vide Notas Explicativas n°s 8 e 14.

O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu requerimentos contábeis complexos que servem de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento, e estão relacionados à: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; iii) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos.

Em virtude da relevância dos saldos, do julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente:

- Avaliação do processo da administração para identificação dos contratos de arrendamento e os controles implementados para captura das informações dos contratos de arrendamentos necessárias para mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento;
- Avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas;
- Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arrendamentos e valores considerados na mensuração com os respectivos contratos, bem como avaliamos a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela Companhia para determinação dos prazos de arrendamento, incluindo a avaliação da Companhia quanto a razoável certeza de renovações contratuais;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Saldos e transações com partes relacionadas

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e apresentam saldos com partes relacionadas.

Entendemos que no processo de exame das demonstrações contábeis este PAA é relevante em face de:

- Os valores das transações durante o exercício são significativos;
- São transações envolvendo partes relacionadas;
- Os saldos nas demonstrações contábeis são significativos;
- O volume das operações durante o exercício é expressivo; e
- A divulgação na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis é uma informação relevante.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, principalmente:

- Avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante os exercícios de 2019 e 2018;
- Realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de notas fiscais, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração;
- Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na Nota Explicativa nº 13.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização das transações e saldos com Partes Relacionadas efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de julho de 2021.

AMMO VAREJO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	Nota explicativa	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	01.01.2018 (reapresentado)
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.602	1.703	1.143
Duplicatas a receber	4	31.672	40.013	37.530
Estoques	5	44.402	43.866	36.034
Adiantamentos a fornecedores		1.900	2.922	5.318
Impostos a recuperar	16.c	16.570	775	495
Valores a receber de clientes	6	3.532	3.275	4.300
Outros créditos a receber		2.687	2.447	1.968
		-----	-----	-----
Total do ativo circulante		102.365	95.001	86.788
		-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	16.c	25.777	14.655	-
Imposto de renda e contribuição social diferido:	16.b	225	244	517
Depósitos judiciais	15	2.873	2.811	1.940
Valores a receber de clientes	6	2.921	3.087	5.371
Outros créditos a receber		2.001	2.001	2.002
		-----	-----	-----
		33.797	22.798	9.830
Imobilizado	7	14.116	14.467	15.307
Direito de uso	8	53.431	-	-
Intangível	9	27.114	23.558	22.848
		-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		128.458	60.823	47.985
		-----	-----	-----
Total dos ativos		230.823	155.824	134.773
		=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	01.01.2018 (reapresentado)
PASSIVOS				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	10	4	5	20.057
Fornecedores	11	25.639	27.822	67.099
Impostos e taxas		3.565	4.501	4.799
Obrigações sociais e trabalhistas		9.306	7.123	6.027
Arrendamentos a pagar	14	21.434	-	
Outras contas a pagar		294	138	3.867
		-----	-----	-----
Total do passivo circulante		60.242	39.589	101.849
		-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	10	-	7	13
Arrendamentos a pagar	14	34.772	-	-
Partes relacionadas	13	-	87.166	1
Provisões diversas	15	3.578	3.543	2.395
Outras obrigações		2.687	-	-
		-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		41.037	90.716	2.409
		-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:				
Capital social realizado		147.180	35.427	309.515
Prejuízos acumulados		(17.636)	(9.908)	(279.000)
		-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	12	129.544	25.519	30.515
		-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		230.823	155.824	134.773
		=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019 (reapresentado)	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	264.979	258.568
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(143.727)	(125.750)
LUCRO BRUTO		-----	-----
		121.252	132.818
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
De vendas	21	(117.867)	(121.293)
Gerais e administrativas	21	(24.104)	(20.931)
Honorários da administração	21	(577)	(575)
Recuperação de impostos	17	27.141	14.655
Outras, líquidas		340	1.186
		-----	-----
		6.185	5.860
Despesas financeiras – juros e encargos		(4.888)	(7.301)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	14	(5.777)	-
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(4.240)	(5.613)
Receitas financeiras		930	1.505
Variações cambiais		62	553
		-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(7.728)	(4.996)
Impostos de renda e contribuição social	16.a	-	-
		-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(7.728)	(4.996)
		=====	=====
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR QUOTA:	22		
Quotas – R\$		(21,53)	(57,82)
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	2019 (reapresentado)	2018
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.728)	(4.996)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(7.728)	(4.996)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	309.515	(274.088)	35.427
Efeitos da reapresentação (nota 2.4)	-	(4.912)	(4.912)
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2018	309.515	(279.000)	30.515
Absorção de prejuízos acumulados (nota 12)	(274.088)	274.088	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.996)	(4.996)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (reapresentado)	35.427	(9.908)	25.519
Aporte de capital (nota 12)	111.753	-	111.753
Prejuízo líquido do exercício	-	(7.728)	(7.728)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (reapresentado)	147.180	(17.636)	129.544

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(7.728)	(4.996)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	21.713	3.123
Recuperação de impostos	(27.141)	(14.655)
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(116)	433
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	(3.272)	(991)
Juros e encargos	4.638	11.415
Juros sobre arrendamentos	5.777	-
Variações cambiais	(62)	(553)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	411	-
	-----	-----
	(5.780)	(6.224)
Variações nas contas de ativos e passivos		
Duplicatas a receber	7.822	(3.981)
Estoques	(535)	(7.832)
Impostos a recuperar	224	(280)
Fornecedores	(3.977)	44.245
Outros	4.885	2.501
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes de juros pagos	2.639	28.429
Juros pagos	(1)	(4.759)
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais após juros pagos	2.638	23.670
	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.245)	(1.178)
Aquisição de intangível	(125)	(2.081)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	579	2.873
Empréstimos entre partes relacionadas	23.514	(2.780)
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	20.723	(3.166)
	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos	(8)	(19.944)
Liquidação de arrendamentos	(23.454)	-
	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(23.462)	(19.944)
	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(101)	560
	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.703	1.143
No fim do exercício	1.602	1.703
	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(101)	560
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	320.101	313.523
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	116	(433)
Recuperação de impostos	27.141	14.655
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(411)	-
	-----	-----
	346.947	327.745
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(161.446)	(141.100)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.808)	(40.540)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	3.272	991
	-----	-----
	(200.982)	(180.649)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	145.965	147.096
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(21.713)	(3.123)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	124.252	143.973
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	930	1.505
Variação cambial ativa	62	553
Royalties	20.817	19.318
	-----	-----
	21.809	21.376
	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	146.061	165.349
	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	59.101	56.015
Impostos, taxas e contribuições	70.846	71.184
Remuneração de capitais de terceiros	23.842	43.146
Remuneração de capitais próprios	(7.728)	(4.996)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	146.061	165.349
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMMO VAREJO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AMMO VAREJO S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada "AMMO Varejo Ltda.", sediada na avenida Paulista, número 1.754, em São Paulo – SP, controlada pela Coteminas S.A., tem por objeto social a exploração do ramo de indústria e comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, lingerie, cortinas, tapetes, colchões, móveis, artigos para o lar, produtos aromáticos para o lar, fragrâncias, saches, franquias, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, projetos de arquitetura e supervisão da execução de projetos de arquitetura, cujos produtos são comercializados sob as marcas Artex, MMartan e Casas Moysés.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de julho de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como "Outras, líquidas".

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade

do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos, quando contratados, não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil

estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e outros	5 e 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(h) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustados a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

(i) Intangível--Refere-se a pontos comerciais e marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(k) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável.

(l) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(m) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício.

(p) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(q) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(r) Moeda funcional e de apresentação--As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas usando-se a sua moeda funcional. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.1.c, nº 4 e nº 6), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.1.g e nº 7), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.1.j, nº 5, nº 7, nº 8 e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.1.n e nº 15), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.1.k e nº 16), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.1.b e nº 18) e outras similares.

2.3 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 R2 (IFRS 16) – Arrendamentos

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - “Leases”, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na

contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

Abordagem de transição:

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Impactos no balanço patrimonial:

As contas patrimoniais sofreram alterações pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações financeiras.

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - "Uncertainty over Income Tax Treatments", com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - "Income Taxes", sendo correspondente a interpretação técnica ICPC 22. Esta interpretação técnica não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.4 – Reapresentação das demonstrações financeiras apresentadas em 2 de setembro de 2020.

A Companhia apresentou suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em 2 de setembro de 2020.

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários e considerando que as demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor (auditor antecessor), a Companhia reapresenta suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com as informações comparativas auditadas pelo atual auditor (auditor sucessor).

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas em linha com o OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral para inclusão das notas explicativas nº19 – Informações por segmento e nº23 – Eventos Subsequentes.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos naquela data e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a Companhia está reapresentado as referidas demonstrações financeiras de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

Os quadros a seguir demonstram os ajustes e reclassificações:

ATIVOS	31.12.2019			31.12.2018			31.12.2017			01.01.2018	
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Reapresentado
CIRCULANTE:											
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.602	-	1.602	3.596	(1.893)	1.703	1.143	-	1.143		
Impostos a recuperar (b)	19.426	(2.856)	16.570	3.631	(2.856)	775	3.351	(2.856)	495		
Total do ativo circulante	105.221	(2.856)	102.365	99.750	(4.749)	95.001	89.644	(2.856)	86.788		
NÃO CIRCULANTE:											
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c)	225	-	225	2.300	(2.056)	244	2.573	(2.056)	517		
Depósitos judiciais (a)	2.873	-	2.873	918	1.893	2.811	1.940	-	1.940		
Total do ativo não circulante	128.458	-	128.458	60.986	(163)	60.823	50.041	(2.056)	47.985		
Total dos ativos	233.679	(2.856)	230.823	160.736	(4.912)	155.824	139.685	(4.912)	134.773		
PASSIVOS											
CIRCULANTE:											
Fornecedores (a)	25.639	-	25.639	29.715	(1.893)	27.822	67.099	-	67.099		
Total do passivo circulante	60.242	-	60.242	41.482	(1.893)	39.589	101.849	-	101.849		
NÃO CIRCULANTE:											
Provisões diversas (a)	1.685	1.893	3.578	1.650	1.893	3.543	2.395	-	2.395		
Outras obrigações (a)	4.580	(1.893)	2.687	-	-	-	-	-	-		
Total do passivo não circulante	41.037	-	41.037	88.823	1.893	90.716	2.409	-	2.409		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:											
Prejuízos acumulados (b) (c)	(14.780)	(2.856)	(17.636)	(4.996)	(4.912)	(9.908)	(274.088)	(4.912)	(279.000)		
Total do patrimônio líquido	132.400	(2.856)	129.544	30.431	(4.912)	25.519	35.427	(4.912)	30.515		
Total dos passivos e do patrimônio líquido	233.679	(2.856)	230.823	160.736	(4.912)	155.824	139.685	(4.912)	134.773		

	31.12.2019			31.12.2018		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (a)	(128.732)	(14.995)	(143.727)	(125.750)	-	(125.750)
LUCRO BRUTO	136.247	(14.995)	121.252	132.818	-	132.818
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:						
Recuperação de impostos (a)	-	27.141	27.141	14.655	-	14.655
Outras, líquidas (a)	12.486	(12.146)	340	1.186	-	1.186
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	6.185	-	6.185	5.860	-	5.860
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(7.728)	-	(7.728)	(4.996)	-	(4.996)
Impostos de renda e contribuição social – diferido (c)	(2.056)	2.056	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.784)	2.056	(7.728)	(4.996)	-	(4.996)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Reclassificações entre linhas, sem impacto no resultado.

(b) Ajuste referente a créditos prescritos de impostos a recuperar.

(c) Ajuste de baixa de imposto diferido não realizado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018 (reapresentado)
Depósitos em conta corrente	1.602	1.703
	-----	-----
	1.602	1.703
	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	2019	2018
Clientes no mercado interno	27.694	30.053
Operadoras de cartão de crédito	5.077	10.648
	-----	-----
	32.771	40.701
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.099)	(688)
	-----	-----
	31.672	40.013
	=====	=====

As vendas a prazo são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 82 dias (83 dias em 2018). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2019	2018
A vencer	28.350	35.319
Vencidas até 30 dias	716	1.508
Vencidas de 31 a 60 dias	340	308
Vencidas de 61 a 90 dias	159	261
Vencidas de 91 a 180 dias	204	120
Vencidas acima de 180 dias	3.002	3.185
	-----	-----
	32.771	40.701
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(688)	(688)
Adições	(411)	-
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(1.099)	(688)
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que parte da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída e parte estar concentrada em grandes operadores de cartão de crédito e franqueados.

5. ESTOQUES

	2019	2018
Matéria prima e secundários	2.292	2.456
Produtos acabados	41.769	40.921
Peças de reposição	341	489
	-----	-----
	44.402	43.866
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2019, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

Representa o financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

	2019	2018
Financiamento no repasse de lojas	6.453	6.362
Circulante	(3.532)	(3.275)
	-----	-----
Não circulante	2.921	3.087
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2019, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média % (*)	2019			2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,3	25.939	(18.629)	7.310	6.886
Instalações	6,3	3.119	(2.691)	428	521
Máquinas e equipamentos	4,5	2.386	(1.932)	454	-
Móveis, utensílios e outros	7,0	21.193	(15.430)	5.763	6.790
Obras em andamento	-	161	-	161	270
		-----	-----	-----	-----
		52.798	(38.682)	14.116	14.467
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.886	521	-	6.790	270	14.467
Adições	1.265	78	541	1.318	43	3.245
Baixas líquidas	(101)	(1)	-	-	-	(102)
Transferências						
- Imobilizado	270	(9)	-	(109)	(152)	-
Depreciação do exercício	(1.452)	(204)	(102)	(1.216)	-	(2.974)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	442	43	15	(1.020)	-	(520)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.310	428	454	5.763	161	14.116
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Instala- ções</u>	<u>Máquinas e equipa- mentos</u>	<u>Móveis, utensílios e outros</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.128	962	-	7.924	293	15.307
Adições	185	22	34	850	87	1.178
Baixas líquidas	(93)	(2)	(2)	(69)	-	(166)
Transferências						
- Imobilizado	36	12	-	62	(110)	-
Depreciação do exercício	(1.229)	(323)	(32)	(1.539)	-	(3.123)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	1.859	(150)	-	(438)	-	1.271
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.886	521	-	6.790	270	14.467
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$5.303 (R\$4.783 em 31 de dezembro de 2018).

8. DIREITOS DE USO

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (1) % a.a.	2019		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Imóveis	52,1	13.779	(3.200)	10.579
Imóveis – lojas	27,9	59.248	(16.412)	42.836
Veículos	34,7	102	(86)	16
	=====	=====	=====	=====
		73.129	(19.698)	53.431
		=====	=====	=====

(1) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos dos direitos de uso no exercício foi como segue:

	<u>Imóveis</u>	<u>Imóveis – lojas</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (a)	13.744	44.230	84	58.058
Adições (b)	35	17.059	18	17.112
Baixas, líquidas (c)	-	(1.613)	-	(1.613)
Amortização do exercício	(3.200)	(16.840)	(86)	(20.126)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.579	42.836	16	53.431
	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

9. INTANGÍVEL

	2019	2018
Pontos comerciais (1)	25.357	21.801
Marcas – próprias (2)	1.757	1.757
-----	-----	-----
Total	27.114	23.558
=====	=====	=====

A movimentação dos saldos dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	2018	Adições	Baixas	Reversão de provisão para perdas com ativos	2019
Pontos comerciais	21.801	125	(361)	3.792	25.357
Marcas – próprias	1.757	-	-	-	1.757
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	23.558	125	(361)	3.792	27.114
=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2017	Adições	Baixas	Provisão para perdas com ativos	2018
Pontos comerciais	21.101	2.071	(1.091)	(280)	21.801
Marcas – próprias	1.747	10	-	-	1.757
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	22.848	2.081	(1.091)	(280)	23.558
=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$7.994 (R\$11.786 em 31 de dezembro de 2018), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas. Os ativos são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A AMMO VAREJO não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2019	2018
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Finame)	R\$	5,5	2020	4	12
				-----	-----
Circulante				4 (4)	12 (5)
Não circulante				-	7
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por avais da Coteminas S.A.

A movimentação dos empréstimos foi como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	12	20.070
Juros provisionados	1	4.645
Amortização de principal	(8)	(19.944)
Pagamento de juros	(1)	(4.759)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	4	12
	=====	=====

11. FORNECEDORES

	2019	2018 (reapresentado)
Mercado interno	11.855	8.804
Mercado externo	-	1
Partes relacionadas	13.784	19.017
	-----	-----
	25.639	27.822
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 65 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2018).

O saldo com partes relacionadas refere-se à fornecimento de produtos de cama, mesa e banho pela Coteminas S.A., controladora da Companhia.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada a redução do capital social da Companhia para R\$35.427, mediante a absorção do prejuízo acumulado no valor de R\$274.088 constante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 1º de janeiro de 2019, a Coteminas S.A. adquiriu de sua controladora SGPSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda. pelo valor contábil de R\$57.734 (R\$30.431 em investimentos e R\$27.303 em ágio) e efetuou aporte de capital no valor de R\$87.166, utilizando créditos de mútuo com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Coteminas S.A. realizou novo aumento de capital no valor de R\$24.587, utilizando crédito de mútuo com a Companhia.

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 358.974.726 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada (86.408.412 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada, em 2018).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A pagar	
	2019	2018
Coteminas S.A. (a)	-	87.166
	=====	=====
Encargos financeiros (despesas)		
	2019	2018
Coteminas S.A.	(1.073)	(634)
	=====	=====

(a) Saldos de mútuo utilizados em aporte de capital na Companhia, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito. Em 2019, a taxa média de juros foi de 11,2% ao ano (10,9% ao ano em 2018).

Em 2019, a Companhia recebeu produtos intermediários e acabados da Coteminas S.A., controladora da Companhia, no valor de R\$67.337 (R\$66.768 em 2018), para revenda em suas lojas próprias.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	2019
Imóveis	9,3	2023	11.048
Imóveis - lojas	9,3	2025	45.142
Veículos	9,3	2020	16

			56.206
Circulante			(21.434)

Não circulante			34.772
			=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024 a 2025	Total
Imóveis	3.751	3.582	3.582	2.090	-	13.005
Imóveis - lojas	18.921	14.163	8.675	6.903	4.390	53.052
Veículos	16	-	-	-	-	16
Total bruto	22.688	17.745	12.257	8.993	4.390	66.073
Ajuste a valor presente	(1.254)	(2.426)	(2.642)	(2.295)	(1.250)	(9.867)
Total a pagar	21.434	15.319	9.615	6.698	3.140	56.206

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Imóveis	Imóveis - lojas	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (a)	13.744	44.230	84	58.058
Saldos em 1º de janeiro de 2019	13.744	44.230	84	58.058
Adições (b)	35	17.059	18	17.112
Encargos	1.164	5.021	6	6.191
Pagamentos	(3.895)	(19.467)	(92)	(23.454)
Baixas (c)	-	(1.701)	-	(1.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.048	45.142	16	56.206

(a) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação do contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	2019
Arrendamentos pagos no exercício	23.454
PIS E COFINS recuperado	(1.801)
Amortização de direitos de uso	(20.126)
PIS E COFINS sobre amortização	1.387
Juros apropriados sobre arrendamentos	(6.191)
PIS E COFINS sobre juros apropriados	414
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(2.863)

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos

os prazos vigentes nos contratos (prazo médio de 2,31 anos em 2019). Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

15. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia possui processos tributários e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$1.107 (R\$1.270 em 2018) e R\$710 (R\$709 em 2018) respectivamente.

A provisão foi constituída, para as perdas consideradas prováveis. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável, de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, estão assim resumidos:

	2019	2018 (reapresentado)
Processos trabalhistas	657	1.241
Cíveis e outros	2.921	2.302
=====	=====	=====
	3.578	3.543
	=====	=====
Depósitos judiciais	2.873	2.811
	=====	=====

A movimentação das provisões diversas é apresentada a seguir:

	2018	Adições	Baixas	2019
Processos trabalhistas	1.241	38	(622)	657
Cíveis e outras	2.302	736	(117)	2.921
=====	=====	=====	=====	=====
	3.543	774	(739)	3.578
	=====	=====	=====	=====

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	2019 (reapresentado)	2018
Resultado antes dos impostos	(7.728)	(4.996)
Alíquota de 34%	2.628	1.699
Créditos fiscais não constituídos	(2.628)	(1.699)
=====	=====	=====
Impostos de renda e contribuição social	-	-
	=====	=====

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	Saldos em 2018	Reconhecidos no resultado	Outros	Saldos em 2019
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias (a)	(289)	-	514	225
Prejuízo fiscal, líquido (a)	533	-	(533)	-
Prejuízo fiscal – recuperação de impostos (a)	4.983	9.085	-	14.068
Reclassificações para apresentação de balanço (a)	(4.983)	(9.085)	-	(14.068)
	-----	-----	-----	-----
	244	-	(19)	225
Imposto diferido passivo:				
Diferenças temporárias (p)	(4.983)	(9.085)	-	(14.068)
Reclassificações para apresentação de balanço (p)	4.983	9.085	-	14.068
	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	-
Total de impostos diferidos, líquidos	244	-	(19)	225
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	244	-	(19)	225
Total do passivo não circulante (soma de p)	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$283.948 em prejuízos fiscais (R\$272.829 em 31 de dezembro de 2018) e R\$282.322 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$272.857 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos.

c. Impostos a recuperar

	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	397	362
Imposto de renda e contribuição social antecipados	279	265
PIS e COFINS a recuperar (*)	41.523	14.655
IPI a recuperar	83	83
Outros impostos a recuperar	65	65
	-----	-----
	42.347	15.430
Circulante	(16.570)	(775)
	-----	-----
Não Circulante	25.777	14.655
	=====	=====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras.

17. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em setembro de 2018, transitou em julgado a ação coletiva interposta pelo Sindicato dos Lojistas – SINDLOJAS. A Companhia aderiu ao processo coletivo da SINDILOJAS e reconheceu o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. A Companhia reconheceu créditos no valor de R\$14.655, referente ao período de janeiro de 2011 a julho de 2017, que atualizados estão registrados na rubrica “Impostos a recuperar”.

Em 2019, com base em seus assessores jurídicos, a Companhia resolveu continuar a ação própria, iniciada em 2018, e no 3º trimestre de 2019 obteve o trânsito em julgado favorável à Companhia. Os créditos da Companhia foram habilitados no 4º trimestre de 2019, no valor de R\$41.796 e estão sendo compensados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	2019	2018 (reapresentado)
ATIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.602	1.703
Duplicatas a receber	31.672	40.013
Valores a receber de clientes (c)	3.532	3.275
Outros créditos a receber (c)	2.687	2.447
Depósitos judiciais	2.873	2.811
Valores a receber de clientes (nc)	2.921	3.087
Outros créditos a receber (nc)	2.001	2.001
PASSIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos (c)	4	5
Fornecedores	25.639	27.822
Outras contas a pagar	294	138
Empréstimos e financiamentos (nc)	-	7
Partes relacionadas	-	87.166
Outras obrigações	2.687	-
(c) circulante		
(nc) não circulante		

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas

flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, quando aplicável, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados da Companhia, advindas dessas variações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. A Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas para os passivos sobre os quais incidem juros fixos, portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.3 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários, quando aplicável. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito com clientes é reduzido devido à serem concentrados com franqueados e operadoras de cartão de crédito (adquirentes e subadquirentes). A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à aprovação de crédito para os seus franqueados que são aprovados por órgão colegiado.

d.4 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Empréstimos	4	4	-	-
Fornecedores	25.639	25.639	-	-
Arrendamentos a pagar	66.073	22.688	30.002	13.383
	-----	-----	-----	-----
	91.716	48.331	30.002	13.383
	=====	=====	=====	=====

d.5 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus cotistas.

A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	4	12
Arrendamentos a pagar	56.206	-
Caixa e equivalentes de caixa	(1.602)	(1.703)
	-----	-----
Total da dívida líquida	54.608	(1.691)
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	129.544	25.519
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	184.152	23.828
	=====	=====

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia possui dois segmentos operacionais distintos: Vendas diretas ao consumidor, incluindo lojas próprias e e-commerce, denominado “Sell out” e vendas aos franqueados de produtos e serviços, denominado “Sell in”.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2019			
	Sell out	Sell in	(2) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	169,3	95,0	0,7	265,0
Custo dos produtos vendidos	(77,3)	(66,1)	(0,3)	(143,7)
	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	92,0	28,9	0,4	121,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(84,6)	(1,1)	(56,8)	(142,5)
Recuperação de impostos	-	-	27,1	27,1
Outros	-	-	0,3	0,3
	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	7,4	27,8	(29,0)	6,2
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(13,9)	(13,9)
	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	7,4	27,8	(42,9)	(7,7)
Depreciação e amortização (1)	17,4	-	4,3	21,7
	=====	=====	=====	=====

	2018			
	Sell out	Sell in	(2) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	162,5	95,3	0,8	258,6
Custo dos produtos vendidos	(64,8)	(60,8)	(0,2)	(125,8)
-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	97,7	34,5	0,6	132,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(81,7)	(2,0)	(59,0)	(142,7)
Recuperação de impostos	-	-	14,6	14,6
Outros	-	-	1,2	1,2
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	16,0	32,5	(42,6)	5,9
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(11,4)	(11,4)
Variação cambial	-	-	0,5	0,5
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	16,0	32,5	(53,5)	(5,0)
Depreciação e amortização	1,9	-	1,2	3,1
=====	=====	=====	=====	=====

(1) A partir de 2019 inclui efeitos do IFRS 16. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui despesas não alocáveis como administrativas, distribuição, marketing institucional, desenvolvimento de produtos, entre outros.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com os segmentos de mercado representado por suas marcas, como segue.

	2019	2018
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Casa Moyses e MMartan	183,1	183,0
Artex	81,2	74,7
Outros	0,7	0,9
-----	-----	-----
265,0	258,6	
=====	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	350.865	343.262
Deduções das vendas	(85.886)	(84.694)
-----	-----	-----
Vendas líquidas	264.979	258.568
=====	=====	=====

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	2019 (reapresentado)	2018
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(158.625)	(171.571)
Benefícios a empregados	(59.101)	(56.015)
INSS	(11.263)	(10.993)
Depreciação e amortização	(21.713)	(3.123)
Variação dos estoques de produtos acabados	848	8.370
Aluguéis	(36.421)	(35.217)
 Total por natureza	 (286.275)	 (268.549)
	=====	=====

Por função:

	2019 (reapresentado)	2018
Custo dos produtos vendidos	(143.727)	(125.750)
De vendas	(117.867)	(121.293)
Gerais e administrativas	(24.104)	(20.931)
Honorários da administração	(577)	(575)
 Total por função	 (286.275)	 (268.549)
	=====	=====

22. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR QUOTA

O cálculo do prejuízo básico e diluído por quota foi calculado como segue:

	2019	2018
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.728)	(4.996)
Número de quotas:		
Quotas totais	358.974.726	86.408.412
 PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL QUOTAS:		
Quotas – R\$	(21,53)	(57,82)
	=====	=====

A Companhia não possui quotas com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por quota é igual ao prejuízo diluído por quota.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, apresentamos as seguintes divulgações complementares:

EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

No exercício de 2020, decorrente da pandemia do coronavírus – COVID-19, houve uma redução forçada no nível de atividade econômica no país. As lojas físicas fecharam em 23 de março de 2020 e retornaram a abrir parcialmente com restrições de horários até o 3º trimestre, operando normalmente até o final do respectivo exercício. Em 2021, a Companhia está operando normalmente e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes que possam impactar nas informações apresentadas, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Em 21 de junho de 2021, a Coteminas S.A. vendeu a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") para a Companhia, por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388. A C7S têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

ALTERAÇÃO TIPO SOCIETÁRIO

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, foi realizada em 30 de junho de 2021, reunião dos sócios cotistas, onde foi aprovada por unanimidade, a alteração do tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2021, está representado por 430.382.917 quotas que foram convertidas em 430.382.917 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

* * * * *

AMMO VAREJO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.494.776/0001-01

NIRE 35218126351

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia dos exercícios de 2019 e 2018, emitido nesta data.

São Paulo, 23 de junho de 2021.

AMMO VAREJO S.A.


Antony José Souza Martins
Diretor Presidente


Josué Gomes de Alencar
Diretor

AMMO VAREJO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.494.776/0001-01

NIRE 35218126351

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2019 e 2018, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 23 de junho de 2021.

AMMO VAREJO S.A.


Antony José Souza Martins
Diretor Presidente


Josué Gomes de Alencar
Diretor

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DA AMMO VAREJO
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020,
2019 E 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMMO|VAREJO

AMMO VAREJO

Senhores Acionistas,

A Administração da AMMO Varejo S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out referentes ao exercício de 2020. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

2020: O ano da aceleração da nossa transformação

O ano de 2020, apesar de ter sido marcado por uma grande incerteza para a economia brasileira e mundial, devido à pandemia do Covid-19, e especificamente desafiador para o setor de varejo, onde tradicionalmente a maioria das vendas eram realizadas por meio de lojas físicas, para nós da AMMO Varejo, foi um ano de realizações, onde aproveitamos as nossas vantagens competitivas - marcas fortes e tradicionais, e soluções tecnológicas escaláveis para o varejo, para acelerar a nossa transformação digital.

A receita da Companhia apresentou, em 2020, crescimento de 34% entre anos, impulsionado por maiores vendas nos canais digitais e pela expansão de categorias.

» Tecnologia como *core*

Desde 2017, a Companhia tem investido fortemente em tecnologia, que se mostrou essencial neste período de pandemia, onde houve fechamento e redução das horas de funcionamento do comércio físico, o que nos possibilitou não somente substituir as vendas estimadas para lojas físicas por vendas *online*, como ainda apresentar crescimento de 30% das receitas *sell-out*. Os pedidos recebidos no *e-commerce* em 2020 foram quase 4 vezes o valor obtido no ano de 2019, com *market share* de nossas lojas *online*

AMMO|VAREJO

estimado em 23% das vendas CAMEBA no *e-commerce*, incluindo *marketplaces*.

Acreditamos que este resultado é fruto da combinação da tradição, do valor e da liderança das nossas marcas, com reconhecimento pela qualidade dos nossos produtos e alto nível de lembrança e associação com produtos para o lar, juntamente com tecnologia proprietária, que permite maior flexibilidade e velocidade para mudanças, tudo objetivando promover o encantamento dos nossos clientes.

» Estratégia de expansão de categorias

De forma a potencializar o alto nível de lembrança e associação das nossas marcas com produtos para o lar e estender o nosso relacionamento com nossos clientes, temos ampliado a nossa oferta de produtos nos últimos anos. Inicialmente, ampliamos a oferta de produtos têxteis, com produção própria, como produtos de decoração - cortinas, mantas e almofadas, das linhas *baby* e infantil, além da ampliação da linha de produtos para o sono, e, em 2019, iniciamos a venda de produtos não têxteis nos nossos canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta, através de parceiros. Em 2020, lançamos a oferta de colchões, na marca Artex, e de produtos *pet*, na marca MMartan, entre outros.

Com esta estratégia de expansão de categorias, ampliamos o nosso mercado endereçável no Brasil em aproximadamente 7 vezes, de R\$ 12 bilhões - produtos de cama, mesa e banho, para R\$ 86 bilhões - produtos de casa e decoração, a preços ao consumidor, segundo o IBOPE.

Queremos ser o melhor “one-stop shop” no segmento Lar & Decoração no Brasil, com produtos que (i) estejam alinhados com o posicionamento de nossas marcas e, portanto, com curadoria de produtos para cada marca, (ii) nos destaquem e nos diferenciem no mercado de Lar & Decoração, (iii) gerem *cross-selling* entre nossos principais produtos, e (iv) aumentem a recorrência de compra.

Nos últimos dois anos, dobraramos o número de SKUs de produtos não-CAMEBA - Cama, Mesa e Banho nas nossas lojas *online*, representando atualmente cerca de 20% dos produtos disponíveis para venda.

AMMO|VAREJO

A ampliação de oferta de novas categorias de produtos possibilita o crescimento de nossa receita e o fortalecimento das nossas marcas, aumentando o valor médio e a frequência de compra pelos nossos consumidores.

» Ser uma empresa centralizada no cliente

Em 2020, tivemos a oportunidade de ampliar a nossa capilaridade no varejo, onde tivemos mais de 1,4 milhão de novos clientes nos nossos canais de venda, principalmente no *e-commerce*. O aumento do número de vendas *online* trouxe desafios na área de logística, mas que foram superados com melhorias de processos e investimentos, que incluem a expansão do centro de distribuição de Blumenau e a inauguração de um novo centro de distribuição em João Pessoa, e permitiram que retornássemos ao nosso nível de atendimento no último trimestre de 2020, com nível de serviço superior a 97%.

Nossas marcas ocuparam 3 das 4 primeiras posições do prêmio Reclame Aqui, sendo que a Santista ganhou o 1º lugar, pelo 8º ano consecutivo. Estamos com classificação RA1000, a mais alta em termos de satisfação e atendimento aos clientes, no ReclameAqui, para as nossas principais marcas - Santista, Artex e MMartan.

Temos compromisso com o nosso cliente, sendo o nosso objetivo sempre encantá-lo oferecendo os melhores produtos, serviços de excelência e um atendimento que supere suas expectativas. Neste contexto, reestruturamos a área de atendimento ao consumidor em 2020, integrando todos os canais, com foco em *Customer Experience*. Implementamos soluções de *FAQ* inteligente e *chat* que já representam cerca de 50% dos atendimentos, reduzindo o tempo de resposta. Adicionalmente, no programa “Cliente no Centro”, os colaboradores de diversas áreas da Companhia participam ativamente do atendimento ao consumidor, com objetivo de estimular o seu foco no cliente.

De forma a viabilizar um fluxo de receita para os franqueados e, ao mesmo tempo, preservar a proximidade do seu relacionamento com nossos clientes finais, estabelecemos plataformas de venda a distância nas lojas físicas. O conceito foi expandido também para influenciadores digitais. Nas redes

AMMO|VAREJO

sociais, tivemos cerca de 1,5 milhão de novos seguidores em 2020, com crescimento acima de 50%, o que contribuirá para o crescimento das nossas vendas através de canais sociais (“*social selling*”) e, assim, estarmos cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas.

Intensificamos o nosso investimento em marketing digital em 2020, primeiramente, para transferir as vendas para as nossas lojas digitais, quando as lojas físicas estavam fechadas e, posteriormente, para ampliar a nossa base de clientes. A aquisição de um novo cliente tem um ótimo retorno ao longo de sua vida como consumidor de nossos produtos e, após a sua primeira compra, manteremos contato com este cliente com a utilização de ferramentas de menor custo, como *e-mail marketing*, SMS ou *WhatsApp*, com o uso de inteligência artificial, com oferta de produtos mais adequados ao seu perfil e, consequentemente, com uma maior probabilidade de conversão de vendas. Adicionalmente, o *marketing* digital também aumenta as vendas nas lojas físicas, uma vez que a lembrança da marca e da percepção da necessidade de compra leva também o cliente para a loja física.

» Valorizar a nossa cultura

Tão importantes como nossos clientes externos, são os nossos clientes internos, nossos colaboradores. Como sempre, priorizamos a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, que aprenderam a conviver no dia a dia com medidas de prevenção, distanciamento social, e cuidado. Utilizamos a tecnologia e a inovação para levar informação e treinamento de forma remota e oferecemos suporte aos colaboradores, tanto para garantir sua ergonomia e conforto no *home office*, como a sua saúde física e mental, através de conteúdos e parcerias.

A nossa cultura de empreendedorismo, inovação, e ousadia nos guia nesta transformação, com grande ênfase em experimentação, abrindo espaço para novos mercados e oportunidades. E neste caminho procuramos exercer a nossa liderança, pelo exemplo e trabalho árduo e ético, inspirando os nossos pares, clientes e a sociedade.

Em linha com a nossa missão de “Inovar para entregar experiências que encantem e promovam bem-estar”, lançamos a marca Persono, com

AMMO|VAREJO

soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Para o desenvolvimento da tecnologia, a AMMO Varejo tem realizado parcerias com renomados institutos de polissonografia, além de investir em ciência de dados na busca de sistemas de alta precisão e eficiência para monitoramento do sono. A marca Persono tornou-se um dos patrocinadores do Comitê Olímpico do Brasil (COB), onde haverá uma cooperação entre os times técnicos e científicos do Persono e do COB com foco na qualidade do sono e na sua importância para os atletas de alta performance.

Relacionamento com auditores independentes

Em 2020, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

AMMO|VAREJO

Sobre a Companhia

A AMMO Varejo S.A. é uma empresa de varejo especializado do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho (CAMEBA), além de referência em *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, no Brasil.

Ofertamos, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e *e-commerce*, uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés - marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

Desempenho financeiro¹

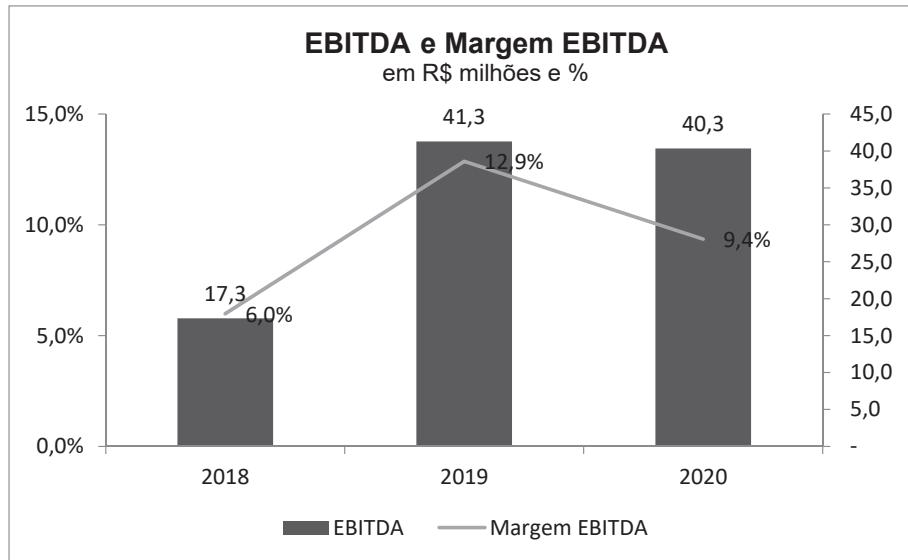
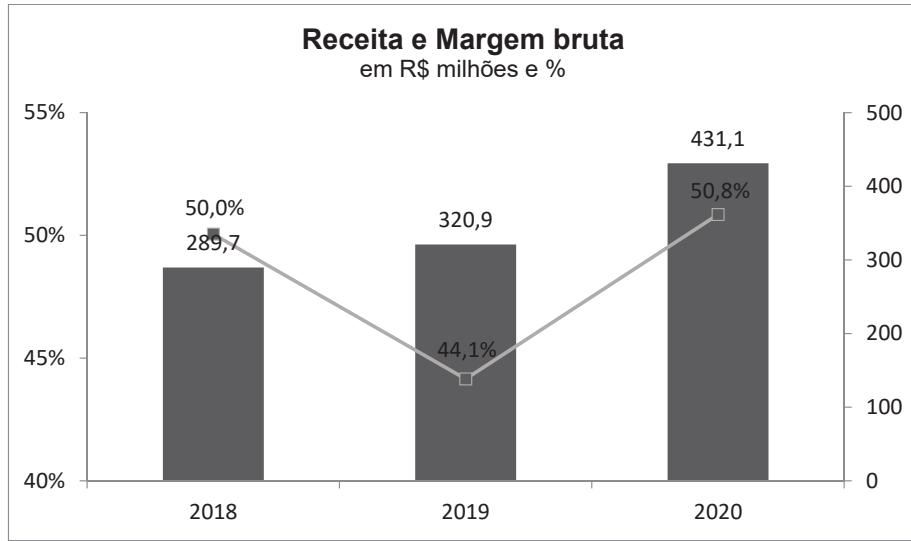
A AMMO Varejo apresentou, no ano de 2020, receita líquida de R\$ 431,1 milhões, 34,3% superior à de 2019, com margem bruta de 50,8%.

A nossa tecnologia proprietária para o varejo nos possibilitou não somente substituir as vendas estimadas para lojas físicas por vendas *online*, durante o período de pandemia, onde houve fechamento e redução das horas de funcionamento do comércio físico, como ainda apresentar crescimento de 30,1% das receitas *sell-out*, que totalizaram R\$ 735,7 milhões em 2020. As vendas do *e-commerce* em 2020 foram quase 4 vezes o valor obtido no ano de 2019.

O prejuízo totalizou R\$ 6,7 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 40,3 milhões, com margem EBITDA de 9,4%, com impacto negativo de parte do período com a rede de lojas físicas fechadas, devido à pandemia do Covid-19.

¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

AMMO|VAREJO



AMMO|VAREJO

Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Lucro (Prejuízo) líquido	(6,7)	2,8	1,8
(+) Imposto de renda e contribuição social	0,3	0,3	0,5
(+) Resultado financeiro	21,0	14,8	11,4
(+) Depreciação e amortização	25,7	23,3	3,8
EBITDA	40,3	41,2	17,5
/ (dividido por)	-	-	-
Receita líquida	431,1	320,9	289,7
Margem EBITDA (%)	9,4%	12,8%	6,0%

AMMO VAREJO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis combinadas

“carve-out”

Em 31 de dezembro de 2020

AMMO VAREJO

**Demonstrações contábeis combinadas “carve-out”
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas
“carve-out”**

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa -

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
“carve-out”**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS “CARVE-OUT”

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
AMMO Varejo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” da **AMMO Varejo** relativas ao segmento de varejo que incluem as empresas AMMO Varejo S. A., C7S Tecnologia Ltda. e as atividades de varejo (“carve-out”) da controladora Coteminas S. A. identificadas como “**AMMO Varejo**”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e a respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMMO Varejo** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”. Somos independentes em relação a **AMMO Varejo** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1. e 2.2. às demonstrações contábeis que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”. As demonstrações contábeis combinadas “carve-out” da **AMMO Varejo** podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a **AMMO Varejo** tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos de caixa relativos ao segmento varejo da **AMMO Varejo** e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Arrendamentos e ativo de direito de uso

A AMMO Varejo mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas. Conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e 14, a AMMO Varejo possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R3) (IFRS 16). Em 31 de dezembro de 2020, a AMMO Varejo possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$ 63.606 mil, além de passivo de arrendamento de R\$ 69.034 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Resposta da auditoria ao assunto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente:

- Avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela AMMO Varejo para mensuração dos impactos contábeis;
- Análise do inventário de contratos de arrendamento da AMMO Varejo, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma;
- Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela AMMO Varejo para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela AMMO Varejo para estas transações;
- Examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela AMMO Varejo sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Saldos e transações com partes relacionadas

As demonstrações contábeis combinadas “carve-out” são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e apresentam saldos com partes relacionadas.

Entendemos que no processo de exame das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” este PAA é relevante diante de:

- Os valores das transações durante o exercício são significativos;
- São transações envolvendo partes relacionadas;
- Os saldos nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” são significativos;
- O volume das operações durante o exercício é expressivo; e
- A divulgação na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis combinadas “carve-out” é uma informação relevante.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, principalmente:

- Avaliação da política de transações com partes relacionadas da AMMO Varejo e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o exercício de 2020;
- Realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de notas fiscais, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração;
- Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na Nota Explicativa nº 13.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização das transações e saldos com Partes Relacionadas efetuados pela Administração da AMMO Varejo, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” estão adequados.

Outros assuntos

Demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado

As demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da AMMO Varejo, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” da AMMO Varejo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis combinadas “carve-out” tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas “carve-out”

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a AMMO Varejo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, a não ser que a Administração pretenda liquidar a AMMO Varejo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da AMMO Varejo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AMMO Varejo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AMMO Varejo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AMMO Varejo a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas “carve-out”. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de julho de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/0-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/0-3

AMMO VAREJO

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.484	1.736
Duplicatas a receber	4	43.887	32.287
Estoques	5	27.976	44.402
Adiantamentos a fornecedores		4.575	1.900
Impostos a recuperar	16.c	16.426	16.570
Valores a receber de clientes	6	4.308	3.532
Outros créditos a receber		902	2.687
Total do ativo circulante		99.558	103.114
NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	16.c	9.278	25.777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	420	225
Partes relacionadas	13	19.298	3.194
Depósitos judiciais	15	998	2.873
Valores a receber de clientes	6	2.274	2.921
Outros créditos a receber		2.001	2.001
		34.269	36.991
Imobilizado	7	12.994	14.116
Direito de uso	8	63.606	53.431
Intangível	9	45.767	42.500
Total do ativo não circulante		156.636	147.038
Total dos ativos		256.194	250.152

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PASSIVOS			
CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	10	-	4
Fornecedores	11	19.162	25.639
Impostos e taxas		11.413	3.576
Obrigações sociais e trabalhistas		12.172	9.306
Arrendamentos a pagar	14	22.538	21.434
Outras contas a pagar		975	374
		-----	-----
Total do passivo circulante		66.260	60.333
		-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Arrendamentos a pagar	14	46.496	34.772
Provisões diversas	15	2.260	3.578
Outras obrigações		4.371	2.686
		-----	-----
Total do passivo não circulante		53.127	41.036
		-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social realizado	12	199.514	163.167
Prejuízos acumulados		(62.707)	(14.384)
		-----	-----
Total do patrimônio líquido		136.807	148.783
		-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		256.194	250.152
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO COMBINADO CARVE-OUT
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	431.143	320.882
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(211.932)	(179.217)
LUCRO BRUTO		----- 219.211	----- 141.665
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
De vendas	21	(184.708)	(126.491)
Gerais e administrativas	21	(23.068)	(24.104)
Honorários da administração	21	(578)	(577)
Recuperação de impostos	17	-	27.141
Outras, líquidas		3.743	340
		----- 14.600	----- 17.974
Despesas financeiras – juros e encargos		(6.538)	(4.888)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	14	(6.186)	(5.777)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(10.277)	(5.166)
Receitas financeiras		1.635	930
Variações cambiais		330	62
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		----- (6.436)	----- 3.135
Impostos de renda e contribuição social – corrente	16.a	(264)	(324)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		----- (6.700)	----- 2.811
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6.700)	2.811
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(6.700)	2.811

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado		Lucros (prejuízos) acumulados			Total Combinado
	AMMO	C7S	AMMO	C7S	Carve-out	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	35.427	6.378	(9.908)	2.542	-	34.439
Aportes de capital (nota 12)	111.753	9.609	-	-	-	121.362
Lucro (prejuízo) líquido combinado carve-out	-	-	(7.728)	710	9.829	2.811
Ajuste carve-out (CSA) (nota 2.2)	-	-	-	-	(9.829)	(9.829)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	147.180	15.987	(17.636)	3.252	-	148.783
Aportes de capital (nota 12)	29.277	7.070	-	-	-	36.347
Lucro (prejuízo) líquido combinado carve-out	-	-	(46.749)	(1.574)	41.623	(6.700)
Ajuste carve-out (CSA) (nota 2.2)	-	-	-	-	(41.623)	(41.623)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	176.457	23.057	(64.385)	1.678	-	136.807

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.700)	2.811
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Ajuste carve-out (CSA)	(41.623)	(9.829)
Depreciação e amortização	25.733	23.314
Recuperação de impostos	-	(27.141)
Renegociação de arrendamentos	(5.722)	-
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(250)	(116)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	(1.930)	(3.272)
Imposto de renda e contribuição social	264	324
Juros e encargos	12.215	5.006
Juros sobre arrendamentos	6.186	5.777
Variações cambiais	(330)	(62)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	411
	(12.157)	(2.777)
Variações nas contas de ativos e passivos		
Duplicatas a receber	(17.344)	9.403
Estoques	16.426	(535)
Impostos a recuperar	16.642	224
Fornecedores	(6.437)	(3.977)
Outros	8.726	3.963
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes de juros e impostos pagos	5.856	6.301
Juros pagos	-	(1)
Impostos pagos	(244)	(411)
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais após juros e impostos pagos	5.612	5.889
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.962)	(3.245)
Aquisição de intangível	(670)	(125)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	3.015	579
Empréstimos entre partes relacionadas	11.659	20.320
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	12.042	17.529
	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
LiquidAÇÃO de empréstimos	(4)	(8)
LiquidAÇÃO de arrendamentos	(17.902)	(23.454)
	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(17.906)	(23.462)
	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(252)	(44)
	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.736	1.780
No fim do exercício	1.484	1.736
	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(252)	(44)
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	555.007	392.820
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	250	116
Recuperação de impostos	-	27.141
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(411)
	-----	-----
	555.257	419.666
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(229.375)	(196.936)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(104.603)	(50.756)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	1.930	3.272
	-----	-----
	(332.048)	(244.420)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	223.209	175.246
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(25.733)	(23.314)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	197.476	151.932
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.635	930
Variação cambial ativa	330	62
Royalties	18.827	20.817
	-----	-----
	20.792	21.809
	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	218.268	173.741
	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	58.027	59.101
Impostos, taxas e contribuições	132.320	87.987
Remuneração de capitais de terceiros	34.621	23.842
Remuneração de capitais próprios	(6.700)	2.811
	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	218.268	173.741
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AMMO VAREJO S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada "AMMO Varejo Ltda.", sediada na avenida Paulista, número 1.754, em São Paulo – SP, tem por objeto social a exploração do ramo de indústria e comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, lingerie, cortinas, tapetes, colchões, móveis, artigos para o lar, produtos aromáticos para o lar, fragrâncias, sachês, franquias, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, projetos de arquitetura e supervisão da execução de projetos de arquitetura, cujos produtos são comercializados sob as marcas Artex, MMartan e Casas Moysés.

A Companhia em conjunto com a entidade denominada C7S TECNOLOGIA LTDA. e as atividades de varejo (carve-out) de sua controladora COTEMINAS S.A., compõem a operação combinada denominada "AMMO VAREJO".

A C7S TECNOLOGIA LTDA. ("C7S") é sediada na Rua Progresso, número 150, em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

A Coteminas S.A. ("CSA") é uma Companhia anônima de capital fechado, controlada pela Springs Global Participações S.A. ("SGPSA") e sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros, Minas Gerais. A CSA têm por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. Seus produtos para cama, mesa e banho são comercializados sob as marcas Santista e Artex. A CSA possuía em 31 de dezembro de 2020, 100% do capital social da Companhia e da C7S.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram aprovadas pela Administração da AMMO VAREJO em 23 de julho de 2021.

2.1 – Diretrizes utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras combinadas carve-out

Com o objetivo de permitir a melhor compreensão e análise sobre a totalidade das operações relativas ao varejo, independentemente da disposição de sua estrutura societária e sob controle comum, a Administração da Companhia preparou as demonstrações financeiras combinadas carve-out, de forma comparativa entre os exercícios apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle das operações desde 1º de janeiro de 2018, adicionando às operações da Companhia, as operações da C7S, e o carve-out das operações de varejo hoje atendidas pela controladora CSA com as marcas Artex e Santista.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, resultado do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades de varejo deste grupo econômico, aqui denominado AMMO VAREJO, considerando se:

(i) as vendas aos franqueados Artex, bem como as vendas diretamente ao consumidor realizadas pelas plataformas multicanais com as marcas Artex e Santista, hoje faturados pela CSA (carve-out), fossem faturadas pela Companhia;

(ii) a Companhia utilizasse os produtos e serviços de armazenamento e entrega da CSA para atendimentos de suas vendas das marcas Artex e Santista descritos em (i) acima;

(iii) a Companhia não possuísse nenhum estoque de produtos Artex e Santista para atendimentos às vendas das marcas Artex e Santista descritos em (i) acima, e o fornecimento desses produtos fossem feitos pela CSA e pagos à vista;

(iv) a C7S fosse controlada pela Companhia.

2.2 – Base para elaboração das demonstrações financeiras combinadas carve-out

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras históricas auditadas da Companhia e C7S para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e adicionadas as informações históricas das operações carve-out de varejo praticadas pela Coteminas S.A., referentes aos respectivos exercícios.

O resultado das transações carve-out foram baseados nos registros contábeis das operações de varejo praticados pela Coteminas S.A., que também possui demonstrações financeiras auditadas, nos respectivos exercícios.

As demonstrações financeiras combinadas carve-out devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias envolvidas, dos respectivos exercícios.

A reconciliação entre as demonstrações financeiras societárias individuais de cada uma das entidades e as demonstrações financeiras combinadas carve-out estão apresentadas nos quadros abaixo:

	2020				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Demonstrações financeiras individuais					
AMMO VAREJO S.A. (Companhia)	231.344	112.072	274.934	(321.683)	(46.749)
C7S Tecnologia Ltda. (C7S)	24.850	24.735	2.500	(4.074)	(1.574)
Carve-out (operações ainda não transferidas)					
Coteminas S.A. - operações varejo (CSA) (1)	-	41.623	153.709	(112.086)	41.623
Ajustes para demonstrações combinadas					
Ajuste carve-out (CSA) (3)	-	(41.623)	-	-	-
Total Combinado Carve-out	256.194	136.807	431.143	(437.843)	(6.700)

	2019				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Demonstrações financeiras individuais					
AMMO VAREJO S.A. (Companhia)	230.823	129.544	264.979	(272.707)	(7.728)
C7S Tecnologia Ltda. (C7S)	19.329	19.239	3.016	(2.306)	710
Carve-out (operações ainda não transferidas)					
Coteminas S.A. - operações varejo (CSA) (1)	-	9.829	53.346	(43.517)	9.829
Ajustes para demonstrações combinadas					
Eliminações (2)	-	-	(459)	459	-
Ajuste carve-out (CSA) (3)	-	(9.829)	-	-	-
Total Combinado Carve-out	250.152	148.783	320.882	(318.071)	2.811
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) No resultado das operações carve-out da Coteminas S.A., consideramos:

- Receita e Custo de vendas aos franqueados Artex, bem como as vendas diretamente ao consumidor realizadas pelas plataformas multicanais com as marcas Artex e Santista.
- Despesas de fretes diretamente relacionados às vendas mencionadas acima.
- Despesa financeira com taxa de operações de cartões no atendimento e-commerce

(2) Eliminação de receitas e custos relacionados a prestação de serviços realizados entre as entidades combinadas.

(3) O carve-out na CSA não representa a transferência de ativos e/ou passivos, mas somente as operações de varejo da referida empresa. Desta forma, para a apresentação do patrimônio líquido da AMMO VAREJO, o efeito foi ajustado.

A AMMO VAREJO apresenta suas demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A AMMO VAREJO adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas apenas para fornecer análises adicionais e desta forma, não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente, ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o exercício em que as entidades estiveram sob controle comum.

2.3 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A AMMO VAREJO classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e despreconhecimento

A AMMO VAREJO reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A AMMO VAREJO despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a AMMO VAREJO transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela AMMO VAREJO em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A AMMO VAREJO despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a AMMO VAREJO tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a AMMO VAREJO pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos, quando contratados, não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a AMMO VAREJO em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A AMMO VAREJO considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a AMMO VAREJO utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a AMMO VAREJO considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não

derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A AMMO VAREJO adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e outros	5 e 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da AMMO VAREJO pelo menos ao final de cada exercício.

(h) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustados a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

(i) Intangível--Refere-se a pontos comerciais e marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(k) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável.

(l) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(m) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a AMMO VAREJO teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício.

(p) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(q) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)-- Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela AMMO VAREJO e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela AMMO VAREJO, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

(r) Moeda funcional e de apresentação--As demonstrações financeiras da AMMO VAREJO são preparadas usando-se a sua moeda funcional. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da AMMO VAREJO.

2.4 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a

experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.3.c, nº 4 e nº 6), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.3.g e nº 7), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.3.j, nº 5, nº 7, nº 8 e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.3.n e nº 15), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.3.k e nº 16), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.3.b e nº 18) e outras similares.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

EMENDA CPC 06 R2 (IFRS 16) - Arrendamentos

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Vide nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Depósitos em conta corrente	1.484	1.736
	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	2020	2019
Clientes no mercado interno	40.304	28.309
Operadoras de cartão de crédito	4.682	5.077
	=====	=====
	44.986	33.386
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.099)	(1.099)
	=====	=====
	43.887	32.287
	=====	=====

As vendas a prazo são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 81 dias (82 dias em 2019). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2020	2019
A vencer	40.491	28.362
Vencidas até 30 dias	387	991
Vencidas de 31 a 60 dias	118	453
Vencidas de 61 a 90 dias	78	159
Vencidas de 91 a 180 dias	298	295
Vencidas acima de 180 dias	3.614	3.126
-----	-----	-----
	44.986	33.386
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(1.099)	(688)
Adições	-	(411)
-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	(1.099)	(1.099)
=====	=====	=====

A Administração da AMMO VAREJO considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que parte da composição da carteira de clientes da AMMO VAREJO ser diluída e parte estar concentrada em grandes operadores de cartão de crédito e franqueados.

5. ESTOQUES

	2020	2019
Matéria prima e secundários	627	2.292
Produtos acabados	26.740	41.769
Peças de reposição	609	341
-----	-----	-----
	27.976	44.402
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2020, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

Representa o financiamento de repasses de lojas para franqueados e acordo com clientes, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado - IGP-M.

	2020	2019
Financiamento no repasse de lojas	3.208	6.453
Parcelamento de créditos com clientes	3.368	-
Outros	6	-
	-----	-----
	6.582	6.453
Circulante	(4.308)	(3.532)
	-----	-----
	2.274	2.921
Não circulante	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2020, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média % (*)	2020		2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,0	27.597	(20.961)	6.636	7.310
Instalações	5,6	3.159	(2.932)	227	428
Máquinas e equipamentos	2,4	2.436	(2.016)	420	454
Móveis, utensílios e outros	4,3	21.385	(16.171)	5.214	5.763
Obras em andamento	-	497	-	497	161
		-----	-----	-----	-----
		55.074	(42.080)	12.994	14.116
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.886	521	-	6.790	270	14.467
Adições	1.265	78	541	1.318	43	3.245
Baixas líquidas	(101)	(1)	-	-	-	(102)
Transferências						
- Imobilizado	270	(9)	-	(109)	(152)	-
Depreciação do exercício	(1.452)	(204)	(102)	(1.216)	-	(2.974)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	442	43	15	(1.020)	-	(520)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.310	428	454	5.763	161	14.116
Adições	811	11	58	746	336	1.962
Baixas líquidas	(205)	(7)	(5)	(178)	-	(395)
Transferências						
- Imobilizado	-	(29)	-	29	-	-
Depreciação do exercício	(1.603)	(213)	(92)	(1.291)	-	(3.199)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	323	37	5	145	-	510
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.636	227	420	5.214	497	12.994
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Anualmente a AMMO VAREJO avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$5.303 em 31 de dezembro de 2019).

8. DIREITOS DE USO

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

Taxa (1) % a.a.	2020			2019
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	52,1	13.779	(6.264)	7.515
Imóveis - lojas	24,9	88.433	(32.342)	56.091
Veículos	34,7	102	(102)	-
	=====	=====	=====	=====
	102.314	(38.708)	63.606	53.431
	=====	=====	=====	=====

(1) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos dos direitos de uso no exercício foi como segue:

	Imóveis	Imóveis - lojas	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (a)	13.744	44.230	84	58.058
Adições (b)	35	17.059	18	17.112
Baixas, líquidas (c)	-	(1.613)	-	(1.613)
Amortização do exercício	(3.200)	(16.840)	(86)	(20.126)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.579	42.836	16	53.431
Adições (b)	-	33.433	-	33.433
Baixas, líquidas (c)	-	(3.266)	-	(3.266)
Amortização do exercício	(3.064)	(16.912)	(16)	(19.992)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.515	56.091	-	63.606
	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

9. INTANGÍVEL

	2020	2019
Pontos comerciais (1)	25.077	25.357
Marcas - próprias (2)	1.757	1.757
Propriedade intelectual (3)	18.933	15.386
	=====	=====
Total	45.767	42.500
	=====	=====

A movimentação dos saldos dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Pontos comerciais	Marcas – próprias	Propriedade intelectual	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.357	1.757	15.386	42.500
Adições	670	-	7.070	7.740
Baixas líquidas	(2.370)	-	-	(2.370)
Amortização do exercício	-	-	(3.523)	(3.523)
Reversão de provisão para perdas com ativos	1.420	-	-	1.420
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.077	1.757	18.933	45.767
	=====	=====	=====	=====

	Pontos comerciais	Marcas – próprias	Propriedade intelectual	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.801	1.757	7.378	30.936
Adições	125	-	9.609	9.734
Baixas líquidas	(361)	-	-	(361)
Amortização do exercício	-	-	(1.601)	(1.601)
Reversão de provisão para perdas com ativos	3.792	-	-	3.792
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.357	1.757	15.386	42.500
	=====	=====	=====	=====

(1) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$7.994 em 31 de dezembro de 2019), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e e-commerce), e é amortizado em 5 anos.

Os itens (2) e (3) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A AMMO VAREJO não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2020	2019
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Finame)	R\$	5,5	2020	-	4
Circulante				-	4
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por avais da Coteminas S.A.

A movimentação dos empréstimos foi como segue:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	4	12
Juros provisionados	-	1
Amortização de principal	(4)	(8)
Pagamento de juros	-	(1)
	=====	=====
Saldo no final do exercício	-	4
	=====	=====

11. FORNECEDORES

	2020	2019
Mercado interno	19.146	11.855
Partes relacionadas – mercado interno	16	13.784
-----	-----	-----
	19.162	25.639
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 53 dias (65 dias em 31 de dezembro de 2019).

O saldo com partes relacionadas refere-se à fornecimento de produtos de cama, mesa e banho pela Coteminas S.A..

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 1º de janeiro de 2019, a Coteminas S.A. adquiriu de sua controladora SGPSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da Companhia pelo valor contábil de R\$57.734 (R\$30.431 em investimentos e R\$27.303 em ágio) e efetuou aporte de capital no valor de R\$87.166, utilizando créditos de mútuo com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Coteminas S.A. realizou novo aumento de capital no valor de R\$24.587 na Companhia e R\$9.609 na C7S Tecnologia Ltda., utilizando crédito de mútuo com as respectivas companhias.

Em 31 de dezembro de 2020, a Coteminas S.A. realizou aumento de capital no valor de R\$29.277 na Companhia e R\$7.070 na C7S Tecnologia Ltda., utilizando crédito de mútuo com as respectivas companhias.

O capital social subscrito e realizado da entidade combinada AMMO VAREJO, em 31 de dezembro de 2020, está representado por (i) 430.382.917 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada (358.974.726 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada, em 2019) da Companhia e; (ii) 23.057.206 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada (15.987.109 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada, em 2019) da C7S Tecnologia Ltda..

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber	
	2020	2019
Coteminas S.A.	19.298	3.194
=====	=====	=====
Encargos financeiros (despesas)		
	2020	2019
Coteminas S.A.	(1.514)	(1.073)
=====	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a AMMO VAREJO em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito. Em 2020, a taxa média de juros foi de 11,2% ao ano (11,2% ao ano em 2019).

Em 2020, a AMMO VAREJO S.A. recebeu produtos intermediários e acabados da Coteminas S.A., controladora da Companhia, no valor de R\$78.761 (R\$67.337 em 2019), para revenda em suas lojas próprias.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A AMMO VAREJO não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	2020	2019
Imóveis	9,3	2023	8.201	11.048
Imóveis – lojas	9,3	2026	60.833	45.142
Veículos	9,3	2020	-	16
			-----	-----
			69.034	56.206
Circulante			(22.538)	(21.434)
			-----	-----
Não circulante			46.496	34.772
			=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2021	2022	2023	2024 a 2026	Total
Imóveis	3.582	3.582	2.090	-	9.254
Imóveis – lojas	21.754	15.994	14.678	18.567	70.993
	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	25.336	19.576	16.768	18.567	80.247
Ajuste a valor presente	(2.798)	(678)	(3.193)	(4.544)	(11.213)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	22.538	18.898	13.575	14.023	69.034
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2020	2019			
	Imóveis	Imóveis - lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	11.048	45.142	16	56.206	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (a)	-	-	-	-	58.058
Adições (b)	-	33.433	-	33.433	17.112
Encargos	904	5.607	-	6.511	6.191
Pagamentos	(3.751)	(14.135)	(16)	(17.902)	(23.454)
Renegociações (c)	-	(5.722)	-	(5.722)	-
Baixas (d)	-	(3.492)	-	(3.492)	(1.701)
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	8.201	60.833	-	69.034	56.206
	=====	=====	=====	=====	=====

(a) A Administração da AMMO VAREJO optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Em função da pandemia da COVID-19, a AMMO VAREJO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a AMMO VAREJO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

(d) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

	2020	2019
Arrendamentos pagos no exercício	17.902	23.454
PIS E COFINS recuperado	(1.307)	(1.801)
Renegociações	5.722	-
Amortização de direitos de uso	(19.992)	(20.126)
PIS E COFINS sobre amortização	982	1.387
Juros apropriados sobre arrendamentos	(6.511)	(6.191)
PIS E COFINS sobre juros apropriados	325	414
Baixas, líquidas	225	-
-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(2.654)	(2.863)
=====	=====	=====

A Administração da AMMO VAREJO considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos (prazo médio de 3,89 anos em 2020 e 2,31 anos em 2019). Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a AMMO VAREJO teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

15. PROVISÕES DIVERSAS

A AMMO VAREJO possui processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$1.202 (R\$1.107 em 2019), R\$644 (R\$710 em 2019) e R\$385, respectivamente.

A provisão foi constituída, para as perdas consideradas prováveis. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável, de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, estão assim resumidos:

	2020	2019
Processos trabalhistas	1.107	657
Cíveis e outros	1.153	2.921
-----	-----	-----
	2.260	3.578
	=====	=====
Depósitos judiciais	998	2.873
=====	=====	=====

A movimentação das provisões diversas é apresentada a seguir:

	2019	Adições	Baixas	2020
Processos trabalhistas	657	1.066	(616)	1.107
Cíveis e outras	2.921	199	(1.967)	1.153
-----	-----	-----	-----	-----
	3.578	1.265	(2.583)	2.260
	=====	=====	=====	=====

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	2020			
	AMMO	C7S	Carve-out (*)	Total
Resultado antes dos impostos	(46.749)	(1.310)	41.623	(6.436)
(-) Ajuste carve-out (CSA)	-	-	(41.623)	(41.623)
Alíquota de 34%	15.895	445	-	16.340
Créditos fiscais não constituídos	(15.895)	-	-	(15.895)
Outros	-	(709)	-	(709)
-----	-----	-----	-----	-----
	-	(264)	-	(264)
Impostos de renda e contribuição social – corrente	-	(264)	-	(264)
=====	=====	=====	=====	=====

	2019			
	AMMO	C7S	Carve-out (*)	Total
Resultado antes dos impostos	(7.728)	1.034	9.829	3.135
(-) Ajuste carve-out (CSA)	-	-	(9.829)	(9.829)
Alíquota de 34%	2.628	(351)	-	2.277
Créditos fiscais não constituídos	(2.628)	-	-	(2.628)
Outros	-	27	-	27
	-----	-----	-----	-----
	-	(324)	-	(324)
Impostos de renda e contribuição social – corrente	-	(324)	-	(324)
	=====	=====	=====	=====

(*) As demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo apresentadas apenas para fornecer análises adicionais e desta forma, não devem ser consideradas para fins de cálculo de impostos.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias , prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	Saldos em 2019	Reconhecidos no resultado	Outros	Saldos em 2020
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias (a)	225	-	195	420
Prejuízo fiscal – recuperação de impostos (a)	14.068	(5.579)	-	8.489
Reclassificações para apresentação de balanço (a)	(14.068)	5.579	-	(8.489)
	-----	-----	-----	-----
	225	-	195	420
Imposto diferido passivo:				
Diferenças temporárias (p)	(14.068)	5.579	-	(8.489)
Reclassificações para apresentação de balanço (p)	14.068	(5.579)	-	8.489
	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	-
Total de impostos diferidos, líquidos	225	-	195	420
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	225	-	195	420
Total do passivo não circulante (soma de p)	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2020, a AMMO VAREJO possuía R\$335.239 em prejuízos fiscais (R\$283.948 em 31 de dezembro de 2019) e R\$335.268 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$282.322 em 31 de dezembro de 2019), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos.

c. Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	430	397
Imposto de renda e contribuição social antecipados	151	279
PIS e COFINS a recuperar (*)	24.967	41.523
IPI a recuperar	83	83
Outros impostos a recuperar	73	65
	-----	-----
	25.704	42.347
Circulante	(16.426)	(16.570)
	-----	-----
Não Circulante	9.278	25.777
	=====	=====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº17 às demonstrações financeiras.

17. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em setembro de 2018, transitou em julgado a ação coletiva interposta pelo Sindicato dos Lojistas – SINDLOJAS. A AMMO VAREJO S.A. aderiu ao processo coletivo da SINDLOJAS e reconheceu o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. A Companhia reconheceu créditos no valor de R\$14.655, referente ao período de janeiro de 2011 a julho de 2017, que atualizados estão registrados na rubrica “Impostos a recuperar”.

Em 2019, com base em seus assessores jurídicos, a AMMO VAREJO S.A. resolveu continuar a ação própria, iniciada em 2018, e no 3º trimestre de 2019 obteve o trânsito em julgado favorável à Companhia. Os créditos da AMMO VAREJO S.A. foram habilitados no 4º trimestre de 2019, no valor de R\$41.796 e estão sendo compensados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A AMMO VAREJO pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	2020	2019
ATIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.484	1.736
Duplicatas a receber	43.887	32.287
Valores a receber de clientes (c)	4.308	3.532
Outros créditos a receber (c)	902	2.687
Partes relacionadas	19.298	3.194
Depósitos judiciais	998	2.873
Valores a receber de clientes (nc)	2.274	2.921
Outros créditos a receber (nc)	2.001	2.001
PASSIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	-	4
Fornecedores	19.162	25.639
Outras contas a pagar	975	374
Outras obrigações	4.371	2.686
(c) circulante		
(nc) não circulante		

Os principais fatores de risco que a AMMO VAREJO está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da AMMO VAREJO. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a AMMO VAREJO utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a AMMO VAREJO estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", quando aplicável, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A AMMO VAREJO acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A AMMO VAREJO está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas

taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados da AMMO VAREJO, advindas dessas variações. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. A Administração da AMMO VAREJO considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas para os passivos sobre os quais incidem juros fixos, portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.3 - Risco de crédito--A AMMO VAREJO está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários, quando aplicável. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito com clientes é reduzido devido à serem concentrados com franqueados e operadoras de cartão de crédito (adquirentes e subadquirentes). A AMMO VAREJO possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da AMMO VAREJO, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à aprovação de crédito para os seus franqueados que são aprovados por órgão colegiado.

d.4 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da AMMO VAREJO, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	19.162	19.162	-	-
Arrendamentos a pagar	80.247	25.336	36.344	18.567
	-----	-----	-----	-----
	99.409	44.498	36.344	18.567
	=====	=====	=====	=====

d.5 - Gestão de capital--A AMMO VAREJO administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da AMMO VAREJO permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	-	4
Arrendamentos a pagar	69.034	56.206
Caixa e equivalentes de caixa	(1.484)	(1.736)
	-----	-----
Total da dívida líquida	67.550	54.474
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	136.807	148.783
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	204.357	203.257
	=====	=====

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da AMMO VAREJO são feitas em base consolidada. A AMMO VAREJO possui dois segmentos operacionais distintos: Vendas diretas ao consumidor, incluindo lojas próprias e e-commerce, denominado "Sell out" e vendas aos franqueados de produtos e serviços, denominado "Sell in".

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2020			
	(1) Outros não alocáveis			Total
	Sell out	Sell in		
Receita operacional líquida	319,9	110,7	0,5	431,1
Custo dos produtos vendidos	(132,8)	(78,8)	(0,3)	(211,9)
Lucro bruto	187,1	31,9	0,2	219,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(149,0)	(7,6)	(51,7)	(208,3)
Outros	-	-	3,7	3,7
Resultado das operações	38,1	24,3	(47,8)	14,6
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(21,3)	(21,3)
Variação cambial	-	-	0,3	0,3
Resultado antes dos impostos	38,1	24,3	(68,8)	(6,4)
Depreciação e amortização	17,9	3,5	4,3	25,7
	=====	=====	=====	=====
	2019			
	(1) Outros não alocáveis			Total
	Sell out	Sell in		
Receita operacional líquida	194,2	126,0	0,7	320,9
Custo dos produtos vendidos	(83,9)	(95,0)	(0,3)	(179,2)
Lucro bruto	110,3	31,0	0,4	141,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(102,2)	(3,5)	(45,4)	(151,1)
Recuperação de impostos	-	-	27,1	27,1
Outros	-	-	0,3	0,3
Resultado das operações	8,1	27,5	(17,6)	18,0
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(14,9)	(14,9)
Resultado antes dos impostos	8,1	27,5	(32,5)	3,1
Depreciação e amortização	17,4	1,6	4,3	23,3
	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui despesas não alocáveis como administrativas, distribuição, marketing institucional, desenvolvimento de produtos, entre outros.

A AMMO VAREJO em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com os segmentos de mercado representado por suas marcas, como segue.

	2020	2019
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Casa Moyses e MMartan	207,7	183,1
Artex	150,4	119,1
Santista	66,3	15,1
Outros	6,7	3,6
	-----	-----
	431,1	320,9
	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	585.726	423.557
Deduções das vendas	(154.583)	(102.675)
	-----	-----
Vendas líquidas	431.143	320.882
	=====	=====

21. DESPESAS POR NATUREZA

A AMMO VAREJO apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	2020	2019
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(280.140)	(201.138)
Benefícios a empregados	(58.027)	(59.101)
INSS	(11.201)	(11.263)
Depreciação e amortização	(25.733)	(23.314)
Variação dos estoques de produtos acabados	(17.823)	848
Alugueis	(27.362)	(36.421)
	-----	-----
Total por natureza	(420.286)	(330.389)
	=====	=====

Por função:

	2020	2019
Custo dos produtos vendidos	(211.932)	(179.217)
De vendas	(184.708)	(126.491)
Gerais e administrativas	(23.068)	(24.104)
Honorários da administração	(578)	(577)
	-----	-----
Total por função	(420.286)	(330.389)
	=====	=====

22. EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

No exercício de 2020, decorrente da pandemia do coronavírus – COVID-19, houve uma redução forçada no nível de atividade econômica no país. As lojas físicas fecharam em 23 de março de 2020 e retornaram a abrir parcialmente com restrições de horários até o 3º trimestre, operando normalmente até o final do respectivo exercício. Em 2021, a AMMO VAREJO está operando normalmente e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes que possam impactar nas informações apresentadas, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, apresentamos as seguintes divulgações complementares:

AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Em 21 de junho de 2021, a Coteminas S.A. vendeu a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. para a Companhia, por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388.

ALTERAÇÃO TIPO SOCIETÁRIO

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, foi realizada em 30 de junho de 2021, reunião dos sócios cotistas, onde foi aprovada por unanimidade, a alteração do tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2021, está representado por 430.382.917 quotas que foram convertidas em 430.382.917 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

AMMO|VAREJO

AMMO VAREJO

Senhores Acionistas,

A Administração da AMMO Varejo S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out referentes aos exercícios de 2019 e 2018. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

Exercício de 2019

Iniciamos no ano de 2019 a retomada do crescimento da economia, com a melhoria de indicadores relevantes, como a redução da taxa de desemprego, a retomada das vendas do varejo, e a continuidade do ciclo de redução da taxa básica de juros, com a inflação sob controle.

O principal acontecimento foi a aprovação da reforma da previdência, que foi o primeiro e o mais importante passo para o processo de consolidação fiscal, que visa reverter a trajetória de deterioração das contas públicas.

Apesar do otimismo inicial, houve atraso no Congresso para aprovação de novas reformas da agenda econômica, que possibilitariam ganhos de produtividade no país. Consequentemente, o crescimento do PIB foi abaixo do esperado.

Com o intuito de melhorar nossa competitividade e nossa rentabilidade, realizamos otimização das nossas operações e expandimos o nosso mercado endereçável de produtos de cama, mesa e banho, de montante de R\$ 12 bilhões no Brasil, segundo o IBOPE, para produtos de casa e decoração, com mercado estimado em R\$ 86 bilhões, a preços ao consumidor.

Iniciamos, em 2019, a venda de produtos não têxteis nos nossos canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta, através de parceiros e, portanto, com baixo risco e baixo capital de trabalho. A ampliação de oferta de novas categorias de produtos possibilita o crescimento de nossa receita e o fortalecimento das nossas marcas,

AMMO|VAREJO

aumentado o valor médio e a frequência de compra de nossas marcas pelos nossos consumidores.

Continuamos a nossa transformação voltada para o canal digital. As vendas de *e-commerce* cresceram 73% em 2019, e, no último trimestre de 2019, representaram 17% da receita *sell-out* do varejo.

Nova missão: “Inovar para entregar experiências que encantem e promovam bem-estar”

A missão da Companhia, o nosso propósito, motiva-nos e inspira-nos a ir além dos produtos de cama, mesa, e banho, para fazermos diferença nas vidas de nossos clientes. A nossa missão é “Inovar para entregar experiências que encantem e promovam bem-estar”, sendo que no nosso entendimento bem-estar passa por estado de satisfação plena das exigências do corpo e/ou espírito, sensação de segurança, conforto e tranquilidade, e até mesmo ser impactado com a beleza e encantamento através dos nossos produtos e canais de comunicação.

A nossa visão é centrada no cliente, continuamos querendo encantá-lo, mas agora abrimos novos caminhos para produtos e serviços que envolvam o seu bem-estar, a sua saúde e o seu estado de espírito. A tecnologia e uma cultura de inovação e experimentação serão fundamentais neste processo e já começamos esta transformação, com a formação de um time capacitado e engajado, e com parceiros conceituados. Como exemplo, desenvolvemos produtos para o sono com sensores, que foram lançados em 2020. Eles oferecem dicas para o usuário melhorar a qualidade do seu sono, com impacto positivo no rendimento do seu dia, após uma noite bem dormida.

Estamos engajados e motivados a sermos a maior, a melhor e a mais digital empresa no segmento Lar & Decoração, das Américas. O nosso foco de crescimento será em áreas e categorias que demandem baixo capital e que sejam escaláveis, e, portanto, trazendo maior rentabilidade para os nossos acionistas. Acreditamos que (i) a ampliação de portfólio de produtos, e de marcas; (ii) o crescimento dos canais de distribuição, incluindo maior número de lojas franqueadas; e (iii) a oferta de soluções tecnológicas para o varejo, como nossa tecnologia de frente de loja PIX, serão os impulsionadores do crescimento da Companhia nos próximos anos.

AMMO|VAREJO

A nossa cultura de empreendedorismo, inovação, e ousadia nos guiará nesta nova transformação, com grande ênfase em experimentação, abrindo espaço para novos mercados e oportunidades. E neste caminho procuraremos exercer a nossa liderança, pelo exemplo e trabalho árduo e ético, inspirando os nossos pares, clientes e a sociedade.

Relacionamento com auditores independentes

Em 2019, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

AMMO|VAREJO

Sobre a Companhia

A AMMO Varejo S.A. é uma empresa de varejo especializado do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho (CAMEBA), além de referência em *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, no Brasil.

Ofertamos, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e *e-commerce*, uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés - marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

Desempenho financeiro¹

A AMMO Varejo apresentou, no ano de 2019, receita líquida combinada carve-out de R\$ 320,9 milhões, 10,8% superior à de 2018, com margem bruta de 44,1%.

A receita *sell-out* totalizou R\$ 565,3 milhões em 2019, com crescimento de 7,4% em relação a 2018. A receita do *e-commerce* em 2019 foi R\$ 75,3 milhões, 73,0% acima de 2018, representando 13,3% da nossa receita *sell-out*.

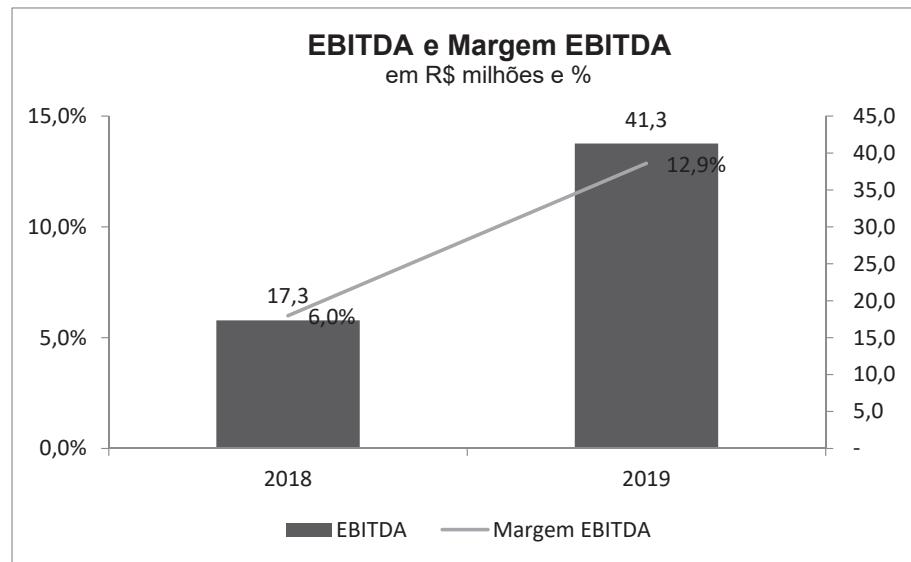
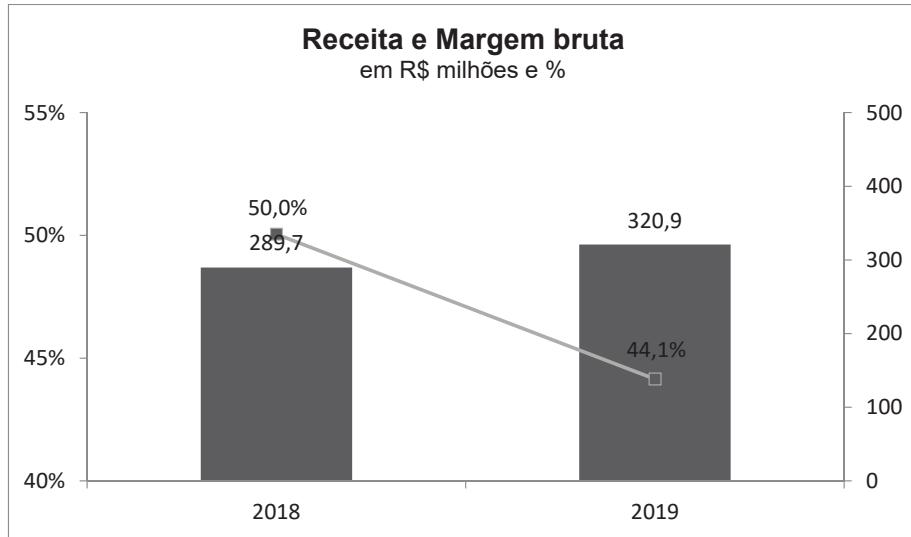
No final de 2019 tínhamos 238 lojas, das quais 67 próprias e 171 franquias, ante 234 no final de 2018, sendo, portanto, o aumento de receita majoritariamente proveniente de vendas de mesmas lojas.

O lucro líquido totalizou R\$ 2,8 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 41,3 milhões.

Os créditos de recuperação de impostos, no valor de R\$ 41,8 milhões, contabilizados em 2018 (R\$ 14,7 milhões) e em 2019 (R\$ 27,1 milhões), foram habilitados e começaram a ser compensados. No decorrer de 2020, continuaremos a realização do seu efeito caixa.

¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

AMMO|VAREJO



AMMO|VAREJO

Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ milhões	2019	2018
Lucro líquido	2,8	1,8
(+) Imposto de renda e contribuição social	0,3	0,5
(+) Resultado financeiro	14,8	11,4
(+) Depreciação e amortização	23,3	3,8
EBITDA	41,2	17,5
/ (dividido por)		
Receita líquida	320,9	289,7
Margem EBITDA (%)	12,8%	6,0%

AMMO VAREJO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis combinadas

“carve-out”

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

AMMO VAREJO

**Demonstrações contábeis combinadas “carve-out”
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas
“carve-out”**

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
“carve-out”**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS “CARVE-OUT”

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
AMMO Varejo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” da **AMMO Varejo** relativas ao segmento de varejo que incluem as empresas AMMO Varejo S. A., C7S Tecnologia Ltda e as atividades de varejo (“carve-out”) da controladora Coteminas S. A. identificadas como “**AMMO Varejo**”, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMMO Varejo** em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”. Somos independentes em relação a **AMMO Varejo** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 2.1. e 2.2. às demonstrações contábeis que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”. As demonstrações contábeis combinadas “carve-out” da **AMMO Varejo** podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a **AMMO Varejo** tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos de caixa relativos ao segmento varejo da **AMMO Varejo** e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Arrendamentos e ativo de direito de uso - Adoção inicial

A AMMO Varejo possui compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas, vide notas explicativas nº 8 e 14.

O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu requerimentos contábeis complexos que servem de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento, e estão relacionados à: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; iii) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos.

Em virtude da relevância dos saldos, do julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente:

- Avaliação do processo da administração para identificação dos contratos de arrendamento e os controles implementados para captura das informações dos contratos de arrendamentos necessárias para mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento.
- Avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas.
- Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arrendamentos e valores considerados na mensuração com os respectivos contratos, bem como avaliamos a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela AMMO Varejo para determinação dos prazos de arrendamento, incluindo a avaliação da AMMO Varejo quanto a razoável certeza de renovações contratuais.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Saldos e transações com partes relacionadas

As demonstrações contábeis combinadas “carve-out” são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e apresentam saldos com partes relacionadas.

Entendemos que no processo de exame das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” este PAA é relevante em face de:

- Os valores das transações durante o exercício são significativos;
- São transações envolvendo partes relacionadas;
- Os saldos nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” são significativos;
- O volume das operações durante o exercício é expressivo; e
- A divulgação na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis combinadas “carve-out” é uma informação relevante.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluiriam, principalmente:

- Avaliação da política de transações com partes relacionadas da AMMO Varejo e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante os exercícios de 2019 e 2018;
- Realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de notas fiscais, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração;
- Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na nota explicativa nº 13.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização das transações e saldos com Partes Relacionadas efetuados pela Administração da AMMO Varejo, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” estão adequados.

Outros assuntos

Demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado

As demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da AMMO Varejo, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” da AMMO Varejo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis combinadas “carve-out” tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas “carve-out”

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a AMMO Varejo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, a não ser que a Administração pretenda liquidar a AMMO Varejo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da AMMO Varejo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AMMO Varejo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AMMO Varejo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AMMO Varejo a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas “carve-out”. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas “carve-out” do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de julho de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/0-1


Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/0-3

AMMO VAREJO

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.736	1.780
Duplicatas a receber	4	32.287	42.209
Estoques	5	44.402	43.866
Adiantamentos a fornecedores		1.900	2.922
Impostos a recuperar	16.c	16.570	775
Valores a receber de clientes	6	3.532	3.275
Outros créditos a receber		2.687	2.447
 Total do ativo circulante		 103.114	 97.274
 NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	16.c	25.777	14.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	225	244
Partes relacionadas	13	3.194	-
Depósitos judiciais	15	2.873	2.811
Valores a receber de clientes	6	2.921	3.087
Outros créditos a receber		2.001	2.001
 Total do ativo não circulante		 36.991	 22.798
Imobilizado	7	14.116	14.467
Direito de uso	8	53.431	-
Intangível	9	42.500	30.936
 Total dos ativos		 250.152	 165.475
		 =====	 =====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	2019	2018
PASSIVOS			
CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	10	4	5
Fornecedores	11	25.639	27.822
Impostos e taxas		3.576	4.520
Obrigações sociais e trabalhistas		9.306	7.123
Arrendamentos a pagar	14	21.434	-
Outras contas a pagar		374	850
		-----	-----
Total do passivo circulante		60.333	40.320
		-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	10	-	7
Arrendamentos a pagar	14	34.772	-
Partes relacionadas	13	-	87.166
Provisões diversas	15	3.578	3.543
Outras obrigações		2.686	-
		-----	-----
Total do passivo não circulante		41.036	90.716
		-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social realizado		163.167	41.805
Prejuízos acumulados		(14.384)	(7.366)
		-----	-----
Total do patrimônio líquido		148.783	34.439
		-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		250.152	165.475
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO COMBINADO CARVE-OUT
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	320.882	289.729
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(179.217)	(144.729)
LUCRO BRUTO		141.665	145.000
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
De vendas	21	(126.491)	(125.744)
Gerais e administrativas	21	(24.104)	(20.931)
Honorários da administração	21	(577)	(575)
Recuperação de impostos	17	27.141	14.655
Outras, líquidas		340	1.186
		-----	-----
		17.974	13.591
Despesas financeiras – juros e encargos		(4.888)	(7.301)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	14	(5.777)	-
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(5.166)	(6.118)
Receitas financeiras		930	1.505
Variações cambiais		62	553
		-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		3.135	2.230
Impostos de renda e contribuição social – corrente	16.a	(324)	(453)
		-----	-----
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.811	1.777
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.811	1.777
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.811	1.777

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado		Lucros (prejuízos) acumulados		Total Combinado
	AMMO	C7S	AMMO	C7S	Carve-out
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2018	309.515	3.140	(279.000)	-	-
Absorção de prejuízos acumulados (nota 12)	(274.088)	-	274.088	-	-
Aportes de capital (nota 1.2)	-	3.238	-	-	3.238
Lucro (prejuízo) líquido combinado carve-out	-	-	(4.996)	2.542	4.231
Ajuste carve-out (CSA) (nota 2.2)	-	-	-	-	(4.231)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	35.427	6.378	(9.908)	2.542	-
Aportes de capital (nota 1.2)	111.753	9.609	-	-	121.362
Lucro (prejuízo) líquido combinado carve-out	-	-	(7.728)	710	9.829
Ajuste carve-out (CSA) (nota 2.2)	-	-	-	-	(9.829)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	147.180	15.987	(17.636)	3.252	-
	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carv-e-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.811	1.777
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Ajuste carve-out (CSA)	(9.829)	(4.231)
Depreciação e amortização	23.314	3.751
Recuperação de impostos	(27.141)	(14.655)
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(116)	433
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	(3.272)	(991)
Imposto de renda e contribuição social	324	453
Juros e encargos	5.006	11.737
Juros sobre arrendamentos	5.777	-
Variações cambiais	(62)	(553)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	411	-
	(2.777)	(2.279)
Variações nas contas de ativos e passivos		
Duplicatas a receber	9.403	(6.177)
Estoques	(535)	(7.832)
Impostos a recuperar	224	(280)
Fornecedores	(3.977)	44.245
Outros	3.963	2.743
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes de juros e impostos pagos	6.301	30.420
Juros pagos	(1)	(4.759)
Impostos pagos	(411)	(286)
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais após juros e impostos pagos	5.889	25.375
	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.245)	(1.178)
Aquisição de intangível	(125)	(2.081)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	579	2.873
Empréstimos entre partes relacionadas	20.320	(4.409)
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	17.529	(4.795)
	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
LiquidAÇÃO de empréstimos	(8)	(19.944)
LiquidAÇÃO de arrendamentos	(23.454)	-
	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(23.462)	(19.944)
	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(44)	636
	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.780	1.144
No fim do exercício	1.736	1.780
	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(44)	636
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	392.820	353.373
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	116	(433)
Recuperação de impostos	27.141	14.655
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(411)	-
	-----	-----
	419.666	367.595
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(196.936)	(160.079)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(50.756)	(44.866)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos	3.272	991
	-----	-----
	(244.420)	(203.954)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	175.246	163.641
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(23.314)	(3.751)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	151.932	159.890
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	930	1.505
Variação cambial ativa	62	553
Royalties	20.817	19.318
	-----	-----
	21.809	21.376
	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	173.741	181.266
	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	59.101	56.015
Impostos, taxas e contribuições	87.987	80.328
Remuneração de capitais de terceiros	23.842	43.146
Remuneração de capitais próprios	2.811	1.777
	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	173.741	181.266
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AMMO VAREJO S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada "AMMO Varejo Ltda.", sediada na avenida Paulista, número 1.754, em São Paulo – SP, tem por objeto social a exploração do ramo de indústria e comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, lingerie, cortinas, tapetes, colchões, móveis, artigos para o lar, produtos aromáticos para o lar, fragrâncias, sachês, franquias, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, projetos de arquitetura e supervisão da execução de projetos de arquitetura, cujos produtos são comercializados sob as marcas Artex, MMartan e Casas Moysés.

A Companhia em conjunto com a entidade denominada C7S TECNOLOGIA LTDA. e as atividades de varejo (carve-out) de sua controladora COTEMINAS S.A., compõem a operação combinada denominada "AMMO VAREJO".

A C7S TECNOLOGIA LTDA. ("C7S") é sediada na Rua Progresso, número 150, em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

A Coteminas S.A. ("CSA") é uma Companhia anônima de capital fechado, controlada pela Springs Global Participações S.A. ("SGPSA") e sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros, Minas Gerais. A CSA têm por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. Seus produtos para cama, mesa e banho são comercializados sob as marcas Santista e Artex. A CSA possuía em 31 de dezembro de 2019, 100% do capital social da Companhia e da C7S.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram aprovadas pela Administração da AMMO VAREJO em 23 de julho de 2021.

2.1 – Diretrizes utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras combinadas carve-out

Com o objetivo de permitir a melhor compreensão e análise sobre a totalidade das operações relativas ao varejo, independentemente da disposição de sua estrutura societária e sob controle comum, a Administração da Companhia preparou as demonstrações financeiras combinadas carve-out, de forma comparativa entre os exercícios apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle das operações desde 1º de janeiro de 2018, adicionando às operações da Companhia, as operações da C7S, e o carve-out das operações de varejo hoje atendidas pela controladora CSA com as marcas Artex e Santista.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, resultado do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades de varejo deste grupo econômico, aqui denominado AMMO VAREJO, considerando se:

- (i) as vendas aos franqueados Artex, bem como as vendas diretamente ao consumidor realizadas pelas plataformas multicanais com as marcas Artex e Santista, hoje faturados pela CSA (carve-out), fossem faturadas pela Companhia;
- (ii) a Companhia utilizasse os produtos e serviços de armazenamento e entrega da CSA para atendimentos de suas vendas das marcas Artex e Santista descritos em (i) acima;
- (iii) a Companhia não possuísse nenhum estoque de produtos Artex e Santista para atendimentos às vendas das marcas Artex e Santista descritos em (i) acima, e o fornecimento desses produtos fossem feitos pela CSA e pagos à vista;
- (iv) a C7S fosse controlada pela Companhia.

2.2 – Base para elaboração das demonstrações financeiras combinadas carve-out

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras históricas auditadas da Companhia e C7S para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e adicionadas as informações históricas das operações carve-out de varejo praticadas pela Coteminas S.A., referentes aos respectivos exercícios.

O resultado das transações carve-out foram baseados nos registros contábeis das operações de varejo praticados pela Coteminas S.A., que também possui demonstrações financeiras auditadas, nos respectivos exercícios.

As demonstrações financeiras combinadas carve-out devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias envolvidas, dos respectivos exercícios.

A reconciliação entre as demonstrações financeiras societárias individuais de cada uma das entidades e as demonstrações financeiras combinadas carve-out estão apresentadas nos quadros abaixo:

	2019				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Demonstrações financeiras individuais					
AMMO VAREJO S.A. (Companhia)	230.823	129.544	264.979	(272.707)	(7.728)
C7S Tecnologia Ltda. (C7S)	19.329	19.239	3.016	(2.306)	710
Carve-out (operações ainda não transferidas)					
Coteminas S.A. - operações varejo (CSA) (1)	-	9.829	53.346	(43.517)	9.829
Ajustes para demonstrações combinadas					
Eliminações (2)	-	-	(459)	459	-
Ajuste carve-out (CSA) (3)	-	(9.829)	-	-	-
Total Combinado Carve-out	250.152	148.783	320.882	(318.071)	2.811
	=====	=====	=====	=====	=====

	2018				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Demonstrações financeiras individuais					
AMMO VAREJO S.A. (Companhia)	155.824	25.519	258.568	(263.564)	(4.996)
C7S Tecnologia Ltda. (C7S)	9.651	8.920	4.141	(1.599)	2.542
Carve-out (operações ainda não transferidas)					
Coteminas S.A. - operações varejo (CSA) (1)	-	4.231	28.824	(24.593)	4.231
Ajustes para demonstrações combinadas					
Eliminações (2)	-	-	(1.804)	1.804	-
Ajuste carve-out (CSA) (3)	-	(4.231)	-	-	-
Total Combinado Carve-out	165.475	34.439	289.729	(287.952)	1.777
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) No resultado das operações carve-out da Coteminas S.A., consideramos:

- Receita e Custo de vendas aos franqueados Artex, bem como as vendas diretamente ao consumidor realizadas pelas plataformas multicanais com as marcas Artex e Santista.
- Despesas de fretes diretamente relacionados às vendas mencionadas acima.
- Despesa financeira com taxa de operações de cartões no atendimento e-commerce

(2) Eliminação de receitas e custos relacionados a prestação de serviços realizados entre as entidades combinadas.

(3) O carve-out na CSA não representa a transferência de ativos e/ou passivos, mas somente as operações de varejo da referida empresa. Desta forma, para a apresentação do patrimônio líquido da AMMO VAREJO, o efeito foi ajustado.

A AMMO VAREJO apresenta suas demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A AMMO VAREJO adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas apenas para fornecer análises adicionais e desta forma, não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade

independente, ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o exercício em que as entidades estiveram sob controle comum.

2.3 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A AMMO VAREJO classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A AMMO VAREJO reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A AMMO VAREJO desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a AMMO VAREJO transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela AMMO VAREJO em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A AMMO VAREJO desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a AMMO VAREJO tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a AMMO VAREJO pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo

de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos, quando contratados, não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a AMMO VAREJO em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A AMMO VAREJO considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a AMMO VAREJO utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a AMMO VAREJO considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A AMMO VAREJO adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e outros	5 e 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da AMMO VAREJO pelo menos ao final de cada exercício.

(h) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustados a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

(i) Intangível--Refere-se a pontos comerciais e marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de

que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(k) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável.

(l) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(m) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a AMMO VAREJO teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício.

(p) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(q) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela AMMO VAREJO e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela AMMO VAREJO, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

(r) Moeda funcional e de apresentação--As demonstrações financeiras da AMMO VAREJO são preparadas usando-se a sua moeda funcional. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da AMMO VAREJO.

2.4 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.3.c, nº 4 e nº 6), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.3.g e nº 7), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.3.j, nº 5, nº 7, nº 8 e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.3.n e nº 15), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.3.k e nº 16), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.3.b e nº 18) e outras similares.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Arrendamentos

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - “Leases”, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

Abordagem de transição:

A Administração da AMMO VAREJO optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Impactos no balanço patrimonial:

As contas patrimoniais sofreram alterações pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações financeiras.

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - “Uncertainty over Income Tax Treatments”, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - “Income Taxes”, sendo correspondente a interpretação técnica ICPC 22. Esta interpretação técnica não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

_____ 2019 _____ 2018

Depósitos em conta corrente	1.736	1.780
	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	2019	2018
Clientes no mercado interno	28.309	32.249
Operadoras de cartão de crédito	5.077	10.648
-----	-----	-----
	33.386	42.897
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.099)	(688)
-----	-----	-----
	32.287	42.209
=====	=====	=====

As vendas a prazo são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 82 dias (83 dias em 2018). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2019	2018
A vencer	28.362	37.515
Vencidas até 30 dias	991	1.508
Vencidas de 31 a 60 dias	453	308
Vencidas de 61 a 90 dias	159	261
Vencidas de 91 a 180 dias	295	120
Vencidas acima de 180 dias	3.126	3.185
-----	-----	-----
	33.386	42.897
=====	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(688)	(688)
Adições	(411)	-
-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	(1.099)	(688)
=====	=====	=====

A Administração da AMMO VAREJO considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que parte da composição da carteira de clientes da AMMO VAREJO ser diluída e parte estar concentrada em grandes operadores de cartão de crédito e franqueados.

5. ESTOQUES

	2019	2018
Matéria prima e secundários	2.292	2.456
Produtos acabados	41.769	40.921
Peças de reposição	341	489
	-----	-----
	44.402	43.866
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2019, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

Representa o financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

	2019	2018
Financiamento no repasse de lojas	6.453	6.362
Circulante	(3.532)	(3.275)
	-----	-----
Não circulante	2.921	3.087
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2019, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

7. IMOBILIZADO

Taxa média % (*)	2019			2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,3	25.939	(18.629)	7.310	6.886
Instalações	6,3	3.119	(2.691)	428	521
Máquinas e equipamentos	4,5	2.386	(1.932)	454	-
Móveis, utensílios e outros	7,0	21.193	(15.430)	5.763	6.790
Obras em andamento	-	161	-	161	270
	-----	-----	-----	-----	-----
	52.798	(38.682)	14.116	14.467	
	=====	=====	=====	=====	

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.128	962	-	7.924	293	15.307
Adições	185	22	34	850	87	1.178
Baixas líquidas	(93)	(2)	(2)	(69)	-	(166)
Transferências						
- Imobilizado	36	12	-	62	(110)	-
Depreciação do exercício	(1.229)	(323)	(32)	(1.539)	-	(3.123)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	1.859	(150)	-	(438)	-	1.271
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.886	521	-	6.790	270	14.467
Adições	1.265	78	541	1.318	43	3.245
Baixas líquidas	(101)	(1)	-	-	-	(102)
Transferências						
- Imobilizado	270	(9)	-	(109)	(152)	-
Depreciação do exercício	(1.452)	(204)	(102)	(1.216)	-	(2.974)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	442	43	15	(1.020)	-	(520)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.310	428	454	5.763	161	14.116
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Anualmente a AMMO VAREJO avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$5.303 (R\$4.783 em 31 de dezembro de 2018).

8. DIREITOS DE USO

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (1) % a.a.	2019		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Imóveis	52,1	13.779	(3.200)	10.579
Imóveis - lojas	27,9	59.248	(16.412)	42.836
Veículos	34,7	102	(86)	16
	=====	=====	=====	=====
		73.129	(19.698)	53.431
		=====	=====	=====

(1) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos dos direitos de uso no exercício foi como segue:

	Imóveis	Imóveis - lojas	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (a)	13.744	44.230	84	58.058
Adições (b)	35	17.059	18	17.112
Baixas, líquidas (c)	-	(1.613)	-	(1.613)
Amortização do exercício	(3.200)	(16.840)	(86)	(20.126)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.579	42.836	16	53.431
	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

9. INTANGÍVEL

	2019	2018
Pontos comerciais (1)	25.357	21.801
Marcas - próprias (2)	1.757	1.757
Propriedade intelectual (3)	15.386	7.378
	=====	=====
Total	42.500	30.936
	=====	=====

A movimentação dos saldos dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Pontos comerciais	Marcas – próprias	Propriedade intelectual	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.101	1.747	3.139	25.987
Adições	2.071	10	4.867	6.948
Baixas líquidas	(1.091)	-	-	(1.091)
Amortização do exercício	-	-	(628)	(628)
Provisão para perdas com ativos	(280)	-	-	(280)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.801	1.757	7.378	30.936
Adições	125	-	9.609	9.734
Baixas líquidas	(361)	-	-	(361)
Amortização do exercício	-	-	(1.601)	(1.601)
Reversão de provisão para perdas com ativos	3.792	-	-	3.792
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.357	1.757	15.386	42.500
	=====	=====	=====	=====

(1) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$7.994 (R\$11.786 em 31 de dezembro de 2018), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e e-commerce), e é amortizado em 5 anos.

Os itens (2) e (3) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A AMMO VAREJO não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2019	2018
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Finame)	R\$	5,5	2020	4	12
				-----	-----
Circulante				4	12
				(4)	(5)
Não circulante				-	7
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por avais da Coteminas S.A.

A movimentação dos empréstimos foi como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	12	20.070
Juros provisionados	1	4.645
Amortização de principal	(8)	(19.944)
Pagamento de juros	(1)	(4.759)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	4	12
	=====	=====

11. FORNECEDORES

	2019	2018
Mercado interno	11.855	8.804
Mercado externo	-	1
Partes relacionadas – mercado interno	13.784	19.017
	-----	-----
	25.639	27.822
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 65 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2018).

O saldo com partes relacionadas refere-se à fornecimento de produtos de cama, mesa e banho pela Coteminas S.A.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e realizado da AMMO VAREJO S.A. estava representado por 754.915.280 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada. Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada a redução do capital social da Companhia para R\$35.427, mediante a absorção do prejuízo acumulado no valor de R\$274.088 constante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 2017 foi constituída a C7S Tecnologia Ltda. com capital R\$3.140, subscrito e integralizado em parte, com créditos mantidos com a Coteminas S.A. Em 31 de dezembro de 2018, a Coteminas S.A. realizou novo aumento de capital no valor de R\$3.238, utilizando crédito de mútuo.

Em 1º de janeiro de 2019, a Coteminas S.A. adquiriu de sua controladora SGPSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da Companhia pelo valor contábil de R\$57.734 (R\$30.431 em investimentos e R\$27.303 em ágio) e efetuou aporte de capital no valor de R\$87.166, utilizando créditos de mútuo com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Coteminas S.A. realizou novo aumento de capital no valor de R\$24.587 na Companhia e R\$9.609 na C7S Tecnologia Ltda., utilizando crédito de mútuo com as respectivas companhias.

O capital social subscrito e realizado da entidade combinada AMMO VAREJO, em 31 de dezembro de 2019, está representado por (i) 358.974.726 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada (86.408.412 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada, em 2018) da Companhia e; (ii) 15.987.109 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada (6.377.908 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada, em 2018) da C7S Tecnologia Ltda.

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber	A pagar
	2019	2018
Coteminas S.A. (a)	3.194	87.166
	=====	=====

(a) Em 2019, os saldos de mútuo foram utilizados em aporte de capital na Companhia, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

	Encargos financeiros (despesas)	
	2019	2018
Coteminas S.A.	(1.073)	(634)
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a AMMO VAREJO em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito. Em 2019, a taxa média de juros foi de 11,2% ao ano (10,9% ao ano em 2018).

Em 2019, a Companhia recebeu produtos intermediários e acabados da Coteminas S.A., controladora da Companhia, no valor de R\$67.337 (R\$66.768 em 2018), para revenda em suas lojas próprias.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A AMMO VAREJO não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	2019
Imóveis	9,3	2023	11.048
Imóveis - lojas	9,3	2025	45.142
Veículos	9,3	2020	16
		=====	
		56.206	
Circulante		(21.434)	
		=====	
Não circulante		34.772	
		=====	

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024 a 2025	Total
Imóveis	3.751	3.582	3.582	2.090	-	13.005
Imóveis - lojas	18.921	14.163	8.675	6.903	4.390	53.052
Veículos	16	-	-	-	-	16
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total bruto	22.688	17.745	12.257	8.993	4.390	66.073
Ajuste a valor presente	(1.254)	(2.426)	(2.642)	(2.295)	(1.250)	(9.867)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total a pagar	21.434	15.319	9.615	6.698	3.140	56.206
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Imóveis	Imóveis - lojas	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (a)	13.744	44.230	84	58.058
	=====	=====	=====	=====
Saldos em 1º de janeiro de 2019	13.744	44.230	84	58.058
Adições (b)	35	17.059	18	17.112
Encargos	1.164	5.021	6	6.191
Pagamentos	(3.895)	(19.467)	(92)	(23.454)
Baixas (c)	-	(1.701)	-	(1.701)
	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.048	45.142	16	56.206
	=====	=====	=====	=====

(a) A Administração da AMMO VAREJO optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

(b) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação do contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	2019
Arrendamentos pagos no exercício	23.454
PIS E COFINS recuperado	(1.801)
Amortização de direitos de uso	(20.126)
PIS E COFINS sobre amortização	1.387
Juros apropriados sobre arrendamentos	(6.191)
PIS E COFINS sobre juros apropriados	414
-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(2.863)
=====	=====

A Administração da AMMO VAREJO considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos (prazo médio de 2,31 anos em 2019). Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a AMMO VAREJO teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

15. PROVISÕES DIVERSAS

A AMMO VAREJO possui processos tributários, trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$1.107 (R\$1.270 em 2018) e R\$710 (R\$709 em 2018), respectivamente.

A provisão foi constituída, para as perdas consideradas prováveis. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável, de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, estão assim resumidos:

	2019	2018
Processos trabalhistas	657	1.241
Cíveis e outros	2.921	2.302
-----	-----	-----
	3.578	3.543
	=====	=====
Depósitos judiciais	2.873	2.811
	=====	=====

A movimentação das provisões diversas é apresentada a seguir:

	2018	Adições	Baixas	2019
Processos trabalhistas	1.241	38	(622)	657
Cíveis e outras	2.302	736	(117)	2.921
-----	-----	-----	-----	-----
	3.543	774	(739)	3.578
	=====	=====	=====	=====

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	2019			
	AMMO	C7S	Carve-out (*)	Total
Resultado antes dos impostos	(7.728)	1.034	9.829	3.135
(-) Ajuste carve-out (CSA)	-	-	(9.829)	(9.829)
Alíquota de 34%	2.628	(351)	-	2.277
Créditos fiscais não constituídos	(2.628)	-	-	(2.628)
Outros	-	27	-	27
-----	-----	-----	-----	-----
	-	(324)	-	(324)
Impostos de renda e contribuição social – corrente	-	(324)	-	(324)
=====	=====	=====	=====	=====

	2018			
	AMMO	C7S	Carve-out (*)	Total
Resultado antes dos impostos	(4.996)	2.995	4.231	2.230
(-) Ajuste carve-out (CSA)	-	-	(4.231)	(4.231)
Alíquota de 34%	1.699	(1.018)	-	681
Créditos fiscais não constituídos	(1.699)	-	-	(1.699)
Outros	-	565	-	565
-----	-----	-----	-----	-----
	-	(453)	-	(453)
Impostos de renda e contribuição social – corrente	-	(453)	-	(453)
=====	=====	=====	=====	=====

(*) As demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo apresentadas apenas para fornecer análises adicionais e desta forma, não devem ser consideradas para fins de cálculo de impostos.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras combinadas carve-out, são provenientes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, como segue:

	Saldos em 2018	Reconhecidos no resultado	Outros	Saldos em 2019
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias (a)	(289)	-	514	225
Prejuízo fiscal, líquido (a)	533	-	(533)	-
Prejuízo fiscal – recuperação de impostos (a)	4.983	9.085	-	14.068
Reclassificações para apresentação de balanço (a)	(4.983)	(9.085)	-	(14.068)
	=====	=====	=====	=====
	244	-	(19)	225
Imposto diferido passivo:				
Diferenças temporárias (p)	(4.983)	(9.085)	-	(14.068)
Reclassificações para apresentação de balanço (p)	4.983	9.085	-	14.068
	=====	=====	=====	=====
	-	-	-	-
Total de impostos diferidos, líquidos	244	-	(19)	225
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	244	-	(19)	225
Total do passivo não circulante (soma de p)	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$283.948 em prejuízos fiscais (R\$272.829 em 31 de dezembro de 2018) e R\$282.322 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$272.857 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos.

c. Impostos a recuperar

	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	397	362
Imposto de renda e contribuição social antecipados	279	265
PIS e COFINS a recuperar (*)	41.523	14.655
IPI a recuperar	83	83
Outros impostos a recuperar	65	65
	=====	=====
	42.347	15.430
Circulante	(16.570)	(775)
	=====	=====
Não Circulante	25.777	14.655
	=====	=====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras

17. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em setembro de 2018, transitou em julgado a ação coletiva interposta pelo Sindicato dos Lojistas – SINDLOJAS. A Companhia aderiu ao processo coletivo da SINDILOJAS e reconheceu o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. A Companhia reconheceu créditos no valor de R\$14.655, referente ao período de janeiro de 2011 a julho de 2017, que atualizados estão registrados na rubrica “Impostos a recuperar”.

Em 2019, com base em seus assessores jurídicos, a Companhia resolveu continuar a ação própria, iniciada em 2018, e no 3º trimestre de 2019 obteve o trânsito em julgado favorável à Companhia. Os créditos da Companhia foram habilitados no 4º trimestre de 2019, no valor de R\$41.796 e estão sendo compensados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A AMMO VAREJO pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	2019	2018
ATIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.736	1.780
Duplicatas a receber	32.287	42.209
Valores a receber de clientes (c)	3.532	3.275
Outros créditos a receber (c)	2.687	2.447
Partes relacionadas	3.194	-
Depósitos judiciais	2.873	2.811
Valores a receber de clientes (nc)	2.921	3.087
Outros créditos a receber (nc)	2.001	2.001
PASSIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (c)	4	5
Fornecedores	25.639	27.822
Outras contas a pagar	374	850
Empréstimos e financiamentos (nc)	-	7
Partes relacionadas	-	87.166
Outras obrigações	2.686	-
(c) circulante		
(nc) não circulante		

Os principais fatores de risco que a AMMO VAREJO está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da AMMO VAREJO. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a AMMO VAREJO utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos

dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a AMMO VAREJO estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, quando aplicável, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A AMMO VAREJO acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A AMMO VAREJO está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados da AMMO VAREJO, advindas dessas variações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. A Administração da AMMO VAREJO considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas para os passivos sobre os quais incidem juros fixos, portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.3 - Risco de crédito--A AMMO VAREJO está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários, quando aplicável. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito com clientes é reduzido devido à serem concentrados com franqueados e operadoras de cartão de crédito (adquirentes e subadquirentes). A AMMO VAREJO possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da AMMO VAREJO, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à aprovação de crédito para os seus franqueados que são aprovados por órgão colegiado.

d.4 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da AMMO VAREJO, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4	4	-	-
Fornecedores	25.639	25.639	-	-
Arrendamentos a pagar	66.073	22.688	30.002	13.383
	-----	-----	-----	-----
	91.716	48.331	30.002	13.383
	=====	=====	=====	=====

d.5 - Gestão de capital--A AMMO VAREJO administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas.

A estratégia da AMMO VAREJO permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	4	12
Arrendamentos a pagar	56.206	-
Caixa e equivalentes de caixa	(1.736)	(1.780)
-----	-----	-----
Total da dívida líquida	54.474	(1.768)
-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	148.783	34.439
-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	203.257	32.671
=====	=====	=====

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da AMMO VAREJO são feitas em base consolidada. A AMMO VAREJO possui dois segmentos operacionais distintos: Vendas diretas ao consumidor, incluindo lojas próprias e e-commerce, denominado "Sell out" e vendas aos franqueados de produtos e serviços, denominado "Sell in".

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2019			
	Sell out	Sell in	(2) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	194,2	126,0	0,7	320,9
Custo dos produtos vendidos	(83,9)	(95,0)	(0,3)	(179,2)
-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	110,3	31,0	0,4	141,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(102,2)	(3,5)	(45,4)	(151,1)
Recuperação de impostos	-	-	27,1	27,1
Outros	-	-	0,3	0,3
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	8,1	27,5	(17,6)	18,0
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(14,9)	(14,9)
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	8,1	27,5	(32,5)	3,1
Depreciação e amortização (1)	17,4	1,6	4,3	23,3
=====	=====	=====	=====	=====

	2018			
	(2) Outros não alocáveis			Total
	Sell out	Sell in		
Receita operacional líquida	169,5	119,4	0,8	289,7
Custo dos produtos vendidos	(62,1)	(82,4)	(0,2)	(144,7)
-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	107,4	37,0	0,6	145,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(86,3)	(1,9)	(59,0)	(147,2)
Recuperação de impostos	-	-	14,6	14,6
Outros	-	-	1,2	1,2
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	21,1	35,1	(42,6)	13,6
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	(11,9)	(11,9)
Variação cambial	-	-	0,5	0,5
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	21,1	35,1	(54,0)	2,2
Depreciação e amortização	1,9	0,6	1,2	3,7
=====	=====	=====	=====	=====

(1) A partir de 2019 inclui efeitos do IFRS 16. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui despesas não alocáveis como administrativas, distribuição, marketing institucional, desenvolvimento de produtos, entre outros.

A AMMO VAREJO em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com os segmentos de mercado representado por suas marcas, como segue.

	2019	2018
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Casa Moyses e MMartan	183,1	183,0
Artex	119,1	103,6
Outros	18,7	3,1
-----	-----	-----
	320,9	289,7
=====	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	423.557	383.003
Deduções das vendas	(102.675)	(93.274)
-----	-----	-----
Vendas líquidas	320.882	289.729
=====	=====	=====

21. DESPESAS POR NATUREZA

A AMMO VAREJO apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	2019	2018
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(201.138)	(194.373)
Benefícios a empregados	(59.101)	(56.015)
INSS	(11.263)	(10.993)
Depreciação e amortização	(23.314)	(3.751)
Variação dos estoques de produtos acabados	848	8.370
Aluguéis	(36.421)	(35.217)
 Total por natureza	 (330.389)	 (291.979)
	=====	=====

Por função:

	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(179.217)	(144.729)
De vendas	(126.491)	(125.744)
Gerais e administrativas	(24.104)	(20.931)
Honorários da administração	(577)	(575)
 Total por função	 (330.389)	 (291.979)
	=====	=====

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, apresentamos as seguintes divulgações complementares:

EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

No exercício de 2020, decorrente da pandemia do coronavírus – COVID-19, houve uma redução forçada no nível de atividade econômica no país. As lojas físicas fecharam em 23 de março de 2020 e retornaram a abrir parcialmente com restrições de horários até o 3º trimestre, operando normalmente até o final do respectivo exercício. Em 2021, a AMMO VAREJO está operando normalmente e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes que possam impactar nas informações apresentadas, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Em 21 de junho de 2021, a Coteminas S.A. vendeu a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. para a Companhia, por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388.

ALTERAÇÃO TIPO SOCIETÁRIO

Diante da perspectiva da Companhia efetuar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, foi realizada em 30 de junho de 2021, reunião dos sócios cotistas, onde foi aprovada por unanimidade, a alteração do tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2021, está representado por 430.382.917 quotas que foram convertidas em 430.382.917 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

* * * * *

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DA AMMO VAREJO
REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E
2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMMO|VAREJO

AMMO VAREJO

Senhores Acionistas,

A Administração da AMMO Varejo S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias seu Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Intermediárias Combinadas Carve-out referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021. Tais demonstrações, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela CVM, vêm acompanhadas por parecer dos Auditores Independentes.

Sobre a Companhia

A AMMO Varejo S.A. é uma empresa de varejo especializado do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho (CAMEBA), além de referência em *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, no Brasil.

Ofertamos, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e *e-commerce*, uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés - marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

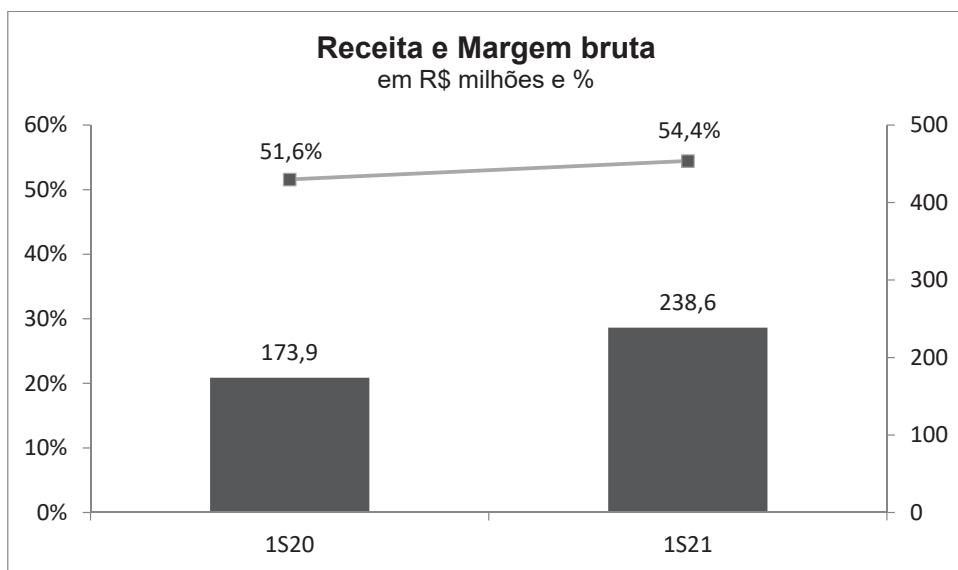
AMMO|VAREJO

Desempenho financeiro¹

A AMMO Varejo apresentou, nos primeiros seis meses de 2021 (1S21), receita líquida de R\$ 238,6 milhões, 37,2% superior aos primeiros seis meses de 2020 (1S20), com margem bruta de 54,4%.

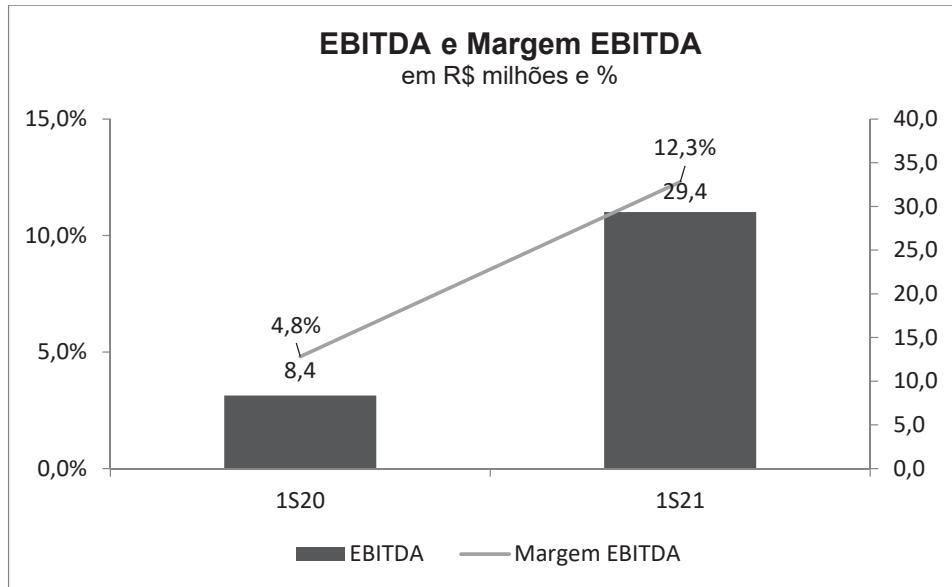
As receitas *sell-out*, que totalizaram R\$ 399,2 milhões no 1S21, com crescimento 37,6% em relação ao 1S20. As vendas do *e-commerce* somaram R\$ 155,2 milhões, versus R\$ 132,5 milhões no 1S20, quando as lojas físicas permaneceram fechadas em parte relevante do período por causa da pandemia do Covid-19.

O lucro líquido totalizou R\$ 1,5 milhão e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 29,4 milhões, com margem EBITDA de 12,3%.



¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

AMMO | VAREJO



Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ milhões	1S21	1S20
Lucro (Prejuízo) líquido	1,5	(14,5)
(+) Imposto de renda e contribuição social	0,1	0,1
(+) Resultado financeiro	14,2	10,5
(+) Depreciação e amortização	13,6	12,3
EBITDA	29,4	8,4
/ (dividido por)	-	-
Receita líquida	238,6	173,9
Margem EBITDA (%)	12,3%	4,8%

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

A Administração.

AMMO VAREJO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias

combinadas “carve-out”

Em 30 de junho de 2021

AMMO VAREJO

Demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”
Em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS “CARVE-OUT”

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
AMMO Varejo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” da **AMMO Varejo** relativas ao segmento de varejo que incluem as empresas AMMO Varejo S. A., C7S Tecnologia Ltda e as atividades de varejo (“carve-out”) da controladora Coteminas S. A. identificadas como “**AMMO Varejo**”, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e a respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMMO Varejo** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”. Somos independentes em relação a AMMO Varejo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 2.1. e 2.2. às demonstrações contábeis que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”. As demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” da AMMO Varejo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a AMMO Varejo tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos de caixa relativos ao segmento varejo da AMMO Varejo e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Arrendamentos e ativo de direito de uso

A AMMO Varejo mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas. Conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e 14, a AMMO Varejo possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R3) (IFRS 16). Em 30 de junho de 2021, a AMMO Varejo possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$ 64.641 mil, além de passivo de arrendamento de R\$ 68.760 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do período, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Resposta da auditoria ao assunto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente:

- Avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela AMMO Varejo para mensuração dos impactos contábeis;
- Análise do inventário de contratos de arrendamento da AMMO Varejo, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma.
- Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela AMMO Varejo para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela AMMO Varejo para estas transações;
- Examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela AMMO Varejo sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” tomadas em conjunto, referentes ao período findo em 30 de junho de 2021.

Saldos e transações com partes relacionadas

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e apresentam saldos com partes relacionadas.

Entendemos que no processo de exame das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” este PAA é relevante em face de:

- Os valores das transações durante o período são significativos;
- São transações envolvendo partes relacionadas;
- Os saldos nas demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” são significativos;
- O volume das operações durante o período é expressivo; e
- A divulgação na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” é uma informação relevante.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluiriam, principalmente:

- Avaliação da política de transações com partes relacionadas da AMMO Varejo e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o período findo em 30 de junho de 2021;
- Realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de notas fiscais, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração;
- Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na nota explicativa nº 13.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização das transações e saldos com Partes Relacionadas efetuados pela Administração da AMMO Varejo, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” estão adequados.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Revisamos as informações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” intermediárias, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins comparativos.

Demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado

As demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da AMMO Varejo, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” da AMMO Varejo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações combinadas “carve-out” do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a AMMO Varejo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”, a não ser que a Administração pretenda liquidar a AMMO Varejo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da AMMO Varejo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AMMO Varejo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AMMO Varejo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AMMO Varejo a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out”. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

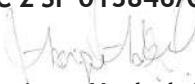
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas “carve-out” do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de julho de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/0-1


Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/0-3

AMMO VAREJO

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS CARVE-OUT EM 30 DE JUNHO DE 2021 E

31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	Nota explicativa	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	3	341	1.484
Duplicatas a receber	4	37.075	43.887
Estoques	5	43.785	27.976
Adiantamentos a fornecedores		10.254	4.575
Impostos a recuperar	17.c	16.093	16.426
Valores a receber de clientes	6	3.261	4.308
Outros créditos a receber		821	902
		-----	-----
Total do ativo circulante		111.630	99.558
		-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	17.c	3.216	9.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.b	254	420
Partes relacionadas	13	6.032	19.298
Depósitos judiciais	16	916	998
Valores a receber de clientes	6	1.332	2.274
Outros créditos a receber		2.001	2.001
		-----	-----
		13.751	34.269
Imobilizado	7	14.098	12.994
Direito de uso	8	64.641	63.606
Intangível	9	43.298	45.767
		-----	-----
Total do ativo não circulante		135.788	156.636
		-----	-----
Total dos ativos		247.418	256.194
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS CARVE-OUT EM 30 DE JUNHO DE 2021 E

31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	30.06.2021	31.12.2020
PASSIVOS			
CIRCULANTE:			
Adiantamentos de recebíveis - cartões	10	14.820	-
Fornecedores	11	19.554	19.162
Impostos e taxas		4.134	10.678
Obrigações sociais e trabalhistas		11.902	11.489
Arrendamentos a pagar	14	23.168	22.538
Impostos parcelados	15	6.376	1.418
Outras contas a pagar		1.898	975
		-----	-----
Total do passivo circulante		81.852	66.260
		-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Arrendamentos a pagar	14	45.592	46.496
Partes relacionadas	13	27.266	-
Impostos parcelados	15	11.349	3.975
Provisões diversas	16	1.772	2.260
Outras obrigações		315	396
		-----	-----
Total do passivo não circulante		86.294	53.127
		-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social realizado		176.457	199.514
Prejuízos acumulados		(97.185)	(62.707)
		-----	-----
Total do patrimônio líquido	12	79.272	136.807
		-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		247.418	256.194
		=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO COMBINADO CARVE-OUT
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30.06.2021	30.06.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	238.618	173.914
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(108.705)	(84.234)
LUCRO BRUTO		129.913	89.680
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
De vendas	21	(102.669)	(83.712)
Gerais e administrativas	21	(11.455)	(11.516)
Honorários da administração	21	(264)	(221)
Outras, líquidas		229	1.874
		15.754	(3.895)
Despesas financeiras – juros e encargos		(3.788)	(3.199)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	14	(2.525)	(3.436)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(10.298)	(4.758)
Receitas financeiras		2.511	779
Variações cambiais		(68)	67
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.586	(14.442)
Impostos de renda e contribuição social – corrente	17.a	(120)	(85)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		1.466	(14.527)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE COMBINADO CARVE-OUT
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	1.466	(14.527)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.466	(14.527)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Lucros (prejuízos) acumulados						Total Combinado
	AMMO	C7S	AMMO	C7S	Carve-out		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	147.180	15.987	(17.636)	3.252	-	148.783	
Lucro (prejuízo) líquido combinado carve-out	-	-	(30.182)	(1.089)	16.744	(14.527)	
Ajuste carve-out (CSA) (nota 2.2)	-	-	-	-	(16.744)	(16.744)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	147.180	15.987	(47.818)	2.163	-	117.512	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Lucros (prejuízos) Acumulados						Total Combinado
	AMMO	C7S	AMMO	C7S	Carve-out		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	176.457	23.057	(64.385)	1.678	-	136.807	
Lucro (prejuízo) líquido combinado carve-out	-	-	(32.498)	(1.648)	35.612	1.466	
Ajuste carve-out (CSA) (nota 2.2)	-	-	-	-	(35.612)	(35.612)	
Efeito de reorganização societária (C7S) (nota 12)	-	(23.057)	(302)	(30)	-	(23.389)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	176.457	-	(97.185)	-	-	79.272	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.466	(14.527)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do período ao caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Ajuste carve-out (CSA)	(35.612)	(16.744)
Depreciação e amortização	13.603	12.257
Renegociação de arrendamentos	(1.980)	(4.158)
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	17	(245)
Imposto de renda e contribuição social	120	85
Juros e encargos	4.607	5.936
Juros sobre arrendamentos	2.525	3.436
Variações cambiais	68	(67)
	-----	-----
	(15.186)	(14.027)
Variações nas contas de ativos e passivos		
Duplicatas a receber	2.845	(4.272)
Estoques	(15.810)	11.550
Impostos a recuperar	6.386	5.896
Fornecedores	497	(5.225)
Adiantamentos a fornecedores	(5.746)	(5.302)
Impostos e taxas	(5.809)	4.932
Obrigações sociais e trabalhistas	(319)	3.569
Outros	13.479	1.171
	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais antes de impostos pagos	(19.663)	(1.708)
Impostos pagos	(160)	(126)
	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais após impostos pagos	(19.823)	(1.834)
	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.801)	(877)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	149	651
Empréstimos entre partes relacionadas	18.645	11.580
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	15.993	11.354
	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de novos empréstimos	14.820	-
Liquidação de empréstimos	-	(2)
Liquidação de arrendamentos	(12.133)	(6.737)
	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	2.687	(6.739)
	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.143)	2.781
	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	1.484	1.736
No fim do período	341	4.517
	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(1.143)	2.781
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO COMBINADO CARVE-OUT

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	299.806	226.989
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(16)	245
	-----	-----
	299.790	227.234
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(122.750)	(92.098)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(61.324)	(48.523)
	-----	-----
	(184.074)	(140.621)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	115.716	86.613
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(13.603)	(12.257)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	102.113	74.356
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.511	779
Variação cambial ativa	(68)	67
Royalties	9.887	6.064
	-----	-----
	12.330	6.910
	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	114.443	81.266
	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	29.766	26.501
Impostos, taxas e contribuições	64.443	54.243
Remuneração de capitais de terceiros	18.768	15.049
Remuneração de capitais próprios	1.466	(14.527)
	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	114.443	81.266
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

AMMO VAREJO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS CARVE-OUT

EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AMMO VAREJO S.A. (“Companhia”), sediada na avenida Paulista, número 1.754, em São Paulo – SP, tem por objeto social a exploração do ramo de indústria e comércio varejista de artigos de cama, mesa, banho, lingerie, cortinas, tapetes, colchões, móveis, artigos para o lar, produtos aromáticos para o lar, fragrâncias, saches, franquias, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, projetos de arquitetura e supervisão da execução de projetos de arquitetura, cujos produtos são comercializados sob as marcas Artex, MMartan e Casas Moysés.

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu da Coteminas S.A. (“CSA”), a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. (“C7S”) por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S é sediada na Rua Progresso, número 150, em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

A Coteminas S.A. (“CSA”) é uma Companhia anônima de capital fechado, controlada pela Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”) e sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros, Minas Gerais. A CSA têm por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. Seus produtos para cama, mesa e banho são comercializados sob as marcas Santista e Artex. A CSA possuía em 30 de junho de 2021, direta e indiretamente, a totalidade do capital social da Companhia e da C7S.

A Companhia em conjunto com C7S e as atividades de varejo (carve-out) de sua controladora COTEMINAS S.A., compõem a operação combinada denominada “AMMO VAREJO”.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS CARVE-OUT

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out foram aprovadas pela Administração da AMMO VAREJO em 23 de julho de 2021.

2.1 – Diretrizes utilizadas para elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out

Com o objetivo de permitir a melhor compreensão e análise sobre a totalidade das operações relativas ao varejo, independentemente da disposição de sua estrutura societária, e sob controle comum, a Administração da Companhia preparou as demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle das operações desde 1º de janeiro de 2018, adicionando às operações da Companhia, as operações da C7S, e o carve-out das operações de varejo hoje atendidas pela controladora CSA com as marcas Artex e Santista.

Portanto, as demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, resultado do período, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração

financeira, informações relativas à totalidade das atividades de varejo deste grupo econômico, aqui denominado AMMO VAREJO, considerando se:

- (i) as vendas aos franqueados Artex, bem como as vendas diretamente ao consumidor realizadas pelas plataformas multicanais com as marcas Artex e Santista, hoje faturados pela CSA (carve-out), fossem faturadas pela Companhia;
- (ii) a Companhia utilizasse os produtos e serviços de armazenamento e entrega da CSA para atendimentos de suas vendas das marcas Artex e Santista descritos em (i) acima;
- (iii) a Companhia não possuísse nenhum estoque de produtos Artex e Santista para atendimentos às vendas das marcas Artex e Santista descritos em (i) acima, e o fornecimento desses produtos fossem feitos pela CSA e pagos à vista;
- (iv) a C7S fosse controlada pela Companhia.

2.2 – Base para elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out foram elaboradas a partir das demonstrações contábeis intermediárias individuais históricas auditadas da Companhia e C7S para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e, adicionadas as informações históricas das operações carve-out de varejo praticadas pela Coteminas S.A., referentes aos respectivos períodos.

O resultado das transações carve-out foram baseados nos registros contábeis das operações de varejo praticados pela Coteminas S.A., que também possui demonstrações contábeis intermediárias revisadas, nos respectivos períodos.

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis históricas das companhias envolvidas, dos respectivos períodos.

A reconciliação entre as demonstrações contábeis individuais de cada uma das entidades e as demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out estão apresentadas nos quadros abaixo:

	30.06.2021				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Demonstrações contábeis individuais					
AMMO VAREJO S.A. (Companhia – controladora) (*)	247.343	79.272	134.258	(167.058)	(32.800)
C7S Tecnologia Ltda. (C7S)	23.162	23.087	1.147	(2.795)	(1.648)
Carve-out (operações ainda não transferidas)					
Coteminas S.A. - operações varejo (CSA) (1)	-	35.612	103.213	(67.601)	35.612
Ajustes para demonstrações combinadas					
Ajuste carve-out (CSA) (2)	-	(35.612)	-	-	-
Efeito de reorganização societária (C7S) (3)	(23.087)	(23.087)	-	302	302
Total Combinado Carve-out	247.418	79.272	238.618	(237.152)	1.466

	31.12.2020				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Demonstrações financeiras individuais					
AMMO Varejo S.A. (Companhia)	231.344	112.072	274.934	(321.683)	(46.749)
C7S Tecnologia Ltda. (C7S)	24.850	24.735	2.500	(4.074)	(1.574)
Carve-out (operações ainda não transferidas)					
Coteminas S.A. - operações varejo (CSA) (1)	-	41.623	153.709	(112.086)	41.623
Ajustes para demonstrações combinadas					
Ajuste carve-out (CSA) (2)	-	(41.623)	-	-	-
Total Combinado Carve-out	256.194	136.807	431.143	(437.843)	(6.700)
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) No resultado das operações carve-out da Coteminas S.A., consideramos:

- Receita e Custo de vendas aos franqueados Artex, bem como as vendas diretamente ao consumidor realizadas pelas plataformas multicanais com as marcas Artex e Santista.
- Despesas de fretes diretamente relacionados às vendas mencionadas acima.
- Despesa financeira com taxa de operações de cartões no atendimento e-commerce

(2) O carve-out na CSA não representa a transferência de ativos e/ou passivos, mas somente as operações de varejo da referida empresa. Desta forma, para a apresentação do patrimônio líquido da AMMO VAREJO, o efeito foi ajustado.

(3) Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora CSA, a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil. Desta forma, para a apresentação das demonstrações intermediárias combinadas carve-out, o patrimônio líquido da C7S foi eliminado.

A AMMO VAREJO apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A AMMO VAREJO adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da AMMO VAREJO em sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out estão sendo apresentadas apenas para fornecer análises adicionais e desta forma, não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente, ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o período em que as entidades estiveram sob controle comum.

2.3 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) **Apuração do resultado**--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) **Instrumentos financeiros**--A AMMO VAREJO classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCL”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e despreconhecimento

A AMMO VAREJO reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A AMMO VAREJO despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a AMMO VAREJO transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela AMMO VAREJO em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A AMMO VAREJO despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a AMMO VAREJO tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a AMMO VAREJO pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos, quando contratados, não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a AMMO VAREJO em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A AMMO VAREJO considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a AMMO VAREJO utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a AMMO VAREJO considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A AMMO VAREJO adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e outros	5 e 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da AMMO VAREJO pelo menos ao final de cada exercício.

(h) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustados a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

(i) Intangível--Refere-se a pontos comerciais e marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(k) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da

provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável.

(l) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(m) Arrendamentos a pagar-- A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a AMMO VAREJO teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período.

(p) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(q) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela AMMO VAREJO e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela AMMO VAREJO, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out.

(r) Moeda funcional e de apresentação--As demonstrações contábeis intermediárias da AMMO VAREJO são preparadas usando-se a sua moeda funcional. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da AMMO VAREJO.

2.4 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos

financeiros (notas explicativas nº 2.3.c, nº 4 e nº 6), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.3.g e nº 7), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.3.j, nº 5, nº 7, nº 8 e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.3.n e nº 16), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.3.k e nº 17), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.3.b e nº 18) e outras similares.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos em conta corrente	341	1.484
	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	30.06.2021	31.12.2020
Clientes no mercado interno	37.560	40.304
Operadoras de cartão de crédito	581	4.682
Partes relacionadas		
Mercado externo	33	-
	=====	=====
	38.174	44.986
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.099)	(1.099)
	=====	=====
	37.075	43.887
	=====	=====

As vendas a prazo são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 83 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2020). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	30.06.2021	31.12.2020
A vencer	32.714	40.491
Vencidas até 30 dias	521	387
Vencidas de 31 a 60 dias	272	118
Vencidas de 61 a 90 dias	103	78
Vencidas de 91 a 180 dias	440	298
Vencidas acima de 180 dias	4.124	3.614
	=====	=====
	38.174	44.986
	=====	=====

A provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa não apresentou movimentação no 2º trimestre de 2021 e 2020.

A Administração da AMMO VAREJO considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que parte da composição da carteira de clientes da AMMO VAREJO ser diluída e parte estar concentrada em grandes operadores de cartão de crédito e franqueados.

5. ESTOQUES

	30.06.2021	31.12.2020
Matéria prima e secundários	1.272	627
Produtos acabados	41.824	26.740
Peças de reposição	689	609
-----	-----	-----
	43.785	27.976
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 30 de junho de 2021, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

Representa o financiamento de repasses de lojas para franqueados e acordo com clientes, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado - IGP-M.

	30.06.2021	31.12.2020
Financiamento no repasse de lojas	1.961	3.208
Parcelamento de créditos com clientes	2.632	3.368
Outros	-	6
-----	-----	-----
	4.593	6.582
Circulante	(3.261)	(4.308)
-----	-----	-----
	1.332	2.274
Não circulante	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 30 de junho de 2021, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média % (*)	30.06.2021			31.12.2020
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,0	28.280	(21.020)	7.260	6.636
Instalações	5,6	3.088	(3.031)	57	227
Máquinas e equipamentos	2,4	2.535	(2.054)	481	420
Móveis, utensílios e outros	4,3	22.846	(16.868)	5.978	5.214
Obras em andamento	-	322	-	322	497
		-----	-----	-----	-----
		57.071	(42.973)	14.098	12.994
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.636	227	420	5.214	497	12.994
Adições	1.305	-	99	1.396	1	2.801
Baixas líquidas	(12)	(5)	-	-	-	(17)
Transferências						
- Imobilizado	175	(64)	-	65	(176)	-
Depreciação do período	(844)	(101)	(38)	(697)	-	(1.680)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021	7.260	57	481	5.978	322	14.098
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.310	428	454	5.763	161	14.116
Adições	528	2	8	160	179	877
Baixas líquidas	(205)	(7)	(5)	(170)	-	(387)
Transferências						
- Imobilizado	-	(20)	-	20	-	-
Depreciação do período	(846)	(110)	(49)	(659)	-	(1.664)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2020	6.787	293	408	5.114	340	12.942
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 30 de junho de 2021, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2020).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, inclusive com os impactos do COVID-19, a AMMO VAREJO não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

8. DIREITOS DE USO

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

Taxa (1) % a.a.	30.06.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	52,1	13.779	(7.719)	6.060
Imóveis - lojas	25,4	94.231	(35.650)	58.581
Veículos	34,7	102	(102)	-
	-----	-----	-----	-----
	108.112	(43.471)	64.641	63.606
	=====	=====	=====	=====

(1) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos dos direitos de uso nos períodos foi como segue:

	Imóveis	Imóveis - lojas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.515	56.091	63.606
Adições (a)	-	12.585	12.585
Baixas, líquidas (b)	-	(1.344)	(1.344)
Amortização do período	(1.455)	(8.751)	(10.206)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021	6.060	58.581	64.641
	=====	=====	=====
	Imóveis	Imóveis - lojas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.579	42.836	53.431
Adições (a)	-	10.068	10.068
Baixas, líquidas (b)	-	(3.267)	(3.267)
Amortização do período	(1.563)	(7.842)	(9.421)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2020	9.016	41.795	50.811
	=====	=====	=====

(a) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(b) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

9. INTANGÍVEL

	30.06.2021	31.12.2020
Pontos comerciais (1)	25.077	25.077
Marcas – próprias (2)	1.757	1.757
Propriedade intelectual (3)	16.464	18.933
	-----	-----
Total	43.298	45.767
	=====	=====

A movimentação dos saldos dos ativos intangíveis nos períodos foi como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>Amortização</u>	<u>30.06.2021</u>
Pontos comerciais	25.077	-	25.077
Marcas – próprias	1.757	-	1.757
Propriedade intelectual	18.933	(2.469)	16.464
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	45.767	(2.469)	43.298
	=====	=====	=====

	<u>31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>30.06.2020</u>
Pontos comerciais	25.357	-	(2.370)	-	22.987
Marcas – próprias	1.757	-	-	-	1.757
Propriedade intelectual	15.387	2.644	-	(1.762)	16.269
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	42.501	2.644	(2.370)	(1.762)	41.013
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2020), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e e-commerce), e é amortizado em 5 anos.

Os itens (2) e (3) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A AMMO VAREJO não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

10. ADIANTAMENTOS DE RECEBÍVEIS - CARTÕES

Em 30 de junho de 2021, a AMMO VAREJO possui obrigação com a operadora de cartão CIELO S.A., no valor de R\$14.820, referente a antecipações de vendas futuras de cartões, a serem liquidadas no 3º trimestre de 2021.

11. FORNECEDORES

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Mercado interno	19.551	19.146
Mercado externo	3	-
Partes relacionadas	-	16
<hr/>	<hr/>	<hr/>
	19.554	19.162
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 55 dias (53 dias em 31 de dezembro de 2020).

O saldo com partes relacionadas refere-se à fornecimento de produtos de cama, mesa e banho pela Coteminas S.A.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em reunião dos sócios cotistas realizada em 30 de junho de 2021, foi aprovada por unanimidade a alteração do tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada (Ltda.) para sociedade anônima (S.A.), alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

O capital social subscrito e realizado naquela data, estava representado por 430.382.917 quotas que foram convertidas em 430.382.917 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora CSA, a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil. Desta forma, para a apresentação das demonstrações intermediárias combinadas carve-out, o patrimônio líquido da C7S foi eliminado.

O capital social subscrito e realizado da entidade combinada AMMO VAREJO, em 31 de dezembro de 2020, está representado por (i) 430.382.917 quotas com valor nominal de R\$0,41 cada da AMMO Varejo Ltda. e; (ii) 23.057.206 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada da C7S.

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Coteminas S.A.	-	19.298	27.174	-
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	6.032	-	92	-
	-----	-----	-----	-----
	6.032	19.298	27.266	-
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros receitas (despesas)				
		30.06.2021	30.06.2020	
Coteminas S.A.		1.502	(453)	
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS		(2)	-	
	-----	-----	-----	-----
	1.500		(453)	
	=====	=====	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a AMMO VAREJO em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito. No primeiro semestre de 2021, a taxa média de juros foi de 11,2% ao ano (11,2% ao ano no mesmo período de 2020).

No primeiro semestre de 2021, a AMMO VAREJO recebeu produtos intermediários e acabados da Coteminas S.A., controladora da AMMO VAREJO, no valor de R\$62.063 (R\$29.716 no mesmo período de 2020), para revenda em suas lojas próprias.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A AMMO VAREJO não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Vencimentos	30.06.2021	31.12.2020
Imóveis	9,3	2023	6.763	8.201
Imóveis - lojas	9,3	2026	61.997	60.833
			-----	-----
Circulante			68.760	69.034
			(23.168)	(22.538)
			-----	-----
Não circulante			45.592	46.496
			=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2022		2023	2024 a 2026	Total
	2021	Curto prazo			
Imóveis	1.791	1.791	1.791	2.090	- 7.463
Imóveis – lojas	10.976	9.754	9.171	17.547	27.096 74.544
	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	12.767	11.545	10.962	19.637	27.096 82.007
Ajuste a valor presente	(334)	(810)	(1.232)	(3.326)	(7.545) (13.247)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	12.433	10.735	9.730	16.311	19.551 68.760
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.06.2021			30.06.2020
	Imóveis	Imóveis – lojas	Total	Total
Saldo no início do período	8.201	60.833	69.034	56.206
Adições (a)	-	12.585	12.585	10.068
Encargos	353	2.376	2.729	3.676
Pagamentos	(1.791)	(10.342)	(12.133)	(6.737)
Renegociações (b)	-	(1.980)	(1.980)	(4.158)
Baixas (c)	-	(1.475)	(1.475)	(3.491)
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período	6.763	61.997	68.760	55.564
	=====	=====	=====	=====

(a) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação do contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(b) Em função da pandemia da COVID-19, a AMMO VAREJO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a

revisão do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a AMMO VAREJO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

(c) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 30 de junho de 2021 e 2020 são como segue:

	30.06.2021	30.06.2020
Arrendamentos pagos no período	12.133	6.737
PIS E COFINS recuperado	(956)	(830)
Renegociações	1.980	4.158
Amortização de direitos de uso	(10.206)	(9.421)
PIS E COFINS sobre amortização	752	590
Juros apropriados sobre arrendamentos	(2.729)	(3.676)
PIS E COFINS sobre juros apropriados	204	240
Baixas, líquidas	131	224
-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	1.309	(1.978)
	=====	=====

A Administração da AMMO VAREJO considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos (prazo médio de 4,01 anos em 30 de junho de 2021 e 3,89 em 31 de dezembro de 2020). Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a AMMO VAREJO teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

15. IMPOSTOS PARCELADOS

Os parcelamentos de impostos são como segue:

	30.06.2021	31.12.2020
Parcelamento ICMS	5.974	1.133
Parcelamento PIS e COFINS	1.084	1.239
Parcelamento INSS	10.667	3.021
-----	-----	-----
	17.725	5.393
Circulante	(6.376)	(1.418)
-----	-----	-----
	11.349	3.975
Não circulante	=====	=====

16. PROVISÕES DIVERSAS

A AMMO VAREJO possui processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$1.507 (R\$1.202 em 31 de dezembro de 2020), R\$898 (R\$644 em 31 de dezembro de 2020) e R\$61, respectivamente.

A provisão foi constituída, para as perdas consideradas prováveis. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável, de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, estão assim resumidos:

	30.06.2021	31.12.2020
Processos trabalhistas	940	1.107
Cíveis e outros	832	1.153
	-----	-----
	1.772	2.260
	=====	=====
Depósitos judiciais	916	998
	=====	=====

A movimentação das provisões diversas é apresentada a seguir:

	31.12.2020	Adições	Baixas	30.06.2021
Processos trabalhistas	1.107	506	(673)	940
Cíveis e outras	1.153	7	(328)	832
	-----	-----	-----	-----
	2.260	513	(1.001)	1.772
	=====	=====	=====	=====

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	30.06.2021			
	AMMO	C7S	Carve-out (2)	Total
Resultado antes dos impostos (1)	(32.498)	(1.528)	35.612	1.586
Resultado de equivalência patrimonial (C7S) (1)	(302)	-	-	(302)
(-) Ajuste carve-out (CSA)	-	-	(35.612)	(35.612)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	302	-	-	302
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(32.498)	(1.528)	-	(34.026)
	-----	-----	-----	-----
Alíquota de 34%	11.049	520	-	11.569
Créditos fiscais não constituídos	(11.049)	-	-	(11.049)
Outros	-	(640)	-	(640)
	-----	-----	-----	-----
	-	(120)	-	(120)
Impostos de renda e contribuição social – corrente	-	(120)	-	(120)
	=====	=====	=====	=====

	30.06.2020			
	AMMO	C7S	Carve-out (2)	Total
Resultado antes dos impostos	(30.182)	(1.004)	16.744	(14.442)
Ajuste carve-out (CSA)	-	-	(16.744)	(16.744)
Alíquota de 34%	10.262	341	-	10.603
Créditos fiscais não constituídos	(10.262)	-	-	(10.262)
Outros	-	(426)	-	(426)
	-----	-----	-----	-----
	-	(85)	-	(85)
Impostos de renda e contribuição social – corrente	-	(85)	-	(85)
	=====	=====	=====	=====

(1) O resultado de equivalência patrimonial da AMMO VAREJO sobre a C7S foi apresentado em linhas separadas para fins de apresentação do resultado combinado carve-out.

(2) As demonstrações contábeis combinadas carve-out estão sendo apresentadas apenas para fornecer análises adicionais e desta forma, não devem ser consideradas para fins de cálculo de impostos.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias, são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	31.12.2020	Reconhecidos no resultado	Outros	30.06.2021
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias (a)	420	-	(166)	254
Prejuízo fiscal – recuperação de impostos (a)	8.489	(2.282)	-	6.207
Reclassificações para apresentação de balanço (a)	(8.489)	2.282	-	(6.207)
	-----	-----	-----	-----
	420	-	(166)	254
Imposto diferido passivo:				
Diferenças temporárias (p)	(8.489)	2.282	-	(6.207)
Reclassificações para apresentação de balanço (p)	8.489	(2.282)	-	6.207
	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	-
Total de impostos diferidos, líquidos	420	-	(166)	254
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	420	-	(166)	254
Total do passivo não circulante (soma de p)	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

Em 30 de junho de 2021, a AMMO VAREJO possuía R\$368.509 em prejuízos fiscais (R\$335.239 em 31 de dezembro de 2020) e R\$367.947 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$335.268 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos.

c. Impostos a recuperar

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	579	430
Imposto de renda e contribuição social antecipados	327	151
PIS e COFINS a recuperar (*)	18.255	24.967
IPI a recuperar	83	83
Outros impostos a recuperar	65	73
	-----	-----
	19.309	25.704
Circulante	(16.093)	(16.426)
	-----	-----
Não Circulante	3.216	9.278
	=====	=====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A AMMO VAREJO pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
ATIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	341	1.484
Duplicatas a receber	37.075	43.887
Valores a receber de clientes (c)	3.261	4.308
Outros créditos a receber (c)	821	902
Partes relacionadas	6.032	19.298
Depósitos judiciais	916	998
Valores a receber de clientes (nc)	1.332	2.274
Outros créditos a receber (nc)	2.001	2.001
PASSIVOS FINANCEIROS--		
Custo amortizado		
Adiantamentos de recebíveis - cartões	14.820	-
Fornecedores	19.554	19.162
Outras contas a pagar	1.898	975
Partes relacionadas	27.266	-
Outras obrigações	315	396

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a AMMO VAREJO está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da AMMO VAREJO. Os

riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a AMMO VAREJO utiliza e as suas contrapartes. Eses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a AMMO VAREJO estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", quando aplicável, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A AMMO VAREJO acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A AMMO VAREJO está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados da AMMO VAREJO, advindas dessas variações. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. A Administração da AMMO VAREJO considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas para os passivos sobre os quais incidem juros fixos, portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.3 - Risco de crédito--A AMMO VAREJO está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários, quando aplicável. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito com clientes é reduzido devido à serem concentrados com franqueados e operadoras de cartão de crédito (adquirentes e subadquirentes). A AMMO VAREJO possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da AMMO VAREJO, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à aprovação de crédito para os seus franqueados que são aprovados por órgão colegiado.

d.4 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da AMMO VAREJO, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Adiantamentos de recebíveis – cartões	14.820	14.820	-	-
Fornecedores	19.554	19.554	-	-
Partes relacionadas	27.266	27.266	-	-
Arrendamentos a pagar	82.007	24.312	30.599	27.096
	-----	-----	-----	-----
	143.647	85.952	30.599	27.096
	=====	=====	=====	=====

d.5 - Gestão de capital--A AMMO VAREJO administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da AMMO VAREJO permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

	30.06.2021	31.12.2020
Adiantamentos de recebíveis – cartões	14.820	-
Arrendamentos a pagar	68.760	69.034
Caixa e equivalentes de caixa	(341)	(1.484)
	-----	-----
Total da dívida líquida	83.239	67.550
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	79.272	136.807
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	162.511	204.357
	=====	=====

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da AMMO VAREJO são feitas em base consolidada. A AMMO VAREJO possui dois segmentos operacionais distintos: Vendas diretas ao consumidor, incluindo lojas próprias e e-commerce, denominado “Sell out” e vendas aos franqueados de produtos e serviços, denominado “Sell in”.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	30.06.2021			
	(1) Outros não alocáveis			Total
	Sell out	Sell in		
Receita operacional líquida	175,4	63,1	0,1	238,6
Custo dos produtos vendidos	(69,5)	(39,2)	-	(108,7)
-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	105,9	23,9	0,1	129,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(75,4)	(3,4)	(35,6)	(114,4)
Outros	-	-	0,2	0,2
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	30,5	20,5	(35,3)	15,7
Resultado financeiro	-	-	(14,1)	(14,1)
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	30,5	20,5	(49,4)	1,6
Depreciação e amortização	9,1	2,5	2,0	13,6
=====	=====	=====	=====	=====
	30.06.2020			
	(1) Outros não alocáveis			Total
	Sell out	Sell in	Alocáveis	
Receita operacional líquida	137,2	36,3	0,4	173,9
Custo dos produtos vendidos	(58,5)	(25,5)	(0,2)	(84,2)
-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	78,7	10,8	0,2	89,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(67,5)	(5,0)	(23,0)	(95,5)
Outros	-	-	1,9	1,9
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	11,2	5,8	(20,9)	(3,9)
Resultado financeiro	-	-	(10,5)	(10,5)
-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	11,2	5,8	(31,4)	(14,4)
Depreciação e amortização	8,3	1,8	2,1	12,2
=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui despesas não alocáveis como administrativas, distribuição, marketing institucional, desenvolvimento de produtos, entre outros.

A AMMO VAREJO em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com os segmentos de mercado representado por suas marcas, como segue.

	30.06.2021	30.06.2020
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Casa Moyses e MMartan	101,1	90,0
Artex	92,0	56,0
Santista	37,0	26,0
Outros	8,5	1,9
-----	-----	-----
	238,6	173,9
	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	30.06.2021	30.06.2020
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	316.570	237.196
Deduções das vendas	(77.952)	(63.282)
	=====	=====
Vendas líquidas	238.618	173.914
	=====	=====

21. DESPESAS POR NATUREZA

A AMMO VAREJO apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	30.06.2021	30.06.2020
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(188.268)	(123.521)
Benefícios a empregados	(29.766)	(26.500)
INSS	(6.540)	(5.148)
Depreciação e amortização	(13.603)	(12.257)
Variação dos estoques de produtos acabados	15.084	(12.257)
	=====	=====
Total por natureza	(223.093)	(179.683)
	=====	=====

Por função:

	30.06.2021	30.06.2020
Custo dos produtos vendidos	(108.705)	(84.234)
De vendas	(102.669)	(83.712)
Gerais e administrativas	(11.455)	(11.516)
Honorários da administração	(264)	(221)
	=====	=====
Total por função	(223.093)	(179.683)
	=====	=====

22. EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

A Companhia está operando normalmente desde meados de setembro de 2020 e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

* * * * *

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	2

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	3
2.3 - Outras Informações Relevantes	4

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Mediçãoes Não Contábeis	6
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	8
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	9
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	11
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	12
3.7 - Nível de Endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras Informações Relevantes	15

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	49
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	51
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	53
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	55
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	56
4.7 - Outras Contingências Relevantes	58
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	59

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	60
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	65
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	67
5.4 - Programa de Integridade	69
5.5 - Alterações significativas	74
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	75

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	76
6.3 - Breve Histórico	77
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	79
6.6 - Outras Informações Relevantes	80

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	81
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	99
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	100
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	101
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	121
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	122
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	128
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	129
7.8 - Políticas Socioambientais	130
7.9 - Outras Informações Relevantes	131

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	132
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	133
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	134

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	135
---	-----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	136
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	137
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	140
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	182
9.2 - Outras Informações Relevantes	183

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	184
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	209
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	211
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	212
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	213
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	217
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	218
10.8 - Plano de Negócios	219
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	222

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	224
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	225

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	226
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	232
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	235
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	238
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	239
12.7/8 - Composição Dos Comitês	242

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	244
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	248
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	250
12.12 - Outras informações relevantes	252

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	254
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	258
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	262
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	264
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	265
13.6 - Opções em Aberto	266
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	267
13.8 - Precificação Das Ações/opções	268
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	269
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	270
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	271
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	272
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	273
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	274
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	275
13.16 - Outras Informações Relevantes	278

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	279
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	282
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	283

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	284
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	286

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	287
15.3 - Distribuição de Capital	333
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	334
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	335
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	336
15.7 - Principais Operações Societárias	337
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	338

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	339
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	341
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	343
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	345

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	347
17.2 - Aumentos do Capital Social	348
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	349
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	350
17.5 - Outras Informações Relevantes	351

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações	352
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	353
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	357

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	358
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	359
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	360
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	361
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	362
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	363
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	364
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	365
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	366
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	367

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	368
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	369
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	370

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	371
20.2 - Outras Informações Relevantes	372

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	373
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	374
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	376
21.4 - Outras Informações Relevantes	377

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Antony José Souza Martins

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Eu, **Antony José Souza Martins**, brasileiro, separado, engenheiro, inscrito no CPF/ME sob o nº 256.427.628-85, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.990.147-5 SSP/SP, na qualidade de Diretor-Presidente da **AMMO Varejo S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.494.776/0001-01, com sede na Avenida Paulista, nº 1.754, 2^a sobreloja, Ala B, Cerqueira César, CEP 01310-920, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"), declaro que: (a) revisei este Formulário de Referência; (b) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Antony José Souza Martins
Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	Sim								
Código CVM	1032-4								
Tipo auditor	Nacional								
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples								
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79								
Data Início	21/10/2019								
Descrição do serviço contratado	<p>Serviços profissionais de auditoria: (i) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; (ii) das demonstrações contábeis combinadas carve-out, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (iii) das demonstrações contábeis intermediárias combinadas carve-out para o período findo em 30 de junho de 2021; (iv) das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de junho de 2021; e revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas correspondentes aos trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2021; (v) serviço de auditoria relativos à oferta pública inicial de ações da Companhia ("IPO") para a emissão de cartas conforto.</p> <p>⁴⁵ Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</p> <p>Justificativa da substituição</p> <p>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</p>								
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável								
Nome responsável técnico	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>INÍCIO ATUAÇÃO</th> <th>CPF</th> <th>Endereço</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Henrique Herbel de Melo Campos</td> <td>21/10/2019</td> <td>185.597.138-08</td> <td>Rua Major Quedinho, 90, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (11) 38483880, e-mail: henrique.campos@bdo.com.br</td> </tr> </tbody> </table>	Nome	INÍCIO ATUAÇÃO	CPF	Endereço	Henrique Herbel de Melo Campos	21/10/2019	185.597.138-08	Rua Major Quedinho, 90, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (11) 38483880, e-mail: henrique.campos@bdo.com.br
Nome	INÍCIO ATUAÇÃO	CPF	Endereço						
Henrique Herbel de Melo Campos	21/10/2019	185.597.138-08	Rua Major Quedinho, 90, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (11) 38483880, e-mail: henrique.campos@bdo.com.br						

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 – Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	79.272.000,00	112.072.000,00	129.544.000,00	25.519.000,00
Ativo Total	247.418.000,00	231.344.000,00	230.823.000,00	155.824.000,00
Rec. Liq./Rec. Interméd. Fin./Prem. Seg. Ganhos	134.453.000,00	274.934.000,00	264.979.000,00	258.568.000,00
Resultado Bruto	69.866.000,00	142.582.000,00	121.252.000,00	132.818.000,00
Resultado Líquido	-32.800.000,00	-46.749.000,00	-7.728.000,00	-4.996.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	430.382.917	430.382.917	358.974.726	86.408.412
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,184200	0,260400	0,360900	0,295300
Resultado Básico por Ação	-0,076200	-0,108600	-0,021500	-0,057800
Resultado Diluído por Ação	-0,08	-0,11	-0,02	-0,02

⁴⁵ Resultado Diluído por Ação

3.2 - Mediçãoes Não Contábeis

3.2 – Mediçãoes não contábeis

(a) valor das mediçãoes não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527/12”), e consiste no lucro líquido (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras líquidas (incluindo variação cambial líquida), do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e dos custos e despesas de depreciação e amortização, sendo esta a definição para o cálculo do EBITDA utilizada pela Companhia (“EBITDA”).

A Margem EBITDA é um indicador calculado através da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida (“Margem EBITDA”). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

(Em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2021 ¹	Período de seis meses findo em 30/06/2020 ²	Exercício social encerrado em 31/12/2020 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2019 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2018 ¹
EBITDA	(14.115)	(10.453)	(6.742)	27.898	8.983
Margem EBITDA	-10,5%	-9,4%	-2,5%	10,5%	3,5%

1 Valores conforme demonstrações financeiras societárias dos respectivos períodos.

2 Valores conforme demonstrações financeiras societárias revisadas dos respectivos períodos.

3.2 - Mediçãoes Não Contábeis

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e a Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA para os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

(Em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2021 ¹	Período de seis meses findo em 30/06/2020 ²	Exercício social encerrado em 31/12/2020 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2019 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2018 ¹
Prejuízo do período/exercício	(32.800)	(30.182)	(46.749)	(7.728)	(4.996)
(+) Imposto de renda e contribuição social	60	-	-	-	-
(+) Resultado financeiro	7.080	9.234	17.798	13.913	10.856
(+) Depreciação e amortização	11.545	10.495	22.209	21.713	3.123
EBITDA	(14.115)	(10.453)	(6.742)	27.898	8.983
/ (dividido por)	-	-	-	-	-
Receita líquida	134.453	111.396	274.934	264.979	258.568
Margem EBITDA (%)	-10,5%	-9,4%	-2,5%	10,5%	3,5%

1 Valores conforme demonstrações financeiras societárias auditadas dos respectivos períodos.

2 Valores conforme demonstrações financeiras societárias revisadas dos respectivos períodos.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia utiliza o EBITDA para analisar sua performance financeira operacional, pois entende que são medidas não contábeis de resultado que mais se aproximam da geração de caixa operacional.

A Companhia entende que o EBITDA é mais apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque exclui a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia, facilitando a comparabilidade dos resultados entre períodos e entre empresas similares. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter recursos financeiros para seus investimentos e capital de giro.

Margem EBITDA

A Companhia utiliza a Margem EBITDA para analisar sua margem de performance financeira operacional, para efeito gerencial e para comparação com empresas similares, pois entende que é a medida não contábil de margem que mais se aproxima da geração de caixa operacional.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e combinadas da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 – Política de destinação dos resultados

	Exercício social encerrado em 31.12.2020	Exercício social encerrado em 31.12.2019	Exercício social encerrado em 31.12.2018
a. regras sobre retenção de lucros	Durante o exercício de 2020, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e adotava como regras de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social, autorizando os sócios deliberarem sobre a destinação dos resultados da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e adotava como regras de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social, autorizando os sócios deliberarem sobre a destinação dos resultados da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e adotava como regras de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social, autorizando os sócios deliberarem sobre a destinação dos resultados da Companhia.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31/12/2020 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.	No exercício social encerrado em 31/12/2019 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.	No exercício social encerrado em 31/12/2018 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31/12/2020 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.	No exercício social encerrado em 31/12/2019 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.	No exercício social encerrado em 31/12/2018 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Durante o exercício de 2020, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa que os saldos dos lucros apurados, após serem feitas as deduções legais e contratuais e as amortizações seriam destinados conforme aprovado pelos sócios, não sendo assegurada a distribuição obrigatória de um lucro mínimo aos sócios quotistas.	Durante o exercício de 2019, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa que os saldos dos lucros apurados, após serem feitas as deduções legais e contratuais e as amortizações seriam destinados conforme aprovado pelos sócios, não sendo assegurada a distribuição obrigatória de um lucro mínimo aos sócios quotistas.	Durante o exercício de 2018, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa que os saldos dos lucros apurados, após serem feitas as deduções legais e contratuais e as amortizações seriam destinados conforme aprovado pelos sócios, não sendo assegurada a distribuição obrigatória de um lucro mínimo aos sócios quotistas.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Durante o exercício de 2020, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e contrato social da Companhia previa que poderia a qualquer momento levantar balanço intermediário, seja para fins legais e fiscais, distribuição de resultados ou para fins puramente de administração, podendo ser realizadas, a qualquer momento, distribuições e pagamentos de lucros já acumulados ou título de antecipação do lucro a ser apurado ao final do exercício social, tanto de forma proporcional, quanto de forma desproporcional a participação dos sócios quotistas no capital social.	Durante o exercício de 2019, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e contrato social da Companhia previa que poderia a qualquer momento levantar balanço intermediário, seja para fins legais e fiscais, distribuição de resultados ou para fins puramente de administração, podendo ser realizadas, a qualquer momento, distribuições e pagamentos de lucros já acumulados ou título de antecipação do lucro a ser apurado ao final do exercício social, tanto de forma proporcional, quanto de forma desproporcional a participação dos sócios quotistas no capital social.	Durante o exercício de 2018, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e contrato social da Companhia previa que poderia a qualquer momento levantar balanço intermediário, seja para fins legais e fiscais, distribuição de resultados ou para fins puramente de administração, podendo ser realizadas, a qualquer momento, distribuições e pagamentos de lucros já acumulados ou título de antecipação do lucro a ser apurado ao final do exercício social, tanto de forma proporcional, quanto de forma desproporcional a participação dos sócios quotistas no capital social.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Exercício social encerrado em 31.12.2020	Exercício social encerrado em 31.12.2019	Exercício social encerrado em 31.12.2018
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável visto que nos três últimos exercícios a Companhia não apurou lucros.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 – Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos três últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2021	168.146.000,00	Índice de Endividamento	212,11272600	
31/12/2020	119.272.000,00	Índice de Endividamento	106,42444100	

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui títulos de dívida, financiamentos ou empréstimos.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 – Outras informações relevantes

Aquisição de investimento

Em 21 de junho de 2021, a Coteminas S.A. vendeu a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. para a Companhia, por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23,4 milhões.

Alteração tipo societário

Diante da perspectiva da Companhia de efetuar oferta pública de distribuição de valores mobiliários, foi realizada em 30 de junho de 2021, reunião dos sócios cotistas, conforme ata protocolada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 0.628.951/21-8 em 30 de junho de 2021, onde foi aprovada por unanimidade, a alteração do tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2021, está representado por 430.382.917 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu da Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S é sediada na Rua Progresso, número 150, em Blumenau – SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia concluiu um processo de reestruturação interna através do qual as vendas para o varejo das marcas Artex e Santista, que eram historicamente realizadas pela Coteminas, passaram a ser realizadas pela Companhia. A partir de então, a Companhia sucedeu a Coteminas especificamente com relação às atividades de vendas para o varejo das marcas Artex e Santista.

Tabelas dos Itens 3.1. e 3.2 preenchidas com as informações das Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out

(Reais)	Última Informação Contábil (30/06/2021) ¹	Exercício social (31/12/2020) ¹	Exercício social (31/12/2019) ¹	Exercício social (31/12/2018) ¹
Patrimônio Líquido	79.272.000	136.807.000	148.783.000	34.439.000
Ativo Total	247.418.000	256.194.000	250.152.000	165.475.000
Receita Líquida	238.618.000	431.143.000	320.882.000	289.729.000
Resultado Bruto	129.913.000	219.211.000	141.665.000	145.729.000
Resultado Líquido	1.466.000	(6.700.000)	2.811.000	1.777.000

1 Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

(Em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2021 ¹	Período de seis meses findo em 30/06/2020 ²	Exercício social encerrado em 31/12/2020 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2019 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2018 ¹
EBITDA	29.357	8.362	40.333	41.288	17.342
Margem EBITDA	12,3%	4,8%	9,4%	12,9%	6,0%

1 Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

2 Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out revisadas do respectivo período.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e a Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA para os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

(Em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2021 ¹	Período de seis meses findo em 30/06/2020 ²	Exercício social encerrado em 31/12/2020 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2019 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2018 ¹
Lucro líquido (Prejuízo)	1.466	(14.527)	(6.700)	2.811	1.777
(+) Imposto de renda e contribuição social	120	85	264	324	453
(+) Resultado financeiro	14.168	10.547	21.036	14.839	11.361
(+) Depreciação e amortização	13.603	12.257	25.733	23.314	3.751
EBITDA	29.357	8.362	40.333	41.288	17.342
/ (dividido por)					
Receita líquida	238.618	173.914	431.143	320.882	289.729
Margem EBITDA (%)	12,3%	4,8%	9,4%	12,9%	6,0%

1 Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

2 Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out revisadas do respectivo período.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, reputação, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa e/ou liquidez poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente de maneira relevante. Além disso, riscos e incertezas adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que não consideremos relevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4.1 Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, na nossa reputação, na nossa situação financeira, nos nossos resultados operacionais, no nosso fluxo de caixa, na nossa liquidez e/ou nos nossos negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4.1 Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4.1 Fatores de Risco”, cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

a. Riscos Relacionados à Companhia

A extensão da pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (ou COVID-19), bem como a continuidade da percepção de seus efeitos e seu agravamento, poderão ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira, fluxos de caixa e a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. A Companhia acredita que a pandemia da COVID-19 poderá continuar a ter um impacto adverso relevante sobre os seus negócios e desempenho financeiro, diante da incerteza sobre a duração e gravidade da pandemia.

Em função da pandemia da COVID-19, e em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais relacionadas à restrição de circulação de pessoas, bem como das decisões tomadas pela Companhia, as lojas físicas da Companhia, que comercializam produtos da Companhia, próprias e franqueadas, localizadas em shopping centers (que representam 79% das lojas) ou em ruas, foram temporariamente fechadas ou operadas em horário reduzido, principalmente, de março a junho de 2020 e de fevereiro a abril de 2021, devido aos esforços para impedir ou retardar a propagação da COVID-19, o que afetou adversamente as nossas receitas. Caso a pandemia da COVID-19 se agrave ou uma nova onda da doença se dissemine globalmente (causando potencial interrupção no fornecimento de produtos importados em razão de desabastecimento internacional ou aumento de custos de frete) ou pelo Brasil, a Companhia pode enfrentar por mais tempo a obrigação de fechamento temporário de lojas, em virtude das normas editadas pelas autoridades governamentais relacionadas à quarentena, e/ou outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as fábricas que produzem os produtos comercializados pela Companhia, centros de distribuição e lojas, incluindo aquelas localizadas em shopping centers, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretrizes de saúde pública, políticas de quarentena,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Ademais, tendo em vista a crise de desabastecimento global durante a pandemia da Covid-19, o fornecimento de alguns dos produtos importados vendidos pela Companhia foi interrompido e a Companhia teve que buscar alternativas no mercado nacional, afetando a diversidade dos produtos ofertados pela Companhia. O custo do frete no Brasil também aumentou em decorrência da pandemia, o que afetou adversamente o custo dos nossos produtos. Assim, a Companhia acredita que os seus resultados financeiros poderão ser novamente afetados de forma adversa e relevante em decorrência da pandemia da COVID- 19.

Além disso, o receio dos consumidores de contraírem o novo coronavírus poderá persistir, o que poderá continuar afetando adversamente o tráfego de clientes nas lojas da Companhia. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia da COVID-19, bem como pela diminuição permanente na demanda de produtos da Companhia. Isso pode afetar negativamente as vendas nas lojas e canais online da Companhia. Qualquer redução significativa no número e no gasto de consumidores nas lojas da Companhia devido à pandemia da COVID-19, e qualquer diminuição no gasto em lojas e nos canais online da Companhia devido à diminuição da confiança e de gastos do consumidor após a pandemia resultaria em perda de receita, afetando o lucro da Companhia e o seu resultado financeiro. Além disso, a Companhia pode vir a tomar ações adicionais, seja de forma voluntária ou decorrente de exigências de autoridades competentes, como restrições de horários de funcionamento e fluxo de clientes, além de novas medidas sanitárias para evitar a propagação da COVID-19. Tais medidas implicaram e poderão implicar custos extraordinários para a Companhia.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se as fábricas que produzem os produtos comercializados pela Companhia, os centros de distribuição da Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de uma nova onda de disseminação da COVID-19. Por exemplo, o rápido crescimento das vendas através das lojas online devido ao redirecionamento das vendas do canal ocasionou, durante algumas semanas do ano de 2020, o aumento do prazo de entrega e a falta de alguns produtos em estoque, prejudicando a nossa qualidade de atendimento e a percepção de nossas marcas. Interrupções ou atrasos em entregas poderão acontecer novamente e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos produtos da Companhia podem acontecer, o que poderá impactar adversamente a Companhia.

Em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista as normas e orientações governamentais, a Companhia também fechou seus escritórios administrativos, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos. Essa política pode afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções nos negócios da Companhia.

Se os negócios da Companhia não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos através das linhas de crédito concedidas à Companhia ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir as suas despesas, investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender suas outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar os negócios da Companhia.

Além disso, o fechamento das lojas da Companhia, o fechamento de muitos shopping centers onde a Companhia possui lojas, e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas à pandemia da COVID-19, podem expor a Companhia a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação a seus contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. A Companhia poderá não ficar isenta de qualquer de suas obrigações nos termos dos seus contratos de locação e, após a pandemia da COVID-19, a Companhia pode não conseguir retomar as operações em suas lojas nos atuais termos dos contratos de locação em vigor e da forma como ocorriam antes da pandemia da COVID-19, ou se sequer conseguirá fazê- lo. Caso a Companhia não consiga arcar com os pagamentos dos aluguéis de suas lojas, centros de distribuição, fábricas e imóveis administrativos, isso será considerado inadimplemento contratual, capaz de ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a continuidade da ocupação pela Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, a Companhia não pode estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os seus negócios e resultados operacionais. A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios.

Mesmo após a eventual diminuição do surto da COVID-19, aceleração do ritmo de vacinação, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, o que pode levar a uma redução da demanda pelos produtos que a Companhia oferece. Qualquer surto de uma doença, assim como a COVID-19, que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Não é possível garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão, e, caso aconteçam, também não é possível garantir que a Companhia será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19.

A ineficiência da Companhia em antecipar e prontamente responder às novas tendências e demandas dos consumidores pode impactar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A performance financeira e o crescimento da Companhia dependem da sua capacidade de identificar, criar e definir tendências relevantes e, antecipar e reagir às alterações nas demandas dos consumidores, que se desenvolvem e alteram rapidamente, sendo difíceis de prever e variam a depender da localização geográfica. Qualquer falha em identificar e responder a tendências e preferências dos consumidores, incluindo aquelas relativas à sustentabilidade dos produtos, padrões de beleza, tendências internacionais e padrões de gastos, por exemplo, incluindo eventuais alterações no padrão de consumo em razão da pandemia da COVID-19, de maneira tempestiva e eficaz, pode impactar negativamente o relacionamento da Companhia com seus clientes.

Tais eventos podem afetar negativamente a demanda pelos produtos oferecidos pela Companhia, bem como o seu *market share*. A materialização desses riscos pode impactar a situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, falhas em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar a decisão dos clientes, o que pode causar o excesso ou falta de estoque de determinados produtos, impactando adversamente o negócio, a imagem, a rentabilidade, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia. Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá nos sujeitar a vender estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e nos afetará adversamente e de forma relevante.

Adicionalmente, poderá ocorrer a alteração do hábito dos nossos consumidores em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em razão da pandemia da COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, a Companhia pode não ser eficiente e ágil na adaptação ao atendimento desses novos hábitos.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades em abrir novas lojas e/ou operar nossas lojas existentes, o que pode adversamente afetar nossas vendas e resultados operacionais.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de abrir e operar com êxito novas lojas e operar lojas existentes, sendo que as lojas físicas representaram 62% e 61% da receita sell-out da Companhia, em 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, respectivamente, o que está sujeito a diversos riscos, incertezas e determinados fatores internos e externos, muitos dos quais além do nosso controle, incluindo, mas não se limitando (i) à disponibilidade de locais desejáveis

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como a capacidade da Companhia de determinar a demanda de seus produtos; (ii) satisfazer as preferências de seus clientes; (iii) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias; (iv) negociar contratos de locação em condições razoáveis; (v) reformar e equipar as novas lojas mediante autorização específica do proprietário das respectivas lojas e em consonância com as normas aplicáveis; (vi) fornecer níveis suficientes de estoques para atender às necessidades das lojas; (vii) integrar com sucesso novas lojas em seus sistemas e operações existentes; (viii) acompanhar novos e atuais concorrentes; (ix) identificar pontos estratégicos de vendas; (x) atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado; e (xi) administrar o processo de expansão em nível gerencial de loja.

Eventual expansão da rede de lojas pode deteriorar as margens de lucro, recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros da Companhia, até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas, e resultados operacionais.

Assim, a estratégia de negócio da Companhia está exposta a diversos fatores, os quais podem impactar seus negócios e resultados, como oportunidades de locação de imóveis e eventuais atrasos e/ou restrições na execução de obras e inauguração das novas lojas, reaberturas ou novos fechamentos temporários de lojas, incluindo, em virtude da pandemia da COVID-19, aprovação de projetos pelas autoridades competentes, autorizações dos respectivos proprietários das lojas, variações do custo de obra, atração de franqueados, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos em condições atrativas e aumento da capacidade de consumo, dentre outros.

Com a reabertura de alguns shopping centers e áreas de comércio proeminentes ou promissores, a Companhia verificou uma mudança de comportamento e queda na frequência de consumidores a esses estabelecimentos, como resultado dos efeitos da pandemia da COVID-19, impactando negativamente as vendas dessas lojas. Esses fatores estão causando e poderão continuar a causar um efeito material e adverso nos resultados dos negócios da Companhia e na sua condição financeira.

A estratégia da Companhia poderá não ser integral e eficazmente realizada, bem como, se realizada, poderá não trazer os benefícios esperados ou um crescimento que atenda ou exceda as nossas expectativas, o que pode prejudicar a supervisão dos negócios e a qualidades dos produtos da Companhia. Em consequência, é possível que a Companhia não seja bem-sucedida na implementação das suas estratégias comerciais ou no desenvolvimento da infraestrutura necessária ao desempenho de suas operações tal como planejado, existindo o risco de não ser capaz de expandir suas atividades e replicar sua estrutura de negócios, além da sua estratégia de crescimento orgânico. Caso a Companhia não seja bem-sucedida na abertura de novas lojas, sua condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa.

A Companhia pode não conseguir executar a sua estratégia de fornecer volume e variedade suficientes de produtos a preços competitivos ou gerenciar adequadamente o abastecimento de seu estoque, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio.

O negócio da Companhia depende da sua capacidade de fornecer volume e variedade de produtos a preços competitivos aos consumidores. A Companhia pode comprar produtos em grandes quantidades e não conseguir vendê-los de forma eficiente e rentável. Além disso, a Companhia pode criar um estoque excessivo de produtos com baixa aceitação e, consequentemente, ser forçada a dar descontos significativos em tais produtos.

A Companhia pode não conseguir continuar a identificar adequadamente a demanda de seus consumidores e se aproveitar das oportunidades de compra, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados financeiros. O manuseio inadequado pode resultar em quebra ou avaria de seus produtos. A Companhia também está sujeita a roubos e furtos de mercadorias em seus centros de distribuição, durante seu transporte até nossas lojas bem como dentro delas e seus investimentos em sistemas de segurança podem não ser suficientes para evitar tais eventos. A materialização de qualquer um desses riscos pode ocasionar um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As demonstrações financeiras combinadas carve-out podem não ser representativas de nossos resultados como uma companhia independente.

Ao preparar as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, a Companhia fez estimativas, suposições e alocações para apresentar, respectivamente, informações financeiras históricas separadamente de outros negócios operados pela Coteminas. As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* (1) podem não refletir mudanças significativas que podem ocorrer quando iniciadas as atividades consolidadas dentro de uma única companhia, (2) podem não representar a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia como efetivamente teriam sido se esta fosse uma companhia separada e independente durante os períodos apresentados e (3) podem não representar sua condição financeira, seus resultados operacionais ou fluxos de caixa.

Para obter mais informações sobre as informações financeiras da Companhia, consulte as seções 3 e 10 deste Formulário de Referência.

A interrupção das atividades e/ou a incapacidade de expansão dos centros de distribuição da Companhia poderá impactar adversamente seus negócios bem como sua estratégia de crescimento.

Os centros de distribuição em funcionamento da Companhia estão localizados no em Vinhedo/SP, Blumenau/SC e João Pessoa/PB, os quais são ocupados por meio de contratos de locação. Todos os produtos que a Companhia vende são distribuídas por meio desses centros de distribuição.

Eventuais interrupções nas atividades dos centros de distribuição da Companhia, em virtude de acidentes, ações ambientais, interrupções nos sistemas de informação ou no fornecimento de energia elétrica, greve de empregados, exigência de licenças específicas e outros fatores regulatórios, bem como desastres naturais e outros fatores externos ao controle da Companhia, incluindo epidemias e pandemias, tais como a atual pandemia da COVID-19, podem causar um efeito adverso e relevante sobre a Companhia. Caso as atividades dos centros de distribuição da Companhia sejam interrompidas, a Companhia pode não ser capaz de distribuir produtos de maneira tempestiva, ou a Companhia pode ser incapaz de conduzir suas operações em níveis operacionais requeridos para manter seus resultados operacionais e situação financeira, que podem ser material e adversamente afetados.

A Companhia não pode assegurar que não será solicitada ou obrigada a suspender operações ou implementar restrições em suas operações nos centros de distribuição como consequência das situações acima elencadas, assim como em decorrência da pandemia da COVID-19, o que pode afetar material e substancialmente a Companhia.

A estratégia de crescimento da Companhia pode demandar uma expansão na capacidade de operação de seus centros de distribuição, uma reorganização de seus centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consiga integrar novos ou expandir centros de distribuição, a Companhia pode ter um impacto adverso em suas vendas, seus resultados operacionais e na sua estratégia de crescimento.

Além disso, quaisquer alterações ou interrupções significativas na infraestrutura de logística utilizada pela Companhia ou por seus fornecedores, para a entrega de produtos nas lojas ou centro de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que a Companhia comercializa em suas unidades e afetar negativamente suas operações.

O crescimento da Companhia está sujeito a riscos e desafios e a Companhia pode não ser capaz de gerenciar seu crescimento de maneira eficaz.

A estratégia da Companhia é expandir seus negócios no setor de *home-wellness* através da expansão da oferta de novas categorias de produtos e adentrar novos mercados geográficos.

Em caso de crescimento significativo, a plataforma atual da Companhia pode tornar-se insuficiente para seus negócios. O crescimento contínuo da Companhia pode requerer mais fornecedores,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

expansão e melhoria de sua plataforma, sistemas, infraestrutura, logística, distribuição, atendimento ao consumidor, processos financeiros, contábeis e de *compliance*, controles internos e relatórios financeiros. Atualmente, a Companhia tem como um de seus principais fornecedores a Coteminas, parte relacionada que fornece aproximadamente 70% de seus produtos atualmente. A Companhia pode não conseguir expandir suas operações de maneira econômica ou oportuna. Caso a Companhia não tenha sucesso em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, ela pode ser obrigada a desacelerar seu crescimento ou estar sujeita a interrupções temporárias, o que pode impactar suas operações e sua posição no mercado. Ademais, caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados para estabelecer seus centros de distribuição, ou não consiga integrar novos ou expandir seus centros de distribuição, a Companhia pode ter um impacto adverso em suas vendas, seus resultados operacionais e na sua estratégia de crescimento.

A expansão das operações da Companhia aumenta a complexidade dos seus negócios e cria uma pressão significativa na administração e nos colaboradores-chave da Companhia. O quadro atual de administradores e colaboradores da Companhia pode não ser suficiente para lidar com o aumento da quantidade de trabalho ou ser insuficiente para a expansão das operações da Companhia. A incapacidade da Companhia em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, pode afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Adicionalmente, uma de suas estratégias de crescimento envolve a expansão da plataforma para novas categorias de produtos relacionados a *home-wellness*, como produtos de decoração, conforto, sono, saúde e bem-estar.

Tal estratégia gera demandas adicionais sobre os recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros da Companhia, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos seus negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de sua plataforma e de seu negócio como um todo. A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à estratégia de crescimento da Companhia dependem de determinados fatores, que envolvem sua competência e capacidade de aproveitar as novas ocasiões de consumo com a inclusão de novas categorias de produtos, fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e serviços em condições competitivas para nossa base de clientes e aperfeiçoar a experiência de vendas por meio da multicanalidade alinhada com competente gestão das operações comerciais, logísticas e de gestão de estoques. Caso não a Companhia não possa implementar suas estratégias, isto poderá afetar adversamente seus negócios.

A Companhia é altamente dependente de sistemas de tecnologia e gerenciamento da informação para operar seus negócios.

A Companhia depende em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional e sistemas de tecnologia da informação que são importantes ferramentas utilizadas nas lojas próprias, franqueadas e e-commerce, incluindo o data center, sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação, e sistemas *back-office* usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro, comercial e operacional, dentre outros. Adicionalmente, sua plataforma e-commerce é um importante canal de vendas, para apresentar seu negócio, identidade, e marcas para seus consumidores, e uma fonte de informação e meio de interação para os consumidores de produtos da Companhia.

Consequentemente, a Companhia conta com seus sistemas de tecnologia de informação para processar, transmitir, e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Os sistemas de informação da Companhia podem sofrer interrupções devido a fatores que estão além do seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, instabilidade de softwares, *malwares*, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação, a Companhia pode perder dados, ficar sujeita à violação de dados ou não conseguir realizar transações comerciais e, dessa forma, deixar de ganhar receitas de vendas, o que pode ocasionar um efeito adverso relevante à Companhia.

Se estes ou quaisquer outros sistemas e software não funcionarem de maneira eficaz (e.g., devido à desatualização dos softwares, vírus, panes, falta de energia, etc.), isso poderá afetar negativamente a disponibilidade e precisão de processamento de transações, contabilização e geração de relatórios comerciais e financeiros da Companhia, bem como sua capacidade de gerenciar seus negócios e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

prever adequadamente os resultados operacionais e necessidades de caixa. A Companhia não possui seguros contra a interrupção de negócios para compensar perdas que possam ocorrer como resultado de quaisquer desses eventos. Para gerenciar o crescimento de suas operações, a Companhia precisa continuar a aperfeiçoar seus sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, gerando despesas adicionais substanciais ou problemas de integração, o que poderá prejudicar seus resultados financeiros.

Além disso, falhas de administração ou segurança nos sistemas de tecnologia da informação, assim como a impossibilidade de atualizá-los com a devida frequência, seja qual for o motivo, impedimentos técnicos, financeiros, entre outros, podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso a Companhia não tenha capacidade de efetuar os reparos e as atualizações de forma tempestiva, e se essa eventual interrupção se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, o aumento do número de colaboradores em trabalho remoto pode aumentar os riscos operacionais, incluindo, mas não se limitando, a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operar seus negócios, podendo exigir investimentos adicionais inesperados da Companhia e, como consequência, impactar os resultados da Companhia.

A perda de membros de alta administração, o enfraquecimento da cultura corporativa e/ou a incapacidade da Companhia de atrair, contratar e reter pessoal qualificado para a administração pode causar um efeito adverso sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de executar seu plano estratégico e de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua alta administração e pela cultura corporativa que ela promove. Colaboradores-chave podem deixar a Companhia por uma série de razões e o impacto dessas perdas pode ser difícil de prever. A perda de membros da administração, que não sejam substituídos por pessoas com a mesma experiência e qualificação, pode prejudicar a implementação do plano estratégico, perturbar nossas operações, debilitar a sustentabilidade de sua cultura e adversamente afetar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Além disso, o sucesso da Companhia também depende de sua capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e se a Companhia não obtiver sucesso em atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados para administrar e expandir suas operações, bem como se a Companhia perder os serviços de quaisquer membros da alta administração, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode sofrer danos à reputação e/ou à imagem ou sofrer sanções legais por falhas no sistema de segurança da informação, com relação à proteção de dados e informações confidenciais.

No ano de 2018 foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados - “[LGPD](#)” (Lei nº 13.709/18) que transformou o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e as sanções administrativas ali estabelecidas serão aplicáveis a partir de agosto de 2021.

A Companhia está sujeita à LGPD, que disciplina o tratamento de dados pessoais, sendo que em suas operações, a Companhia coleta, armazena, processa e utiliza informações pessoais de colaboradores e clientes e outros dados de usuários nos negócios. Nesse cenário, especialmente as operações com clientes, principalmente do e-commerce ou que utilizam meios de pagamento digitais nos vários canais da Companhia, representam risco significativo por dependerem de transmissão segura de dados pessoais por meio de redes públicas para servidores e do armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados aos servidores da Companhia. A Companhia não pode

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

garantir que terá proteção de dados totalmente adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente.

Assim, a quantidade e a complexidade de novas obrigações impostas pela LGPD torna difícil afastar por completo os riscos de descumprimento de seus dispositivos. Caso seja configurada uma violação à LGPD, a Companhia pode estar sujeita às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, além de estar sujeita ao pagamento de indenizações aos titulares dos dados pessoais.

A dinâmica e interação do mundo digital sujeitam as empresas a ciber ataques cada vez mais sofisticados às suas bases de dados, não sendo possível garantir a ausência de falhas nas medidas de segurança adotadas pela Companhia. Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas e obrigações legais em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor riscos e responsabilidades e penalidades legais, publicidade negativa, interromper as operações da Companhia e prejudicar seus negócios.

Anteriormente a entrada em vigor da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação.

Uma das principais questões relacionadas ao comércio eletrônico é transmitir com segurança as informações confidenciais dos clientes para os servidores da Companhia e armazenar dados com segurança em sistemas interligados aos seus servidores. A Companhia depende das tecnologias de criptografia e autenticação de terceiros para transmitir as informações confidenciais com segurança. Avanços tecnológicos, novas técnicas de criptografia e outros desenvolvimentos podem resultar em falhas tecnológicas relacionadas à proteção de informações pessoais fornecidas pelos clientes durante suas compras. Violações de segurança por parte de terceiros dos sistemas de computadores da Companhia e a divulgação ou o uso não autorizado das informações confidenciais dos clientes, por qualquer forma, poderão expor a Companhia a processos judiciais por utilização indevida dessas informações e afetar sua reputação, o que pode afetar negativamente de forma significativa a Companhia. Além disso, os sistemas de informação da Companhia estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre seus negócios, resultados de operações e perdas financeiras.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia, a incapacidade em manter licenças de direitos sobre marcas que identificam produtos comercializados pela Companhia, ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros, podem ter impactos negativos no resultado operacional e na reputação da Companhia.

O sucesso da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger e preservar os seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas (próprias ou licenciadas), nomes de domínio, segredos comerciais, franquias e *know-how*.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia acredita que as marcas detidas ou licenciadas por ela, sua acionista controladora e suas controladas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a não prorrogação dos contratos de licença de marca atualmente existentes, e o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia por terceiros ou da utilização, pela Companhia, de marcas de titularidade de terceiros, sem a devida autorização deste últimos, podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou de suas controladas ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

O uso não autorizado ou outra forma de apropriação indevida das marcas utilizadas pela Companhia pode diminuir o valor das suas marcas (incluindo as marcas próprias e de terceiros, licenciadas à Companhia), o que pode impactar adversamente o seu negócio e/ou a sua reputação e causar um declínio nas suas vendas. Falhas em proteger seus direitos de propriedade intelectual podem ter efeito adverso em seus resultados operacionais. O monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual é difícil e custoso, de forma que não é possível garantir que a Companhia protegerá tempestivamente e adequadamente seus direitos contra eventual violação por terceiros. Ocionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para identificar produtos ou serviços iguais, semelhantes ou afins, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia comercializa produtos identificados por marcas que não são de titularidade da Companhia, quais sejam: as marcas Artex, Persono e Santista. As marcas Artex e Persono são de titularidade da Coteminas S.A., acionista controladora da Companhia, sendo que a Coteminas concedeu licenças ou autorizações de uso para a Companhia, na extensão necessária para a condução de suas atividades. Caso a Coteminas não obtenha êxito na obtenção e/ou manutenção do registro destas marcas, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para usar tais marcas e/ou impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia ter que cessar o uso de tais marcas caso Coteminas não consiga prorrogar o registro de alguma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas detidas ou licenciadas à Companhia. Ver o item 7.5 e 16 do Formulário de Referência para mais informações sobre as marcas e os contratos de licença.

Por sua vez, a Coteminas detém a licença de uso da marca Santista, tendo a Coteminas exercido em 30 de junho de 2021 seu direito de prorrogação de licença desta marca, nos termos do contrato firmado em 30 de junho de 2016, e há discussões em andamento com o titular da marca acerca da confirmação desta prorrogação. A Coteminas, por sua vez, outorgou à Companhia autorização limitada, para operação e gestão do *marketplace* do canal digital www.santistadecora.com.br, sendo que a receita auferida com a venda de produtos com a marca Santista por meio deste marketplace correspondeu a aproximadamente [•]% da receita líquida registrada nas demonstrações combinadas de resultado da Companhia, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021. Caso a controladora da Companhia não seja capaz de prorrogar a licença de uso da marca Santista por qualquer motivo, a Companhia poderá ter que descontinuar a venda de produtos de cama, mesa e banho identificados pela marca Santista. Adicionalmente, caso a Companhia venha a sofrer demandas judiciais diretas que imponham restrições com relação à marca Santista, a Companhia poderá ser obrigada a alterar o *layout* atual do domínio www.santistadecora.com.br.

A Companhia não é capaz de quantificar com precisão o impacto em caso de perda dos direitos de uso das marcas que identificam os produtos por ela comercializados, sendo certo que, na hipótese de perda de tais direitos, poderá haver impacto relevante sobre a receita e o resultado das operações da Companhia, além de poder afetar adversamente a sua reputação.

A Companhia e/ou sua acionista controladora não podem garantir que as medidas aplicadas para proteger os seus respectivos direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos seus direitos de propriedade intelectual. Se a Companhia não conseguir proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderá sofrer um efeito adverso relevante, em particular na capacidade de desenvolver os seus negócios, afetando negativamente os seus resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser demorado devido a apuração de elementos probatórios e aspectos técnicos inerentes a litígios sobre esta matéria, o que pode trazer custos e impactos adicionais à Companhia.

A Companhia é sucessora nas obrigações da Coteminas S.A. nas operações de Varejo das marcas Artex e Santista e poderá ser considerada sucessora em operações não relacionadas as marcas Artex e Santista.

Historicamente as partes das vendas para o varejo dos produtos identificados pelas marcas Artex e Santista são realizadas pela Coteminas. Com o processo de reestruturação operacional concluído em 30 de junho de 2021, as vendas para o varejo dos produtos identificados pelas marcas Artex e Santista passaram a ser realizadas pela Companhia. A partir de então, a Companhia sucedeu a Coteminas especificamente com relação às atividades de vendas para o varejo das marcas Artex e Santista.

Os tribunais brasileiros, em algumas circunstâncias, têm entendido que um acionista controlador, uma entidade sucessora de outra sociedade, uma sociedade cessionária de ativos de outra sociedade e outras empresas sujeitas ao controle comum à empresa cedente ou antecessora podem ser todas responsabilizadas solidariamente por obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais e administrativas da empresa cedente ou antecessora, bem como por obrigações resultantes do direito do consumidor, ambiental e sancionador, pela prática de eventuais atos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Portanto, a Companhia poderá ser demandada isoladamente, ou de forma solidária com a Coteminas, no que se refere a obrigações relacionadas às vendas para o varejo dos produtos identificados pelas marcas Artex e Santista anteriormente desempenhada pela Coteminas e isso poderá causar impacto relevante nos resultados financeiros da Companhia.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas ou danos maiores do que os limites pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Os seguros que a Companhia contrata têm por objetivo garantir indenizações para perdas em suas lojas e centros de distribuição decorrentes de eventos ocorridos. Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termo aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados. A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor que o esperado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

A Companhia assume o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceita o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular, sendo que, atualmente não mantém um seguro contra este tipo de risco e, à medida que as vendas cresçam e/ou ocorram falhas no seu sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a reputação da Companhia e sua marca, o que poderá afetar adversamente seu negócio e os resultados das suas operações. Por consequência, a Companhia pode ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentar eventuais ações judiciais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para os negócios, condição financeira, reputação e/ou resultados operacionais da Companhia.

A Companhia é, ou poderá ser, assim como suas controladas, seus administradores e/ou seus acionistas controladores são, ou poderão vir a ser no futuro, réus em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras. Ademais, a Companhia poderá ser, assim como suas controladas, administradores e/ou acionistas controladores, no futuro, réis em novos processos judiciais e administrativos e arbitrais (perante autoridades tributárias, cíveis, regulatórias, ambientais, concorenciais, policiais, criminais, dentre outras).

Os resultados de quaisquer destes processos poderão não ser favoráveis à Companhia ou aos membros de sua administração, ou, no caso de procedimentos que é parte, a Companhia pode não manter ou vir a manter provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. O envolvimento de seus administradores, de suas controladas e/ou de seus acionistas controladores em processos que prejudiquem sua imagem, ou decisões que sejam contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impedem a Companhia de conduzir seus negócios conforme planejado originalmente, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus negócios, sua condição financeira, sua reputação e em seus resultados operacionais.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra a Companhia. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem a marca, reputação ou habilidade da Companhia de executar suas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, condição financeira, resultados operacionais, restrições de direitos por parte dos seus administradores, criar obrigações relevantes, impedir a realização de seus negócios como inicialmente planejados, além de afetar sua condição reputacional de forma negativa, e de poder resultar no afastamento de seus administradores, impedimento de gozo de benefícios fiscais e/ou de contratar com o poder público/fazer jus a linhas de crédito incentivadas. Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a esses processos judiciais e administrativos, a Companhia pode ser compelida a realizar depósitos judiciais ou oferecer garantias em tais processos, o que poderá afetar adversamente sua liquidez e condição financeira.

Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver seções 4.3 até a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de renovar e/ou manter em vigor os contratos de locação de algumas de suas lojas.

Atualmente, a Companhia liga de terceiros todas as suas lojas próprias e centros de distribuição. A maioria das lojas ocupadas pela Companhia estão localizadas em shoppings centers. No entanto, a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia pode não chegar a acordos com os locadores em relação à renovação dos prazos locatícios. Nesses cenários, nos termos da legislação brasileira, a Companhia pode exigir judicialmente a renovação de um contrato de locação com prazo determinado e superior ou igual a 5 anos, por um prazo adicional de 5 anos, desde que ingresse com a ação renovatória no prazo de no mínimo 6 meses e no máximo 1 ano de antecedência em relação à data de término do contrato. Adicionalmente, parte dos contratos de locação não garantem à Companhia o direito de renovar compulsoriamente a locação por meio de propositura de ação renovatória, por estarem vencidos e vigorando atualmente por prazo indeterminado. A Companhia pode ser forçada a desocupar os imóveis vigentes por prazo indeterminado dentro de 30 (trinta) dias caso o locador apresente notificação nesse sentido. Assim, a Companhia pode não ser capaz de renovar os contratos de locação de suas lojas e centros de distribuição em caso de notificação do locador para desocupação dos imóveis vigentes por prazo indeterminado, ocorrência de fatores externos ou atos de terceiros que impliquem na rescisão antecipada de contratos de locação, se deixar de cumprir as obrigações contratuais e/ou não entrar em acordo com os locadores ou, alternativamente, se não apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não forem cumpridos os requisitos legais. Adicionalmente, alguns contratos de locação não apresentam garantia, de modo que, em caso de inadimplemento pela locatária, o locador poderá propor ação de despejo pleiteando a concessão de liminar para desocupação em 15 (quinze) dias, independentemente da parte contrária e desde que prestada caução no valor equivalente a 3 (três) meses de aluguel. A perda de qualquer um dos nossos pontos de venda estratégicos pode afetar negativamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada (a) se não conseguir negociar com sucesso os contratos de locação, atuais ou futuros, em condições aceitáveis, (b) se não conseguir apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não satisfizer as condições acima elencadas, ou, ainda, (c) se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados (por decisão judicial ou não) ou se forem renovados em condições menos favoráveis às atuais.

Nesse contexto, grande parte dos contratos de locação das lojas e centros de distribuição da Companhia não contêm cláusula de vigência para assegurar a continuidade da locação em caso de alienação do imóvel a terceiros e não é política da Companhia registrá-los/averbá-los junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, hipótese em que, caso os respectivos proprietários decidam vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, o direito de preferência da Companhia só será oponível a terceiros se os respectivos contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas, o que permite adjudicar judicialmente os imóveis na hipótese de o direito de preferência da Companhia não ser observado. Nesse sentido, a Companhia pode ser forçada a desocupar as lojas e centros de distribuição, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo, ou ainda, na hipótese de perda da propriedade em razão da execução das garantias. Se os contratos de locação não estiverem averbados nas respectivas matrículas, a Companhia somente terá o direito de pleitear indenização por perdas e danos.

Além disso, se a Companhia decidir fechar qualquer uma das lojas e centros de distribuição localizadas em imóveis locados antes do término do prazo locatício, a Companhia pode ficar sujeita ao pagamento de multa contratual ao proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Em alguns casos, a multa do contrato de locação pode alcançar 10 aluguéis, o que é condição acima dos padrões de mercado. O valor total da multa poderá afetar adversamente a Companhia, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma loja. Finalmente, no caso de término dos contratos de locação, existe o risco de que as benfeitorias efetuadas pela Companhia em suas lojas e centros de distribuição não sejam indenizadas pelo proprietário.

Adicionalmente, de acordo com a legislação aplicável, qualquer uma das partes pode pedir a revisão do valor do aluguel após três anos do início da locação ou da última renegociação. Um aumento significativo no valor dos aluguéis dos imóveis pode afetar adversamente a posição financeira da Companhia e o seu resultado operacional. A valorização dos imóveis alugados afeta o valor do aluguel no momento de sua renegociação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de qualquer de suas localizações estratégicas, inclusive em razão de não renovação ou manutenção dos contratos de locação de suas lojas e centros de distribuição, pode afetar adversamente as operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade da marca da Companhia.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a violação da propriedade intelectual de terceiros pode ter impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

O uso não autorizado ou outra forma de apropriação indevida das marcas utilizadas pela Companhia pode diminuir o valor das suas marcas (incluindo as marcas próprias e de terceiros), do seu negócio ou da sua reputação e causar um declínio nas suas vendas. Falhas em proteger seus direitos de propriedade intelectual podem ter efeito adverso em seus resultados operacionais. O monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual é difícil e custoso, de forma que não é possível garantir que a Companhia protegerá tempestivamente e adequadamente seus direitos contra eventual violação por terceiros. Ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para identificar produtos ou serviços iguais, semelhantes ou afins. A propriedade intelectual da Companhia poderá ser violada e os registros já concedidos poderão ser objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros, tanto na esfera administrativa, quanto na esfera judicial.

Há também o risco de (i) a Companhia não lograr êxito na obtenção ou na manutenção e renovação de registros de propriedade intelectual em tempo hábil; (ii) concorrentes contestarem quaisquer direitos de propriedade intelectual da Companhia ou licenciados à Companhia. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger sua propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação, pela Companhia, de propriedade intelectual de terceiros pode ter um efeito negativo em seus resultados operacionais. Qualquer infração ou alegação de violação de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia, ainda que sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e oneroso, ocasionando falhas ou atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licença. A incapacidade ou falha em proteger sua propriedade intelectual ou qualquer processo que verse sobre propriedade intelectual pode ter um efeito negativo no resultado operacional da Companhia.

A integração de múltiplos canais (lojas físicas e online) é essencial para a operação, negócios e perspectivas de crescimento da Companhia.

A Companhia realiza operações por meio de lojas físicas e on-line e sua estratégia de longo prazo está focada no aprofundamento da multicanalidade, com integração crescente entre estes canais. A possível incapacidade da Companhia de integrar seus canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing para atender às necessidades de seus clientes pode impedi-la de se beneficiar plenamente de uma estrutura multicanal e pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, a estratégia de longo prazo para crescimento de vendas da Companhia também inclui a consolidação e expansão dos canais de vendas digitais. A Companhia está vulnerável às pressões competitivas das atividades de comércio eletrônico no mercado porque seus concorrentes podem, por exemplo, usar canais de divulgação (como as mídias sociais) com mais eficiência do que os usados pela Companhia. Além disso, a expansão dos canais de vendas digitais pode aumentar sua dependência de constantes desenvolvimentos tecnológicos, o que pode afetar adversamente seu crescimento de vendas e resultados operacionais.

Ainda, a tecnologia empregada no canal on-line e na cultura digital está em constante evolução. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor. A Companhia pode se deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital que exijam adaptações à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar a sua tecnologia própria ultrapassada e afetar adversamente os negócios de resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Futuras captações de recursos pela Companhia, por meio da emissão de valores mobiliários, poderão resultar na diluição da participação de investidores em seu capital social.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais no futuro para implementar sua estratégia de negócios e podemos optar por tentar obtê-los por meio da distribuição pública ou privada de ações ou de títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, que poderão resultar em diluição da participação dos acionistas. A Companhia pode não ter sucesso nessas eventuais tentativas. Na hipótese de indisponibilidade ou restrição ao acesso de financiamentos ou dívidas, públicos ou privados, ou caso assim decidam seus administradores e acionistas, esses recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social com a exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas, de modo que suas participações societárias em seu capital social poderão sofrer diluição, situação na qual os valores mobiliários da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não manter o valor de suas marcas ou pode receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como pode ser alvo de publicidade negativa, o que pode ter um efeito negativo em seus negócios, resultados de operações ou situação financeira.

O sucesso e crescimento da Companhia depende, em grande parte, do valor das suas marcas e de sua capacidade de gerir e executar as suas iniciativas de marketing e publicidade, bem como da sua capacidade de aumentar o conhecimento da sua oferta de produtos, principalmente em novas categorias.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos clientes da Companhia ou a afinidade deles com sua estratégia de marketing e a experiência de consumo com qualidade diferenciada podem reduzir de forma significativa o valor da Companhia. Se os consumidores e clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade do serviço, produto, do ambiente ou de qualquer forma acreditarem que a Companhia não proporciona uma experiência consistentemente positiva, seus negócios e resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa. O reconhecimento pelo mercado é essencial para a atratividade de lojas, sejam elas virtuais ou físicas, e para o sucesso financeiro da Companhia. Caso o plano estratégico da Companhia não seja eficiente ou se seus concorrentes fizerem investimentos mais significativos do que os seus em marketing, e experiência de consumo diferenciada, a Companhia pode não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar aos seus negócios, afetando significativamente seus resultados operacionais de forma negativa.

A Companhia poderá não ser capaz de executar com sucesso as suas iniciativas de marketing e publicidade para concretizar os benefícios pretendidos e as perspectivas de crescimento devido à má gestão, bem como devido a fatores fora do seu controle, tais como o aumento da concorrência ou a deterioração das condições econômicas gerais, limitando assim a capacidade da Companhia para capitalizar as oportunidades de negócio e expandir seus negócios. O fracasso destas estratégias pode prejudicar a reputação e o valor das marcas da Companhia e afetar negativamente os seus negócios, resultados de operações ou situação financeira.

As marcas da Companhia podem ser afetadas adversamente caso não consigam atingir esses objetivos, ou se a sua imagem for afetada. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do volume de vendas e impactar adversamente os resultados operacionais. O uso de mídias sociais requer uma atenção específica, bem como um conjunto de diretrizes de gerenciamento e monitoramento que a Companhia pode não conseguir desenvolver, responder ou implementar de forma eficaz.

Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais.

Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente suas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode se tornar incapaz de se comunicar com seus clientes por e-mail e outras formas de mensagens, bem como por mídias sociais, o que pode impactar os esforços de marketing da Companhia.

A Companhia usa mídias sociais, e-mails e outras formas de comunicação instantânea (por exemplo, mensagens de texto) como parte de sua abordagem e estratégia de marketing. Alterações na forma como serviços de e-mail organizam e ordenam e-mails pode reduzir o número de clientes visualizando nossos e-mails. Ações de terceiros para bloquear, impor restrições, cobrar pela entrega de e-mails e outras mensagens, bem como alterações legais ou regulatórias limitando seu direito de enviar mensagens para clientes, pode impactar sua capacidade de comunicar com seus clientes. Além disso, o uso de mídias sociais pode ser interrompido em virtude de falhas nos sistemas de informação da Companhia, inclusive em virtude de falhas de segurança em seus servidores.

O uso inadequado de mídias sociais, e-mails e mensagens pela Companhia, seus colaboradores ou terceiros agindo em seu nome, pode resultar em mensagens erradas. Clientes podem vir a alegar que recebem mensagens não solicitadas, o que pode impactar a imagem da Companhia perante seus clientes, sendo que falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia podem gerar sanções e multas pela aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, conforme detalhado no risco “A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções”.

Adicionalmente, alterações dos provedores de mídias sociais pode limitar a capacidade da Companhia de comunicar-se por meio de mídias sociais. As interfaces e/ou os algoritmos de tais mídias sociais podem ser alteradas, o que pode reduzir a visibilidade de publicações e campanhas feitas pela Companhia. Nesses casos a Companhia será obrigada a procurar outras formas, que podem ser mais custosas, para comunicar-se com seus clientes e implementar sua estratégia de marketing, o que pode resultar em um efeito adverso em seus resultados operacionais e financeiros.

Adicionalmente, falhas no cumprimento, pela Companhia, seus colaboradores ou terceiros agindo em seu nome, das normas aplicáveis ao uso desses canais (e-mails, mídias sociais e mensagens) podem afetar adversamente a reputação da Companhia ou sujeitá-la a multas ou outras penalidades.

Os colaboradores ou terceiros que agem sob a direção da Companhia podem, consciente ou inadvertidamente, usar as redes sociais ou outras ferramentas de trabalho de maneiras que podem resultar na perda ou violação da propriedade intelectual da Companhia, na violação da propriedade intelectual de terceiros, bem como na divulgação pública de dados pessoais e informações confidenciais ou sensíveis sobre os negócios da Companhia, colaboradores e consumidores, dentre outras. Portanto, qualquer uso inadequado de redes sociais, e-mails e mensagens de texto também pode causar danos à reputação da Companhia, bem como acarretar a imposição de multas e outras sanções previstas em lei, consequentemente resultado em um efeito adverso em seus resultados operacionais e financeiros.

Informações sobre a Companhia, precisas ou não, podem ser postadas nas plataformas de mídia social a qualquer momento e podem ter um impacto desproporcionalmente adverso sob a marca, reputação ou negócios da Companhia. O dano pode ser imediato sem proporcionar uma oportunidade de reparação ou correção e pode ter um efeito adverso relevante nos negócios e resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Aquisições e investimentos em novas empresas, bem como a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, podem impactar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode, eventualmente, adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na sua capacidade de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e a outros fatores relacionados aos respectivos negócios. As aquisições ou investimentos da Companhia poderão não produzir os resultados esperados no momento em que for celebrada ou concluída uma determinada operação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, podem trazer contingências que não estavam mapeadas, além de desviar do capital e da atenção da administração da Companhia outras oportunidades de negócios. A Companhia pode não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirir, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais, o que pode impactar adversamente seus negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os resultados operacionais da Companhia de maneira adversa.

Se a Companhia não for capaz de ter acesso a novos financiamentos, ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderá sofrer um efeito adverso relevante.

A capacidade da Companhia de captar recursos financeiros é fundamental para as suas operações, a implementação de sua estratégia para o seu crescimento. A Companhia pode não ter acesso a novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender às necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral. Na eventualidade de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou refinanciar o endividamento, quando necessário, ou se não conseguir obter ou renovar fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, poderá não conseguir satisfazer as suas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados financeiros. Ainda, se a Companhia não tiver capital de giro suficiente, pode não ser possível implementar sua estratégia de crescimento, manter sua competitividade ou financiar iniciativas estratégicas importantes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados financeiros.

A capacidade da Companhia de atrair consumidores para suas lojas depende, em parte, do sucesso dos shopping centers ou outras áreas de comércio em que essas lojas estejam localizadas.

As lojas das marcas da Companhia estão primordialmente concentradas em shopping centers. Atualmente, as lojas em shopping centers representam aproximadamente 79% total de lojas das Companhia. O desempenho dessas lojas e das demais lojas da Companhia depende diretamente, do volume de consumidores que frequentam os shopping centers ou outros centros comerciais em que as lojas estejam localizadas. A Companhia não possui qualquer controle sobre o fluxo de consumidores nos shoppings centers e nas proximidades de suas lojas, que pode, inclusive, ser afetado inclusive em decorrência de perda de lojas âncoras de terceiros nos mesmos shopping centers. Os shopping centers onde as lojas da Companhia estão localizadas ficaram fechados durante a pandemia da COVID-19 de março a junho de 2020, o que causou efeito material e adverso sobre as operações da Companhia. Com a reabertura de alguns shopping centers e áreas de comércio proeminentes ou promissores, estamos verificando uma mudança de comportamento e queda na frequência de consumidores a esses estabelecimentos, como resultado dos efeitos da pandemia da COVID-19, impactando negativamente as vendas dessas lojas. Esses fatores estão e deverão continuar a causar um efeito material e adverso nos resultados de dos negócios da Companhia e na sua condição financeira.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia poderão afetar adversamente seus negócios.

As políticas e a estrutura organizacional da Companhia dedicadas ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia (especificamente descritos nos itens 5.1.b.iii, 5.3.b e 5.4.a.ii deste Formulário de Referência) foram criados como forma de adequação da Companhia à realização da sua Oferta Pública de Aquisição de Ações e adequação ao Regulamento do Novo Mercado. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. Por esta razão, a Companhia, seus administradores e colaboradores, podem não possuir a experiência necessária à satisfação das políticas e mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade, até

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que tais estruturas estejam funcionando em sua totalidade e adequadas à realidade da Companhia aberta a que se sujeitará. Nesse sentido, até que tais estruturas estejam plenamente em funcionamento, e os administradores e colaboradores da Companhia estejam plenamente habilitados ao exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado e as políticas aprovadas pela Companhia para fins da sua oferta pública inicial de ações, a Companhia pode estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro.

Adicionalmente, os procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários, membros de sua administração, fornecedores, representantes, parceiros de negócios, intermediários, ou qualquer tipo de terceiros, que agem em seu nome, interesse ou benefício. Caso seus funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, a Companhia poderá ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e imagem.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraudes. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes, setor de tecnologia ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

A Companhia pode ser afetada substancialmente (incluindo dano à sua reputação) por violações, inquéritos, investigações e/ou descumprimentos à Lei Anticorrupção e Antilavagem e outras que sejam aplicáveis à Companhia e às suas atividades.

Qualquer investigação de má conduta por sua parte e/ou o descumprimento das leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil, tais como, mas sem se limitar, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 8.137/1990 (“Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária”), a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro”), a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 8.420/2015 (“Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção”), além de outras normas relacionadas a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, incluindo as diretrizes emitidas pela Controladoria Geral da União, as regulamentações e legislações referentes a lavagem de dinheiro, antissuborno, crimes contra o sistema financeiro nacional e o contra o mercado de capitais (“Leis Anticorrupção e Antilavagem”), à Companhia, suas controladas e controladoras, bem como os respectivos administradores, funcionários, parceiros de negócios ou terceiros que atuam em seu nome pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das suas atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, de modo que, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode nos levar a sanções administrativas severas, tais como multas, interdições, perda de alvarás de funcionamento, além de danos à reputação podendo nos afetar de modo adverso relevante. Ademais, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia poderão não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei Anticorrupção e Antilavagem ou a outras leis similares; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus acionistas, administradores, funcionários ou terceiros contratados para representá-la; ou (iii) ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus clientes. Os danos à reputação, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira e reputacional da Companhia. Ainda, a existência de processos, investigações, condenações, publicações ou comentários negativos em qualquer veículo de mídia ou rede social envolvendo o nome da Companhia, seus acionistas, diretos ou indiretos, suas controladas e controladoras, seus negócios, suas operações, Diretores, membros do Conselho de Administração, ou qualquer terceiro, agindo em nome, interesse ou benefício da Companhia, podem prejudicar gravemente a sua reputação. Tais situações poderão ter um efeito negativo sobre a Companhia, o que poderá impactar adversamente seus resultados, além de sua imagem.

A Companhia está sujeita a impactos relacionados a aumentos das taxas cobradas pelas subadquirentes com as quais possui parcerias para receber pagamentos realizados em seu website via cartão de crédito.

A Companhia conta com parcerias com subadquirentes para processar os pagamentos realizados em suas lojas online e físicas via cartão de crédito, sendo que, atualmente, aproximadamente 82% do volume de pagamentos realizados é feito via cartão de crédito, seja em um único pagamento ou em parcelas. Os subadquirentes são intermediadores de pagamentos que se comunicam com os adquirentes, e são os responsáveis pelo processamento dos pagamentos. Para que a Companhia possa ter tais parcerias com subadquirentes, deve ser paga uma taxa de serviço, denominada taxa de intercâmbio, por transação realizada via cartão de crédito ou boleto. De tempos em tempos, as subadquirentes utilizadas pela Companhia têm o direito de aumentar as taxas de intercâmbio cobradas da Companhia. Um aumento substancial nas taxas cobradas pelas subadquirentes ou mudança na política de antecipação de recebíveis pode aumentar substancialmente os custos operacionais inicialmente previstos pela Companhia ou limitar a liquidez com cada transação, ocasionando um impacto adverso em suas margens e, consequentemente, em seus resultados operacionais.

A Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas detentores de suas ações.

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. O conselho de administração da Companhia poderá determinar a não distribuição de dividendos aos seus acionistas em um determinado ano fiscal se não tiver lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com sua situação financeira no momento e seus acionistas escolham não distribuir dividendos.

A Companhia pode ser responsabilizada por determinados eventos que ocorram em suas instalações ou nas instalações dos seus franqueados, incluindo em lojas físicas, o que poderá ter um efeito material adverso sobre a imagem, os resultados e, consequentemente, sobre o negócio da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode ser responsabilizada por atos praticados por empregados, funcionários, agentes, clientes, franqueados e terceiros dentro e fora de suas instalações, incluindo suas lojas físicas e centros de distribuição. As lojas físicas da Companhia, inclusive as lojas dos franqueados da Companhia, estão localizadas em espaços de uso público, fazendo com que estejam naturalmente mais suscetíveis a incidentes, incluindo atos de violência e outros incidentes de segurança alheios à sua vontade. A identificação de irregularidade trabalhista, previdenciária e/ou ambiental junto a fornecedores, terceiros e seus contratados pode gerar interrupção do fornecimento de produtos e a interpretação de que a Companhia é responsável pelo ocorrido.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa (imperícia, negligência ou imprudência). Além disso, a responsabilidade civil ambiental é solidária, ou seja, a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo seus fornecedores), independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente nossos resultados e atividades. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas atividades da Companhia não a exime de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Em caso de acidentes, fraudes, incêndios, danos, lesões, ou óbitos, a Companhia pode enfrentar reclamações sob a alegação de negligência, em razão de, por exemplo, não ter realizado a supervisão adequada das instalações, conforme aplicável, ou de que foi, de algum modo, responsável por atos que geraram tais acidentes, fraudes, incêndios, danos, lesões ou óbitos, bem como pelo descumprimento por parte de empregados, clientes ou terceiros de diretrizes preventivas e mecanismos de segurança adotados pela Companhia, causando um efeito adverso em suas operações. A Companhia pode enfrentar alegações de assédio ou violência sexual ou moral, ou outros atos ilícitos contra empregados, franqueados, clientes ou terceiros.

Além disso, a Companhia pode ser objeto de ações judiciais propostas por empregados, franqueados, clientes ou terceiros, alegando eventuais lesões a direitos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

A simples existência ou divulgação desses tipos de atos pode causar efeito material adverso à imagem da Companhia, diminuir a frequência dos consumidores em suas lojas, sujeitar a Companhia à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do resarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, envolver despesas substanciais e desviar tempo e atenção da administração, o que pode causar um efeito material adverso aos resultados operacionais, na reputação e na situação financeira da Companhia.

Caso a Companhia seja responsabilizada por quaisquer dos eventos listados acima, esses eventuais danos, sua marca/imagem e resultados poderão ser adversamente afetados, além da possibilidade de a Companhia incorrer em sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública e/ou impossibilitar a Companhia de usufruir de benefícios fiscais, ou vir a encontrar dificuldade na obtenção de financiamentos em condições favoráveis.

A Companhia pode não conseguir manter e/ou ampliar sua rede de franqueados e poderá enfrentar problemas com estes.

Parcela significativa dos produtos da Companhia é comercializada através de uma rede de franqueados, representando 26% do total da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Historicamente, o relacionamento com a rede de franqueados não registra problemas significativos; contudo, a Companhia pode não conseguir manter e/ou ampliar, conforme o caso, sua rede de franqueados, e pode enfrentar problemas significativos com sua rede, incluindo problemas de inadimplência de seus franqueados, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira. Ademais, caso seja constatado o descumprimento por qualquer franqueado da Companhia da legislação, incluindo a leis

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

trabalhistas, tributária e normas anticorrupção podem afetar negativamente a Companhia, gerando riscos reputacionais e impactar os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A Companhia depende do sistema público e privado de infraestrutura logística nacional e internacional para manutenção do modelo de distribuição dos seus produtos.

O modelo de distribuição de produtos da Companhia depende da continuidade da operação da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, portos, e outros meios logísticos utilizados pelos prestadores de serviço e fornecedores, para entrega de nossos produtos aos seus centros de distribuição, lojas próprias e franqueadas e clientes do e-commerce.

A ocorrência de eventos que possam afetar a logística, como desastres naturais, incêndios, acidentes, greves, falhas sistêmicas, ou outras causas imprevistas que possam prejudicar a capacidade de distribuir produtos finais para as lojas da rede, e para os clientes do canal digital (e-commerce), podendo ocasionar queda nas vendas e impactar os resultados financeiros e operacionais da Companhia, além de prejudicar a reputação das suas marcas.

A Companhia enfrenta riscos relacionados à não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas lojas e dos seus centros de distribuição.

A Companhia depende de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização das suas lojas e dos seus centros de distribuição. Grande parte desses documentos possui prazos de validade e deve ser renovada de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras), juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, a Companhia pode ser incapaz de obtê-los ou renová-los, inclusive de fazê-los em tempo hábil. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia aguarda a renovação de alvarás de funcionamento e de autos de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB) de determinadas lojas. A Companhia não tem como assegurar que será capaz de renovar referidas licenças ou se tais licenças serão expedidas ou expedidas em tempo hábil pelas autoridades competentes. A não obtenção, a não renovação ou o atraso da renovação das suas licenças poderá (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, (iii) impedir a Companhia de abrir e operar as lojas e os centros de distribuição, (iv) resultar no fechamento das suas lojas e dos seus centros de distribuição, (v) expor a Companhia a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (vi) expor a Companhia, bem como os seus representantes, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações. A estratégia de negócio da Companhia poderá ser substancial e adversamente afetada se não conseguir abrir e operar novas lojas e centros de distribuição, se tiver que suspender ou fechar, mesmo que temporariamente, algumas das suas lojas e centros de distribuição existentes em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás.

Além disso, os shopping centers podem estar sujeitos a licenciamento ambiental específico, bem como obtenção de registros, cadastros, outorgas e autorizações perante a autoridade ambiental competente. Nesse sentido, caso as licenças, registros, cadastros, outorgas ou autorizações sejam cancelados, não renovados tempestivamente ou não obtidos, poderá haver suspensão (parcial ou total) ou embargo de atividades, inclusive das lojas localizadas dentro dos shopping centers, o que poderá afetar os resultados operacionais, financeiros e a imagem da Companhia.

A Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, o que pode obrigar-a a fechar suas lojas, e, consequentemente, pode impactar adversamente sua receita de vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados por flutuações nos custos das matérias-primas, custos de energia e na taxa câmbio.

Aumentos nos preços dos componentes e matérias-primas utilizadas em produtos da Companhia podem afetar negativamente as vendas e margens de suas mercadorias. Alternativamente, a desvalorização do real pode impactar negativamente a produção de seus fornecedores. Mudanças nos preços das matérias-primas e flutuações nas taxas de câmbio dependem de uma série de fatores além do controle da Companhia, incluindo fatores macroeconômicos que podem afetar os preços das *commodities* (incluindo os preços do algodão, petróleo e seus derivados, celulose, entre outros); mudanças na oferta e demanda; condições econômicas gerais; eventos políticos significativos; custos trabalhistas; concorrência; direitos de importação, tarifas, direitos *anti-dumping* e outros custos semelhantes; câmbio e regulamentação governamental; e eventos como desastres naturais e surtos generalizados de doenças infecciosas doenças (como a pandemia da COVID-19).

Além disso, os custos de energia podem experimentar uma volatilidade significativa no curto prazo. Dependendo da natureza das mudanças nesses diferentes fatores que afetam as operações, a Companhia pode sofrer um impacto adverso em seu negócio por diferentes razões, incluindo aumento dos custos de operação ou menor demanda por seus produtos.

Mudanças no valor do real em relação às moedas estrangeiras, incluindo o dólar norte-americano, podem aumentar o custo de negócios dos fornecedores da Companhia e, em última análise, seu custo de produtos vendidos e suas vendas, em geral e custos administrativos. Se a Companhia não for capaz de repassar tais aumentos de custos aos seus clientes ou o custo mais elevado dos produtos resultar em diminuição da demanda por seus produtos, seus resultados operacionais podem ser prejudicados.

O negócio da Companhia está sujeito a riscos associados com suprimento e fabricação globais.

Se os fornecedores da Companhia, ou qualquer fornecedor de matéria-prima do qual a Companhia depende, sofrerem interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública, como a recente pandemia da COVID-19, a capacidade da Companhia de obter produtos poderá ser adversamente impactada, o que afetaria adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia e esta não for capaz de substituir o fornecedor no prazo aceitável, ou efetivamente substituí-lo, a Companhia pode não ser capaz de manter o seu nível usual de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações, atividades e seu resultado.

A Companhia pode não ser capaz de manter e expandir sua relação com fornecedores ou encontrar novos fornecedores.

Em 30 de junho de 2021, a rede de fornecedores da Companhia consiste em cerca de 290 fornecedores ativos, nacionais e estrangeiros, sendo que 70% dos seus produtos são fornecidos pela sua controladora, Coteminas. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou expandir as relações com tais fornecedores e criar novas relações com fornecedores em termos comerciais aceitáveis, a Companhia pode não ser capaz de expandir sua rede de produtos, o que pode afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

Caso a Companhia não seja capaz de encontrar ou selecionar fornecedores de qualidade com produtos atrativos, ou caso tais fornecedores se recusem a trabalhar com a Companhia ou, ainda, caso a Companhia não consiga negociar termos comerciais vantajosos com esses fornecedores ou caso essa relação não seja bem articulada, a Companhia pode não ser capaz de implementar a sua estratégia de negócios ou pode resultar em excesso de estoques, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia e seus resultados financeiros e operacionais.

Além disso, concorrentes da Companhia podem firmar contratos de exclusividade com fornecedores da Companhia, decidir em não mais trabalhar com a Companhia, encerrar suas operações ou sofrer

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

crises financeiras, em qualquer caso, inviabilizando o fornecimento de seus produtos à Companhia. Como resultado, a Companhia pode não ser capaz de fornecer todos os produtos para seus clientes no tempo desejado e por preços atrativos e, consequentemente, pode perder clientes para seus concorrentes.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seus contratos com esses fornecedores ou que será capaz de renovar contratos vigentes em termos favoráveis. Caso a Companhia não seja capaz de reter tais fornecedores pode sofrer com atrasos no abastecimento de mercadorias, cancelamento de vendas e, consequentemente, dificuldade de comercialização de produtos.

b. Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Os negócios da Companhia dependem de um fornecimento estável e adequado de produtos e serviços pela Coteminas, acionista controladora da Companhia.

A continuidade das atividades da Companhia depende (i) do fornecimento de produtos; e (ii) de serviços prestados pela Coteminas à Companhia, incluindo o contrato de licenciamento de marcas. A Companhia não pode garantir que a Coteminas não irá rescindir ou alterar os termos e condições dos contratos existentes com a Companhia de forma a onerar mais a Companhia.

A eventual renegociação em termos menos favoráveis dos contratos de fornecimentos existentes e dos demais contratos existentes em condições menos favoráveis para a Companhia ou a sua rescisão, podem ter um efeito adverso significativo nas atividades da Companhia e resultar em impactos relevantes nos seus resultados.

Ainda, devido à alta dependência da Companhia da Coteminas para o fornecimento de produtos, caso a Coteminas deixe de cumprir os contratos e as obrigações existentes, podendo causar um impacto desfavorável nas operações e resultados financeiros da Companhia.

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

O acionista controlador tem o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e de tomar decisões em todos os pontos-chave que requerem aprovação dos acionistas, tais como reorganizações societárias, distribuição de dividendos e vendas de ativos. Os interesses do atual acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

O acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas atividades da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

A gestão da Companhia é fortemente influenciada por e dependente de seus acionistas controladores.

A gestão da Companhia é consideravelmente influenciada por seus acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de seus negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem diretamente ou indiretamente o bloco de acionistas controladores da Companhia e que estão entre os seus principais executivos poderá afetar adversamente seus negócios. A Companhia poderá também se deparar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

A Companhia possui custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. A Companhia não pode garantir que suas Políticas de Partes Relacionadas (descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência) sejam plenamente eficazes para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as Partes, e que seus acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores da Companhia ou administradores da Companhia.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas minoritários da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

c. Riscos Relacionados a Seus Acionistas

A Companhia entende que não há riscos relacionados a seus acionistas, além dos mencionados nos itens acima.

d. Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

A Companhia possui participação em outra sociedade e depende de seus resultados financeiros para compor seus resultados e patrimônios.

A Companhia possui participação direta em uma sociedade e o resultado dessa participação compõe seus resultados e patrimônio, razão pela qual os resultados apresentados por esta sociedade podem ser impactados por uma piora nas condições setoriais e mercadológicas em sua respectiva operação, impactando seus resultados consolidados. A Companhia pode não receber quaisquer dividendos ou outras distribuições dessa sociedade e ela poderá não performar de forma adequada e sustentável.

e. Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

A Companhia não pode garantir que os fornecedores e franqueados, não se envolvam em práticas irregulares.

Os fornecedores responsáveis pela fabricação dos produtos comercializados pela Companhia e os responsáveis por franquias da Companhia trabalham com uma série de fornecedores e terceirizados e não tem como garantir que não terá problemas relacionados a tais fornecedores e terceirizados, incluindo as condições de seus trabalhadores, bem como do respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto. Se algum dos fornecedores, prestadores de serviços e franqueados da Companhia se envolverem em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a reputação da Companhia e suas marcas pode ser prejudicada e, consequentemente, a percepção de seus clientes sobre os produtos da Companhia pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas líquidas e nos resultados das operações, bem como vencimento antecipado de eventuais dívidas e queda no preço de negociação das ações ordinárias da Companhia. Em algumas circunstâncias, a Companhia também pode ser considerada responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos ambientais e trabalhistas por eles causados. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada e envolvida em processos judiciais nesse sentido, inclusive com eventual reinclusão na Lista "A" da Secretaria do Trabalho, prevista no artigo 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRFG nº 4/2016, o que pode impactar a sua reputação, sua capacidade de obtenção de novos financiamentos além de colocar em risco os benefícios fiscais atuais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende de terceiros para fabricar os produtos que comercializa.

A Companhia depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar os produtos que comercializa. Ao usar terceiros para fabricar tais produtos, está sujeita a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente seus negócios, suas vendas e resultados operacionais.

Finalmente, alguns dos seus fornecedores são empresas de pequeno e médio porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica, inclusive em razão da pandemia da COVID-19.

Alguns fatores macroeconômicos, assim como a pandemia da COVID-19, podem fazer com que os fornecedores da Companhia aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e a Companhia pode não conseguir aumentar os preços de venda para seus consumidores. Um aumento nos custos de seus produtos pode refletir negativamente em seus negócios, resultados operacionais e valor de suas ações.

A Companhia pode ser responsável por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente afetá-la adversamente.

f. Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia pode ser responsabilizada por perdas causadas por seus produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente seus resultados.

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a leis e regulamentos que regem a proteção ao consumidor. A inobservância da legislação e da regulamentação aplicável poderá sujeitar a Companhia às sanções legais cabíveis. As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas. Estas últimas podem ser propostas em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que seus serviços não foram adequadamente prestados por seus funcionários, seus produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos. Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o seu resultado e a sua situação financeira.

Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a sua imagem e a imagem de suas marcas, afetando, consequentemente, suas vendas e sua reputação, o que pode impactar de forma adversa e relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira. No caso de ser responsabilizada em um processo judicial, pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade. Ademais, sua defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de seu pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a seus produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente sua reputação com consumidores atuais e futuros, sua imagem corporativa e suas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos seus negócios e condição financeira.

g. Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia atua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O segmento de varejo é altamente competitivo no Brasil, o que pode afetar adversamente a participação de mercado da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo é baseada, dentre outros fatores, na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade, conveniência ou local de armazenamento e atendimento ao consumidor. Alguns concorrentes da Companhia, incluindo empresas locais e redes multinacionais de varejo, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos e menores despesas operacionais do que ela, bem como marcas mais atrativas. Esses concorrentes podem usar descontos, políticas de preços agressivas e publicidade. O negócio da Companhia é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos Clientes. Caso a Companhia não consiga competir com seus concorrentes, suas vendas podem cair, e ela pode decidir ou ser obrigada a oferecer descontos maiores a seus Clientes, o que pode reduzir seus lucros e afetar sua situação financeira.

Ademais, há forte concorrência no comércio eletrônico. Outras empresas do ramo de varejo e comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. Na medida em que a carteira de clientes da Companhia cresce e a fidelidade de clientes para diferentes segmentos do mercado de internet aumenta, as empresas desses segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que ela opera. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo on-line e esse aumento na concorrência pode reduzir suas vendas e seus lucros operacionais.

Além disso, os concorrentes da Companhia, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que ela. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros do que a Companhia, o que poderia afetá-la adversamente.

O setor de varejo poderá ser afetado quando houver redução no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil, para produtos não alimentícios cujo tíquete médio é maior do que o de alimentos. Historicamente, o setor de varejo brasileiro experimentou períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações da Companhia depende de vários fatores, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da COVID-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas, e fechamento temporário generalizado de lojas), tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário. O aumento na taxa de desemprego, acrescido a altas nas taxas de juros, pode resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. Ademais, os resultados operacionais da Companhia e sua situação financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro, ou PIB. A Companhia não pode garantir que o PIB brasileiro cresça ou permaneça estável. Assim sendo, os volumes de vendas da Companhia e, consequentemente, o seu resultado operacional, podem ser afetados negativamente se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores.

A Companhia pode ter impactos negativos em seu resultado operacional devido a variações climáticas.

O negócio da Companhia pode ser adversamente afetado por condições climáticas. Poderão ocorrer períodos prolongados de temperaturas mais quentes durante o inverno ou temperaturas mais frias durante o verão, sendo que ambas as situações podem ocasionar uma incompatibilidade de seu estoque com a demanda sob tais condições inesperadas. De maneira geral, períodos de clima alterado podem forçar a Companhia a vender o excesso de seus estoques por preços menores, afetando, dessa forma, seu resultado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As vendas e níveis de estoque da Companhia flutuam sazonalmente

Devido ao período de compras natalinas e evento Black Friday, as vendas da Companhia são tipicamente maiores no quarto trimestre de cada exercício social. Um eventual desaquecimento econômico, interrupção de seus negócios ou atraso de entrega de produtos por seus fornecedores no último trimestre do exercício social pode afetar adversamente seus resultados. Ademais, deve se preparar aumentando proporcionalmente seus estoques com o objetivo de atender apropriadamente à demanda adicional. Consequentemente, qualquer diminuição não prevista ou previsão equivocada da demanda por seus produtos durante esta época do ano poderá causar um efeito adverso em suas vendas, faturamento e resultado.

h. Riscos Relacionados a Regulação dos Setores em que a Companhia atua

A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro tem implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da sua carga tributária, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus produtos e serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os seus negócios, estão as discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas, uma contribuição sobre transações financeiras, a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros.

Outrossim, atualmente há no congresso brasileiro propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com amplo direito a crédito. Mais recentemente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, tais como tributação de dividendos, ajustes na base de cálculo e nas alíquotas dos tributos corporativos, mudanças na tributação da renda e de ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros e fundos de investimento, etc.), dentre outros. A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia, as quais passariam a ter vigência no ano seguinte ao da conversão de tais projetos em lei.

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou benefícios fiscais, incentivos fiscais ou regimes especiais da Companhia ou de suas subsidiárias operacionais durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações, bem como pode não ter

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sucesso na recuperação de todos os créditos tributários oriundos da Ação Judicial transitada em Julgado que garantiu o seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, o que poderá afetar adversamente seus resultados.

A pandemia decorrente da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira. Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Dessa forma, a Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Há diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar o negócio da Companhia, ocasionando uma diminuição na demanda por seus produtos e um aumento nas suas despesas operacionais.

i. Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável, a Companhia não possui operações em outros países além do Brasil.

j. Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia pode sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por suas operações.

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, conforme alterada, estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gerenciamento de resíduos sólidos. Como resultado, a Companhia é responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), bem como, por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável. Adicionalmente, a Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

também é responsável por qualquer dano ambiental causado por suas operações, desde que haja evidência de nexo de causalidade entre suas atividades e o dano ambiental causado. Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir com as condições exigidas, o que afetaria adversamente suas operações e reputação.

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas, tais como multas de até R\$ 50 milhões e suspensão de atividades, e penais, além da obrigação de remediar os danos ambientais causados ou indenizar terceiros. Caso essas leis e regulamentos fiquem mais rigorosos, a Companhia poderá ter que aumentar significativamente os seus gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetá-la substancial e negativamente.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos socioambientais, e descumprimentos a tais normas podem afetar adversamente sua reputação e posição financeira.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente bem como àquelas relacionadas à proibição de utilização de mão de obra análoga a de escravo, mão de obra infantil, incentivo à prostituição e emprego de silvícolas. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas e à segurança do trabalho. Quaisquer violações da legislação e regulamentação socioambiental poderão expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, assim como a sua imagem e reputação.

Em relação ao licenciamento ambiental, a ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes para a concepção, construção, alteração, ampliação e operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores, ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, sujeitam o infrator a sanções administrativas e criminais, incluindo multas de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), penas restritivas de direito e outras penalidades como embargo, desativação e demolição, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. Atualmente, a Companhia está em processo de obtenção da licença ambiental de operação para um de seus centros de distribuição.

Além disso, a legislação e a regulamentação poderão se tornar ainda mais rígidas, exigindo que a Companhia aumente de forma significativa seus investimentos à luz de eventuais novas exigências. Investimentos socioambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente seus resultados de forma significativa.

k. Riscos Relacionados a Questões Macroeconômicas

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como o atual coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Ainda, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, tem sido criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentando a incerteza política e a instabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros federais de alto nível e alegações de corrupção contra o Presidente da República. Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou condenações criminais e restaurou direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que pode vir a permitir com que ele se candidate nas próximas eleições presidenciais. As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Essa instabilidade pode ser agravada pela instauração de uma CPI, que está em curso, cujos objetos são, e acordo com a Agência Senado, não só ações e omissões do governo federal e o colapso da saúde no Amazonas, mas também possíveis irregularidades, fraudes e superfaturamentos em contratos e serviços feitos com recursos originados da União e enviados a Estados e Municípios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e / ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

O governo brasileiro exerceu, e continua a exercer, influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras poderão prejudicar o negócio da Companhia e o preço de cotação de suas Ações.

O Governo Brasileiro tem poderes para intervir na economia e, ocasionalmente, modificar sua política econômica, podendo adotar medidas que envolvam controle de salários, preços, câmbio, remessas de capital e limites à importação, entre outros, que podem causar efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

A inflação e algumas medidas governamentais destinadas a combatê-la geraram, no passado, significativos efeitos sobre a economia do Brasil. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outros efeitos.

As atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados de maneira relevante devido a modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iii) flutuações cambiais; (iv) inflação; (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (vi) política fiscal; (vii) política de abastecimento, inclusive criação de estoques reguladores de *commodities*; (viii) expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto; (ix) saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19, (x) alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias e (xi) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

Atualmente, os produtos importados pela Companhia representam 17,6% das vendas brutas de seus produtos. A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentina, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com taxa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating. Após uma redução inicial em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente de BB-positivo para BB e, em janeiro de 2018, rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil de BB para BB-, além de mudar a perspectiva de negativa para estável. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou o rating de emissor e bônus Baa3 do Brasil em revisão para um rebaixamento e, posteriormente, rebaixou o rating de emissor e bônus do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa. Em dezembro de 2015, a Fitch rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB-positivo, com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch reduziu novamente o rating de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, com uma perspectiva estável.

Diante dos rebaixamentos, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-estável, Ba2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

A Companhia não pode garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro poderá aumentar adversamente os negócios da Companhia.

Um mercado ativo e líquido para ações ordinárias da Companhia pode não se desenvolver.

A volatilidade e a falta de liquidez inerente ao mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar significativamente a capacidade de os investidores venderem as ações ordinárias da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem. O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos político e econômicos, incluindo, mas não se limitando, a:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno total ou parcial sobre seus investimentos; e
- Restrições ao investimento estrangeiro e repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos e União Europeia. Após a conclusão da oferta, poderá não haver um mercado líquido ou poderá haver restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações pelo preço e tempo desejados. O preço das ações ordinárias da Companhia pode flutuar significativamente em resposta a vários fatores que estão além do controle da Companhia. Além disso, a B3 pode ser regulada de forma diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados. Além disso, o preço das ações após uma oferta pública está sujeito a volatilidade. Essas características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias emitidas pela Companhia, pelo preço e no momento desejado. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas pela Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de suas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações ordinárias, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo o recente conflito envolvendo Estados Unidos e Irã, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia do COVID-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 – Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

a) Risco de taxa de juros

O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos em contas correntes	341	1.428
	-----	-----
	341	1.428
	=====	=====

A Companhia não possuía empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 e em 30 de junho de 2021.

A Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas para os passivos sobre os quais incidem juros fixos, portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

b) Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários, quando aplicável. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido a serem concentrados com franqueados e operadoras de cartão de crédito (adquirentes e subadquirentes). A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à aprovação de crédito para os seus franqueados que são aprovados por órgão colegiado.

As vendas a prazo são efetuadas: (a) diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito, ou (b) para os nossos franqueados.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 83 dias em 30 de junho de 2021, 81 dias em 31 de dezembro 2020, 82 dias em 31 de dezembro de 2019, e 83 dias em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Clientes no mercado interno	37.560	39.757
Operadoras de cartão de crédito	581	4.750
Partes relacionadas		
Mercado externo	33	-
	-----	-----
	38.174	44.507
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.099)	(1.099)
	-----	-----
	37.075	43.408
	=====	=====

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
A vencer	32.714	40.491
Vencidas até 30 dias	521	242
Vencidas de 31 a 60 dias	272	90
Vencidas de 61 a 90 dias	103	66
Vencidas de 91 a 180 dias	440	288
Vencidas acima de 180 dias	4.124	3.330
	-----	-----
	38.174	44.507
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de que parte da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída e parte estar concentrada em grandes operadores de cartão de crédito e franqueados.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, com classificação de chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados pela Administração e por seus assessores jurídicos como processos com chance de perda provável.

A Companhia possui processos tributários, trabalhistas, e cíveis, cuja perda foi estimada como possível no valor de R\$ 1.507 mil, R\$ 898 mil, e R\$ 61 mil respectivamente, em 30 de junho de 2021.

Foi constituída provisão para as perdas consideradas prováveis, tendo o valor de R\$ 1.772 mil em 30 de junho de 2021, dos quais R\$ 940 mil de processos trabalhistas e R\$ 832 mil de processos cíveis e outros.

Foi descrito a seguir o processo considerando sua capacidade de representar impacto significativo ao patrimônio da Companhia ou aos seus negócios. Foram considerados, ainda, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo na imagem da Companhia ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de sua emissão.

Processo: 5005635.50.2021.4.03.6100	
a. Juízo	14ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo
b. Instância	Primeira
c. Data de instauração	17/03/2021
d. Partes no processo	AMMO VAREJO S.A. x UNIÃO FEDERAL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$ mil)	R\$ 8.327.589,14 (oito milhões, trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos)
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança ajuizado para garantir o direito de adesão ao programa de parcelamento simplificado de tributos pendentes, presentes e futuros, incluindo contribuições previdenciárias. Em 23.03.2021, foi deferida a medida liminar para ordenar à Receita Federal que analise os pedidos de parcelamento simplificado, independente do limite de valor previsto na Instrução Normativa n. 1891/19. Foi determinado, ainda, a suspensão do caso até o julgamento do Tema 997 pelo Superior Tribunal de Justiça.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Não são previstos impactos financeiros diretos decorrentes deste processo em caso de perda. Podem, no entanto, existir impactos em eventuais novos pedidos de parcelamento.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Para o processo indicado no item 4.3. não foi feita provisão de valores.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia seja parte e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia seja parte e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 – Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**4.6 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Não há processos repetitivos ou conexos relevantes de natureza trabalhista, tributária, cível ou arbitral.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

A Companhia possui saldos de parcelamentos ordinários e programas de parcelamentos

A Companhia incluiu débitos de tributos federais e contribuições previdenciárias administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em programas de parcelamentos ordinários/simplificados. O valor total consolidado nesses programas foi de R\$13.652.770,03, e os seus saldos eram de R\$11.750.513,27, em 30/06/2021.

Além disso, a Companhia incluiu débitos de tributos federais e contribuições previdenciárias administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no Programa Especial de Regularização Tributária (“Pert”), instituído pela Lei nº 13.496/2017, o qual concedia, para débitos até R\$15,0 milhões, a possibilidade de se pagar uma entrada de 5% do valor da dívida consolidada antes dos descontos, e sobre o valor remanescente, a aplicação de descontos relevantes nos valores de multa e juros, e a possibilidade de liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL. O valor total consolidado nesses programas, antes dos descontos, foi de R\$1.043.140,94, de forma que a Companhia liquidou os seus saldos mediante o pagamento de apenas R\$52.157,05, e o restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, os quais ainda aguardam validação por parte da Receita Federal do Brasil.

E finalmente, a Companhia incluiu débitos relativos ao ICMS devidos aos Estados de São Paulo e Paraná, no valor total consolidado de R\$9.716.245,97. Os saldos de referidos parcelamentos eram de R\$5.973.357,26 em 30/06/2021.

Os parcelamentos e programas de parcelamentos aos quais a Companhia fez a opção possuem regras específicas. Caso as regras de referidos parcelamentos e programas de parcelamentos não sejam observadas pela Companhia, tal como a falta de pagamento de um determinado número de parcelas, consecutivas ou alternadas, poderá haver a rescisão do parcelamento ou programa de parcelamento correspondente, o que poderia causar a cobrança de todo o saldo remanescente do parcelamento rescindido, e efeitos adversos nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 – Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem valores mobiliários custodiados em países estrangeiros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 – Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, com o objetivo de formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades para fins de identificação, controle e mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de julho de 2021, passando a vigorar nesta data.

Além disso, a Companhia adota políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de seus riscos, tais como Código de Ética e Conduta e a Política de Transações com Partes Relacionadas e demais Situações de Potencial Conflito de Interesses.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

- Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, reputação e imagem, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços e alterações nas regras aplicáveis ao mercado.
- Riscos Operacionais: são aqueles associados à operação da Companhia, que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornam impróprio o exercício das atividades da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio, por exemplo, vendas, comercial, tecnologia; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.
- Riscos Financeiros: são aqueles decorrentes de efeitos inesperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem refletir no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros. Englobam riscos de mercado, de crédito e de liquidez.
- Riscos Legais e de Conformidade: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, normas e regulamentos, bem como de suas próprias políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos no âmbito de processos trabalhistas e de questões tributárias, de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção, entre outros.
- Riscos de Sucessão: são aqueles relacionados à continuidade da Companhia; está associado ao risco de colaboradores-chaves deixarem a Companhia antes de realizar a sucessão, o que pode dificultar a implementação de planos estratégicos da Companhia e ocasionar um efeito adverso à Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto pelas seguintes etapas: (i) identificação e classificação do risco nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima; (ii) avaliação do risco, considerando o impacto e a probabilidade de ocorrência dos riscos; (iii) definição e implementação das ações de resposta; (iv) monitoramento e comunicação.

Com relação à primeira etapa, o contexto de risco significa o ambiente e o escopo no qual o risco deve ser gerenciado. A identificação do risco pelo Diretor de Governança, que desempenha a função de gestão de risco pode ocorrer dentro das seguintes abordagens:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Questionários de risco: os profissionais em posição de liderança da Companhia são solicitados a preencher questionários específicos para que indiquem possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta (*risk owners*). Os cenários de risco são observados e catalogados;
- Ciclos de entrevistas: Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- Auditorias de processos: Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, matrizes de riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças/fraquezas.

Essa primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de um mapa de riscos. O mapa pode ser atualizado devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

Análise de riscos

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: (i) impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e (ii) a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco.

Resposta

Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) terminar, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) diversificar, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) aceitar, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) passar adiante, transferindo a responsabilidade para terceiros (e.g. no risco de incêndio, o custo do sinistro pode ser transferido para seguradoras). Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

Monitoramento

A partir dos riscos identificados e respectivas recomendações informadas pelo Diretor de Governança as áreas de negócio da Companhia devem implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades e prazos são acompanhados pelo Diretor de Governança e reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria. Adicionalmente, o Diretor de Governança deve comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extração de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Adicionalmente, a Auditoria Interna é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos, fornecendo relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de transparência, responsabilização e conscientização sobre os riscos está sendo devidamente implementada pelo Diretor de Governança.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado seguindo o modelo de "Três Linhas de Defesa" do COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A Primeira Linha de Defesa é composta pelos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, de acordo com os riscos que gerenciam. A Segunda Linha de Defesa é composta pelas estruturas de controles internos e compliance, que devem instrumentalizar os gestores da primeira linha para o correto gerenciamento dos Riscos e oportunidades. A Terceira Linha de Defesa é

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

composta pela Auditoria Interna, que atuará com um olhar independente para verificar a eficácia do modelo.

Os cargos e as responsabilidades em relação ao gerenciamento dos riscos dos órgãos de governança, Diretoria, gestores responsáveis diretos pelos processos e Auditoria Interna, estão descritos a seguir:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo de gerenciamento de riscos, tem como atribuições:

- (i) Aprovar as políticas, diretrizes, matriz de risco, limites de exposição e eventuais alterações;
- (ii) Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação;
- (iii) Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário;
- (iv) Assegurar autonomia operacional ao Comitê de Auditoria, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento;
- (v) Estabelecer uma cultura da gestão do risco; e
- (vi) Avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções e gerenciamento dos riscos, contará com o assessoramento do Comitê de Auditoria da Companhia.

- Comitê de Auditoria: como órgão de assessoramento do Conselho de Administração, possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento e é responsável por:

- (i) Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
- (ii) Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (iii) Supervisionar as atividades de gerenciamento de riscos e da Auditoria Interna;
- (iv) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (v) Supervisionar as atividades de gerenciamento de riscos, controles internos e da Auditoria Interna;
- (vi) Direcionar os reportes feitos pela Auditoria Interna ao Conselho de Administração;
- (vii) Avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna são suficientes ao desempenho de suas funções;
- (viii) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração;
- (ix) Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;
- (x) Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade desta Política e outras políticas internas da Companhia e recomendar correções/aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e
- (xi) Coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias, assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade, e um ambiente livre de retaliações.

- O Diretor de Governança é responsável pela coordenação do processo de gerenciamento de riscos e tem como atribuições:

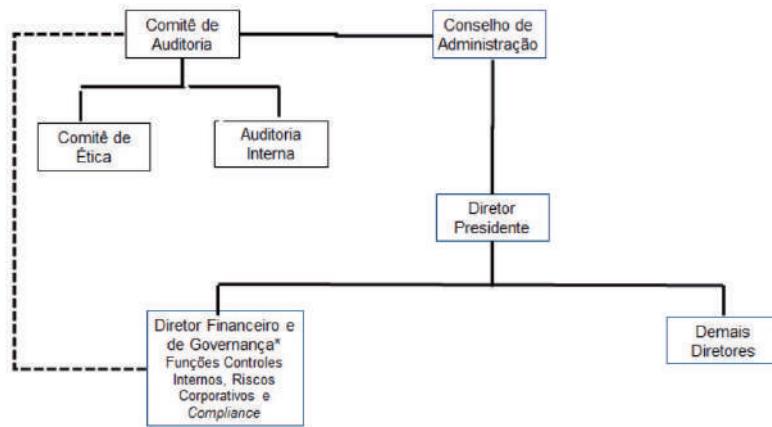
- (i) Implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco;
- (ii) Estabelecer e coordenar a estrutura e o processo de gestão do risco da Companhia, de acordo com as diretrizes, matriz de risco, limites de exposição, Política de Gerenciamento de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (iii) Implementar a Política de Gerenciamento de Riscos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- (iv) Conduzir uma revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração ou Comitê de Auditoria;
 - (v) Sugerir, avaliar e monitorar as diretrizes, a matriz de risco, os limites e os impactos de exposição aos riscos;
 - (vi) Monitorar e comunicar a percepção quanto à exposição aos principais riscos, de acordo com a matriz de risco;
 - (vii) Propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos;
 - (viii) Coordenar o processo de avaliação de riscos em conjunto com o Comitê de Auditoria;
 - (ix) Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extração de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
 - (x) Disseminar a cultura da gestão de risco
- Áreas ou funções Jurídica, de *Compliance* e de Controles Internos, como segunda linha de defesa, sendo certo que os membros das áreas/funções de compliance e controles internos não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais:
- (i) Avaliar e monitorar os Riscos Legais e de Conformidade;
 - (ii) Monitorar o cumprimento e auxiliar na interpretação de normativos emanados pelos órgãos reguladores a que a Companhia esteja sujeita; e
 - (iii) Mapear e conduzir treinamentos de compliance às áreas de interesse, os quais poderão envolver questões atinentes à legislação trabalhista, tributária, societária, de proteção de dados pessoais, entre outras;
 - (iv) Avaliar e revisar o sistema de controles internos da Companhia;
 - (v) Elaborar e manter atualizado o cadastro de pessoas identificadas como Partes Relacionadas, nos termos da Política de Transação entre Partes Relacionadas da Companhia; e
 - (vi) Participar da apuração das atividades de canal de denúncias e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Ética e Conduta da Companhia.
- Gestores das áreas de negócio: responsáveis diretos pelos processos como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:
- (i) Identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
 - (ii) Comunicar, tempestivamente, ao Diretor de Governança da Companhia, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extração de limites de risco; e
 - (iii) Implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.
- Auditoria Interna, como terceira linha de defesa, com reporte direto ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria:
- (i) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, quando necessário.

Para fácil compreensão da estrutura organizacional da Companhia, o organograma abaixo ilustra em termos de hierarquia operacional, sem prejuízo de reporte direto a entre tais áreas, conforme aplicável e descrito acima (por exemplo, reporte da auditoria interna diretamente ao Conselho de Administração, ou reporte e assessoria das áreas ou funções Jurídica, de Compliance e de Controles Internos à Auditoria Interna).

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de julho de 2021. A implementação desta estrutura se dá no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado.

A Companhia aprovou, em 27 de julho de 2021, a contratação da Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda., registrada na CVM, para exercer as atividades de Auditoria Interna.

A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que, na data deste Formulário de Referência, tal estrutura está pronta para entrar em funcionamento.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração e diversos órgãos da Companhia monitoram e avaliam, por meios que esta considera adequados, se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos seus objetivos.

Em vista do porte da Companhia, riscos correspondentes e volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo, a Companhia entende que sua estrutura operacional atual para verificação da efetividade de suas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

A Companhia instalou, em 27 de julho de 2021, Comitê de Auditoria e contratou uma empresa para sua Auditoria Interna que atuam na avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. Por fim, quando necessário são revisados os códigos e políticas internas da Companhia para adequá-los e atualizá-los.

Conforme avaliação realizada pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, a Companhia considera que a Auditoria Interna dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções.

Por fim, quando necessário são revisados os códigos e políticas internas da Companhia para adequá-los e atualizá-los.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia atualmente não adota uma política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, pois entende que os riscos aos quais está atualmente exposta não requerem a utilização de instrumentos complexos e a forma com que sua administração atualmente gerencia esses riscos parece adequada ao seu porte e complexidade de suas atividades.

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pelas gerências, pelo Diretor de Governança, Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna da Companhia, nos termos descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência, conforme aplicável. Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no que couber. A Companhia aprovou referida política, em 27 de julho de 2021, por meio de reunião do Conselho de Administração.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência. A Companhia acredita que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, tais riscos não têm efeito material direto sobre os seus negócios, não possuindo, desta forma, mecanismos e procedimentos para se proteger dos riscos de mercado.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui procedimentos formais para monitoramento e proteção dos riscos de mercado.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (hedge).

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota procedimentos específicos para gerenciamento de riscos de mercado.

(v) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não há estrutura organizacional específica para o gerenciamento de riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, a administração da Companhia entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos de mercado. Na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 – Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia acredita que o sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis. A efetividade do sistema é avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas diretamente pela área de controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos que são também refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de processos e os sistemas são reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, são a base do ambiente de controle.

A Companhia revisa periodicamente seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, visando que transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente. As atividades de controle da Companhia incluem instruções, orientações e procedimentos na tentativa de que as ações identificadas pela administração para endereçar os riscos relevantes sejam realizadas com efetividade. A efetividade dos controles é monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Este risco integra o “Risco Operacional” identificado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Os riscos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras estão sob responsabilidade da Diretoria Financeira. Este gerenciamento é feito com o suporte e da área de Controladoria e das Áreas ou funções Jurídica, de Compliance e de Controles Internos.

A estrutura de gerenciamento de controles internos da Companhia foi descrita no item 5.1.(b).(iii) deste Formulário de Referência, com a indicação de suas responsabilidades e do relacionamento entre áreas. Além disso, Diretoria Financeira, principal área responsável pelas demonstrações financeiras, conta com o suporte da área de Controladoria para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de Controladoria é responsável pelo estabelecimento, revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos relevantes, incluindo os aspectos relacionados à preparação e revisão das demonstrações financeiras.

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações são avaliados e reportados em relatórios periódicos pela área de Controladoria. Este relatório é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria reporta trimestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As recomendações do relatório sobre deficiências de controles internos emitido pelos auditores independentes são discutidas com a área Controladoria e a Diretoria da Companhia.

Sem prejuízo das estruturas organizacionais descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência, os controles internos integram o sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, com: (i) a atuação das Áreas ou funções Jurídica, de Compliance e de Controles Internos, (ii) a orientação do Diretor de Governança, (iii) a supervisão do Comitê de Auditoria e (iv) a fiscalização da Auditoria Interna, baseado na informação, comunicação e revisão periódica.

Adicionalmente, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, a Auditoria Interna é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos, fornecendo relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de transparência, responsabilização e conscientização sobre os riscos está sendo devidamente implementada pelo Diretor de Governança.

Com o apoio Áreas ou funções Jurídica, de Compliance e de Controles Internos, o Comitê de Auditoria atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e, conforme se mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os relatórios de comunicação de deficiências de controles internos do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018 não apontaram quaisquer deficiências ou recomendações significativas sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para elaboração de nossas demonstrações contábeis e que pudessem colocar em risco a efetividade e a continuidade dos seus negócios.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O relatório sobre deficiências e aspectos contábeis emitido pelos auditores independentes não apontaram itens significativos, porém, a Administração está trabalhando para corrigir os pontos não significativos comentados.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integridade

- (a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A controladora Coteminas S.A. possui um Código de Ética e Conduta que se aplicava aos diretores, empregados, fornecedores e prestadores de serviço da Companhia até a aprovação das políticas próprias da Companhia.

Atualmente, a Companhia possui seu próprio compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, uma vez que consolidou as diretrizes que pautam sua atuação corporativa e estruturou algumas de suas práticas em seu próprio Código de Ética e Conduta, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2021. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código de Ética e Conduta, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, cartel, concorrência desleal, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia.

A Companhia possui um canal de denúncias externo - Canal de Ética – gerido pela empresa Contato Seguro, sem qualquer intervenção da Companhia, para apresentação de eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código de Ética e Conduta ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

Embora as relações com a administração pública não sejam representativas para a Companhia no âmbito comercial, a Ammo Varejo, ciente de sua responsabilidade social como empresa e da repercussão da gestão de suas ações na sociedade, rejeita qualquer ato de corrupção quer na esfera pública, quer na esfera privada, mantendo o compromisso de cumprir todas as legislações, em especial as leis anticorrupção. Há uma série de mecanismos e procedimentos estabelecidos no Programa de Integridade, descrito no Código de Ética e Conduta, destacando-se:

- 1) É abrangente, dirigindo-se aos acionistas, administradores, executivos e colaboradores nas relações mantidas com agentes públicos e/ou assemelhados, estendendo-se aos clientes, fornecedores ou qualquer outro que mantenha relações com a Companhia.
- 2) Indica as práticas ilícitas e inapropriadas reprovadas pela Companhia sem, contudo, limitar-se às mesmas, que podem ser revistas ou mesmo adequadas a cada situação específica.
- 3) Estabelece a esperada conduta dos acionistas, administradores, executivos e colaboradores em relação a brindes e presentes, patrocínios e promoções, doações e contribuições e contratação de terceiros.
- 4) Define o canal de denúncia não permitindo qualquer tipo de retaliação e garantindo o sigilo e anonimato.

5.4 - Programa de Integridade

5) Adota os procedimentos para apuração da denúncia e a forma de processamento.

A reavaliação dos riscos, assim como a revalidação do Programa de Integridade, será realizada periodicamente ou de acordo com a necessidade de ajustes.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e

Conforme disposto no Código de Ética e Conduta da Companhia, a AMMO Varejo disporá de Conselho de Ética e Disciplina, composto por gestores e diretores de diversas áreas dentro da Companhia, com o intuito de ser uma equipe multidisciplinar, sendo estes aprovados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia.

É dever dos membros do Conselho de Ética e Disciplina avaliar e atualizar permanentemente as normas contidas no Código de Ética e Conduta bem como fazer a ampla divulgação de seu conteúdo para todos os colaboradores e prestadores de serviço. Nos termos do Código de Ética e Conduta, o Conselho de Ética e Disciplina se reportará ao Comitê de Auditoria.

Outrossim, as seguintes instâncias também se envolvem no processo de implementação e monitoramento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade:

- Comitê de Auditoria. Tem a função de reportar ao Conselho de Administração o resultado de eventuais investigações internas relativas a relatos recebidos via canal de denúncias e reportes da Área de Auditoria Interna;
- Auditoria Interna. Tem a função de reportar ao Comitê de Auditoria, ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, o resultado de auditorias e avaliações realizadas nas áreas monitoradas por tal Comitê, além de mapear os controles chaves por processo e executar testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves; e
- Áreas ou funções Jurídica, de Compliance e de Controles Internos. Exercem funções de compliance, controles internos e riscos corporativos.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Código de Ética e Conduta aplica-se aos administradores, executivos e colaboradores de todos os níveis funcionais da AMMO Varejo e de suas controladas, sendo aplicado de forma subsidiária aos fornecedores e prestadores de serviços, em conformidade com o do Código de Conduta do Fornecedor (Anexo I ao Código de Ética e Conduta), com o objetivo de disseminar a todos a importância de condutas internas formalizadas para que cada um comprehenda seu papel na organização e esclarecer a todos as condutas esperadas no desempenho de suas atividades.

5.4 - Programa de Integridade

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

São realizados periodicamente treinamentos, ampliando a clareza dos administradores e colaboradores sobre o cumprimento do Código de Ética e Conduta. Os colaboradores da Companhia deverão ser capacitados e periodicamente atualizados em relação às práticas disciplinadas por este Código de Ética e Conduta.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e

A Companhia entende que o objetivo principal do Código de Ética e Conduta é o caráter educativo e não punitivo.

Diante da gravidade da denúncia e de provas suficientes para tomada de decisão, o descumprimento de qualquer uma das diretrizes estipuladas neste Código de Ética e Conduta pode ser interpretado como uma ação deliberada contra os interesses da Companhia. Contudo, nos termos do Código de Ética e Conduta, diante da gravidade da denúncia e de provas suficientes para tomada de decisão, o descumprimento de qualquer uma das diretrizes estipuladas nas regras internas da Companhia pode ser interpretado como uma ação deliberada contra os seus interesses. Nesse caso, a Companhia tomará medidas disciplinares, administrativas e legais cabíveis contra todos os envolvidos, que incluem advertência (verbal ou formal), suspensão e/ou demissão. Serão consideradas a natureza, a gravidade e a frequência da infração, assim como a legislação aplicável.

Verificando-se ato ilícito cometido pelo denunciado, caberá ao Conselho de Ética e Disciplina encaminhar os fatos para apuração da autoridade policial.

Independentemente das sanções que possam ser aplicadas em esfera administrativa e/ou criminal, aquele que praticou o ato também responderá pelas perdas e danos materiais e morais que a AMMO Varejo tiver que suportar.

Também serão responsabilizados e incorrerão nas sanções acima aqueles que sabendo do fato venham a omitir-se voluntariamente.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2021 e pode ser consultado no site (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e (ii) da Companhia (ammovarejo.com.br/ri); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Paulista 1754, 2^a sobreloja, Ala B, Cerqueira César, CEP 01310-920, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

A Companhia possui um Canal de Ética, um canal externo de denúncia da Companhia, administrado por uma empresa especializada externa e independente, com atendimento durante 24 horas por dia, 7 dias da semana, que garante o sigilo e a não retaliação ao colaborador que realizou a denúncia, tratando as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. As denúncias ao referido canal poder ser direcionadas para:

Website: ammovarejo.com.br/canaldeetica

Número: 0800 800 3303

5.4 - Programa de Integridade

- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

Não há restrição, o canal pode receber denúncias de terceiros e colaboradores.

- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e

O Canal de Ética garante o sigilo quanto ao indivíduo que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias;

Recebida a denúncia será distribuída e encaminhada ao órgão competente para apuração nos termos das diretrizes do Conselho de Ética e Disciplina da AMMO Varejo, sendo:

- a) de responsabilidade da Diretoria de cada unidade com assessoramento do Departamento Jurídico local e corporativo no caso de denúncias que envolvam os colaboradores da respectiva unidade exceto os Diretores;
- b) de responsabilidade do Diretor Presidente ou por quem este vier a nomear, devidamente assessorado pelo Departamento Jurídico corporativo no caso de denúncias contra os Diretores das unidades; e
- c) em caso de denúncias contra o Diretor Presidente, Diretores Executivos ou não executivos, será convocada uma Reunião de Conselho de Administração Extraordinária para nomeação de responsável para apuração dos fatos devidamente assessorado pelo Departamento Jurídico corporativo.

Recebida a denúncia e autuada pelo órgão competente, serão analisadas eventuais provas juntadas à denúncia ou indicações do ato ilícito ou inapropriado podendo vir a ser: a) arquivado sumariamente por insubsistência da denúncia ou falta de provas; b) notificação para que no prazo de 10 (dez) dias o denunciado apresente esclarecimentos e defesa.

Ao Conselho de Ética e Disciplina compete a apuração e a propositura das medidas corretivas relativas às infrações ao presente Código de Ética e Conduta.

- (c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas; e

A Companhia não adota procedimentos de integridade em processos de fusão e aquisição visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares, em razão de, até o momento, a Companhia não ter realizado, nem possuir a intenção de realizar operações de fusões e aquisições. Caso a Companhia venha a ter, no futuro, a intenção de realizar fusões e aquisições, a Companhia poderá adotar procedimentos visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares das empresas envolvidas. Nesse sentido, e com propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia poderá contratar assessores externos para a realização destes processos de diligência, que inclui a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados, contratação de escritórios de advocacia conceituados, dentre outros.

5.4 - Programa de Integridade

- (d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações significativas

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos na política de gerenciamento de riscos adotada. Ademais, não esperamos que haja redução ou aumento relevante em nossa exposição aos riscos descritos anteriormente em relação ao último exercício social. A Companhia esclarece que somente formalizou a Política de Gerenciamento de Riscos em 27 de julho de 2021, a qual reflete as práticas que já eram adotadas, no exercício social corrente.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 – Outras informações relevantes – Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a esta Seção 5 foram disponibilizadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	14/10/1999
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 – Breve histórico

A AMMO Varejo S.S. (anteriormente denominada AMMO Varejo Ltda., “AMMO”) foi constituída em 1º de janeiro de 2013, como forma de consolidação das operações de varejo da Springs Global Participações S.A. (“Springs Global”) com as redes de lojas Artex e MMartan.

A Springs Global é uma empresa do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho. No Brasil, a Springs Global detém, através das suas controladas, as marcas Santista, Artex, MMartan e Casa Moysés, marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis socioeconômicos. A Springs Global opera no segmento Atacado através da sua controlada direta Coteminas S.A., que possui cadeia integrada de produção de seus produtos, e no segmento varejo através da controlada indireta AMMO.

A história do segmento varejo da Springs Global começa em 2009 quando a Springs Global, por meio da Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), adquire 65% do capital social da MMartan. Em 2011, a Springs Global amplia sua participação para 85% do seu capital social, atingindo, no ano seguinte, 100% do capital social da MMartan.

Em 2011, a Springs Global expandiu as suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, lançando a rede de lojas próprias da marca Artex, através da controlada American Sportswear Ltda. (“ASW”).

Em 1º de janeiro de 2013, a ASW incorporou a SRPSA e a sua controlada indireta MMartan, quando alterou sua razão social para AMMO Varejo Ltda.

Em 2015, a AMMO iniciou o processo de *franchising* da Artex.

Em 2017, a AMMO estabeleceu um time dedicado a fortalecer a operação digital da empresa, aprimorando a tecnologia proprietária denominada “PIX – Point of Incredibile Experience” sendo notável a melhoria das lojas online das marcas MMartan e Artex, além do desenvolvimento de um sistema de ponto de venda robusto, flexível, escalável e de baixo custo de implementação e manutenção, com o uso de ambiente de nuvem.

Em 2018, a AMMO lançou um modelo de franquia digital pelo qual conseguiu melhores condições para que seus franqueados também participassem do crescimento das vendas do canal digital e seus consumidores usufruissem de uma melhor experiência de compra, possibilitando a mobilidade e escolha de onde comprar, receber e retirar os produtos desejados, via internet ou via loja física, com a mesma qualidade de atendimento e, ainda, com melhores prazos de entrega.

Em 2018, também, a AMMO introduziu a venda direta de produtos da Santista, marca mais popular de produtos de cama, mesa e banho, através de uma nova loja virtual da marca.

As vendas de e-commerce cresceram 150% em 2018 e 73% em 2019, demonstrando o sucesso do investimento em tecnologia e dos benefícios da omnicanalidade.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a AMMO passou a ser uma controlada indireta da Springs Global quando a Coteminas S.A. adquiriu de sua controladora Springs Global, a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO.

Em 2020, com o início da pandemia da Covid-19, o investimento realizado em tecnologia se mostrou essencial, uma vez que houve o fechamento temporário e a redução das horas de funcionamento do comércio físico. O investimento em tecnologia, possibilitou não somente a substituição de vendas por lojas físicas para vendas online, como ainda o crescimento de 30% das receitas sell-out. Como resultado, os pedidos recebidos no e-commerce em 2020 foram, aproximadamente, 4 vezes maiores em relação ao valor obtido no ano anterior.

6.3 - Breve Histórico

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S possui sede em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

Em 30 de junho de 2021, diante da perspectiva da Companhia de efetuar oferta pública de distribuição de valores mobiliários, foi alterado o tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, e alterando sua denominação social para AMMO VAREJO S.A.

A AMMO acredita que seu crescimento é fruto da combinação da tradição, do valor e da liderança das suas marcas, com reconhecimento pela qualidade dos seus produtos e alto nível de lembrança e associação com produtos para o lar, juntamente com tecnologia proprietária, que permite maior flexibilidade e velocidade para mudanças, tudo objetivando promover o encantamento dos seus clientes.

Com o intuito de potencializar o alto nível de associação de suas marcas com produtos para o lar, a AMMO tem ampliado sua oferta de produtos nos últimos anos, começando pela ampliação da oferta de produtos têxteis, como produtos de decoração - cortinas, mantas e almofadas, das linhas *baby* e infantil, além da ampliação da linha de produtos para o sono. Em 2019, a AMMO iniciou a venda de produtos não têxteis em seus canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta. Em 2020, a AMMO lançou a oferta de colchões, na marca Artex, e de produtos *pet*, na marca MMartan, entre outros.

Com esta estratégia de expansão de categorias, segundo o IBOPE, a AMMO ampliou seu mercado endereçável no Brasil em aproximadamente 7 vezes, de R\$ 12 bilhões - produtos de cama, mesa e banho, para R\$ 86 bilhões - produtos de casa e decoração, a preços ao consumidor.

Além de ser a líder no varejo especializado de cama, mesa e banho, a AMMO está caminhando para ser referência em *home-wellness* na América Latina. A perspectiva já é a de abraçar um ecossistema mais amplo de produtos e serviços à medida que expandiu suas fronteiras.

Nesta linha, a AMMO vem desenvolvendo:

- A expansão de categoria com a oferta de produtos não-Cama, Mesa e Banho (CAMEBA) em todas as marcas. Nos últimos dois anos, a AMMO dobrou o número de SKUs de produtos não-Cama, Mesa e Banho (CAMEBA) nas lojas *online*, representando atualmente cerca de 30% dos produtos disponíveis para venda. A ampliação de oferta de novas categorias de produtos possibilita o crescimento de sua receita e o fortalecimento de suas marcas, aumentando o valor médio e a frequência de compra pelos seus consumidores.
- Produtos/serviço para o sono, lançando, em 2020, o Persono, solução para melhorar a vida das pessoas. A marca Persono, com soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, tem o objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Para o desenvolvimento da tecnologia, a AMMO tem realizado parcerias com renomados institutos de polissonografia, além de investir em ciência de dados na busca de sistemas de alta precisão e eficiência para monitoramento do sono.
- Conteúdo, se posicionando como referência em *Lifestyle home-wellness* no Brasil, comprovado pelos 1º e 2º lugares obtidos nos resultados de pesquisa do Google em mais de 1.000 termos relacionados a categoria *home-wellness* em maio de 2021. As marcas da AMMO contam com mais de 1,4 milhões de clientes ativos em 2020.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 – Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

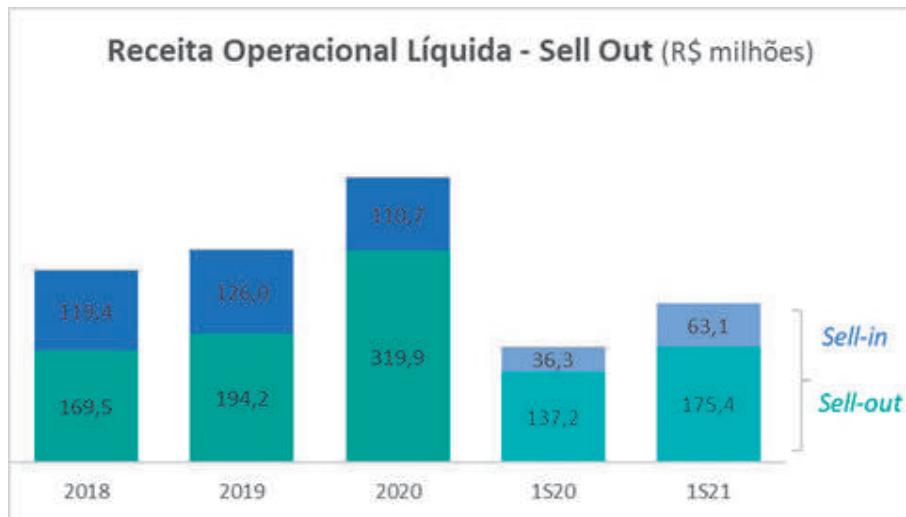
7.1 – Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos uma das companhias líderes em varejo especializado de produtos de cama, mesa e banho (“CAMEBA”) no Brasil,¹ além de sermos atuantes no segmento de *home-wellness*, que engloba conforto, bem-estar e saúde, com GMV (vendas *sell-out*, ou seja, total do volume financeiro considerando o preço para o consumidor final) de R\$735,7 e R\$844,8 milhões em 2020 e últimos doze meses encerrados em 30 de junho de 2021, respectivamente. Entre 2018 e 2020, a nossa GMV cresceu mais de 40%, saltando de R\$ 526,2 milhões para R\$ 735,7 milhões, respectivamente. A Companhia é líder do e-commerce do varejo da categoria de CAMEBA, com o *marketshare* das vendas de suas lojas online estimado em 23% em 2020, de acordo com dados da 43ª edição do Webshoppers de março de 2021 (Ebit | Nielsen), incluindo colchões na categoria de CAMEBA, com GMV do e-commerce de R\$ 277,0 milhões em 2020.

Além disso, o GMV das vendas digitais (e-commerce) passou de R\$ 43,5 milhões para R\$ 277,0 milhões em 2018 e 2020, respectivamente, crescimento que foi resultado do investimento em transformação digital ao longo dos últimos anos, que se mostrou essencial, em 2020, quando houve rápido e significativo aumento de vendas no e-commerce em decorrência da pandemia. Na mesma linha, a nossa receita líquida referente às demonstrações contábeis combinada *carve-out* aumentou com um CAGR de 22,0% entre 2018 e 2020, de R\$ 289,7 milhões em 2018 para R\$ 431,1 milhões em 2020, alcançando R\$ 238,6 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2021, com crescimento de 37,2% em relação ao mesmo período de 2020.

Gráfico 1 – Receita Operacional Líquida - Sell Out



Fonte: Relatório de Auditoria e Demonstrações contábeis combinadas

Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Centralizamos todo o nosso planejamento estratégico na experiência do nosso cliente (*customer centric*) e temos como objetivo a busca da qualidade contínua e o crescimento através da criação de vínculos afetivos com os nossos clientes. Ofertamos uma grande variedade de produtos nas categorias de CAMEBA, lar e decoração e *home-wellness* com nossas marcas próprias e licenciadas, para a Companhia e/ou sua acionista Controladora, como Santista, Artex, MMartan, Casa Moysés e Persono, em mais de 233 lojas físicas (próprias e franquias) e e-commerce.

¹ Ranking SBVC 2018 – 300 Maiores Empresas do Varejo Brasileiro.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

As marcas Santista, Artex, MMartan e Casa Moysés, principais marcas dos produtos comercializados pela Companhia, são fortemente reconhecidas no segmento de produtos de CAMEBA. Possuímos um ecossistema de vendas diversificado, o qual abrange canais digitais, centros de distribuição e rede de lojas físicas (próprias e franqueadas) com ampla cobertura geográfica e capilaridade, operando com um modelo de omnicanalidade completa, suportada por tecnologia proprietária.

Com o intuito de potencializar o alto nível de associação das marcas dos produtos que comercializamos, com produtos para o lar, ampliamos a nossa oferta de produtos nos últimos anos, começando pela ampliação da oferta de produtos têxteis, como produtos de decoração - cortinas, mantas e almofadas, das linhas baby e infantil, além da ampliação da linha de produtos para o sono. Em 2019, a AMMO iniciou a venda de produtos não têxteis em seus canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta. Em 2020, a AMMO lançou a oferta de colchões, sob a marca Artex, e de produtos *pet*, sob a marca MMartan, entre outros. Ademais, ainda em 2020, com objetivo de atender as demandas do mercado no segmento *home-wellness*, criamos a marca Persono como uma solução para melhorar o sono e, consequentemente, a vida dos consumidores.

Com esta estratégia de expansão de categorias, segundo o IBOPE, a AMMO ampliou seu mercado endereçável no Brasil em aproximadamente 7 vezes, de R\$ 12 bilhões - produtos de cama, mesa e banho, para R\$ 86 bilhões - produtos de casa e decoração, a preços ao consumidor.

As marcas Santista, Artex e MMartan, possuem alta taxa de conhecimento entre consumidores e especialistas, sendo referência em qualidade no setor. De acordo com pesquisa customizada realizada pela MC15 em 2019, as marcas Santista, Artex e MMartan são Top of Mind para 46% consumidores brasileiros da categoria CAMEBA, com lembrança espontânea para 80% desses consumidores.²

Além disso, as marcas Santista, Artex e MMartan possuem qualidade reconhecida e premiada, estando nos primeiros lugares da categoria CAMEBA do Prêmio Reclame AQUI nos últimos anos, sendo que a Santista, foi vencedora com o 1º lugar nos últimos oito anos, de 2013 a 2020. Na data deste formulário de referência, as nossas principais marcas, Santista, Artex e MMartan, possuem classificação RA1000 no ReclameAqui, a mais alta em termos de satisfação e atendimento aos clientes. Nossa qualidade é exemplificada pelo baixo índice de devolução problemática, calculado pelo número de unidades trocadas por defeito dividido pelo número de unidades vendidas no período, que foram, por exemplo, 0,2% para as lojas físicas e 0,1% no e-commerce, nos primeiros seis meses de 2021.

Já somos referência em *home-wellness* no Brasil em termos de conteúdo, sendo que os blogs das nossas marcas estão entre o primeiro e segundo lugares nos resultados do Google, em pesquisa realizada em maio de 2021, em mais de 1.000 termos relacionados a categoria *home-wellness*. A recém lançada marca Persono já se encontra no *bubble* de respostas rápidas do Google com termos altamente relevantes para o mundo do sono. Juntas, as referidas marcas acumulam uma comunidade de mais de 4,6 milhões de seguidores em redes sociais, ou pessoas apaixonadas pela categoria. Ademais trabalhamos diretamente com uma comunidade de influenciadores de casa, decoração e *lifestyle* que, juntos, têm uma audiência de 48 milhões de pessoas.

Adicionalmente, possuímos um sistema de gestão de franquias de excelência, com as marcas MMartan e Artex validado ao longo de nossos 15 anos de experiência com tal modelo de negócios, por meio do qual nossos franqueados se beneficiam de nossa expertise, treinamento contínuo, da nossa tecnologia proprietária e das vendas realizadas pelas lojas digitais.

² Pesquisa realizada pelo instituto MC15 em 2019, sob encomenda da Companhia .

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

NOSSAS MARCAS

A AMMO possui licença de uso em vendas diretas ao consumidor da marca Artex, de titularidade de sua acionista controladora, e detém as marcas MMartan e Casa Moysés, além de operar o marketplace da Santista Decora, sendo todas elas marcas tradicionais e referências nos segmentos de CAMEBA, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis socioeconômicos.

A pandemia do COVID-19 acelerou mudanças e criou novas tendências de comportamento dos nossos consumidores. Percebemos a migração da preferência do nosso consumidor para compras online, principalmente em decorrência do isolamento social e restrições de abertura do comércio e o aumento de vendas de dispositivos móveis para a geração *millennials* (geração da internet), ou seja aqueles que nasceram após o início da década de 1980 até, aproximadamente, o final do século. Ademais, notamos que os nossos consumidores aumentaram o vínculo com o lar em tempos de isolamento e *home office* e ampliaram o conceito do *wellness*, priorizando moradias que oferecem qualidade de vida.

Essas tendências de enaltecimento do lar e *wellness* que se encontram em linha com os tipos de produtos que ofertamos, a nossa tecnologia proprietária e a reputação das nossas marcas, contribuíram para o forte crescimento das nossas vendas do e-commerce, principalmente, em 2020. Especialmente a reputação das marcas dos nossos principais produtos, construída ao longo de décadas, deu a confiança que os clientes precisavam num momento em que foram forçados a migrar hábitos analógicos para o mundo digital, quando houve restrições no comércio físico devido à pandemia do COVID-19.

Seguindo esta mesma lógica, em 2020, criamos a marca Persono como uma solução para melhorar o sono e, consequentemente, a vida dos consumidores, atendendo a demanda dos nossos clientes pela cultura do *wellness* (bem-estar), que carrega como um dos seus pilares a qualidade do sono.

Abaixo segue uma breve descrição das principais marcas que comercializamos:

Santista

Fundada em 1929, há mais de 90 anos, é uma marca tradicional, com grande penetração nos mercados de consumo popular, além do institucional, ambos focados nas classes B e C (assim entendidas famílias com renda de 10 a 20 salários mínimos e 4 a 10 salários mínimos, respectivamente) que representam 83% de seus consumidores. Seus principais valores consistem em custo-benefício, força e tradição e família. É marca líder de recall com produtos, com consumidores que demandam produtos bons, baratos e bonitos. Em 30 de junho de 2021, a marca possuía mais de 479.000 clientes ativos (clientes que realizaram alguma compra nos últimos 12 meses) e de 2,1 milhões de seguidores nas redes sociais (Instagram, Facebook e Pinterest), um ticket médio de cerca de R\$ 180 e um GMV de R\$ 123 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021. Os produtos Santista são fabricados pela Coteminas, acionista Controladora da Companhia e licenciada desta marca, e posteriormente fornecidos para a Companhia para distribuição. As vendas dos produtos Santista são realizadas exclusivamente online por meio do website www.santistadecora.com.br, de propriedade da acionista controladora da Companhia, cujo marketplace é operado e gerenciado pela Companhia.

Artex

Fundada em 1936, é considerada nossa marca jovem, pois comprehende produtos modernos, de qualidade e democráticos, atualizados com as mais novas tendências da moda e focados na classe B. Os principais valores da Artex consistem em capacidade de se reinventar, democratização como reflexo da pulverização entre os mais diversos públicos e paixão por tendências. Possui foco em consumidoras das classes A (famílias com renda superior a 20 salários mínimos), B e C que representam, respectivamente, 37%, 28%, 26% e 9% de suas vendas. Em 30 de junho de 2021, a marca possuía mais de 556.000 clientes ativos e de 1,1 milhão de seguidores nas redes sociais (Instagram, Facebook e Pinterest), um ticket médio de aproximadamente R\$ 300, um GMV de R\$ 304 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021 e presença nacional através de 84 lojas, sendo 50 franquias e 34 lojas próprias, das quais 6 são outlets. A marca Artex é de titularidade da Coteminas, acionista controladora da Companhia, e licenciada para a Companhia para uso em suas atividades.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

MMartan

Fundada em 1980 e adquirida pela Companhia em 2009, é sinônimo de qualidade e de produtos sofisticados e atuais, sendo uma importante grife no mercado CAMEBA, conhecida por estampas e produtos icônicos. Possui foco nas classes A (61% dos consumidores) e B (39% dos consumidores), com principais valores sendo experiências que vão do aroma da loja ao toque do produto, relacionamento que garante fidelização de longo prazo e inspiração com conteúdo. Em 30 de junho de 2021, a marca possuía mais de 409.000 clientes ativos e de 1,4 milhão de seguidores nas redes sociais (Instagram, Facebook e Pinterest), um ticket médio de cerca de R\$ 500, um GMV de R\$ 104 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021 e presença nacional através de 149 lojas, sendo 118 franquias e 31 lojas próprias, das quais 12 são outlets. A marca MMartan é uma marca própria da Companhia.

Casa Moysés

Fundada em 1930 e adquirida pela Companhia em 2009, é uma marca de produtos de alta qualidade e referência de alto luxo no mercado brasileiro com foco na classe A. Seus principais valores são a tradição, a atenção aos detalhes e a atemporalidade. Em 30 de junho de 2021, a marca possuía um GMV de R\$ 104 milhões nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2021, presença nacional através de 149 lojas de bandeira MMartan. Nesse mesmo ano, começamos um processo de valorização da marca, inaugurando, recentemente, uma loja *flagship* localizada em endereço nobre de São Paulo, além de um site institucional e início do projeto de e-commerce próprio, mas sem abrir mão da capilaridade oferecida pelos pontos de venda MMartan. A marca Casa Moysés é uma marca própria da Companhia.

Persono – (marca licenciada à Companhia)

Em 2020, Companhia lançou a marca Persono com soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Apesar do pouco tempo de existência, a marca já é uma referência em termos de conteúdo de wellness e já é patrocinadora do Comitê Olímpico Brasileiro nas Olimpíadas 2021. A marca Persono é de titularidade da Coteminas, acionista controladora da Companhia, e licenciada para a Companhia para uso em suas atividades.

Para mais informações sobre as marcas acima, sua propriedade, licenças, produtos, e os contratos de licença, ver o item 7.4 e 16 deste Formulário de Referência.

NOSSOS CANAIS DE VENDA – CAPILARIDADE e OMNICANALIDADE

A nossa omnicanalidade é potencializada pela capilaridade da nossa rede. Em 30 de junho de 2021, a Companhia contava com aproximadamente 1,4 milhão de clientes ativos, apresentando crescimento de 37,5% entre o período de 30 junho de 2020 e 30 de junho de 2021, 233 lojas físicas, sendo 65 próprias e 168 franquias, distribuídas em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal e três centros de distribuição localizados nas principais regiões do país. A Companhia possui a visão completa dos estoques dos CDs e das lojas físicas, tanto próprias como de franqueados, totalmente integrados em seu sistema de gestão proprietário, viabilizando a otimização de entrega das vendas geradas nas suas plataformas de e-commerce com custos e prazos competitivos. A nossa plataforma de e-commerce é composta por três lojas online (www.santistadecora.com.br, www.artex.com.br e www.mmartan.com.br), cujos nomes de domínios pertencem à Companhia ou à sua controladora. Os produtos das marcas Santista e Artex também são oferecidos nos principais marketplaces operados por terceiros, com objetivo de gerenciar a presença de nossas marcas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Desde 2017, a Companhia oferece um modelo de omnicanalidade completo com opções de (i) “Retire da Loja” e “Entrega a partir da loja” para compras feitas diretamente no website da Companhia, sistema por meio do qual compra é efetuada usando o estoque da própria loja, (ii) “Prateleira Infinita” para clientes das nossas lojas físicas que não encontrem os tamanhos ou modelos desejados, sendo a compra efetuada usando o estoque de um dos nossos centros de distribuição, e (iii) “Atendimento Remoto” para lojas realizadas através do aplicativo WhatsApp, serviço em que a compra é efetuada usando o estoque de um dos nossos centros de distribuição. Nesse sentido, a taxa de conversão da venda remota é de aproximadamente 10%, representando uma taxa de conversão 5 vezes maior do que a taxa de conversão de vendas do e-commerce.

Devido à sua liderança, tanto no meio físico como no meio digital, a Companhia acredita ser capaz de se beneficiar das vantagens dos dois canais de venda, como o atendimento humanizado, o contato com o produto, e uma melhor experiência com a marca nas lojas físicas, concomitantemente com a possibilidade de grande ampliação de sortimento, oferta de conteúdo, personalização e segmentação nas lojas virtuais.

Adicionalmente, a combinação dos dois canais de venda (físico e digital) possibilita uma melhor assertividade das ofertas de produtos e conteúdos, através do cruzamento dos dados gerados em todos os canais e uso de inteligência artificial, e uma melhor experiência de compra, com a possibilidade de recebimento imediato do produto, através da retirada do produto nas lojas, e também o uso das lojas físicas como um canal de contato pessoal, com atendimento humanizado, em caso de necessidade de troca ou dúvidas sobre o produto comprado ou a ser comprado online.

O físico e o digital também interagem via conteúdo, por isso o consideramos como um pilar estratégico, seja no Google, em parceria com influenciadores ou junto à nossa própria audiência:

- Conteúdo próprio: com uma equipe própria composta por 36 profissionais multidisciplinares, produzimos conteúdos próprios e inéditos que suprem as demandas da nossa audiência
- *Social Listening*: falando em audiência, seja através de monitoramento, enquetes nos perfis e buscas no Google, todo nosso conteúdo é criado baseado nos interesses dos seguidores e usando plataformas como SEMRUSH, Buzzmonitor e as próprias ferramentas sociais
- Marketing de influência: influenciadores digitais servem como canais de divulgação, conversão e prova social

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em maio de 2021 fomos classificados em primeiro e segundo lugar nos resultados do Google em mais de mil termos relacionados a categoria de *home-wellness*. Já estamos no *bubble* de respostas rápidas do Google com termos altamente relevantes acerca do mundo do sono. Quando se trata dos influenciadores de casa, decoração e *lifestyle* com quem trabalhamos, soma-se uma audiência de 48 milhões de pessoas, além da nossa comunidade de quase 5 milhões de indivíduos, considerando todas as nossas marcas.

Gráfico 2 - Pesquisa realizada no canal de CRM

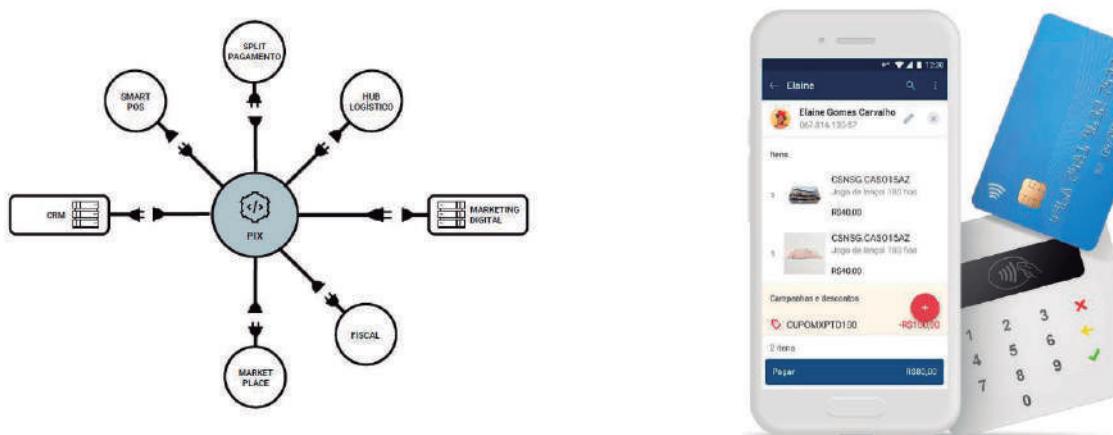


Fonte: Dados gerenciais da Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Tecnologia Proprietária

A partir de uma visão orientada por uma estratégia omnichannel, centrada na experiência do cliente e na integração entre as nossas plataformas online e off-line (lojas físicas, franquias), evoluímos nossa estrutura interna de varejo para nos tornar também uma empresa de produtos e tecnologias digitais. Em 2017, iniciamos a implantação de cultura digital na Companhia, quando, através de pessoas, adquirimos novas expertises, formamos times de produção digital, incorporamos processo e metodologias ágeis e desenvolvemos tecnologias proprietárias e produtos digitais, sendo a principal entrega o sistema integrado proprietário, denominado “PIX – Point of Incredible Experience”, com funcionalidades de ponto de venda (PDV), e-commerce, prateleira infinita, venda remota e back-office. Tal sistema, além de flexível e escalável, possui também baixo custo de implementação e manutenção, devido ao uso de ambiente de nuvem.



As vendas de e-commerce cresceram 137% em 2018 e 73% em 2019, demonstrando o sucesso do investimento em tecnologia e dos benefícios da omnicanalidade. Em 2020, com o início da pandemia do Covid-19, o investimento realizado em tecnologia se mostrou essencial, onde houve fechamento e redução das horas de funcionamento do comércio físico, o que possibilitou não somente substituir as vendas estimadas para lojas físicas por vendas online, como ainda apresentar crescimento de 30% do nosso GMV. Os pedidos recebidos no e-commerce em 2020 foram quase 4 vezes o valor obtido no ano de 2019.

No segundo trimestre de 2021, o número de visitas nas nossas lojas online somou 26,2 milhões, com crescimento de 79% em relação ao primeiro trimestre de 2020, quando ocorreu o pico de vendas no e-commerce, no início da pandemia, quando as lojas físicas estavam fechadas. No segundo trimestre de 2021, as vendas do e-commerce foram 18% superior as do primeiro trimestre de 2021 e 23% inferior ao valor do mesmo período de 2020, quando atingimos vendas trimestrais recorde de R\$ 110 milhões, sendo quase 50% superior ao valor registrado em todo ano de 2019, de R\$ 75 milhões.

Acreditamos que este resultado é fruto da combinação da tradição, do valor e da liderança das nossas marcas, com reconhecimento pela qualidade dos nossos produtos e alto nível de lembrança e associação com produtos para o lar, juntamente com tecnologia proprietária, que permite maior flexibilidade e velocidade para mudanças, tudo objetivando promover o encantamento dos nossos clientes.

Cultura Ágil e Digital

Desde 2016 estruturamos um núcleo de tecnologia que acreditamos nos posicionar como uma empresa de home-wellness tecnológica tanto em seus produtos e serviços, quanto na cultura interna, nos processos e nas pessoas. Para tanto, temos apostado em equipes multidisciplinares com sentimento de dono e cliente-cêntrica, promovendo diversas e constantes iniciativas, como:

- Hackathon 2016: criou o otimizador logístico a fim de distribuir pedidos de e-commerce para atendimento nas lojas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Hackathon 2018: backoffice nascido com objetivo de simplificar a gestão de varejo e empoderar as áreas do negócio.
- Hackathon 2020: em meio a pandemia, desenvolvemos a venda remota assistida seguindo o processo do nosso e-commerce.
- Parcerias em tecnologia: desenvolvimento de protótipo de travesseiros para monitorar a qualidade do sono com especialistas.

O resultado disso é um ecossistema omnicanal de plataformas proprietárias escaláveis e integradas que vão desde o sistema de frente de lojas, até o e-commerce e o back-office. Dessa forma, oferecemos uma experiência consistente para o consumidor, trazendo o físico para o digital e o digital para o físico (“cultura phygital”).

A tecnologia proprietária também nos proporciona maior flexibilidade e velocidade para mudanças. Como exemplo, durante a pandemia do COVID-19 nos beneficiamos do crescimento das vendas nos nossos canais online, uma vez que aceleramos a implementação do nosso sistema proprietário de omnicanalidade em nossos diversos canais de vendas e desenvolvemos internamente novos softwares que permitiram esta integração.

Com tal cultura ágil e digital, acreditamos dispor de vantagens competitivas na nossa operação, sendo elas principalmente: Prateleira infinita, Entrega a partir da loja e Retire na loja, autoatendimento via Whatsapp, venda remota assistida, algoritmo de previsão de demanda, recomendação de produtos no e-commerce, sugestão de SKUs com base em fotos de ambientes, motor para criação de campanhas comerciais, algoritmos que segmentam a base de clientes e ferramenta para pedido de compra das lojas.

Desenvolvimento e Oferta de Produtos

Possuímos também experiência em desenvolvimentos de produtos e estruturação de coleções, com uso de habilidades criativas e analíticas, além do conhecimento da indústria e do consumidor, viabilizando direcionamento criativo com os melhores resultados comerciais, desenvolvimento de produtos com atributos com valor percebido pelo consumidor e precificação adequada. Apesar de varejista, temos vasto conhecimento do processo de criação e de produção, o que possibilita comprar melhor e direcionar melhor os esforços de criação.

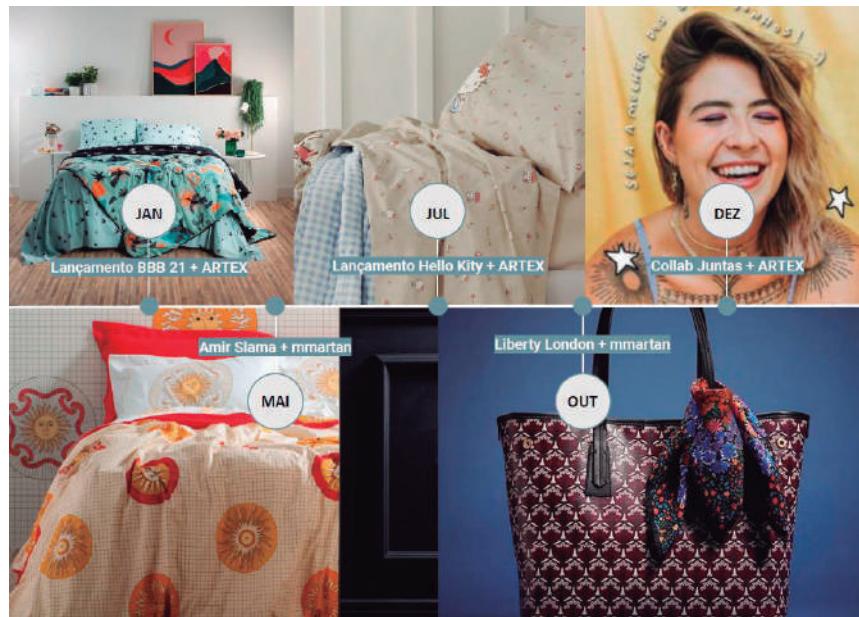
O processo de desenvolvimento de coleção começa a partir das pesquisas de tendência, cartelas de cores, materiais e texturas. A estrutura da criação é pautada no acompanhamento dessas tendências, de *bureaus* de estilo, feiras têxteis e de design, e na definição da quantidade de SKUs. Na sequência, analisamos os dados históricos de vendas para determinar a variedade de ofertas por categoria, as principais características de cada oferta e a construção de preços.

Temos uma equipe interna de designers gráficos e de produtos que desenvolvem coleções sazonais, quatro por ano, e coleções cápsulas, que são lançadas a cada 15 dias, aproximadamente, com prazos entre início de desenvolvimento e a sua disponibilidade em lojas de 11 meses e 4 meses, respectivamente. As coleções cápsula permitem uma interação mais constante com os nossos clientes através da geração de conteúdo, alinhado com a nossa estratégia de marketing digital. Ademais, os lançamentos por módulos através das coleções cápsula e sazonais, o cliente a comprar uma maior variedade de produtos com um ticket médio maior. Também investimos na criação de produtos ex-CAMBEBA (almofadas, mesa posta, quadros, tapetes e outros), que já resultou em tração de vendas. Isso se justifica pelo fato de desenvolvermos a linha “core” ao mesmo tempo que planejamos os sortimentos complementares, o que nos permite entrar em um cenário de composição de toda a casa, com *storytelling* por trás - algo pouco explorado no mercado. Assim, oferecemos diversos SKUs complementares que combinam com aqueles “core”.

Como mecanismo de alavanca para todo o trabalho que fazemos dentro de casa e com objetivo de corroborar para o *storytelling*, construímos colaborações e parcerias com marcas aderentes ao nosso posicionamento. Essa estratégia permite os clientes se identificarem com as marcas, levando *lifestyle* a eles e elevando suas experiências de compra. Além de trabalhar do ponto de vista de posicionamento e branding, atingimos segmentos novos de clientes com essa estratégia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Imagen 1 – Colaborações das marcas Artex e MMartan



Fonte: Dados fornecidos pela Companhia

Modelo de Excelência de Franquias

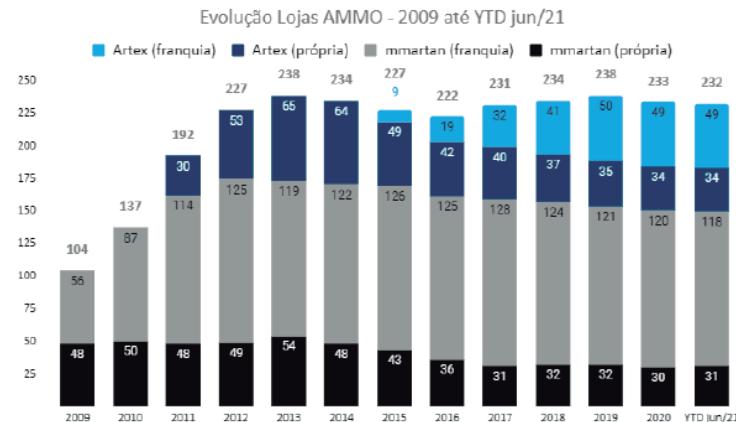
Nosso modelo de franquias apresenta contrato de 5 anos, taxa de franquia de R\$50 mil e R\$40 mil (a depender da marca), royalties de 20% em cima do sell-in e utilização de nossa tecnologia proprietária em um modelo de abastecimento semanal que permite preservar o capital de giro dos franquiados. Além disso, realizamos entregas semanais em até 10 dias a partir da compra, possibilitando o rápido ajuste dos estoques, e um prazo médio de pagamento de 75 dias (em linha com o prazo médio de recebimento).

Mantemos relacionamento de longo-prazo com os franqueados, o qual é intensificado por diversas avenidas. Oferecemos uma plataforma de treinamento aos colaboradores, com atualizações permanentes, de forma a entregar a visão da jornada multicanal para nossa rede de franquias. Fornecemos, ainda, marketing, treinamento, análise de dados, suporte legal, consultoria comercial nas negociações imobiliárias e ferramentas de omnicanalidade para os franqueados, permitindo que eles se concentrem apenas em oferecer a melhor experiência ao cliente, e tornando imperceptível que se trata de uma loja franqueada.

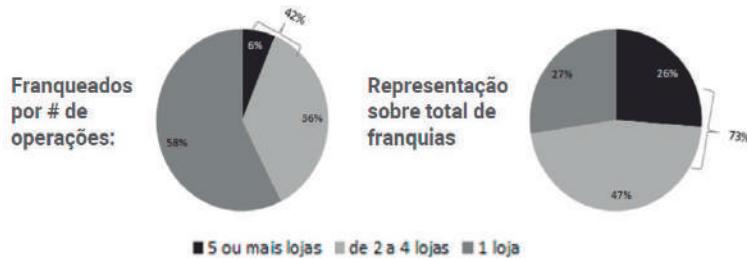
Nossa *expertise* no funcionamento desse modelo é evidenciada por um sistema de gestão validado em 15 anos de experiência e mais de 10 prêmios, como Selo de Excelência em Franchising e ABF concedido pela Associação Brasileira de Franchising, com *payback* de 24 a 36 meses e 79% da rede em contratos de mais de 5 anos, sem concentração significante de franqueados.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Gráfico 3 – Evolução das Marcas e Perfil dos Franqueados



Perfil dos franqueados:



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, referentes às demonstrações financeiras combinadas carves-out:

Em Reais mil (exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2021 ¹	Período de seis meses findo em 30/06/2020 ²	Exercício social encerrado em 31/12/2020 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2019 ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2018 ¹
Receita Líquida de vendas	238.618	173.914	431.143	320.882	289.729
Lucro Bruto	129.913	89.680	219.211	141.665	145.000
Margem Bruta	54,4%	51,6%	50,8%	44,1%	50,0%
EBITDA ⁽³⁾	29.357	8.362	40.333	41.288	17.342
Lucro (prejuízo) Líquido	1.466	(14.527)	(6.700)	2.811	1.777

(1) Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carves-out auditadas dos respectivos períodos.

(2) Valores conforme demonstrações financeiras intermediárias combinadas carves-out revisadas do respectivo período.

(3) Calculamos o EBITDA, em consonância com a Instrução CVM nº 527, ajustando ao lucro líquido (prejuízo) o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro e os custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas BR GAAP™ nem pelas IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E GERAÇÃO DE VALOR

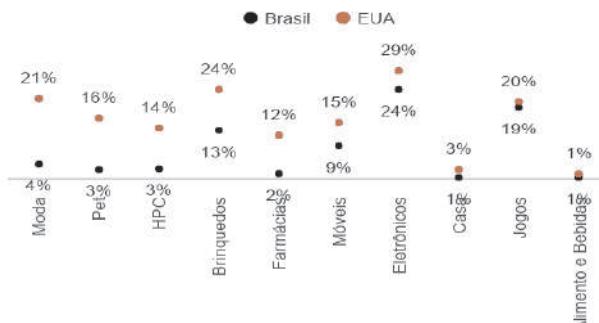
Além de uma liderança no varejo especializado de CAMEBA, visamos ser também referência em *home-wellness* na América Latina. Nossa perspectiva é abraçar um ecossistema mais amplo de produtos e serviços à medida que nos apropriamos de novos territórios.

Ampliação do Portfólio de Produtos

De forma a potencializar o alto nível de lembrança e associação das nossas marcas com produtos para o lar e ampliar o nosso relacionamento com nossos clientes, aumentamos a variedade dos nossos produtos nos últimos anos. Inicialmente, ampliamos a oferta de produtos têxteis, como produtos de decoração - cortinas, mantas e almofadas, das linhas *baby* e infantil, e, em 2019, iniciamos a venda de produtos não têxteis nos nossos canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta.

Com esta estratégia de expansão de categorias, ampliamos o nosso mercado endereçável no Brasil em aproximadamente 7 vezes, de R\$ 12 bilhões - produtos de cama, mesa e banho, para R\$ 86 bilhões - produtos de casa e decoração, a preços ao consumidor, segundo o IBOPE. Somado a esse fator, temos o aumento da demanda por produtos de casa e decoração em razão de um *boom* do mercado imobiliário advindo da queda da taxa básica de juros, da ressignificação do lar e *home office* devido à pandemia da Covid-19, e da penetração do e-commerce e do uso de dispositivos eletrônicos – o contexto de coronavírus acelerou a penetração do comércio online no país, que era defasada quando comparada aos Estados Unidos, com aumento de 41% nas vendas em 2020 e tendência de permanecer crescendo.

Gráfico 4 – Penetração do E-commerce por categoria



Fonte: <https://conteudos.xpi.com.br/acoes/relatorios/batalha-de-titas-o-que-esperar-do-setor-de-e-commerce-e-nossas-recomendacoes>

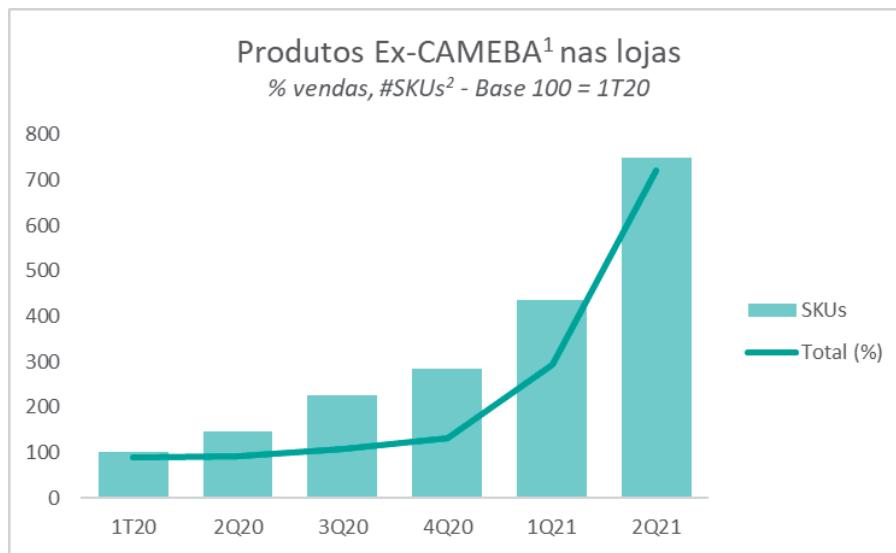
Adicionalmente, já iniciamos o trabalho de expansão de categoria em todas as marcas e pretendemos continuar este trabalho através da oferta de uma variedade maior de produtos de lar e decoração em nossas lojas físicas e plataformas digitais para atender uma expectativa de nossos consumidores, qual seja, uma oferta maior de produtos e conteúdo relacionados a lar e decoração e *home-wellness*.

Já iniciamos o ano corrente, explorando categorias de flores e plantas artificiais, puxadores, quadros, puffs, abajures, pijamas, cama box, tapetes e capachos, entre outros. Nos últimos dois anos, dobramos o número de SKUs (*Stock Keeping Unit* – Unidade de Manutenção de Estoque) de produtos não-CAMEBA nas nossas lojas *online*, representando atualmente cerca de 30% dos produtos disponíveis para venda. A ampliação de oferta de novas categorias de produtos possibilita o crescimento de nossa receita e o fortalecimento das nossas marcas, aumentando o CLTV (Customer Lifetime Value) e a frequência de compra pelos nossos consumidores. De acordo com a nossa experiência recente, entendemos que estamos aptos a dar continuidade a esta iniciativa com sucesso.

Alguns casos que ilustram a nossa capacidade acerca da expansão de categoria, são os tapetes MMartan, que foram lançados em maio de 2021 e obtiveram CLTV 4x maior, com 100% de crescimento de vendas mensal, e colchões ARTEX, que foram lançados em maio de 2020 e obtiveram CLTV 9x maior, com 300% de crescimento de vendas entre segundo semestre de 2020 e segundo semestre de 2021.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Gráficos 5 – Diversificação de produtos



Nota: (1): Cama, mesa e banho; (2) # Stock Keeping Unit, indica a quantidade de itens do estoque com características distintas.

Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Potencial de crescimento dos canais de distribuição e expansão geográfica

Temos oportunidade de ampliar de forma significativa a rede de lojas, em especial lojas da marca Artex, sendo o potencial de expansão do número de lojas, franquias e próprias, estimado a partir de análise de dados sociodemográficos, como população, renda per capita e número de domicílios.

Consideramos que existe potencial para abertura de loja da bandeira Artex municípios com (i) mais de 150 mil habitantes, (ii) mais de 15 mil domicílios Classe B e (iii) renda média domiciliar acima de R\$ 3 mil. Para loja da bandeira MMartan, consideramos municípios com (i) mais de 250 mil habitantes, (ii) mais de 1,5 mil domicílios Classe A e (iii) renda média domiciliar acima de R\$ 3,5 mil.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nesse contexto, a captação de novos franqueados pode ser feita de forma passiva, via portal AMMO, ou ativa, com evento de captação e portais especializados. Ambas as estratégias podem se beneficiar do relacionamento com shoppings e com franqueados ativos. Para se tornar um de nossos franqueados, nosso processo seletivo leva em consideração diversos aspectos, tais como: *leads*, aspectos financeiros, perfil, aderência de omnicanalidade e termina na aprovação, quando o franqueado mostra que pode agregar valor e que está alinhado com os princípios da Companhia.



Além disso, estamos testando novos modelos de negócios e de distribuição, como franquia digital, *dark stores* (pontos de vendas ou centros de distribuição que atendem exclusivamente as compras online), *door-to-door* (transportes de ponta a ponta sob responsabilidade de um operador logístico), *live shopping* (experiência interativa de compras em tempo real entre influenciadores/celebridades e consumidores), que contribuirão para o aumento das vendas, a melhor experiência de compra do cliente, ou para redução de custos e prazos de entrega.

Vale ressaltar a importância da franquia digital, que se dá pela expectativa de gerar maior presença em municípios que não comportam uma loja física tradicional, mencionados anteriormente. Ela requer um baixo investimento inicial, rápida implantação, baixa necessidade de capital de giro e permite alta escalabilidade (potencial para crescimento de cliente e faturamento sem aumento dos custos) com suporte e treinamento de uma franqueadora consolidada. Ademais, as *dark-stores* também são de suma relevância, dado seu potencial para aproximação com cliente e agilidade na entrega com custo reduzido de implantação e operacionalização. Considera-se, ainda, maior eficiência no recebimento, armazenagem e *picking* de produtos, bem como uma oportunidade para imersão em novos produtos que os consumidores não encontrariam na loja devido a restrições de espaço.

Ambos os temas citados acima devem ser levados em consideração ao pensar na expansão geográfica. Planejamos utilizar o e-commerce como porta de entrada, aliado ao *know-how* em relação ao modelo de negócios e aos hábitos e tendências do consumidor local.

Entendemos que o posicionamento de liderança no mercado brasileiro e a qualidade de produtos, tornam a AMMO capaz de crescer as operações para América Latina. Nesse contexto, a Argentina, é o primeiro destino-alvo da Companhia devido à: (i) a presença relevante da controladora Coteminas S.A., com as principais marcas do mercado argentino de CAMEBA e conhecimento do mercado local; (ii) modelo de negócios preparado para ser replicado, como a loja online da marca Santista lançada em 2018, com grande sucesso; e (iii) tecnologia integrada e proprietária.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Foco em nossos clientes

Temos compromisso com o nosso cliente, sendo o nosso objetivo sempre encantá-lo oferecendo os melhores produtos, serviços e excelência e um atendimento que supere suas expectativas. Neste contexto, reestruturamos a área de atendimento ao consumidor em 2020, integrando todos os canais, com o foco em *Customer Experience*. Implementamos soluções de FAQ Inteligente e chat que já representam 50% dos atendimentos, reduzindo o tempo de resposta. Adicionalmente, realizamos investimentos nos nossos centros de distribuição, que incluem a expansão do centro de distribuição de Blumenau e a inauguração de um novo centro de distribuição em João Pessoa, que permitiram, apesar do aumento significativa das vendas online, um nível de serviço superior a 97% no último trimestre de 2020.

Gráfico 6 – Formas de interação com clientes



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Também nos posicionamos de modo a promover a ampliação do nosso modelo de lançamento contínuo de produtos através de coleções cápsulas lançadas quinzenalmente, que permitem design exclusivo com atributos diferenciados e únicos, além de produtos para todos os segmentos de clientes, promovendo um maior encantamento dos nossos clientes. Tais produtos oferecem opções complementares aos principais produtos que oferecemos, alavancando o ticket médio, aumentando a frequência de compra e contribuindo para a percepção da marca.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Imagen 2 – Coleções cápsula da Companhia em 2021

Sortimento complementar aos itens core que alavancam o ticket, aumentam a frequência de compra e contribuem para a percepção da marca

Domingo no Parque
Leve uma atmosfera de paz ao seu quarto com estampas que retratam os encantos da natureza, onde flores, borboletas e abelhas convivem em harmonia.

Sonho de pescador
"Sardinha que anda no mar, deve andar consoladina. Tem água, saber nadar, quem me dera ser sardinha!" Anaíl Rodrigues.

Ginga
maio/2021

Mesa posta
junho/2021

Mergulho Náutico
junho/2021

ARTEX **SANTISTA** **mmartan**

Fonte: Dados gerenciais da Companhia

O uso de maior frequência de lançamentos implica em lotes menores de produção e, consequentemente, com menor risco de estoque e *mark down* (descontos/ liquidação), e, portanto, com melhores resultados operacionais para a Companhia. Ademais, esta estratégia permite uma maior interação com o consumidor através das nossas plataformas digitais ampliando a divulgação das nossas marcas.

Além disto, pretendemos ampliar também o número de parcerias e co-brandings com marcas aderentes ao nosso posicionamento e que chamam a atenção do consumidor, como Big Brother Brasil, Hello Kitty, Amir Slama e Liberty Fabrics, com objetivo de reforçar o posicionamento das nossas marcas e atingir novos consumidores, proporcionando um maior alcance de nossos produtos e nossas marcas.

Nas lojas físicas, ferramentas digitais e o uso de inteligência artificial ajudam o vendedor a oferecer produtos de acordo com as necessidades e estilos dos consumidores, baseadas em compras anteriores e segmentação de perfil, com maior assertividade e personalização do processo de compra.

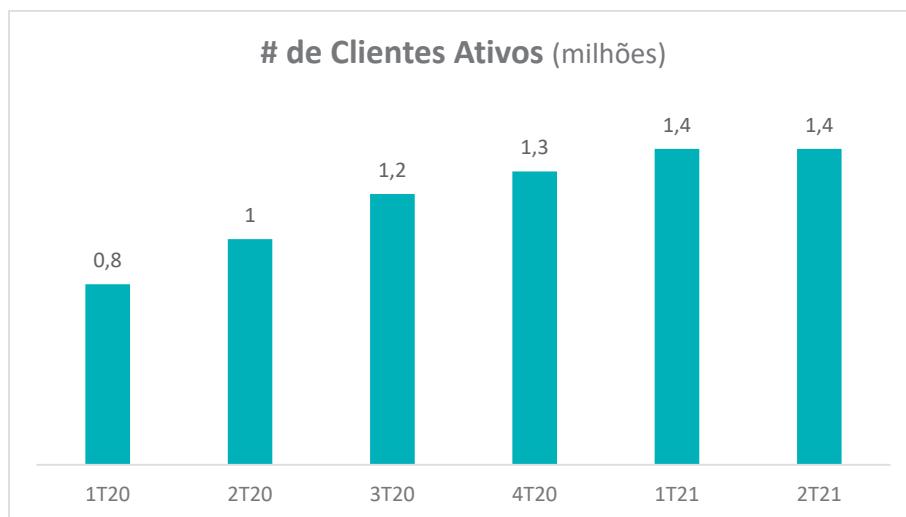
Lifestyle home-wellness

Nossa comunicação já está alinhada com um *lifestyle* de *home-wellness* e já somos referência em conteúdo com 1º e 2º lugares nos resultados do Google em mais de 1.000 termos relacionados a categoria *home-wellness* e estamos no *bubble* de respostas rápidas do Google com termos altamente relevantes para o mundo do sono.

Além disso, as nossas marcas possuem, no total, mais de 1,4 milhão de clientes ativos em 30 de junho de 2021, além de mais de 4,6 milhões de seguidores em mídias sociais e trabalhamos diretamente com uma comunidade de influenciadores de casa, decoração e *lifestyle* que, juntos, têm uma audiência de 48 milhões de pessoas. Nesse sentido, acreditamos estar bem posicionados para a expansão de nossas operações dos produtos comercializados pela Companhia a partir de base sólida e estável de clientes, os quais já conhecem e confiam na Companhia e na qualidade dos produtos que comercializamos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Gráfico 7 – Número de clientes ativos por trimestre



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Produtos/serviço para o sono

Lançamos, em 2020, a marca Persono, com soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Para o desenvolvimento da tecnologia, temos realizado parcerias com renomados institutos de polissonografia, além de investir em ciência de dados na busca de sistemas de alta precisão e eficiência para monitoramento do sono.

De acordo com a Frost & Sullivan, o mercado global do sono, que engloba *sleep trackers*, acessórios para sono, produtos de conforto de ambiente, serviços para sono, suplementos e CPAP devices, entre outros, movimentou US\$432 bilhões em 2019. E, diferentemente dos demais mercados que compõem o mercado global de soluções para o bem-estar, esporte e alimentação, o mercado do sono ainda é pouco explorado e não possui um claro líder global. Estimamos que o mercado endereçável de produtos para o sono no Brasil, excluindo CAMEBA, foi de cerca de R\$ 2 bilhões em 2019.

Pelo fato de ser um mercado pouco explorado, entendemos que, além de termos a oportunidade de nos posicionarmos como um *player* relevante no mercado brasileiro, há oportunidade de vendas para o exterior. Para tanto focamos, recentemente, no desenvolvimento de dispositivo de monitoramento de sono, por exemplo, o qual é desenvolvido pela Companhia, com tecnologia proprietária, de baixo custo e sem fricção, e pode ser incluso diretamente em quaisquer travesseiros, possibilitando o monitoramento do sono e, principalmente, fornecendo sugestões de como melhorar a qualidade do sono, através da análise dos dados coletados.

Investimento em Marketing

Em 2020, intensificamos nosso investimento em marketing digital, primeiramente, para transferir as vendas para as nossas lojas digitais, quando as lojas físicas estavam fechadas em decorrência da pandemia e, posteriormente, para ampliar a nossa base de clientes. A aquisição de um novo cliente gera o potencial de fidelização ao longo de sua vida como consumidor de nossos produtos. Assim sendo, a nossa estratégia engloba a manutenção do contato com este cliente, após a sua primeira compra, através da utilização de ferramentas de menor custo, como *e-mail marketing*, SMS ou *WhatsApp*, e o uso de inteligência artificial possibilitando a oferta de produtos mais adequados ao perfil do cliente e, consequentemente, com uma maior probabilidade de conversão de vendas. Adicionalmente, o *marketing* digital também aumenta as vendas nas lojas físicas, uma vez que a lembrança da marca e da percepção da necessidade de compra leva também o cliente para a loja física.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

De forma a viabilizar um fluxo de receita para os franqueados e, ao mesmo tempo, preservar a proximidade do seu relacionamento com nossos clientes finais, estabelecemos plataformas de venda a distância nas lojas físicas. O conceito foi expandido também para influenciadores digitais. Nas redes sociais, tivemos cerca de 1,5 milhão de novos seguidores em 2020, com crescimento acima de 50%, e de cerca de 0,6 milhão nos primeiros cinco meses de 2021, totalizando 4,6 milhões de seguidores, o que contribuirá para o crescimento das nossas vendas através de canais sociais ("social selling") e, assim, estarmos cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas.

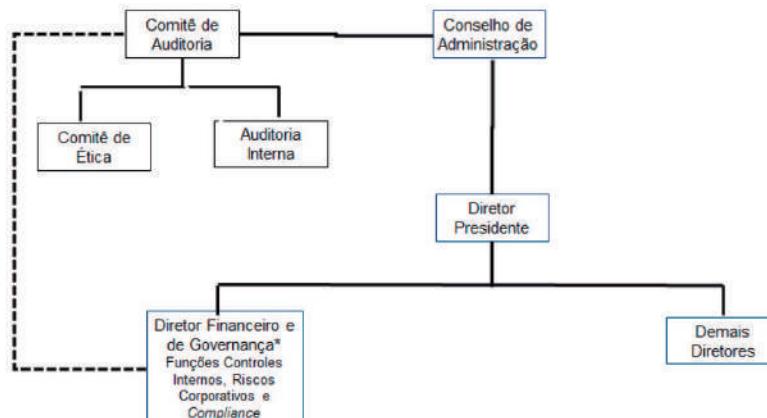
Além do aumento nos investimentos em iniciativas de branding e de marketing de performance pretendemos ampliar (i) as iniciativas de segmentação e personalização com nossa base de clientes; (ii) as ações de marketing de influência e *social selling* para ampliar as vendas através de canais sociais; (iii) a produção de conteúdo customizado sobre *home-wellness*; e (iv) novos relacionamentos em novos canais como, por exemplo, Twitter, Pinterest e TikTok.

ESG (GOVERNANÇA AMBIENTAL, SOCIAL E CORPORATIVA)

Temos como entre nossos valores a ética, a responsabilidade, e a atuação sustentável, que garante o equilíbrio socioeconômico e ambiental.

No desenvolvimento de produtos, priorizamos materiais sustentáveis, como o uso de fibras naturais, como o algodão, e no desenvolvimento de embalagens buscamos reduzir o consumo de combustível e de emissão de gases no transporte, como exemplo, os travesseiros de rolinho e os colchões em caixa, reduzindo o volume dos produtos a serem transportados. Nos preocupamos, também, com a diversidade acerca da nossa força de trabalho, e atualmente os colaboradores são 33,7% masculinos e 66,3% femininos.

Sendo parte do Grupo Coteminas, e controlados indiretamente da Springs Global S.A., uma companhia aberta listada no Novo Mercado, já apresentávamos estrutura de governança alinhada às regras do Novo Mercado:



**Código &
Canal de Ética**
Políticas
exigidas pelo Novo Mercado

Adequação à LGPD
Lei Geral de Proteção de Dados

Quando se trata do relacionamento entre a Companhia e partes relacionadas, procuramos manter as melhores práticas através de uma política de transações entre partes relacionadas que garante que as transações sejam realizadas em condições de mercado. Envolvemos, ainda, o Comitê de Auditoria, com reporte ou parecer técnico, com aprovação pela diretoria ou conselho de administração, dependendo do montante e da natureza.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Os principais contratos com a Coteminas S.A., nossa controladora direta, são: (i) fornecimento de produtos (a preço de mercado com referência da tabela de preços para *Key Accounts*); (ii) exclusividade do uso das marcas Artex e Santista como varejista (B2C); (iii) locação de escritórios; e (iv) serviços compartilhados (contabilidade, jurídico, tecnologia de informação – ERP).

A relação entre a Ammo Varejo e a Coteminas S.A. é ainda vantajosa no sentido em que gera maior transparência da cadeia de produção, prazos de entrega adequados, agilidade na comunicação e produção, maior flexibilidade de produção e excelência na qualidade do produto.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide, neste Sumário, a seção “Principais Fatores de Riscos”, e no Formulário de Referência, os itens 4.1 e 4.2.

Eventos Recentes

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S possui sede em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

Em 30 de junho de 2021, diante da perspectiva da Companhia de efetuar oferta pública de distribuição de valores mobiliários, foi alterado o tipo societário da Companhia, passando de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, e alterando sua denominação social para AMMO Varejo S.A.

COVID-19

Para informações sobre os impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia, vide seção 10.9 deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-a – Informações específicas de sociedade de economia mista

a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 – Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados;

A principal atividade da Companhia é a comercialização de produtos das categorias de CAMEBA, lar e decoração e de *home-wellness*, este último principalmente relacionado à qualidade do sono. A Companhia possui dois segmentos operacionais distintos: vendas diretas ao consumidor, incluindo lojas próprias e e-commerce, denominado “Sell out”; e vendas aos franqueados de produtos e serviços, denominado “Sell in”.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor; e

Em R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Combinadas Carve-Out									
	30.06.2021	%	30.06.2020	%	31.12.2020	%	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Sell-out	175,4	74%	137,2	79%	319,9	74%	194,2	61%	169,5	59%
Sell-in	63,1	26%	36,3	21%	110,7	26%	126,0	39%	119,4	41%
Outros não alocáveis	0,1	0%	0,4	0%	0,5	0%	0,7	0%	0,8	0%
Receita líquida total	238,6	100%	173,9	100%	431,1	100%	320,9	100%	289,7	100%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.

A Companhia não divulga lucro ou prejuízo por segmento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

(a) características do processo de produção;

Os produtos comercializados pela Companhia são produzidos por terceiros. A Companhia possui atualmente cerca de 290 fornecedores, sendo o seu principal fornecedor a sua controladora direta Coteminas S.A. A Companhia dedica esforços significativos para o desenvolvimento de seus produtos, têxteis e não têxteis; na construção de coleções, sazonais e cápsulas, que incentivam a coordenação de produtos; e, na gestão de qualidade do produto final.

O processo de desenvolvimento de coleção começa a partir de pesquisas de tendência em diferentes fontes dos mercados em que atua, cartelas de cores, materiais e texturas. O portfólio de produtos é construído a partir de soft e hard skills, com direcionamento criativo em função de inputs comerciais e tendências e definição de quantidade de SKUs, considerando o histórico de vendas, a percepção de valor de atributos de cada oferta e construção de preços.

Temos coleções sazonais, que, atualmente, são divididas em quatro entradas por ano, e coleção cápsulas que são lançadas a cada 15 dias, aproximadamente, de acordo com a estratégia de cada marca, com prazos entre início de desenvolvimento e a sua disponibilidade em loja de 11 meses e 4 meses, respectivamente.

O desenvolvimento das coleções sazonais envolve os seguintes processos:

- I. Alinhamento de sortimento, onde são definidos, em linhas gerais, quais produtos serão oferecidos na coleção, com segmentação de estilos de consumidor, faixas de preço, e número de unidades a serem ofertadas, com detalhamento da hierarquia mercadológica das categorias de produtos, com apoio da área de planejamento, baseado em histórico de vendas, pesquisas de tendências de comportamento de consumo, entre outros.
- II. Pesquisa, onde é a realização de estudos e análises das tendências nacionais e internacionais, pesquisas qualitativas contínuas junto ao público consumidor, pesquisas em publicações especializadas e visitas a eventos internacionais. Nesta etapa são definidos: (i) o tema da coleção, que é o guarda-chuva criativo e conceitual da coleção; e (ii) a cartela de cores e estampas. Como exemplo, a equipe de design pode viajar para algum lugar inspirador e coletar no local materiais, tecidos, cores, estampas e informações à coleção de produtos. Na própria viagem de inspiração, já começam a surgir as cores e estampas autorais da Companhia. As cores e estampas dos produtos que são únicas, sendo criadas a partir da definição do tema da coleção.
- III. Workshop e Fashion Report, momento onde a equipe de desenvolvimento de produto define as diretrizes criativas das coleções, considerando o material de pesquisa e constrói o fashion report que é o “mood board” da coleção.
- IV. Desenho da coleção, quando ocorrem efetivamente o desenho das coleções, a partir do briefing criativo do tema da coleção e das definições de sortimento ideal. Durante a criação da coleção, existe um processo iterativo entre a equipe de design e de engenharia de produto, onde a Companhia vai modificando seus protótipos (peças piloto), até que estejam prontas para produção. Para garantir a qualidade do produto, temos departamento de engenharia de produto, onde as equipes recebem e modificam cada Strike off até receberem uma última amostra de pré-produção, pronta para validação e produção final.
- V. Definição do sortimento, quando a partir da coleção já montada, é realizado um planejamento detalhado do sortimento da coleção, juntamente com a área de planejamento, que utilizam dados históricos e algoritmos de previsão de demanda de acordo com os atributos do produto, sugerindo os volumes ideais, mitigando os riscos de coleção, buscando maximizar a assertividade do estoque de produtos a ser comprados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

VI. Apresentação da coleção, com as amostras de pré-produção em mãos e custos de cada produto, a equipe de criação junto com equipes de merchandising e compras, avaliam cada item. Aqui se tem a oportunidade de cancelar os produtos, definir os volumes iniciais, escolher os *repeats*, fazer as apostas comerciais e definir quais serão as amostras de branding.

O desenvolvimento das coleções cápsula envolve basicamente os mesmos processos, porém, com menores prazos, envolvendo menores itens de sortimento por coleção, quando comparado às coleções sazonais.

Os lançamentos em módulos através das coleções cápsulas e sazonais das linhas de cama e banho incentivam a coordenação de toda a coleção. Hoje, as estampas também avançam para outros segmentos - almofadas, mesa posta, quadros, linha pet e mesa posta - categorias estas que já estão tendo muita tração de vendas, no conceito fashion for home, que alavancam o ticket médio, aumentam a frequência de compra e contribuem para a percepção da marca.

A nossa equipe de desenvolvimento de produtos é composta por oito designers gráficos e seis designers de produtos.

Para o desenvolvimento de novas categorias de produtos, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa sobre a percepção dos consumidores sobre a oferta da categoria pela marca e os principais atributos esperados. A equipe de desenvolvimento de produto desenvolve o conceito do produto de acordo com os atributos desejados e o preço de venda apropriado para a respectiva marca, que é testado por nova pesquisa com consumidores. A Companhia compra um volume restrito e disponibiliza o produto na loja online e monitora a receptividade e velocidade de venda do produto de forma orgânica. A partir dos aprendizados, são feitos ajustes necessários no produto e no preço praticado e então novo lote com maior volume é encomendado para o produto fazer parte do portfólio de produto da marca.

O desenvolvimento de novas categorias de produtos envolve os seguintes processos:

1) Pesquisa de mercado

Respeitando a matriz de concorrentes de cada marca, mapeamos desde as últimas tendências do mercado internacional, os territórios já conquistados no cenário brasileiro, o comportamento do consumidor e os tipos de produtos e pricepoints ofertados pelo mercado. As nossas fortalezas nessa etapa: equipe com profunda experiência no mercado de casa e decoração, ampla atuação no mercado internacional - forte perfil importador e acesso a plataformas e pesquisas de tendência

2) Definição da estratégia de oferta

Em parceria com o time de desenvolvimento de produto, definimos a estratégia de oferta que é baseada no equilíbrio de três frentes: variedade, atributos e precificação. Consideraremos a combinação desses pilares essencial para a construção de um sortimento assertivo, tanto do ponto de vista comercial, quanto de posicionamento de marca.

3) Escolha de desenvolvedores parceiros

Com pesquisa e estratégia de ofertas definidas, é hora de partir para campo e encontrar os melhores parceiros para desenvolver os novos itens do portfólio. A força das nossas marcas e o networking estabelecido nacional e internacionalmente pela companhia são assets fundamentais para conseguir os parceiros que vão entregar a melhor negociação, sem deixar de oferecer a melhor qualidade e, não menos importante, a pontualidade nas entregas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

4) Etapa de prototipação e ajustes finais

Com tudo definido, é hora de prototipar. Cada amostra desenvolvida é aprovada em conjunto pelas nossas heads de comercial e produto, afim de garantir o equilíbrio mencionado anteriormente. Depois dessa aprovação, o sinal verde para a linha de produção é dado e, ao receber esses produtos finalizados no nosso centro de distribuição, cada um dos itens é inspecionado pela nossa equipe de engenharia e qualidade. Mais um processo de aprovação essencial para garantir que cada um produto chegue até o nosso cliente da forma com que foi planejado.

Após a aprovação da coleção, é realizado pedido de compra para os fornecedores selecionados, que foram avaliados, durante a etapa de teste da coleção. Os nossos departamentos de engenharia e qualidade são responsáveis pela qualidade dos nossos produtos, enquanto o nosso departamento de planejamento, suprimento e logística, é responsável pela logística de nossos produtos, conforme detalhado a seguir.

- Planejamento, Suprimento e Logística: responsável por (i) definição do plano de sortimento; (ii) solicitação de prototipagem das peças e cotação de fornecedores para produção dos produtos em desenvolvimento; (iii) execução das compras de insumo e de sourcing; (iv) alocação dos fornecedores e PCP (“planejamento e controle da produção”); e (vi) gerenciamento logístico e distribuição. Tem como objetivo abastecer os centros de distribuição e as lojas, na quantidade e no momento apropriado, atendendo as expectativas dos nossos clientes, evitando rupturas e excessos, otimizando as operações logísticas e o fluxo de caixa da organização. A Companhia utiliza algoritmos proprietários, inclusive usando inteligência artificial e machine learning, de acordo com desempenho histórico e tendências de cada categoria, para sugerir o pedido de compra de cada loja da rede, próprias ou franqueadas.
- Qualidade: A equipe de qualidade, composta por 18 pessoas, se encarrega de garantir que o nosso cliente receba sempre o melhor produto de acordo com parâmetros de qualidade previamente estabelecidos pela Companhia., auditando a qualidade dos produtos entregues por nossos fornecedores.
- Engenharia de Produto: O departamento de engenharia, composto de 5 pessoas, desenvolve as fichas técnicas e aprova as amostras com os parceiros em conjunto com a equipe de criação.

(b) características do processo de distribuição;

A Companhia distribui seus produtos por meio de rede de lojas físicas das bandeiras MMartan e Artex, operando lojas próprias e/ou administrando um sistema de franquias, e através de uma plataforma proprietária de comércio eletrônico, possuindo uma loja online para cada uma de suas marcas, que, em conjunto, lhe garante ampla cobertura geográfica e capilaridade, operando com omnicanalidade completa, suportada por tecnologia proprietária, o que fortalece sua posição de mercado e possibilita crescimento às marcas.

Em 30 de junho de 2021, a rede de distribuição de produtos da Companhia contava com 233 lojas físicas, sendo 65 próprias e 168 franquias, distribuídas em 114 municípios, em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal; (iii) mais de 1,4 milhão de clientes ativos; e (iii) três plataformas proprietárias de e-commerce, atingindo um diversificado de baixo, médio e alto poder aquisitivo devido à amplitude de alcance das suas marcas. Cada marca possui um formato operacional específico e bem definido, incluindo um portfólio de produtos próprios e um conjunto de estratégias de marketing e de merchandising voltadas ao atendimento de distintos grupos consumidores:

Casa Moysés: Esta marca está focada em consumidores interessados em produtos de altíssima qualidade e com expectativa de atendimento diferenciado. Os produtos da marca Casa Moysés são comercializados exclusivamente através das lojas físicas e digital de bandeira MMartan.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

MMartan: A MMartan está direcionada a atender clientes interessados em produtos de maior qualidade e com expectativa por um atendimento de alto padrão. Os produtos da marca MMartan são comercializados exclusivamente através das lojas físicas e digital de bandeira MMartan.

Atualmente, a rede de lojas da bandeira MMartan possui 149 lojas, das quais 31 próprias e 118 franqueadas. A loja online da MMartan é www.mmartan.com.br.

Artex: A Artex está focada em servir clientes interessados em produtos de boa qualidade, na oferta de grande variedade (modelos e cores), além de preços competitivos e um atendimento eficiente na loja. Os produtos da marca Artex são comercializados através das lojas físicas e digital de bandeira Artex. Atualmente, a rede de lojas da bandeira Artex possui 84 lojas, das quais 34 próprias e 50 franqueadas. A loja online da Artex é www.artex.com.br.

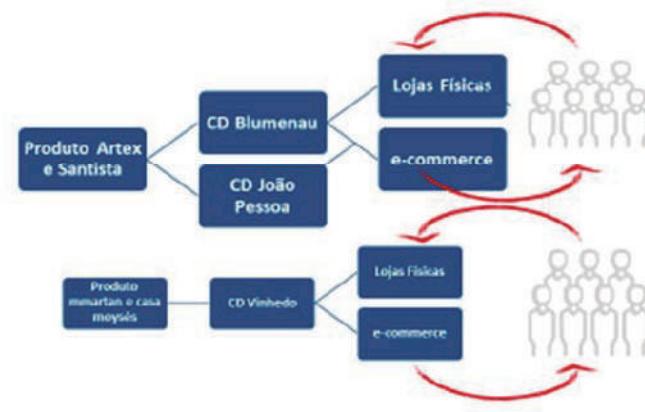
Santista: A Santista está direcionada ao mercado de consumo popular e institucional, com grande penetração e tradição, com design e estilo contemporâneos, com foco em diferentes gostos e tendências. Os produtos da marca Santista são comercializados por meio da loja digital, www.santistadecora.com.br.

Os produtos da Companhia são fabricados por fornecedores terceirizados, sendo o seu principal fornecedor a sua controladora direta Coteminas S.A., e transportados até os seus três centros de distribuição (CDs) localizados nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, e Paraíba. Entretanto, os produtos das marcas Santista e Artex produzidos pela Coteminas S.A. são entregues diretamente aos clientes sem esse trânsito. A logística interna dentro dos centros de distribuição atua na recepção, estocagem dos produtos, abastecimento das lojas físicas ou envio direto aos clientes, de acordo com a modalidade de venda.

Atualmente, o CD de Vinhedo (SP) é responsável pelo e-commerce e abastecimento das lojas MMartan; o CD de Blumenau (SC) é responsável pelo e-commerce e abastecimento das lojas Artex e pelo e-commerce da marca Santista; e o CD de João Pessoa (PB), inaugurado em 2020, é dedicado ao e-commerce da marca Santista. Os CDs de João Pessoa (PB) e Blumenau (SC) operantes são de propriedade da Coteminas S.A. que entregam por conta e ordem as vendas da AMMO Varejo diretamente aos clientes, sem troca de mãos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Canais de distribuição



A contratação de frota rodoviária é feita para realizar o transporte da mercadoria dos centros de distribuição às lojas físicas próprias e aos clientes no caso de e-commerce. A Companhia não possui contrato de exclusividade com nenhum transportador, possuindo facilidade na substituição de qualquer companhia terceirizada caso necessário. O transporte do centro de distribuição para as lojas franqueadas é de responsabilidade de cada franqueado.

A Companhia possui 100% do estoque integrado entre lojas e CDs, o que possibilita a multicanalidade.

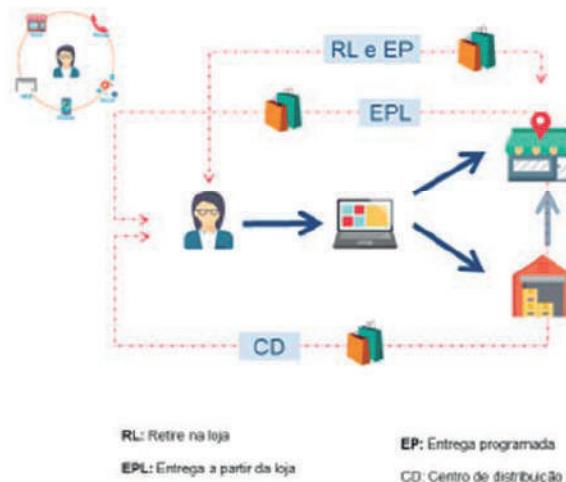
Os canais digitais da Companhia oferecem, ainda, a modalidade “Retire na Loja” que possibilita aos seus clientes comprar, por meio dos canais digitais, um produto disponível em estoque em uma das lojas físicas e retirar o produto adquirido na própria loja (e também o “Entrega a partir da Loja”, que possibilita aos clientes receberem muito rapidamente os produtos comprados nos canais digitais com as entregas feitas pelas lojas mais próximas do local de entrega. As lojas passam a desempenhar papel de centro de distribuição, aumentando a capilaridade logística da Companhia.

Por outro lado, o cliente pode comprar na loja física um produto que não esteja fisicamente na loja através da “Prateleira Infinita”, com “Entrega Programada”, onde o cliente retorna para retirar o produto na loja, ou, se preferir, pode recebê-lo na sua residência. Adicionalmente, o vendedor da loja física pode realizar “Atendimento Remoto”, respondendo a um pedido de algum cliente, ou entrando em contato com clientes com grande propensão de compra de lista diária que recebe no sistema de CRM (“Clerk”), baseado em algoritmos com histórico de compras e comportamento recente nas lojas online ou mídias digitais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além disso, todas as lojas da Companhia possibilitam a troca de produtos comprados em sua plataforma de e-commerce em qualquer uma de suas lojas físicas.

Multicanal



Franquias

A Companhia atua por meio de lojas próprias e lojas franqueadas das marcas Artex e MMartan. No modelo de franquia, a Companhia fornece para os franqueadores (i) os produtos, (ii) plataforma tecnológica própria, com sistema de PDV mobile, (iii) marketing em mídias sociais, (iv) modelo e ferramenta de gestão, (v) consultoria jurídica e comercial, (vi) leads de vendas através da omnicanalidade, e (vii) treinamentos técnicos e de desenvolvimento.

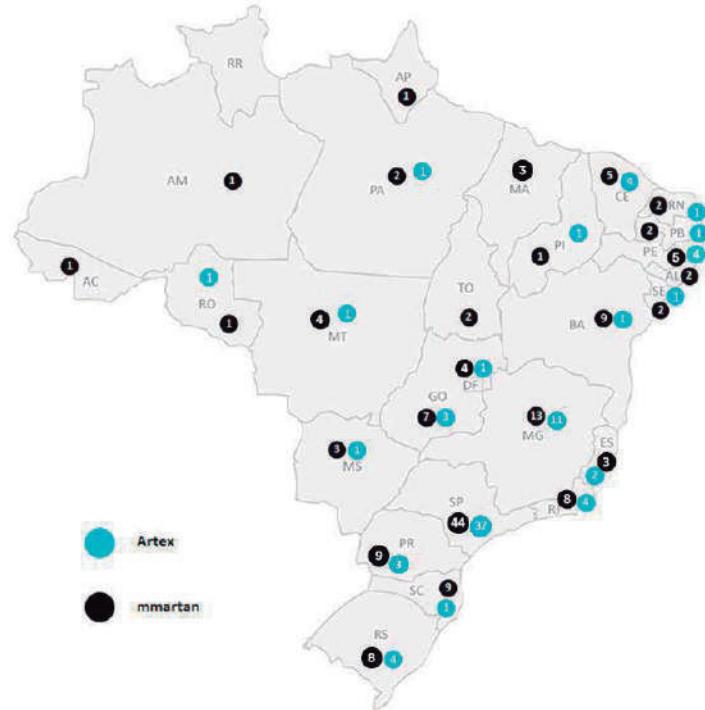
A Companhia recebe de seus franqueados (i) uma taxa de franquia anual e royalties sobre o preço das mercadorias vendidas do franqueador para o franqueador, preço sell in, (ii) uma taxa mensal pela licença de uso da plataforma tecnologia, e (iii) remuneração pela geração de lead de vendas para os franqueados a partir de suas lojas digitais.

Os franqueados podem fazer pedidos semanais de mercadorias, com entregas também semanais, possibilitando ao franqueado ajuste rápido dos estoques, e com prazo de pagamento médio em linha com o prazo médio de recebimento.

Os contratos de franquia possuem prazo de cinco anos, sendo o período de payback de 24 a 36 meses para uma nova loja franqueada. Atualmente, cerca de 79% da rede de franqueados tem mais de 5 anos de contrato e 24% dos franqueados são multifranqueados, com lojas das duas bandeiras, Artex e MMartan.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagen 1 - Mapa com localização das lojas físicas, próprias e franqueadas, no 2T21



Fonte: Dados gerenciais da Companhia

Marketplace

Nossos produtos das marcas Santista e Artex também são oferecidos nos principais marketplaces com objetivo apenas de gerenciar a presença de nossas marcas, com baixa representatividade nas nossas receitas.

Compras e fornecedores

As compras dos produtos vendidos nos canais de vendas da Companhia são pulverizadas em aproximadamente 290 fornecedores ativos, sem dependência relevante em um fornecedor. Os fornecedores são selecionados pela Companhia de acordo com a sua estratégia comercial, aliada à qualidade de seus produtos frente à necessidade de seus consumidores e à capacidade de atendimento dos pedidos de compra da Companhia.

Os pedidos de compra negociados com cada fornecedor são baseados na necessidade de venda e exposição e seguindo as condições de preço e prazo de pagamento negociados pela companhia, com condições mínimas de qualidade e pagamento, para serem recebidos pelas equipes responsáveis pela distribuição. De acordo com regras internas, todos os veículos utilizados para a realização das entregas dos pedidos pela companhia deverão atender às legislações de trânsito, vigilância sanitária e demais regulamentações pertinentes. Ainda, os fornecedores deverão apresentar mão-de-obra regularmente admitida, registrada, habilitada e treinada. Além disso, o processo de compra e distribuição de mercadorias ocorre de forma integrada.

Gestão do estoque

A logística interna dos centros de distribuição da Companhia, localizados nos estados de São Paulo, Santa Catarina, e Paraíba, atuam desde a recepção e verificação de informações dos produtos recebidos até a armazenagem e distribuição para as lojas físicas ou clientes que efetuaram compras. Conforme mencionado, o transporte para as lojas físicas é realizado por empresas terceirizadas, responsáveis pela respectiva parcela de transporte terrestre dos produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Canais de Vendas

As lojas da Companhia oferecem a comercialização de artigos das categorias de CAMEBA, lar e decoração e de *home-wellness*. A equipe de vendas de suas lojas físicas é composta por funcionários próprios que recebem treinamentos periódicos conforme suas respectivas responsabilidades. Os treinamentos são aplicados desde o início das atividades do empregado na Companhia, visando a manutenção de profissionais treinados que estão aptos a auxiliar os clientes em suas compras.

Nossa plataforma digital de *e-commerce* é composta pelos canais descritos abaixo:

- Websites: www.mmartan.com.br; www.artex.com.br; www.santistadecora.com.br; www.persono.com.br;

Os canais digitais da Companhia operam de forma integrada com suas lojas físicas, possibilitando a melhor experiência aos clientes e permitindo, por exemplo, a troca de produtos comprados em sua plataforma de *e-commerce* em qualquer uma de suas lojas físicas. As lojas e centros de distribuição desempenham papel central na logística de distribuição da Companhia, aumentando sua capilaridade e capacidade de melhor atendimento dos clientes.

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

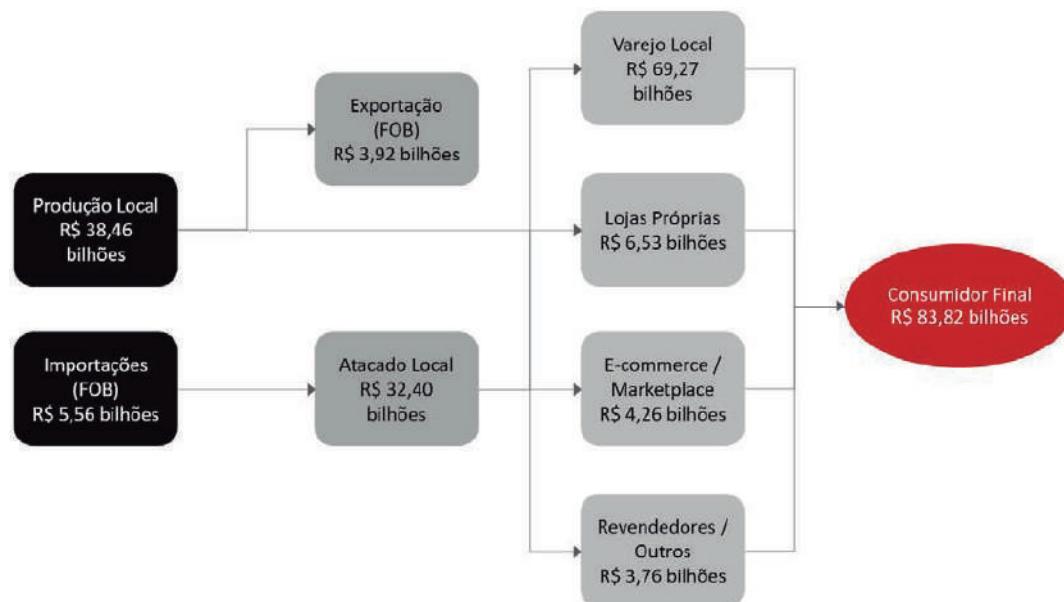
- participação em cada um dos mercados; e

Mercado de Casa & Decoração

Alcançando R\$83,8 bilhões de reais em vendas em 2019, o mercado de artigos para a casa emprega mais de 342 mil trabalhadores. O setor possui fornecedores majoritariamente locais (R\$38,4 bilhões), sendo a venda para o consumidor final realizada pelo varejo local, por lojas próprias, através do *e-commerce*, ou por meio de revendedores.

DIMENSÕES DO SETOR DE ARTIGOS PARA CASA NO BRASIL

Cadeia de Suprimento



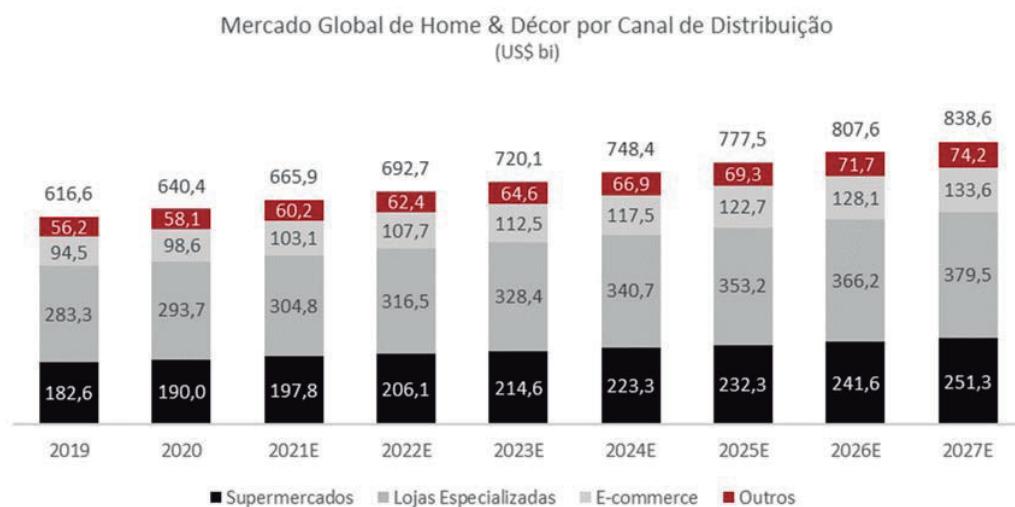
Fonte: IEMI / IBGE

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Segundo o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), o setor cresce à uma taxa de 2,1x PIB em termos reais. Grande parte das vendas do segmento ainda é realizada pelo Varejo Físico (94,9%) que possui, aproximadamente, 170,8 mil pontos de vendas espalhados pelo país. Apesar de ser bem menos representativo, o E-commerce (5,1%) tem mostrado crescimento muito mais acentuado, à uma taxa de 24% a.a., frente aos 3% a.a. das vendas físicas, de acordo com a Associação Brasileira de Artigos para Casa (ABCasa) e representa uma forte alavanca de crescimento.

As boas expectativas para o mercado mobiliário também impulsionam o segmento. De acordo com a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), os juros baixos atraem mais investimentos no setor, o que é comprovado pela recente máxima histórica do índice de construção civil.

Ainda segundo a Allied Market Research, as expectativas para o futuro do mercado de Casa & Decoração são positivas, com um CAGR projetado de 3,9% entre os períodos de 2019 e 2027.

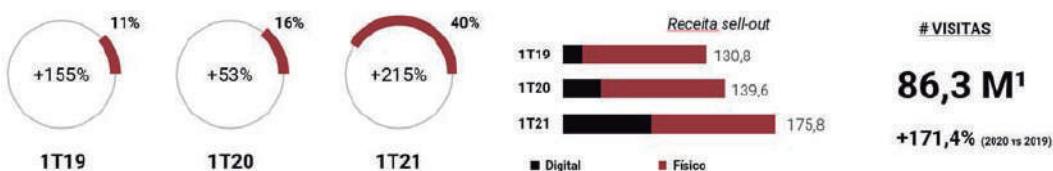


Fonte: Allied Market Research, Global Home Décor Market

A Companhia está bem posicionada para aproveitar essa ascensão do *digital* no setor, dado seus últimos resultados, o e-commerce já é responsável por parte relevante das vendas e é aliado à um sistema integrado proprietário desenvolvido totalmente por equipe interna que conecta, integra e atende todos os canais de venda PDV, E-commerce, Prateleira Infinita, Venda Remota e *Backoffice*.

VETORES DE CRESCIMENTO: CANAIS DIGITAIS

Participação do canal digital e crescimento dos pedidos das lojas online

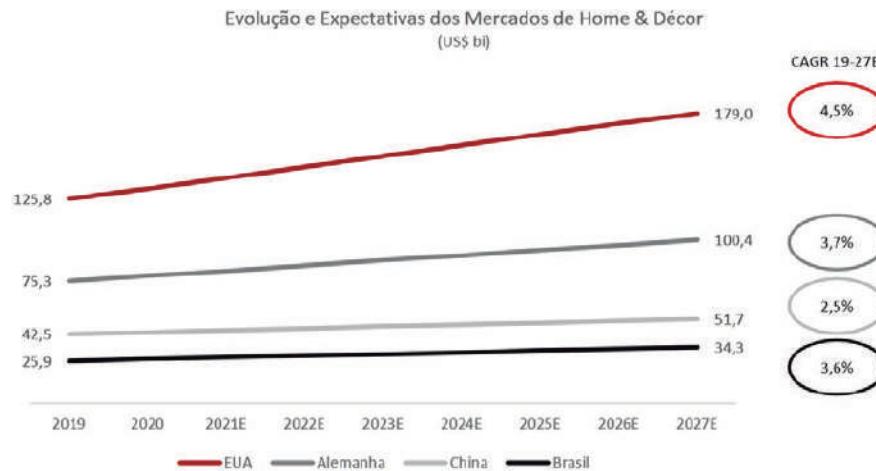


Fonte: Companhia

Em comparação com outros países, o mercado de Home & Décor no Brasil ainda apresenta grande espaço para expansão. Segundo a Allied Market Research, em 2019 o mercado nos Estados Unidos atingiu US\$125,8 bilhões contra US\$25,9 bilhões no Brasil. Dadas as perspectivas positivas de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

crescimento do setor, aliado ao aumento da penetração do mercado de Home & Décor, estima-se um CAGR de 3,6% a.a. para o Brasil entre os anos de 2020 e 2027, chegando à um mercado de US\$34,3 bilhões. Já para os Estados Unidos, esse CAGR deve ser por volta de 4,5% no mesmo período, o que deve resultar em um mercado de US\$179,0 bilhões.



Fonte: Allied Market Research, Global Home Décor Market

Segmento de CAMEBA

No segmento em que a Ammo Varejo já se destaca, a indústria de “CAMEBA” (Cama, Mesa e Banho), composta por artigos da linha de cama, banho, mesa, cozinha e decorativos, o número de peças produzidas em 2019 chegou à 910,9 milhões, crescimento de 3,2% em relação ao ano de 2018. Dentre as diferentes linhas de produto, o destaque são os artigos da linha de cama que somaram 328 milhões de peças produzidas.

O Estado de São Paulo é aquele com maior concentração de unidades produtoras de artigos para cama, mesa, banho e decorativos com 41,5% das unidades nacionais, enquanto a Região Sudeste concentra ao todo 55,5% dos produtores. O setor ainda é fragmentado, com 71,1% das unidades produtoras sendo classificadas como microempresas.

Das 1 bilhão de peças que foram disponibilizadas para o mercado nacional em 2019, apenas 14% delas são importadas. No mercado estrangeiro, o destaque são os artigos da linha de banho que representaram 53,1% do volume total exportado, sendo os principais destinos: Argentina (38,1%), Estados Unidos (15,1%) e Uruguai (11,6%).

Ainda segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a medida em que a população fica mais tempo em casa, movimento impulsionado pela pandemia Covid-19, as vendas do segmento de CAMEBA aumentam; no primeiro semestre de 2020 este aumento chegou a alcançar 23,5%. Ademais, de acordo com o Google Trends, a procura por itens do segmento na Black Friday de 2020 aumentou mais de 200%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mudanças com a pandemia

A pandemia impactou diversos mercados e setores ao redor do mundo, inclusive, o mercado de Casa & Decoração. Devido ao isolamento social, as pessoas passaram a ficar mais tempo dentro de suas próprias casas. De acordo com a pesquisa da Associação Brasileira de Artigos para Casa (ABCasa) em conjunto com o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), 25% dos entrevistados demonstram valorizar mais o tempo em que passam em seus lares e outros 16% afirmaram que devem investir para tornarem o lar mais confortável e/ou funcionais.

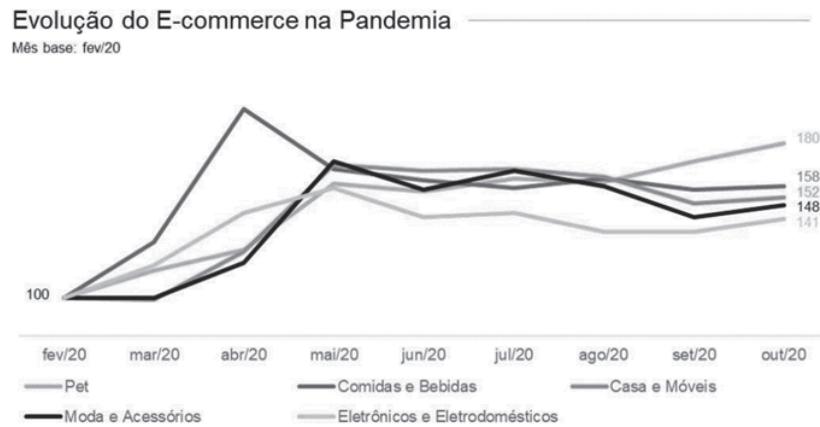


Fonte: ABCasa; IEMI

Ainda segundo a pesquisa realizada pelo Kantar Ibope Media, 8 a cada 10 usuários de internet afirmaram terem passado mais tempo em suas respectivas casas. Além disso, 72% dos usuários de Internet afirmaram que sempre buscam novas ideias para aprimorar seus lares. Seja por necessidade ou por simples desejo, fazer melhorias no lar acabou ganhando força com a pandemia. Um levantamento feito pela OLX Brasil revela que houve um aumento na procura por produtos de decoração novos e seminovos na plataforma. As almofadas tiveram um aumento de 494% nas buscas, os vasos 201%, os quadros 187% e os móveis 94%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O e-commerce também ganhou força com a pandemia. Entre fevereiro e outubro de 2020, o e-commerce de casa e móveis aumento 52% no faturamento. Mesmo com a reabertura de algumas lojas, as vendas online do setor de casa e móveis em patamares substancialmente maiores do que no período pré-pandemia.



Fonte: Conversion "Relatório Setores do E-commerce no Brasil"

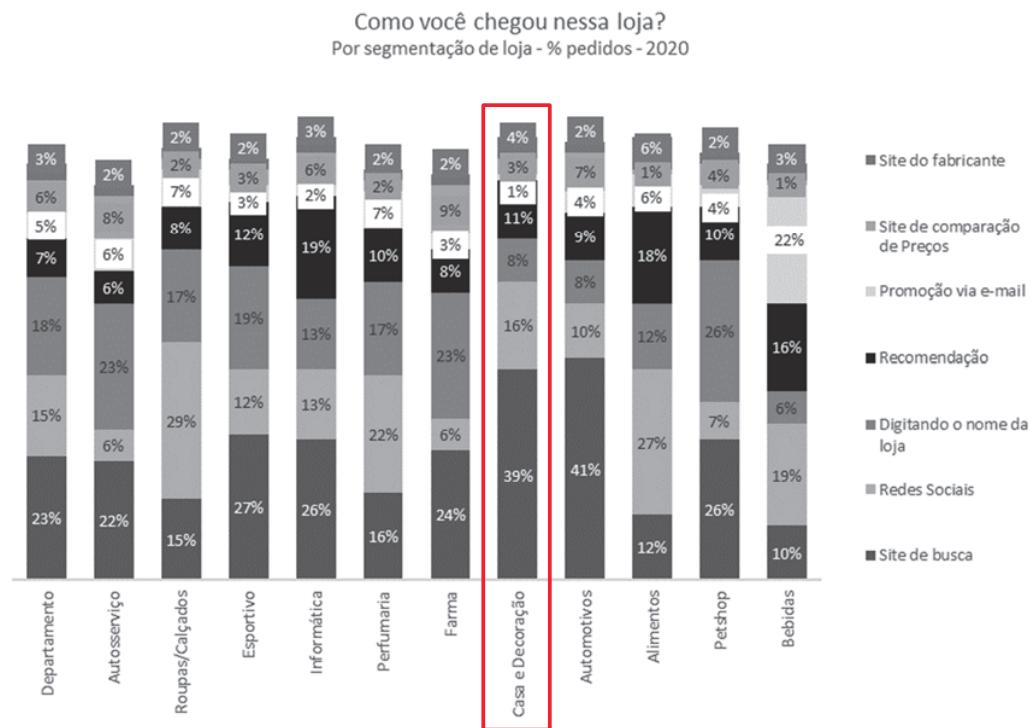
Com o ganho de relevância do e-commerce, a publicidade digital tornou-se ainda mais importante. Não é à toa que as impressões digitais do setor de Casa & Decoração tiveram um crescimento de 35% no primeiro trimestre de 2021 quando comparado ao primeiro trimestre do ano anterior. Dentre as categorias que mais investiram em publicidade digital, destacam-se justamente os segmentos em que a Ammo Varejo está inserida.

As categorias que mais investiram em digital foram (ranking de impressões)	
1. Colchões e Travesseiros	
2. Decoração de Parede	
3. Móveis Residenciais	
4. Artigos de Jardim, Piscina e Praia	
5. Utilidades Domésticas	

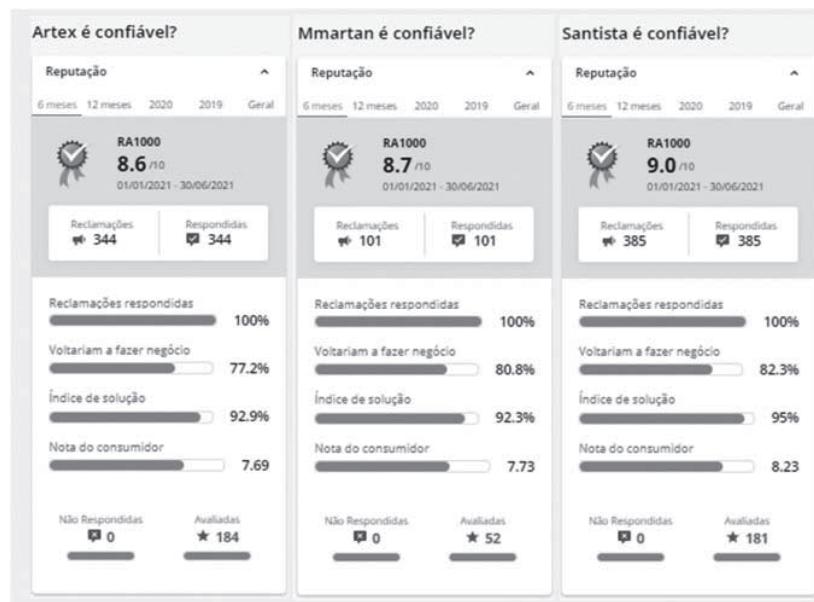
Fonte: Kantar Ibope Media

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em pesquisa realizada pela Ebit | Nielsen, a força da divulgação digital se mostra essencial, principalmente através de sites de busca e redes sociais. Com 3,1 e 1,5 milhões de seguidores no Instagram e no Facebook, respectivamente, a Ammo Varejo está bem posicionada para atrair seu público alvo, com ótimas avaliações por parte dos seus clientes no site Reclame Aqui.



Fonte: Ebit | Nielsen Webshoppers 43



Fonte: Reclame Aqui

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

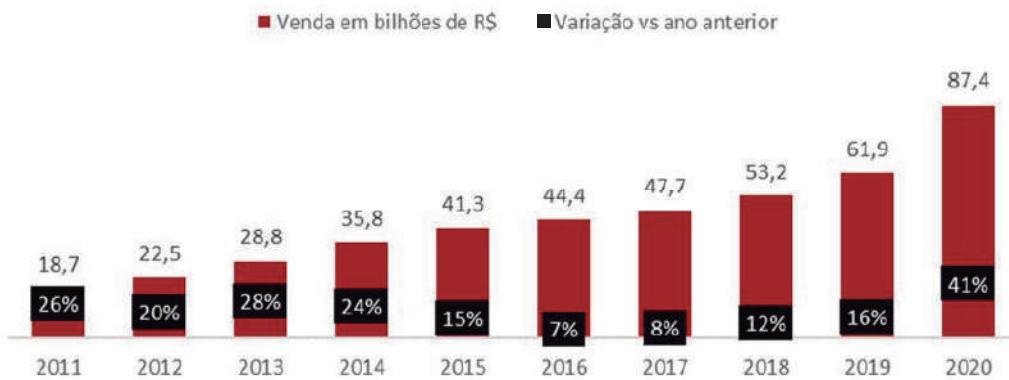
Crescimento do E-commerce

O avanço da tecnologia, aliado ao uso mais intensivo da internet, impulsionaram a participação do e-commerce no varejo. O comércio online tem crescido rapidamente e possui projeções positivas, segundo dados do Statista.



Fonte: "E-commerce share of total global retail sales from 2015 to 2024" - Statista

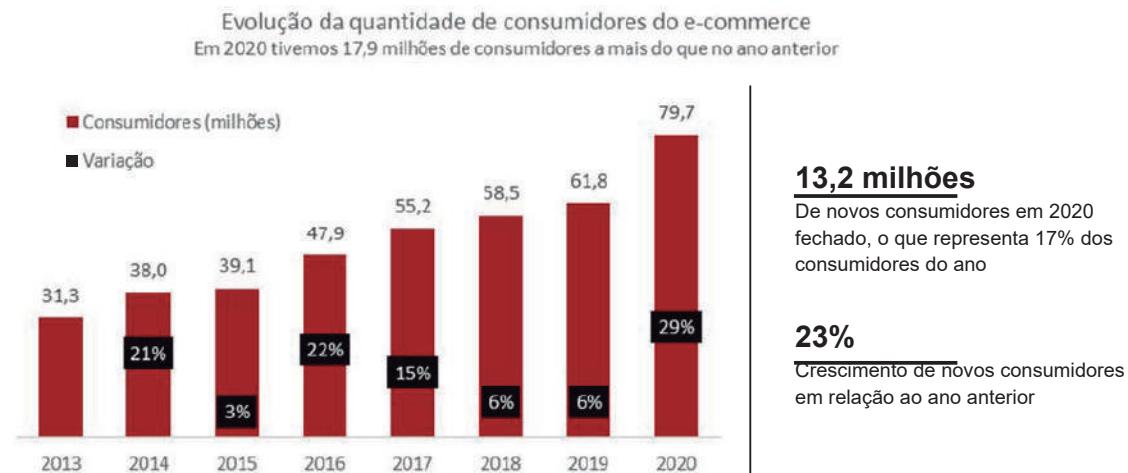
Responsável pela mitigação dos danos ao setor causados pela pandemia, o e-commerce deve ganhar cada vez mais relevância daqui para frente. Com um crescimento anualizado de 19,4% desde 2010, as vendas online em todo o país saltaram de R\$61,9 bilhões para R\$87,4 bilhões entre os períodos de 2019 e 2020.



Fonte: Ebit | Nielsen Webshoppers 43

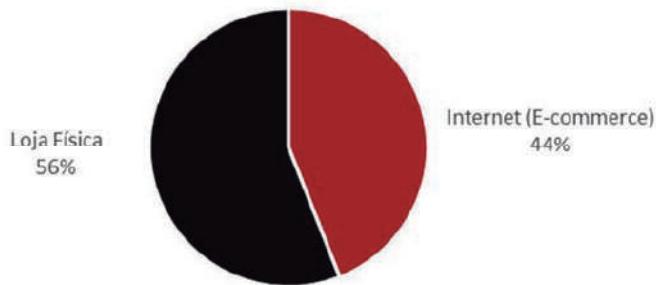
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Esse ganho de receita se deve ao maior número de usuários que deixaram de consumir fisicamente, e adotaram os meios online para realizarem suas compras. Só em 2020, tivemos 79,7 milhões de consumidores adquirindo itens pela internet, 17,9 milhões à mais do que no ano anterior.



Fonte: Ebit | Nielsen Webshoppers 43

A verdade é que o e-commerce passou a ser a preferência dos consumidores brasileiros. Com o *lockdown* e o isolamento forçado, os consumidores que não costumavam a realizar suas compras pela internet, passaram à fazê-lo. A maior praticidade e comodidade do processo fizeram com que muitos mudassem sua percepção quanto ao e-commerce. Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Artigos para Casa (ABCasa) em conjunto com o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), foi questionado qual seria a escolha do canal de compra de artigos de casa pelos consumidores em um cenário pós-pandemia. Mesmo com a reabertura do comércio, quase metade dos entrevistados (44%) responderam que a preferência será realizar a compra através da internet.



Fonte: ABCasa; IEMI

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As compras online variam de acordo com o setor, mas somente o segmento de Casa & Decoração corresponde por mais de 8% do volume total gasto e mais de 10% do total de transações online.



Fonte: Webshoppers e-Bit (2017); McKinsey

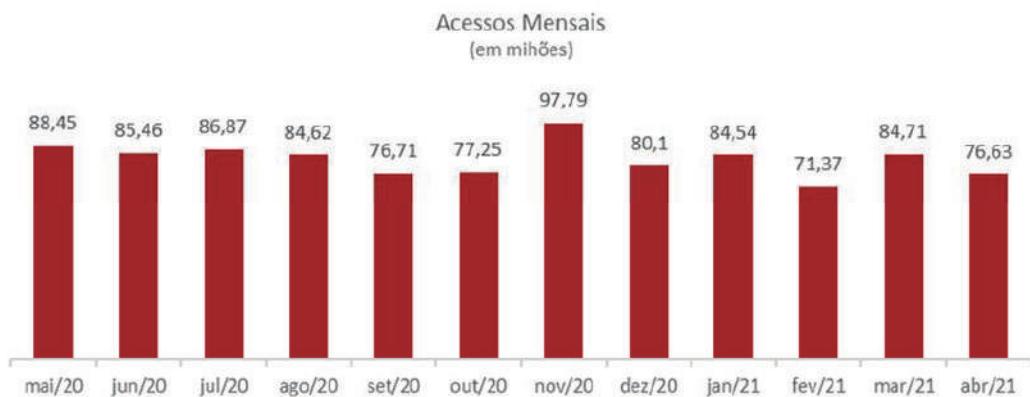
Em número de acessos, o setor é destaque na relatório “E-commerce do Brasil” da Conversion, estando entre aqueles que mais tiveram crescimento em número de acessos no mês de abril de 2021 em comparação com o mesmo mês de 2020.

Setor	Sites por setor	Acessos em abr./21	MoM (Abril/21 vs. Mar/21)	YoY (Abril/21 vs. Abril/20)
Importados	18	129.302.275	-1,97%	83,75%
Pet	21	17.298.411	-4,58%	59,76%
Turismo	21	65.626.965	-10,28%	51,12%
Farmácia & Saúde	41	67.721.242	-7,93%	39,41%
Moda & Acessórios	86	132.922.110	1,18%	39,16%
Casa & Móveis	57	76.632.778	-9,53%	27,66%
Calçados	26	12.673.227	-4,43%	27,41%
Ferramentas & Acessórios	15	10.841.806	-4,91%	23,86%
Itens Automotivos	21	6.645.353	1,79%	19,89%
Jóias e Relógios	20	6.838.448	-8,08%	18,59%

Fonte: Conversion “Relatório E-commerce no Brasil”

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Só no período entre maio de 2020 e abril de 2020, o setor de Casa & Decoração atingiu 994,5 milhões de acessos via e-commerce, número que pode crescer ainda mais nos próximos meses.



Fonte: Conversion "Relatório E-commerce no Brasil"

Em um comparativo de market share por número de acessos, a Ammo, com as marcas Santista Decora e Artex possui, aproximadamente, 4,1% do mercado. Ambas as marcas apresentaram crescimento no número anual de acessos, chegando a aumentar mais de 83% no caso da Artex.

Site	Acessos em abr./21	Comparativo Anual de Acessos	Market Share abr./21	Comparativo Anual de Market Share
madeiramadeira.com.br	17.529.813	25,05%	22,9%	-2,04%
leroymerlin.com.br	16.143.720	31,57%	21,1%	3,07%
mobly.com.br	5.453.237	59,25%	7,1%	24,75%
telhanorte.com.br	3.232.071	72,02%	4,2%	34,75%
tokstok.com.br	2.943.588	53,62%	3,8%	20,33%
westwing.com.br	2.417.061	65,55%	3,2%	29,68%
cec.com.br	2.405.514	32,46%	3,1%	3,76%
madesa.com	2.052.493	792,64%	2,7%	599,25%
santistadecora.com.br	1.662.113	25,24%	2,2%	-1,89%
sodimac.com.br	1.537.323	30,22%	2%	2,00%
artex.com.br	1.471.106	83,21%	2%	43,52%
vidaecon.com.br	1.439.702	-3,11%	2%	-24,10%
ortobom.com.br	1.370.848	10,22%	2%	-13,66%
camicado.com.br	1.267.355	8,73%	2%	-14,83%
marabraz.com.br	1.187.197	-30,27%	2%	-45,38%
outros sites	14.519.636	2,92%	19,0%	-19,38%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Conversion “Relatório E-commerce no Brasil”

Mercado do Sono

O segmento do sono, no qual a Ammo Varejo se enquadra através da vertical “Persono”, segundo a Frost & Sullivan, movimentou US\$432 bilhões no ano de 2019 no mercado global. O segmento composto tanto por produtos como por soluções e serviços ainda é muito fragmentado, não possuindo uma companhia líder do setor.



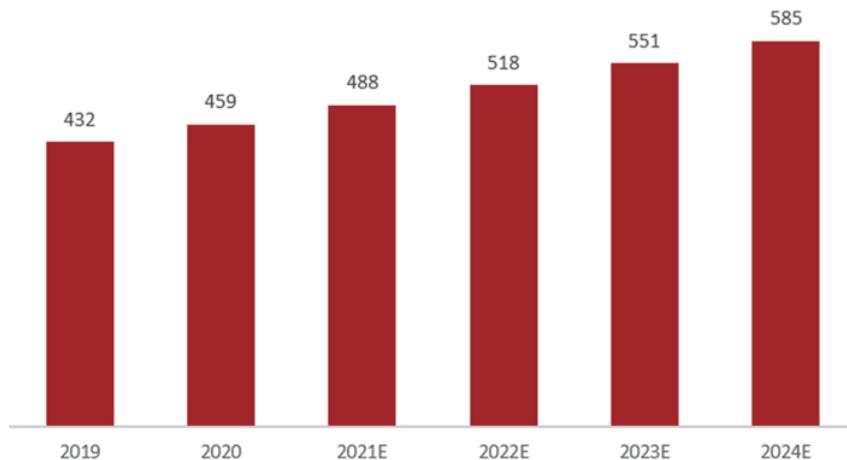
Fonte: Frost & Sullivan Assessment

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Frost & Sullivan Assessment

Ainda de acordo com a Statista, o mercado de sono global possui grande potencial de crescimento e deve chegar à US\$585 bilhões no ano de 2024, com um crescimento anualizado (CAGR) de 6,3% durante esse período.

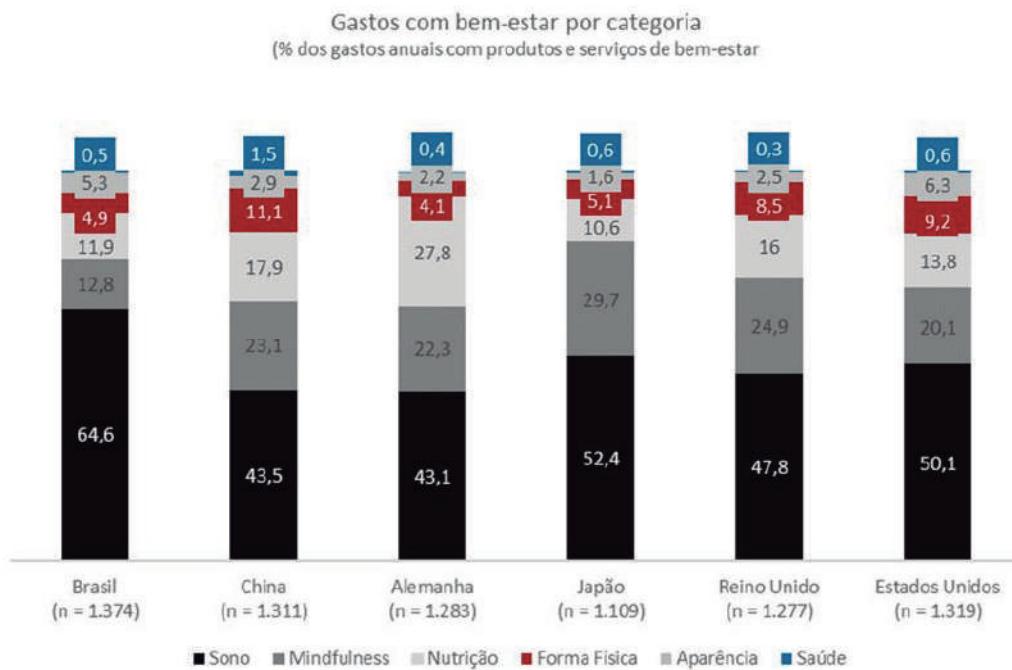


Fonte: Statista

A Ammo, aproveitando a oportunidade de se destacar em um mercado pouco consolidado, está desenvolvendo a Persono, marca criada para explorar o mercado do sono. Com geração de conteúdo e tecnologia, a marca deve agregar valor aos seus clientes, oferecendo produtos para monitoramento do sono com a possibilidade de venda de outros produtos da marca (*cross-sell*) como travesseiros.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado do sono está relacionado ao mercado de *wellness*, o qual tem ganhado destaque e, de acordo com o estudo da consultoria McKinsey, chega a ser avaliado em \$1.5 trilhões de dólar - “*Feeling Good: The future of the \$1.5 trillion wellness market*” – além disso, o mercado *wellness* cresce anualmente à taxas entre 5% à 10% e vem ganhando força entre os brasileiros já que 75% dos entrevistados demonstraram muito interesse no assunto.



Fonte: McKinsey

Foi com a intenção de atingir diretamente o consumidor final que ainda é pouco atendido no segmento de sono atrelado ao bem-estar, que a Companhia investe atualmente no desenvolvimento do Persono, <https://persono.com.br/>.

(d) eventual sazonalidade; e

Existem três períodos distintos do ano em que se nota um demasiado aumento de vendas: (i) na temporada de inverno; (ii) durante o período do Dia das Mães; e (iii) durante o período de compras do final do ano, em decorrência da Black Friday e do Natal.

A receita bruta de vendas consolidada no quarto trimestre representou aproximadamente 40% e 31% da receita bruta consolidada da Companhia nos anos de 2019 e 2020, respectivamente. Nesse sentido, as vendas no quarto trimestre são, em geral, maiores do que a média dos outros trimestres.

(e) principais insumos e matérias primas, informando: i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; e iii. eventual volatilidade em seus preços.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui processo de produção e, portanto, não possui insumos e matérias primas.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 – Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente; e

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 – Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;**

A Companhia possui todas as licenças relevantes que entende como necessárias para sua operação. As atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à obtenção de licenças e a Companhia envia seus melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal das lojas e centros de distribuição da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento, licença ambiental e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, especialmente aquelas relativas ao tratamento de efluentes, gerenciamento de resíduos sólidos, emissões atmosféricas etc.

Apenas ressalte-se que, no que compete principalmente às lojas, por se tratar de atividade de baixo risco, pode ser dispensado o licenciamento em vista das disposições da Lei Federal nº 13.874/2019 (“Lei de Liberdade Econômica”), em especial do art. 3º, I e § 1º, I, aliado ao art. 2º, I, da Res. 51 do CGSIM (Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios).

Responsabilidade Ambiental

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais e, no caso de eventual inobservância ou violação, a Companhia fica sujeita a responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, criminal e civil. A ausência de condenação em uma das esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais. Caso a Companhia cause ou, de outra forma, seja considerada responsável por algum dano ambiental, poderão ser verificados efeitos adversos em nossos resultados e negócios, inclusive sob o ponto de vista reputacional.

A caracterização da responsabilidade civil ambiental é objetiva, o que significa dizer que sua imputação ao agente econômico ou àquele que, direta ou indiretamente, contribuiu para a ocorrência do dano ambiental depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) do agente, bastando a demonstração do nexo de causalidade (artigo 3º, IV, da Lei nº 6.938/81). Caberá àquele que foi acionado o direito de regresso contra os demais causadores do dano.

O empreendedor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. A responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental, nos termos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981).

Além disso, caso a atividade seja realizada por mais de um agente e não seja possível identificar a contribuição de cada agente para o dano ambiental constatado, os órgãos públicos e o Judiciário têm aplicado a teoria da responsabilidade solidária, na qual qualquer dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção em suas operações, como a supressão de vegetação e a disposição final de resíduos, ela não está isenta da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por esses terceiros contratados.

Dessa forma, tanto as atividades desenvolvidas pela Companhia que possam ser caracterizadas como potencialmente poluidoras do meio ambiente, quanto a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço, são devidas e rigorosamente fiscalizadas, evitando-se, assim, qualquer passivo ambiental. Por essa razão, considerando que poderão ser responsabilizados civilmente aqueles que

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

concorrerem indiretamente para a ocorrência de eventual dano ambiental, é fundamental que haja uma gestão conjunta dos riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento do projeto específico, bem como que exijam e fiscalizem o cumprimento de uma política ambiental adequada de seus clientes, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de uma eventual responsabilização solidária.

Com relação aos administradores, na esfera civil, eles somente poderão ser solidariamente responsáveis se agirem em desacordo com a legislação ambiental ou com o Estatuto Social, uma vez que não podem ser responsabilizados por atos regulares de gestão. Caso não tenha havido conduta em desacordo com a legislação ambiental, a responsabilidade civil ambiental somente poderá alcançar o administrador se ele também acumular a condição pessoal de sócio, sendo necessária a desconsideração da personalidade jurídica neste caso, conforme informado abaixo. No que se refere à responsabilização de administradores em âmbito penal, estes podem vir a responder somente de forma subjetiva, isto é, sendo necessário analisar a conduta do agente envolvido no crime ambiental.

Por fim, cabe mencionar que, apesar de não haver referência expressa na lei, segundo entendimento da doutrina e jurisprudência a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição.

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente, independentemente da verificação de efetiva ocorrência de dano ambiental. As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multa, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Na esfera criminal, Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão por parte da mesma, ou suas subsidiárias, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei nº 9.605/1998.

No que toca à pessoa jurídica, condutas infracionais que tenham sido cometidas por decisão de representantes ou de órgãos colegiados da Companhia, no seu interesse e benefício, a sujeitarão a penas (i) de multa; (ii) restritivas de direitos; e (iii) prestação de serviços à comunidade. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Adicionalmente, a Lei nº 9.605/1998 prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora de dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao resarcimento dos danos causados ao meio ambiente sendo desnecessária a presença dos requisitos previstos no art. 50 do Código Civil. Assim, sempre que a sua personalidade jurídica for obstáculo ao resarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente, esta poderá ser desconsiderada.

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Licenciamento Ambiental

Em relação ao exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respetivas licenças e autorizações. A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção do meio ambiente.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental. De acordo com a legislação federal brasileira, a construção, instalação, expansão, modificação e operação de atividades e/ou empreendimentos utilizadores de recursos naturais e que sejam considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como aqueles capazes, sob qualquer forma, de a causar danos ambientais estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. O processo de licenciamento ambiental, em geral, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente, conforme segue: Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e, por fim, a Licença de Operação (LO). As referidas licenças possuem prazo de validade, de modo que devem ser periódica e tempestivamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade. Determinadas licenças ambientais podem estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento das atividades, que podem, eventualmente, impactar e condicionar a operação das atividades da Companhia.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de ilícito penal e administrativo, sujeitando o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros e de expor a Companhia a riscos reputacionais. No âmbito administrativo, além das outras sanções, as multas, de acordo com a legislação federal, podem chegar a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência), podendo gerar efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia.

Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”), instituída pela Lei Federal n.º 12.305/2010, tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, exceto os rejeitos radioativos, que são regulados por legislação própria e específica.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela PNRS, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas, onde o responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados por terceiros contratados.

A disposição inadequada de resíduos sólidos pode sujeitar o infrator à responsabilização nas esferas administrativa, criminal e/ou civil. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Devido à possibilidade de novos regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos ambientais podem aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Cumpre indicar que Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às suas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas “TAC” e/ou Termos de Compromissos “TC” perante as respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas, por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, a Companhia poderá ficar sujeita à riscos e penalidades, tais como pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos imóveis está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que a Companhia ocupa para o exercício das atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Imóveis que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (definidos como informações identificadas ou identificáveis relativas a indivíduos) podem ser tratados pelas organizações.

Até agosto de 2018, quando sancionada a LGPD, as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrou em vigor em agosto de 2020 (exceto com relação às sanções administrativas previstas), estabeleceu um novo sistema de regras e condutas com relação ao tratamento de dados pessoais, mais amplo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia.

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. A aplicação da LGPD será fiscalizada pela ANPD, cujas atribuições compreendem: (i) zelar pela proteção dos dados pessoais nos termos da LGPD, solicitando informações de agentes de tratamentos de dados; (ii) fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à LGPD, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso; e (iii) promover ações de cooperação com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República. A aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD passará a viger a partir de 1º de agosto de 2021.

A Companhia (i) está empreendendo esforços para adequar suas atividades às disposições da LGPD, tendo contratado um escritório de advocacia para auxiliá-la em tal projeto de adequação; (ii) realizou treinamentos internos para conscientização de seus colaboradores acerca das práticas adotadas pela Companhia que envolvem segurança da informação, privacidade e proteção de dados

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

pessoais; (iii) está tomando as providências de governança internas para indicar o Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados pessoais e a ANPD.

Destacamos que, até o momento, a Companhia não identificou qualquer incidente de segurança de dados pessoais, bem como não recebeu quaisquer solicitações e/ou notificações da ANPD e/ou demais autoridades competentes no tratamento de dados pessoais que realiza no âmbito da LGPD. A Companhia encontra-se em fase de mapeamento e identificação de vulnerabilidades em relação ao tema, assim como de implementação de medidas destinadas a mitigar eventuais riscos de privacidade e proteção de dados.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental;

A Companhia não possui uma política ambiental formalizada até o momento. De qualquer forma, a Companhia adota práticas voltadas à sustentabilidade, tais como: (i) priorização de uso de fibras naturais nos produtos; (ii) qualidade do produto e educação no uso e manutenção para maior vida útil dos produtos; e (iii) uso de embalagens com redução de volumetria, como exemplo, travesseiro de rolinho, colchão em caixa, entre outros, e, portanto, como menor consumo de combustível e redução de emissão de gases no transporte. A Companhia adota como princípio o cumprimento integral das leis e toda regulamentação a que está sujeita e o foco na sustentabilidade. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão internacional de proteção ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), sendo assegurado ao titular o uso exclusivo da marca em todo o território nacional por um prazo de dez anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito, que pode vir a não se concretizar nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas e retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

A manutenção dos registros marcários já concedidos depende de renovação, de modo que esses direitos podem ser extintos caso a Companhia não adote as medidas necessárias para prorrogar os seus registros tempestivamente.

A Companhia acredita que suas marcas e contratos de licença de uso de direitos de propriedade intelectual e franquias têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de seus produtos. Nos últimos anos, a Companhia tem feito investimentos para melhorar a identidade e o reconhecimento de suas marcas. Esses investimentos incluem lançamento de novos produtos e novas marcas, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade dos produtos da Companhia e o aprimoramento da apresentação de marcas e embalagens. Esses direitos são fundamentais para o desenvolvimento dos produtos da Companhia e eventual perda de qualquer um dos referidos direitos pode causar impacto relevante nas atividades da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, a Companhia utiliza diversos nomes de domínio de sua titularidade para comercializar produtos e prestar serviços na internet. No Brasil, o Registro.br é o departamento do NIC.br que é responsável pelas atividades de registro e manutenção de nomes de domínios que utilizam a extensão “.br”.

- **Contrato de Licenciamento da Marca ARTEX** – Por meio do Contrato de Licenciamento da Marca ARTEX, celebrado entre a Companhia e sua controladora Coteminas S.A., em 1º de julho de 2021, a Companhia detém o direito de utilizar a marca ARTEX, sem exclusividade, para identificar produtos comercializados no seu canal digital www.artex.com.br e em suas lojas próprias ou franqueadas. O referido contrato é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos. A concessão é feita a título gratuito, não havendo qualquer valor a ser pago a título de royalties pela Companhia. A licença abrange o território brasileiro, sendo vedado à Companhia, sublicenciar, transferir, onerar, dar em garantia, ou de qualquer outra forma alienar, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações previstos no contrato sem prévia e expressa aprovação por escrito da Coteminas S.A.
- **Contrato de Licenciamento da Marca PERSONO** - Por meio do Contrato de Licenciamento da Marca Persono, celebrado entre a Companhia e sua controladora Coteminas S.A., em 1º de julho de 2021, a Companhia detém o direito de utilizar a marca Persono, sem caráter de exclusividade, para identificar produtos comercializados no seu canal digital www.artex.com.br e em suas lojas próprias ou franqueadas. O referido contrato é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período. A concessão é feita a título gratuito, não havendo qualquer valor a ser pago a título de royalties pela Companhia. A licença abrange o território brasileiro, sendo vedado à Companhia, sublicenciar, transferir, onerar, dar em garantia, ou de qualquer outra forma alienar, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações previstos no contrato sem prévia e expressa aprovação por escrito da Coteminas S.A.
- **Contrato de Autorização para Operação e Gerenciamento de Marketplace de Canal Digital** – Por meio do Contrato de Autorização para Operação e Gerenciamento de Marketplace de Canal Digital, a Companhia detém autorização limitada, não exclusiva e revogável, para, durante o prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, operação e gestão de marketplace do canal digital www.santistadecora.com.br, incluindo atividades de armazenamento, logística e distribuição dos produtos que serão comercializados neste canal digital. A concessão é feita a título gratuito, e é vedada à Companhia, a utilização, a qualquer título e sob qualquer forma, de qualquer Propriedade Intelectual da Coteminas S.A., bem como a exploração comercial ou a realização de referências ao contrato ou seu objeto sem a prévia e expressa autorização por escrito da Coteminas S.A.

Nesse sentido, incluímos abaixo resumo das marcas e detalhamento dos contratos:

Marca	Titular / Licenciada	Prazo de Uso	Direito de Canal	Considerações
Santista	SantistaTêxtil (titular) / Coteminas (licenciada) ⁽¹⁾	5 anos automaticamente renováveis	• On-line	Concessão a título gratuito
Artex	Coteminas (titular) / AMMO (licenciada)	5 anos automaticamente renováveis	• On-line • Varejo Físico	Concessão a título gratuito
MMArtan	AMMO	n.a.	n.a.	n.a.
Casa Moysés	AMMO	n.a.	n.a.	n.a.
Persono	Coteminas (titular) / AMMO (licenciada)	5 anos automaticamente renováveis	• On-line • Varejo Físico	Concessão a título gratuito

⁽¹⁾ Os produtos Santista são fabricados pela Coteminas, acionista Controladora da Companhia e licenciada desta marca, e fornecidos pela Coteminas para a Companhia para venda ao varejo por meio do website www.santistadecora.com.br, de propriedade da acionista controladora da Companhia, cujo marketplace é operado e gerenciado pela Companhia.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, dirija-se ao item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 – Receitas relevantes provenientes do exterior

- (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufera receitas no exterior.

- (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor; e**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufera receitas no exterior.

- (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufera receitas no exterior.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 – Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 – Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações sociais e ambientais;

A Companhia não possui uma política de responsabilidade socioambiental formalizada, não adere a padrões internacionais relativos à proteção ambiental e não publica relatório anual, de sustentabilidade ou integrado levando em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”), mas comprehende a relevância do tema e tem, progressivamente, buscado reduzir o impacto ambiental de suas atividades, bem como contribuir na disseminação de uma consciência ambiental e na adoção de atitudes ecologicamente corretas.

(b) Metodologia seguida na elaboração dessas informações;

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente;

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 – Outras informações relevantes

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S possui sede em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 – Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação, nos três últimos exercícios sociais, de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**8.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 – Outras inf. Relev. – Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 – Bens do ativo não-circulante relevantes – Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Escritório Administrativo Vinhedo	Brasil	SP	Vinhedo	Alugada
Escritório Administrativo São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Centro de Distribuição Vinhedo	Brasil	SP	Vinhedo	Alugada
Centro de Distribuição Blumenau (operação pela AMMO ainda não iniciada)	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Centro de Distribuição João Pessoa (operação pela AMMO ainda não iniciada)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja ARTEX – Raposo Tavares	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Aricanduva	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Taboão	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
Loja ARTEX – SP MARKET	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – BH Shopping	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja ARTEX – Brisamar Shopping	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
Loja ARTEX – Park Shopping	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Ibirapuera	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Anália Franco	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – Barra Shopping	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Eldorado	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Granja Viana	Brasil	SP	Cotia	Alugada
Loja ARTEX – Gaivota	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – Ribeirão Shopping	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja ARTEX – Uberlândia Shopping	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Loja ARTEX – Estação BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja ARTEX – Itapu Power Shopping	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja ARTEX – Park Shopping São Caetano	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
Loja ARTEX – Center Norte	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Recife	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja ARTEX – Boulevard Londrina	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja ARTEX – São Bernardo	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
Loja ARTEX – Augusta	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN – Outlet Premium Brasília	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Loja MMARTAN – Alexânia	Brasil	GO	Alexânia	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja ARTEX – Outlet Premium Brasília	Brasil	GO	Alexânia	Alugada
Loja ARTEX – Catuáí Shopping	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Loja ARTEX – Outlet Paltinum	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Loja ARTEX – Iguatemi Esplanada	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Loja ARTEX – Metropolitano Barra	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja ARTEX – Salvador Outlet	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
Loja ARTEX – Outlet Fashion Fortaleza	Brasil	CE	Caucaia	Alugada
Loja ARTEX – Shopping Morumbi	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN - Outlet Salvador	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
Loja MMARTAN – Vinhedo	Brasil	SP	Vinhedo	Alugada
Loja MMARTAN – Shopping Galeria	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja MMARTAN– Rebouças	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN - Pacaembu	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN – Vinhedo	Brasil	SP	Vinhedo	Alugada
Loja MMARTAN – Shopping Vila Lobos	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN– Tatupé	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN - Center Norte	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN – Shopping Morumbi	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja MMARTAN – Anchieta	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
Loja MMARTAN– Outlet Fashion Fortaleza	Brasil	CE	Caucaia	Alugada
Loja MMARTAN - Joinville	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Loja MMARTAN – Park Shopping	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Loja MMARTAN – Barra Shopping	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja MMARTAN– Plaza Shopping Niterói	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Loja MMARTAN - BH Shopping	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja MMARTAN – Diamond Mall	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja MMARTAN – Shopping Rio Sul	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja MMARTAN– 7 de Setembro	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja MMARTAN - Flambboyant	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Loja MMARTAN – Outlet Brasília	Brasil	GO	Alexânia	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja MMARTAN – Shopping da Bahia	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja MMARTAN- Lauro de Freitas	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Alugada
Loja MMARTAN - Cataratas Shopping	Brasil	PR	Foz do Iguaçu	Alugada
Loja MMARTAN – Maringá	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Loja MMARTAN – Premium Outlet Itupeva	Brasil	SP	Itupeva	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Reg. 810842084, marca mista Casa Moysés Moda Cama, Mesa e Banho, Classe Nacional 25:10.	Registro válido até 13/12/2023	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Reg. 810842068, marca mista Casa Moysés Moda Cama, Mesa e Banho, Classe Nacional 24:10.	Registro válido até 16/09/2026	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 818690755, Registro válido até para a marca mista "M.Martan", na Classe Nacional 24:20.	21/10/2027	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 8202837504, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (8) 24.	06/08/2022	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 823851656, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (7) 20.	26/02/2023	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº 823857204, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (7) 27.	26/02/2023	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 823851664, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (7) 25.	18/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº 823851672, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (7) 35.	26/02/2023	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 824394488, Registro válido até para a marca mista “Rossini Moda Cama, Mesa e Banho”, na Classe NCL (8) 24.	17/07/2027	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº 824394496, Registro válido até para a marca mista “Rossini Moda Cama, Mesa e Banho”, na Classe NCL (8) 35.	17/07/2027	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 825931061, Registro válido até para a marca mista "La Mari Cama, Mesa e Banho", na Classe NCL (8) 24.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 8227402554, Registro válido até para a marca "M Martan", nominativa "M Martan", na Classe NCL (8) 35.	02/02/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº8277402597, Registro válido até para a marca nominativa "M Martan", na Classe NCL (8) 20.	02/02/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº8277402570, Registro válido até para a marca nominativa "M Martan", na Classe NCL (8) 25.	26/07/2031	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº8277402562, para a marca nominativa "M Martan", na Classe NCL (8) 27.	Registro válido até 02/02/2026	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº8277402589, para a marca nominativa "M Martan", na Classe NCL (8) 24.	Registro válido até 04/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº827402600, Registro válido até para a marca nominativa "M Martan", na Classe NCL (8) 03.	04/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº828100063, Registro válido até para a marca nominativa "Casa Moysés", na Classe NCL (8) 24.	18/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº828100071, Registro válido até para a marca nominativa "Casa Moysés", na Classe NCL (8) 25.	18/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº828100080, Registro válido até para a marca nominativa "Casa Moysés", na Classe NCL (8) 35.	18/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº829225617, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (9) 03.	26/07/2031	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº 822225625, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (9) 20.	24/05/2026	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 829225633, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (9) 24.	26/07/2031	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº 829225641, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (9) 25.	26/07/2031	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 829225650, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (9) 27.	24/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 829225668, Registro válido até para a marca mista "M.Martan Cana, Mesa e Banho", na Classe NCL (9) 35.	24/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº829763643, para a marca nominativa "MMartan", na Classe NCL (9) 42.	Registro válido até 12/04/2031	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº830009930, para a marca nominativa "Casa Moysés", na Classe NCL (9) 20.	Registro válido até 01/02/2031	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº017767697, Registro válido até 03/04/2032 para a marca nominativa "Global Store", na Classe NCL (9) 24.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº02406426, Registro válido até 15/01/2023 para a marca mista "Bamboo Dreams", na Classe NCL (9) 03.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº02406434, para a marca mista "Acqua Di Martan", na Classe NCL (9) 03.	Registro válido até 15/01/2023	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº02598813, para a marca nominativa "Casa Moysés", na Classe NCL (9) 27.	Registro válido até 26/03/2023	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº004292665, para a marca nominativa “FOR ALL”, na Classe NCL (9) 03.	Registro válido até 09/01/2028	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº004292681, para a marca nominativa “FOR ALL”, na Classe NCL (9) 20.	Registro válido até 10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº004292690, para a marca nominativa “FOR ALL”, na Classe NCL (9) 24.	Registro válido até 10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº004292703, para a marca nominativa “FOR ALL”, na Classe NCL (9) 25.	Registro válido até 10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº004292711, Registro válido até para a marca nominativa "FOR ALL", na Classe NCL (9) 27.	10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº004292762, Registro válido até para a marca nominativa "Day by Day", na Classe NCL (9) 20.	10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº04292797, Registro válido até para a marca nominativa "Day by Day", na Classe NCL (9) 24.	10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº04292827, Registro válido até para a marca nominativa "Day by Day", na Classe NCL (9) 27.	10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº004292878, para a marca nominativa "Easy Mix", na Classe NCL (9) 20.	Registro válido até 10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº004292835, para a marca nominativa "Easy Mix", na Classe NCL (9) 03.	Registro válido até 10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº004292908, para a marca nominativa "Easy Mix", na Classe NCL (9) 24.	Registro válido até 10/05/2026	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº004292916, para a marca nominativa "Easy Mix", na Classe NCL (9) 25.	Registro válido até 04/04/2027	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº04292932, para a marca nominativa "Easy Mix", na Classe NCL (9) 27.	Registro válido até 10/05/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº005967682, para a marca mista "Bazar Solidário M Martan", na Classe NCL (10) 35.	Registro válido até 12/01/2031	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº006130743, para a marca mista "Franquia Virtual", na Classe NCL (10), 35.	Registro válido até 06/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº006130794, para a marca mista "EFranchise", na Classe NCL (10), 35.	Registro válido até 06/03/2028		<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº06130840, para a marca mista “IFranquia”, na Classe NCL (10) 35.	Registro válido até 06/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº06130883, para a marca mista “EFranquia”, na Classe NCL (10) 35.	Registro válido até 06/03/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº006130999, para a marca mista “Franquia Digital”, na Classe NCL (10).35.	Registro válido até 06/03/2028	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº006131065, para a marca mista “Virtual Franchise”, na Classe NCL (10).35.	Registro válido até 05/06/2028	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº06131154, Registro válido até 06/03/2028 para a marca mista “IF-Franchise”, na Classe NCL (10) 35.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº07631371, Registro válido até 08/11/2026 para a marca nominativa “M Martan”, na Classe NCL (10) 16.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907631398, Registro válido até para a marca mista "M Martan", na Classe NCL (10) 16.	08/11/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 907631428, Registro válido até para a marca "M Martan", na Classe NCL (10) 41.	08/11/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907631444, Registro válido até para a marca mista "M Martan" na Classe NCL (10). 41.	08/11/2026	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 909062560, Registro válido até para a marca "Hydrocotton" na Classe NCL (10). 24.	29/08/2027	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº090062579, Registro válido até para a marca nominativa “Hydrocotton” na Classe NCL (10) 25.	29/08/2027	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº090062587, Registro válido até para a marca nominativa “Hydrocotton” na Classe NCL (10) 35.	29/08/2027	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº09288674, para a marca nominativa "Sonhando Acordado" na Classe NCL (10) 16.	Registro válido até 24/12/2029	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº09288690, para a marca nominativa "Sonhando Acordado" na Classe NCL (10) 41.	Registro válido até 24/12/2029	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº09948933, Registro válido até 21/11/2027 para a marca mista "Hydrocotton" na Classe NCL (10). ²⁴		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº09948941, Registro válido até 21/11/2027 para a marca mista "Hydrocotton" na Classe NCL (10). ²⁵		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº912678453, Registro válido até para a marca nominativa "M Martan" na Classe NCL (11) 04.	16/10/2028	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº912678461, Registro válido até para a marca mista "M Martan" na Classe NCL (11) 04.	16/10/2028	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº912678470, para a marca nominativa "M Martan"	Registro válido até 16/10/2028	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº912678496, para a marca mista "M Martan" na Classe NCL	(11) 06.	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº912678518, para a marca nominativa "M Martan" na Classe NCL (11).21.	Registro válido até 16/10/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro nº912678534, para a marca mista "M Martan" na Classe NCL (11).21.	Registro válido até 16/10/2028	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº920206077, Registro válido até 06/04/2031 para a marca mista "M Martan" na Classe NCL (11) 20.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº912678542, Registro válido até 16/10/2028 para a marca nominativa "M Martan Sleepwear" na Classe NCL (11) 25.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº912678550, Registro válido até 16/10/2028 para a marca mista "M Martan Sleepwear" na Classe NCL (11) 25.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº916959040, Registro válido até 30/06/2030 para a marca "Casa Moysés" na Classe NCL (11) 03.		Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916959090, para a marca mista "Casa Moysés" na Classe NCL (11) 03.	Registro válido até 30/06/2030	Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de Registro nº 920011527, para a marca nominativa "M M Home Decor" na Classe NCL (11) 24.	Rec. pendente de análise.	Pedidos de registro podem ser indeferidos ou arquivados pelo INPI, caso não atendam aos requisitos da Lei 9.279/96 ("LPI"). O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir terceiros não autorizados de utilizá-la, é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, segundo a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, se comprovar que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, antes de concedido o registro pelo INPI.	A Companhia pode não conseguir o registro por: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº920011535, para a marca nominativa "M M Home Decor" na Classe NCL (11) 35.	Rec. pendente de análise.	<p>Pedidos de registro podem ser indeferidos ou arquivados pelo INPI, caso não atendam aos requisitos da Lei 9.279/96 ("LPI"). O uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir terceiros não autorizados de utilizá-la, é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, segundo a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, se comprovar que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, antes de concedido o registro pelo INPI.</p> <p>A Companhia pode não conseguir o registro por: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.</p>	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas ⁶²⁶	Registro nº920206107, para a marca mista "MMARTAN" na Classe NCL (11) 27.	Registro válido até 06/04/2031	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro pelo período de, no mínimo, 5 anos após a concessão do registro ou caso o uso da marca tenha sido interrompido por mais de 5 anos consecutivos. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	Lojasmmartan.com.br	26/04/2022	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Mmartan.com.br	01/06/2027	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Mmartan.net.br	21/05/2022	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Relacionamentommartan.com.br	05/05/2022	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Sabermartan.com.br	19/08/2021	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Ammoadm.com.br	13/12/2021	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Doramco.com.br	22/02/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Lojaartex.com.br	06/01/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Lojasartex.com.br	10/01/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Relacionamentoartex.com.br	05/05/2022	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Sabercotermas.com.br	26/05/2022	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	www.casamoyeses.com.br	13/03/2022	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	www.ammovarejo.com.br	26/04/2022	<p>Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio ou não atendimento de qualquer solicitação por parte do Registro.br; (ii) provimento de um requerimento instaurado por terceiro junto ao Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob o ".br" (SACI-Adm), especificamente com relação a domínios registrados após outubro de 2010; e (iii) determinação do Poder Judiciário oriunda de ação judicial que envolva o nome de domínio.</p>	Terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data		Valor (Reais)		
C7S Tecnologia Ltda.	28.900.361/0001-03	-	Controlada	Brasil	SC	Blumenau	A sociedade tem por objeto o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis.	100,000000
30/06/2021	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2020	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	30/06/2021	0,00	
31/12/2019	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A C7S é a empresa de tecnologia da AMMO Varejo, sendo responsável pelo desenvolvimento, melhoria e manutenção do sistema proprietário da Companhia, aplicação de uso de dados, como inteligência artificial, e desenvolvimento de novos produtos e serviços de tecnologia, como o dispositivo de monitoramento de sono.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras

A Companhia mantém seus livros e registros contábeis em Reais, a moeda funcional de suas operações no Brasil e de apresentação de suas demonstrações financeiras. Como as atividades de varejo das marcas Artex e Santista eram geradas nas contas da Controladora Coteminas S.A. e a C7S Tecnologia Ltda. não era subsidiária da Companhia, foram elaboradas demonstrações financeiras combinadas “carve-out” dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 com a finalidade de demonstrar a combinação das operações da Ammo Varejo S.A. C7S Tecnologia Ltda. as operações de varejo da controladora Coteminas S.A. É importante mencionar que, caso as operações ocorressem em uma entidade independente da Controladora Coteminas S.A., a posição patrimonial e financeira e os resultados poderiam divergir significativamente daqueles aqui apresentados nas demonstrações financeiras combinadas carve-out e comentados, a seguir, nesta seção deste Formulário de Referência. Nesse sentido, referências feitas a “Companhia” nessa seção se referem a AMMO Varejo S.A. considerando a combinação de suas operações com as operações da C7S Tecnologia Ltda. e operações de varejo da antes desenvolvidas pela controladora Coteminas S.A.

A discussão e análise sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia descritas a seguir é baseada e deve ser lida em conjunto com: as demonstrações financeiras combinadas carve-out relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, às demonstrações financeiras combinadas carve-out do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e 2021, e respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards, ou "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Essas demonstrações financeiras combinadas carve-out foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As avaliações, opiniões e comentários constantes desta Seção 10 do Formulário de Referência traduzem a visão e a percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e das operações combinadas da Companhia, e visam fornecer aos investidores, informações que os ajudarão a comparar (i) as demonstrações financeiras combinadas carve-out relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; (ii) as demonstrações financeiras carve-out relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e 2021; (iii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras combinadas carve-out; e (iv) os principais fatores que explicam essas alterações.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

As informações constantes nessa seção foram extraídas das demonstrações financeiras combinadas carve-out dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e do período findo em 30 de junho de 2021.

A Companhia é uma das empresas líderes em varejo especializado de produtos de cama, mesa e banho (“CAMEBA”) no Brasil, operando com um ecossistema de vendas, que abrange canais digitais e rede de lojas físicas (próprias e franqueadas) com ampla cobertura geográfica e capilaridade, presente em 25 Estados brasileiros e no Distrito Federal, operando com um modelo de omnicanalidade completa, suportada por tecnologia proprietária.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio e longo prazos, bem como para cobrir as suas necessidades de caixa, capital de giro e investimentos de curto, médio e longo prazo, bem como para manter suas condições financeiras e patrimoniais em níveis apropriados para o desempenho de suas atividades. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e por recursos de terceiros.

Em R\$ milhões	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
EBITDA	29.357	8.362	40.333	41.288	17.342

Por fim, outro fator que nos permite concluir sobre nossa habilidade para cumprimento das obrigações financeiras se refere à nossa geração de caixa. Nossa EBITDA foi positivo nos últimos três exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018, com crescimentos de 138,1% entre os anos de 2018 e 2019 e, mesmo com o advento da pandemia do COVID 19, mostrou resiliência em 2020, com redução de 2,3% entre os anos de 2019 e 2020. Nos primeiros seis meses do exercício social corrente, o EBITDA alcançou R\$ 29,4 milhões, 3,5 vezes o valor obtido nos primeiros seis meses do exercício social anterior, de R\$ 8,4 milhões.

(b) estrutura de capital;

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 34,4 milhões, passando para R\$ 148,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência aportes de capital de R\$ 121,4 milhões pela controladora Coteminas S.A. e de resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 148,8 milhões, passando para R\$ 136,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência do aumento de capital no valor de R\$36,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 136,8 milhões, passando para R\$ 79,3 milhões em 30 de junho de 2021, principalmente em decorrência do efeito de reorganização societária, resultante da aquisição da C7S Tecnologia Ltda.

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

Em R\$ milhões	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de					
	2021	AV (%)	2020	AV (%)	2019	AV (%)	2018	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	81.852	33,1%	66.260	25,9%	60.333	24,1%	40.320	24,4%
Capital de terceiros – não circulante	86.294	34,9%	53.127	20,7%	41.036	16,4%	90.716	54,8%
<i>Capital de terceiros² – Total</i>	<i>168.146</i>	<i>68,0%</i>	<i>119.387</i>	<i>46,6%</i>	<i>101.369</i>	<i>40,5%</i>	<i>131.036</i>	<i>79,2%</i>
Capital próprio ³ – Patrimônio Líquido	79.272	32,0%	136.807	53,4%	148.783	59,5%	34.439	20,8%
Total	247.418	100,0%	256.194	100,0%	250.152	100,0%	165.475	100,0%

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

² O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

³ O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2021, a estrutura de capital da AMMO Varejo era 32,0% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 68,0% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da AMMO Varejo era 53,4% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 46,6% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da AMMO Varejo era 59,5% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 40,5% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da AMMO Varejo era 20,8% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 79,2% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento do capital de próprio ao longo dos períodos em análise, como consequência dos aportes realizados pela controladora para financiar o crescimento da operação.

Nos primeiros seis meses do exercício social corrente, houve a aquisição da C7S Tecnologia Ltda pela AMMO Varejo da Coteminas S.A., com redução do patrimônio líquido como decorrência do efeito de reorganização societária, e a ampliação do passivo total, relativo ao aumento de Partes Relacionadas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

Os índices de liquidez geral (representado pela divisão do ativo total pelo passivo total) e de liquidez corrente (representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia, em 30 de junho de 2021 foram, respectivamente, de 0,7x e 1,4x. Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos.

Adicionalmente, a Diretoria reconhece que a segurança financeira é dada pelo seu controlador sobre a capacidade do Grupo para cumprir com as suas necessidades de financiamento, realizar aportes financeiros, refinanciar ou pagar seus empréstimos bancários eventuais no futuro.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais e dos primeiros seis meses do exercício social corrente:

Em R\$ milhões	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2021 ¹	2020 ¹	2019 ¹	2018 ¹
Adiantamentos de recebíveis – cartões	14.820	-	-	-
Arrendamentos a pagar	68.760	69.034	56.206	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	4	12
Total da Dívida	83.580	69.034	56.210	12
Caixa e equivalentes de caixa	341	1.484	1.736	1.780
Total do (caixa) dívida líquida	83.239	67.550	54.474	(1.768)

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram mútuos contratados com a sua controladora Coteminas S.A., cujos créditos foram convertidos em aportes de capital, e sua própria geração de caixa operacional, principalmente recebíveis de cartões de crédito, duplicatas a receber. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foi sua própria geração de caixa operacional. Para mais informação sobre os empréstimos e financiamentos ver item 10.1(f) e (g) deste Formulário de Referência.

Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios; (ii) pagamentos de fornecedores produtivos e aluguéis; e (iii) exigências de pagamento dos mútuos contratados com a sua controladora, Coteminas.

Em R\$ milhões	Em 30 de junho de 2021 ¹	Em 31 de dezembro de 2020 ¹	Em 31 de dezembro de 2019 ¹	Em 31 de dezembro de 2018 ¹
Empréstimos e financiamentos - Total	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar - Total	68,8	69,0	56,2	-
Circulante	23,2	22,5	21,4	-
Não circulante	45,6	46,5	34,8	-
Circulante	23,2	22,5	21,4	-
Não circulante	45,6	46,5	34,8	-

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros por meio de empréstimos e de emissão de valores mobiliários de sua emissão, incluindo ações, ou aporte de capital por parte dos acionistas ou pela combinação desses métodos, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, investimentos em (i) capital de giro, (ii) abertura de novas lojas físicas próprias, (iii) logística e centros de distribuição, (iv) tecnologia, (v) expansão geográfica, (vi) marketing digital, e (vii) novas aquisições.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia apresentava saldo dos arrendamentos a pagar de curto e longo prazo somados de R\$ 68,8 milhões em 30 de junho de 2021 de R\$ 69,0 mil em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos. A Companhia apresentava saldo dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somados de R\$ 4 mil em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 12 mil em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes,

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais e em 30 de junho de 2021:

Em R\$ mil	Moeda	Taxa anual de juros - %	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
			2021	2020	2019	2018
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (Finame)	R\$	5,5	-	-	4	12
Circulante			-	-	4	5
Não circulante			-	-	-	7

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras,

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía qualquer operação de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia apresentava saldo dos arrendamentos a pagar de curto e longo prazo somados de R\$ 68,8 milhões e saldo de adiantamento de recebíveis – cartões de R\$ 14,8 milhões em 30 de junho de 2021

iii) grau de subordinação entre as dívidas,

Não aplicável, pois a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

Não aplicável, pois a Companhia não possuía empréstimos em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados; e

Não aplicável, pois a Companhia não possuía financiamentos contratados em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Seguem abaixo as descrições qualitativas das principais linhas das demonstrações de resultados da Companhia:

Receita Operacional Líquida

Nossa receita bruta é composta principalmente pela receita bruta *sell out*, que consiste na revenda de mercadorias diretamente ao consumidor final em nossas lojas físicas e pelo e-commerce e, em menor proporção, pela receita *sell in* que é derivada da revenda de mercadorias para nossos franqueados. A receita operacional líquida é calculada a partir da dedução dos seguintes itens da receita bruta: (i) tributos federais (PIS e COFINS às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente), estaduais (ICMS à alíquota média de 18%) e municipais (ISS à alíquota que varia de 2% a 5%, dependendo do município), (ii) cancelamento de vendas por devoluções, e (iii) trocas de produtos vendidos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As receitas com revenda de mercadoria são originadas das vendas tanto no canal físico, através das nossas lojas próprias e dos nossos franqueados, como no canal digital, que são as vendas realizadas através de nossas lojas online nos websites, WhatsApp e de plataformas parceiras de marketplace, podendo o consumidor receber os produtos adquiridos (i) diretamente do nosso centro de distribuição, ou (ii) de uma das lojas físicas, próprias ou franqueadas. Possuímos as seguintes modalidades de venda habilitadas pela nossa plataforma de omnicanalidade: (i) “Atendimento Remoto” (venda para clientes através do aplicativo WhatsApp), (ii) “Plataforma Infinita” (venda de produtos na loja física que não estão disponíveis em estoque através da nossa plataforma de e-commerce); (iii) “Entrega a Partir da Loja” (entrega da mercadoria a partir da loja para o cliente); e (iv) “Retire da Loja” (retirada de mercadoria na loja escolhida pelo cliente).

As receitas derivadas do nosso sistema de franquias são originadas, além da venda de produtos, de forma contínua, pela cobrança de (i) royalties devido à Companhia sobre o valor do produto adquirido pelo franqueado, (ii) comissão sobre o valor de produto vendido pelo franqueado com o uso de nosso e-commerce, e (iii) taxa de uso do nosso sistema PDV (software proprietário, utilizado em nossas lojas físicas); (iv) taxa de franquia, no início da contratação, e (v) taxa de renovação de franquia, nas renovações contratuais.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo das mercadorias vendidas é referente, principalmente, ao custo de compra dos produtos a serem revendidos, incluindo os gastos com frete relativos ao transporte logístico de mercadorias de nossos fornecedores até os nossos centros de distribuição localizados nos municípios de Vinhedo, Blumenau e João Pessoa. No caso de produtos produzidos pela Coteminas S.A., das marcas Artex e Santista, a Coteminas S.A. entregam por conta e ordem as vendas da AMMO Varejo diretamente aos clientes.

O custo dos serviços prestados também consiste em gastos com pessoal e prestadores especializados (autônomos e pessoas jurídicas) que são contratados para suprir demanda extraordinária.

Adicionalmente, o custo original de produção de parte de nossos produtos está atrelado ao preço das commodities (principalmente, algodão), bem como exposto à variação cambial. Aumento nos preços das commodities ou depreciação do real em relação ao dólar norte-americano tendem a causar aumento no custo de aquisição das mercadorias a serem revendidas, que normalmente repassamos para o preço ao consumidor final.

Receitas (Despesas) Operacionais

Das vendas

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações em nossas lojas e de nossa operação digital. As principais despesas fixas são: (i) despesas da loja, principalmente aluguel, condomínio, IPTU e despesas com taxas cobradas pelos *shopping centers*, quando aplicável, bem como despesas com pessoal (principalmente vendedores); em menor proporção, despesas com energia elétrica e outras *utilities*, manutenção e materiais de loja; (ii) despesas com centros de distribuição, principalmente no que tange à movimentação de mercadoria, bem como despesas para operar o centro de distribuição, como energia elétrica, manutenção, aluguel, condomínio, IPTU e pessoal; (iii) frete do nosso centro de distribuição para as nossas lojas próprias; (iv) parte fixa de despesas com pessoal, como marketing, desenvolvimento de produtos; e (v) depreciação e amortização.

As principais despesas variáveis são (i) despesas com marketing, principalmente marketing digital em mídias sociais e publicações; e (ii) frete do nosso centro de distribuição para mercadorias vendidas em nosso e-commerce, variando de acordo com o volume de vendas realizado por meio desse canal.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas às atividades exercidas em nossos escritórios administrativos, localizados nas cidades de São Paulo e Vinhedo, no Estado de São Paulo, principalmente as despesas com pessoal das áreas financeiras, jurídica e de tecnologia e os custos dos serviços compartilhados com a nossa controladora. Para maiores informações sobre os nossos contratos com partes relacionadas, veja item 16 deste Formulário de Referência.

Honorários da Administração

As despesas com honorários da administração compreendem as despesas corporativas necessárias para administração da Companhia.

Recuperação de Impostos

A recuperação de impostos consiste no crédito gerado em 2018 e 2019 pelo reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS conforme decisão de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, que causou um ganho não recorrente para a Companhia nos exercícios fiscais de 2018 e 2019.

Outras, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas são gastos incorridos com assuntos pontuais não recorrentes, como, por exemplo, receitas geradas pelo repasse de loja para os franqueados e venda de móveis usados.

Despesas Financeiras – Encargos e Juros

As despesas financeiras consistem em juros e encargos referentes a operações de mútuo celebradas com o nosso controlador e desconto de cartão (antecipação de recebíveis).

Despesas Financeiras - Arrendamento

As despesas financeiras com arrendamento consistem nos juros atribuídos ao contrato de aluguel na adoção inicial do IFRS 16 de cada contrato. Utilizamos taxas que variam de acordo com o custo de captação de recursos.

Despesas Bancárias, Impostos, Descontos e Outros

As despesas bancárias, impostos, descontos e outros consistem principalmente em despesas (i) bancárias, incluindo tarifas bancárias, (ii) taxas cobradas pelas operadoras de cartão de crédito por vendas realizadas no e-commerce e lojas próprias, relacionadas às nossas receitas *sell out*; (iii) descontos financeiros concedidos aos franqueados; e (iv) outras despesas financeiras, incluindo impostos e taxas decorrentes de operações bancárias.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras representam a soma das receitas geradas pelas aplicações financeiras e mútuos, onde a Companhia tem posição credora.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO COMBINADO CARVE-OUT

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais dos períodos (i) encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018 e (ii) de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020, bem como das demonstrações de resultado e das demonstrações dos fluxos de caixa referentes (i) aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e (ii) aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020 são derivadas das demonstrações contábeis combinadas *carve-out* da Companhia.

PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

Em R\$ milhões	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 ¹	AV (%)	AH (%)	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 ²	AV (%)
Receita operacional líquida	238.618	100,0%	37,2%	173.914	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(108.705)	(45,6%)	29,1%	(84.234)	(48,4%)
Lucro bruto	129.913	54,4%	44,9%	89.680	51,6%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	(102.669)	(43,0%)	22,6%	(83.712)	(48,1%)
Despesas gerais e administrativas	(11.455)	(4,8%)	(0,5%)	(11.516)	(6,6%)
Honorários da Administração	(264)	(0,1%)	19,5%	(221)	(0,1%)
Outras, líquidas	229	0,1%	(87,8%)	1.874	1,1%
Resultado operacional	15.754	6,6%	(504,5%)	(3.895)	-2,2%
Despesas financeiras – juros e encargos	(3.788)	(1,6%)	18,4%	(3.199)	(1,8%)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	(2.525)	(1,1%)	(26,5%)	(3.436)	(2,0%)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(10.298)	(4,3%)	116,4%	(4.758)	(2,7%)
Receitas financeiras	2.511	1,1%	222,3%	779	0,4%
Variações cambiais	(68)	(0,0%)	(201,5%)	67	0,0%
Resultado antes dos impostos	1.586	0,7%	n.a.	(14.442)	(8,3%)
IR e CSSL	(120)	(0,1%)	41,2%	(85)	(0,0%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	1.466	0,6%	n.a.	(14.527)	(8,4%)

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

² Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$238,6 milhões, representando um aumento de R\$64,7 milhões, ou 37,2%, quando comparada com o valor de R\$173,9 milhões referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento das vendas em todos os canais de venda conforme explicado abaixo.

A receita *sell out*, proveniente das lojas físicas próprias e do e-commerce, do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$175,4 milhões, representando um aumento de R\$38,2 milhões, ou 27,8%, quando comparada com o valor de R\$137,2 milhões referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, devido (i) ao aumento das vendas no e-commerce, relacionado aos investimentos em mídias digitais, e (ii) ao aumento das vendas nas lojas físicas próprias, que haviam sido fortemente impactadas pelo fechamento de suas operações nos primeiros seis meses de 2020.

A receita *sell in*, proveniente de vendas aos franqueados de produtos e serviços, do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$63,1 milhões, representando um aumento de R\$26,8 milhões, ou 73,8%, quando comparada com o valor de R\$36,3 milhões referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao fechamento das lojas no início da pandemia, principalmente, nos meses de abril e maio de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$108,7 milhões, representando um aumento de R\$24,5 milhões, ou 29,1%, quando comparados com o valor de R\$84,2 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento das vendas em todos os canais de vendas, relacionadas ao investimento em marketing digital e ao fechamento de lojas, principalmente, nos meses de abril e maio de 2020. A variação do custo foi menor que a da receita, pois nas vendas do e-commerce, assim como nas lojas próprias, a venda é feita pelo preço final ao consumidor, incluindo mark-up, e, portanto, com maior margem bruta.

Os custos relacionados às vendas das lojas físicas próprias e do e-commerce, dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020 e 2021 foram de R\$58,5 milhões e R\$69,5 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$11,1 milhões, ou 18,8%, em 2021 comparativamente ao período anterior, com o efeito positivo do crescimento de 27,8% da receita, com melhor mix de venda em termos de margem bruta.

Os custos relacionados às vendas aos franqueados de produtos e serviços, dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020 e 2021 foram de R\$25,5 milhões e R\$39,2 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$13,7 milhões, ou 53,7%, em 2021 comparativamente ao período anterior, com o efeito positivo do crescimento de 73,8% da receita, mas em menor proporção, pois a receita sell-in considera taxa de remuneração de geração (*lead*) de vendas dos canais online da franqueadora para os franqueados, que não possuem custos associados, gerando aumento de margem bruta para a franqueadora.

Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro bruto no período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 foi de R\$129,9 milhões, representando um aumento de R\$40,2 milhões, ou 44,9%, quando comparado com o valor de R\$89,7 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020.

A margem bruta dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020 foi de 54,4% e 51,6% da receita líquida, respectivamente, sendo registrada uma melhora de 2,9 pontos percentuais em relação à margem bruta verificada no período anterior. O aumento da margem bruta foi devido ao crescimento das vendas em todos os canais, com aumento de margem, com melhores mark-up nos canais próprios e com participação maior de receita de comissão por geração (*lead*) de vendas para os franqueados, que não possuem custos associados, e, portanto, contribuindo para aumento de margem bruta das vendas sell-in.

Receitas (Despesas) Operacionais

De Vendas

As despesas de vendas do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$102,7 milhões, representando um aumento de R\$19,0 milhões, ou 22,6%, quando comparadas com o valor de R\$83,7 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento dos gastos com *marketing* digital, em linha com a nossa estratégia de direcionar vendas para os nossos canais digitais.

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020 mantiveram-se relativamente estáveis, totalizando R\$11,5 milhões para os dois períodos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Honorários da Administração

As despesas gerais e administrativas do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi despesas de R\$0,3 milhão, representando um aumento de R\$ 43 mil, ou 19,5%, quando comparadas com o valor de R\$0,2 milhão referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020, quando houve redução temporária de honorários, recorrente da pandemia.

Despesas Financeiras – Juros e Encargos

As despesas financeiras – juros e encargos do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$3,8 milhões, representando um aumento de R\$0,6 milhão, ou 18,4%, quando comparadas com o valor de R\$3,2 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do endividamento bruto da Companhia através de mútuos com a nossa controladora, Coteminas.

Despesas Financeiras – Juros Sobre Arrendamentos

As despesas financeiras – juros sobre arrendamento do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$2,5 milhões, representando uma diminuição de R\$0,9 milhões, ou 26,5%, quando comparadas com o valor de R\$3,4 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a baixas e renegociações de contratos de arrendamento.

Despesas Bancárias, Impostos, Descontos e Outros

As despesas bancárias, impostos, descontos e outros do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$10,3 milhões, representando um aumento de R\$5,5 milhões, ou 116,4%, quando comparadas com o valor de R\$4,7 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de despesas com taxas para vendas realizadas por cartão de créditos, relacionadas ao aumento de vendas nos canais próprios de venda, e-commerce e lojas próprias, comentado anteriormente.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$2,5 milhões, representando um aumento de R\$1,7 milhão, ou 222,3%, quando comparadas com o valor de R\$0,8 milhão referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos maiores valores de caixa médio e de posição credora em mútuo entre os períodos.

Resultado Antes dos Impostos

O resultado antes dos impostos do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$1,6 milhão, representando um aumento de R\$16,0 milhões quando comparado com o resultado negativo de R\$14,4 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao, principalmente, ao fechamento de lojas físicas, e, consequente, redução de suas vendas, e com a manutenção de dos custos fixos das lojas próprias, como aluguel e remuneração fixa dos vendedores e gerentes.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O imposto de renda e contribuição social dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020 se manteve relativamente estável, totalizando R\$0,1 milhão para os dois períodos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizou R\$1,5 milhão, representando uma variação de R\$16,0 milhões quando comparado com o valor do prejuízo de R\$14,5 milhões referente ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2020.

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em R\$ milhões	2020 ¹	AV (%)	AH (%)	2019 ¹	AV (%)
Receita operacional líquida	431.143	100,0%	34,4%	320.882	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(211.932)	(49,2%)	18,3%	(179.217)	(55,9%)
Lucro bruto	219.211	50,8%	54,7%	141.665	44,1%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	(184.708)	(42,8%)	46,0%	(126.491)	(39,4%)
Despesas gerais e administrativas	(23.068)	(5,4%)	(4,3%)	(24.104)	(7,5%)
Honorários da Administração	(578)	(0,1%)	0,2%	(577)	(0,2%)
Recuperação de impostos	-	0,0%	(100,0%)	27.141	8,5%
Outras, líquidas	3.743	0,9%	1000,9%	340	0,1%
Resultado operacional	14.600	3,4%	(18,8%)	17.974	5,6%
Despesas financeiras – juros e encargos	(6.538)	(1,5%)	33,8%	(4.888)	(1,5%)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	(6.186)	(1,4%)	7,1%	(5.777)	(1,8%)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(10.277)	(2,4%)	98,9%	(5.166)	(1,6%)
Receitas financeiras	1.635	0,4%	75,8%	930	0,3%
Variações cambiais	330	0,1%	432,3%	62	0,0%
Resultado antes dos impostos	(6.436)	(1,5%)	n.a.	3.135	1,0%
IR e CSSL	(264)	(0,1%)	(18,5%)	(324)	(0,1%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(6.700)	-1,6%	n.a.	2.811	0,9%

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas carve-out auditadas dos respectivos períodos.

Receita operacional líquida

A receita líquida dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R\$ 431,1 milhões e R\$ 320,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 110,3 milhões, ou 34,4%, em 2020 comparativamente ao período anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento das vendas pelos nossos canais digitais como resultado da pandemia do Covid-19, conforme explicado abaixo.

A receita *sell out*, proveniente das lojas físicas próprias e do e-commerce, dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R\$319,9 milhões e R\$194,2 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$125,7 milhões, ou 64,7%, em 2020 comparativamente ao período anterior, com o efeito positivo do crescimento de cerca de 3,7 vezes das vendas do e-commerce, mas que compensando a redução de 6,4% da receita oriunda de lojas físicas, próprias e franqueadas, que foram prejudicadas pelo fechamento ou redução de horário de comercial ao longo do ano de 2020, ambos os fatores são relacionados à pandemia do Covid-19.

A receita *sell in*, proveniente de vendas aos franqueados de produtos e serviços, dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R\$110,7 milhões e R\$126,0 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$ 15,3 milhões, ou 12,1%, em 2020 comparativamente ao período anterior, com a redução de vendas de lojas físicas franqueadas, que foram prejudicadas pelo fechamento ou redução de horário de comercial ao longo do ano de 2020, ambos os fatores são relacionados à pandemia do Covid-19.

Custo dos Produtos Vendidos

Os custos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R\$ 211,9 milhões e R\$ 179,2 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 32,7 milhões, ou 18,3%, comparativamente ao período anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo crescimento das vendas do e-commerce em decorrência da pandemia do Covid-19. A variação do custo foi menor que a da receita, pois nas vendas do e-commerce, assim como nas lojas próprias, a venda é feita pelo preço final ao consumidor, incluindo mark-up, e, portanto, com maior margem bruta.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os custos relacionados às vendas das lojas físicas próprias e do e-commerce, do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R\$ 132,8 milhões e R\$ 83,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 48,9 milhões, ou 58,3%, em 2020 comparativamente ao período anterior, com o efeito positivo do crescimento de cerca de 3,7 vezes das vendas do e-commerce, compensando a redução de receita de lojas físicas próprias, que foram prejudicadas pelo fechamento ou redução de horário de comercial ao longo do ano de 2020, ambos os fatores são relacionados à pandemia do Covid-19.

Os custos relacionados às vendas aos franqueados de produtos e serviços, do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R\$ 78,8 milhões e R\$ 95,0 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$ 16,2 milhões, ou 17,1%, em 2020 comparativamente ao período anterior, principalmente devido à pandemia do Covid-19 que resultou na redução das vendas de lojas físicas franqueadas, que foram prejudicadas pelo fechamento ou redução de horário de comercial ao longo do ano de 2020.

Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro bruto atingiu R\$ 219,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 sendo 54,7% (R\$ 77,5 milhões) superior ao apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 141,7 milhões.

A margem bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 50,8% da receita líquida e 44,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo registrada uma melhora de 6,7 pontos percentuais em relação à margem bruta verificada no período anterior. O aumento da margem bruta foi devido ao crescimento das vendas do e-commerce, que, assim como nas lojas próprias, a venda é feita pelo preço final ao consumidor, incluindo mark-up, e, portanto, com maior margem bruta.

Despesas com vendas

As despesas com vendas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram R\$ 184,7 milhões e R\$ 126,5 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 58,2 milhões, ou 46,0%, comparativamente ao período anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das despesas com mídias eletrônicas e fretes, relacionadas às vendas nos canais digitais. Devido à pandemia e consequente fechamento do comércio físico, ampliamos as despesas com mídias eletrônicas para direcionar vendas para as nossas lojas online.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram R\$ 23,1 milhões e R\$ 24,1 milhões, respectivamente, representando um decréscimo de R\$ 1,0 milhão, ou 4,3%, comparativamente ao período anterior, devido, principalmente, à redução temporária de salários de colaboradores proporcionalmente à redução do horário de trabalho relacionado à pandemia do Covid-19.

Honorários da Administração

As despesas com honorários da Administração para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram iguais R\$ 0,6 milhão.

Recuperação de impostos

Não houve reconhecimento de recuperação de impostos para o período findo em 31 de dezembro de 2020, enquanto houve reconhecimento de recuperação de impostos no valor de R\$ 27,1 milhões para o período findo em 31 de dezembro de 2019 relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, em continuação à ação iniciada em 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras, líquidas

Outras receitas, líquidas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram R\$ 3,7 milhões e R\$ 0,3 milhão, respectivamente, representando um acréscimo de R\$ 3,4 milhões comparativamente ao período anterior, principalmente em decorrência de repasse de lojas e recuperação de ativos fiscais.

Despesas Financeiras – Juros e Encargos

As despesas financeiras, juros e encargos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram R\$ 6,5 milhões e R\$ 4,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 1,7 milhão, ou 33,8%, comparativamente ao período anterior, principalmente devido ao aumento da tomada de capital via mútuo e antecipação de recebíveis.

Despesas Financeiras – Juros Sobre Arrendamentos

As despesas financeiras, juros sobre arrendamentos para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram R\$ 6,2 milhões e R\$ 5,8 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 0,4 milhão, ou 7,1%, comparativamente ao período anterior, devido à renovação e novos contratos de arrendamento e atualização dos valores dos arrendamentos.

Despesas Bancárias, Impostos, Descontos e Outros

As despesas bancárias, impostos, descontos e outros para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram R\$ 10,3 milhões e R\$ 5,2 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 5,1 milhões, ou 98,9%, comparativamente ao período anterior, devido ao aumento de vendas no e-commerce e, consequentemente, com o uso de cartão de crédito.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram R\$ 1,6 milhão e R\$ 0,9 milhão, respectivamente, representando um aumento de R\$ 0,7 milhão, ou 75,8%, comparativamente ao período anterior, principalmente devido aos maiores valores de caixa médio e de posição credora em mútuo entre os períodos.

Resultado Antes dos Impostos

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o resultado antes dos impostos atingiu um prejuízo de R\$ 6,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 sendo 18,8% (R\$ 3,49,5 milhões) inferior ao apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 18,03,1 milhões.

Imposto de renda e contribuição social - corrente

O Imposto de renda e contribuição social para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 permaneceu estável, totalizando R\$ 0,3 milhão para ambos os períodos.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

O prejuízo foi igual a R\$ 6,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado à lucro líquido igual a R\$ 2,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 9,5 milhões, quando comparado com o ano imediatamente anterior, principalmente em decorrência de maiores custos de marketing digital e por menor receita de venda em lojas físicas, com manutenção de seus custos fixos, em decorrência da pandemia do Covid-19.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em R\$ milhões	2019	AV (%)	AH (%)	2018	AV (%)
Receita operacional líquida	320.882	100,0%	10,8%	289.729	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(179.217)	(55,9%)	23,8%	(144.729)	(50,0%)
Lucro bruto	141.665	44,1%	(2,3%)	145.000	50,0%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	(126.491)	(39,4%)	0,6%	(125.744)	(43,4%)
Despesas gerais e administrativas	(24.104)	(7,5%)	15,2%	(20.931)	(7,2%)
Honorários da Administração	(577)	(0,2%)	0,3%	(575)	(0,2%)
Recuperação de impostos	27.141	8,5%	85,2%	14.655	5,1%
Outras, líquidas	340	0,1%	(71,3%)	1.186	0,4%
Resultado operacional	17.974	5,6%	32,2%	13.591	4,7%
Despesas financeiras – juros e encargos	(4.888)	(1,5%)	(33,1%)	(7.301)	(2,5%)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	(5.777)	(1,8%)	n.a.	-	0,0%
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(5.166)	(1,6%)	(15,6%)	(6.118)	(2,1%)
Receitas financeiras	930	0,3%	(38,2%)	1.505	0,5%
Variações cambiais	62	0,0%	(88,8%)	553	0,2%
Resultado antes dos impostos	3.135	1,0%	40,6%	2.230	0,8%
IR e CSSL	(324)	(0,1%)	(28,5%)	(453)	(0,2%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	2.811	0,9%	58,2%	1.777	0,6%

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de R\$ 320,9 milhões e R\$ 289,7 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 31,2 milhões, ou 10,8%, em 2019 comparativamente ao período anterior, principalmente em decorrência do aumento de 73,0% da receita sell-out do e-commerce.

A receita *sell out*, proveniente das lojas físicas próprias e do e-commerce, do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de R\$ 194,2 milhões e R\$ 169,5 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 24,7 milhões, ou 14,6%, em 2019 comparativamente ao período anterior, principalmente em decorrência do aumento de 73,0% da receita sell-out do e-commerce.

A receita *sell in*, proveniente de vendas aos franqueados de produtos e serviços, do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de R\$ 126,0 milhões e R\$ 119,4 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 6,6 milhões, ou 5,5%, em 2019 comparativamente ao período anterior, devido, principalmente, o aumento de número de lojas franqueadas, de 165 no final de 2018 para 171 final de 2019.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R\$ 179,2 milhões e R\$ 144,7 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 34,5 milhões, ou 23,8%, comparativamente ao período anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de 73,0% das vendas no e-commerce e do aumento do número de lojas franqueadas.

Os custos relacionados às vendas das lojas físicas próprias e do e-commerce, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de R\$ 83,9 milhões e R\$ 62,1 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 21,8 milhões, ou 35,1%, em 2019 comparativamente ao período anterior, principalmente devido ao aumento de 73,0% das vendas no e-commerce, compensado parcialmente pela redução de número de lojas físicas de 69 no final de 2018 para 67 no final de 2019.

Os custos relacionados às vendas aos franqueados de produtos e serviços, do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de R\$ 95,0 milhões e R\$ 82,4 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 12,6 milhões, ou 15,3%, em 2019 comparativamente ao período anterior, devido, principalmente, ao aumento de número de lojas franqueadas, de 165 no final de 2018 para 171 no final de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$ 141,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sendo uma redução de 2,3% (R\$ 3,3 milhões) inferior ao apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 145,0 milhões, devido ao maior crescimento dos custos em relação a despesas, com redução de margem bruta.

A margem bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 44,1% da receita líquida e 50,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo registrada uma redução de 5,9 pontos percentuais entre os períodos. A redução da margem bruta foi devido ao maior crescimento de vendas das marcas de menores mark-ups, Santista e Artex.

Receitas (Despesas) Operacionais

De vendas

As despesas com vendas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 permaneceram estáveis entre anos, com valores de R\$ 126,5 milhões e R\$ 125,7 milhões, respectivamente.

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R\$24,1 milhões e R\$21,0 milhões, respectivamente, representando um acréscimo de R\$ 3,2 milhões, ou 15,2%, comparativamente ao período anterior, devido, principalmente, à ampliação da área de tecnologia, com aquisição de novos talentos.

Honorários da Administração

As despesas com honorários para administração para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram iguais a R\$ 0,6 milhão.

Recuperação de impostos

A recuperação de impostos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de R\$ 27,1 milhões e R\$ 14,7 milhões, respectivamente, representando um acréscimo de R\$ 12,5 milhões comparativamente ao período anterior, relativa à decisão judicial da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Outras, líquidas

Outras receitas, líquidas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R\$ 0,3 milhão e R\$ 1,2 milhão, respectivamente, representam resultados não recorrentes como a venda de ativos não circulantes (repasse de lojas e vendas de sucatas).

Resultado operacional

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o resultado operacional atingiu R\$ 18,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sendo 32,2% (R\$ 4,4 milhões) superior ao apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 13,6 milhões.

Despesas Financeiras – Juros e Encargos

As despesas financeiras, juros e encargos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R\$ 4,9 milhões e R\$ 7,3 milhões, respectivamente, representando um decréscimo de R\$ 2,4 milhões, ou 33,1%, comparativamente ao período anterior, principalmente em decorrência de menor montante médio nas contratações de mútuos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas Financeiras – Juros Sobre Arrendamento

As despesas financeiras - juros sobre arrendamentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 foi R\$ 5,8 milhões. Não há valor de despesas financeiras, juros sobre arrendamentos para o período findo em 31 de dezembro de 2018, devido à adoção do IFRS-16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

Despesas Bancárias, Impostos, Descontos e Outros

As despesas bancárias, impostos, descontos e outros para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R\$ 5,2 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$ 1,0 milhão, ou 15,6%, comparativamente ao período anterior, devido a recuperação de créditos tributários e taxas com operadora de cartão, não recorrentes.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R\$0,9 milhão e R\$1,5 milhão, respectivamente, representando uma redução de R\$0,6 milhão, ou 38,2%, comparativamente ao período anterior, principalmente devido ao aumento da posição credora de partes relacionadas entre períodos.

Resultado antes dos impostos

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o resultado antes dos impostos atingiu R\$ 3,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sendo 40,6% (R\$ 0,9 milhão) superior ao apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 2,2 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R\$ 0,3 milhão e R\$ 0,5 milhão, respectivamente, representando um decréscimo de R\$ 0,1 milhão, ou 28,5%, comparativamente ao período anterior, devido ao menor resultado em 2019 da C7S que não possui crédito fiscal. A AMMO Varejo não apresenta valor de imposto de renda referente ao resultado antes dos impostos devido ao uso de créditos fiscais não constituídos.

Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido foi igual a R\$ 2,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao lucro líquido igual a R\$ 1,8 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de R\$ 1,0 milhão, ou 58,2%, entre os dois períodos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Principais alterações nas Contas Patrimoniais Combinadas Carve-out

Em R\$ mil	30 de junho de 2021 ¹	AV (%)	AH (%)	2020 ¹	AV (%)
Ativo					
Ativo circulante	111.630	45,1%	12,1%	99.558	38,9%
Caixa e equivalentes de caixa	341	0,1%	(77,0%)	1.484	0,6%
Duplicatas a receber	37.075	15,0%	(15,5%)	43.887	17,1%
Estoques	43.785	17,7%	56,5%	27.976	10,9%
Adiantamento a fornecedores	10.254	4,1%	124,1%	4.575	1,8%
Impostos a recuperar	16.093	6,5%	(2,0%)	16.426	6,4%
Valores a receber de clientes	3.261	1,3%	(24,3%)	4.308	1,7%
Outros créditos a receber	821	0,3%	(9,0%)	902	0,4%
Ativo não circulante	135.788	54,9%	(13,3%)	156.636	61,1%
Realizável a Longo Prazo	13.751	5,6%	(59,9%)	34.269	13,4%
Impostos a recuperar	3.216	1,3%	(65,3%)	9.278	3,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	254	0,1%	(39,5%)	420	0,2%
Partes relacionadas	6.032	2,4%	(68,7%)	19.298	7,5%
Depósitos judiciais	916	0,4%	(8,2%)	998	0,4%
Valores a receber de clientes	1.332	0,5%	(41,4%)	2.274	0,9%
Outros créditos a receber	2.001	0,8%	0,0%	2.001	0,8%
Permanente	122.037	49,3%	(0,3%)	122.367	47,8%
Imobilizado	14.098	5,7%	8,5%	12.994	5,1%
Direito de uso	64.641	26,1%	1,6%	63.606	24,8%
Intangível	43.298	17,5%	(5,4%)	45.767	17,9%
Total dos ativos	247.418	100,0%	(3,4%)	256.194	100,0%

Em R\$ mil	30 de junho de 2021 ¹	AV (%)	AH (%)	2020 ¹	AV (%)
Passivo					
Passivo circulante	81.852	33,1%	23,5%	66.260	25,9%
Adiantamento de recebíveis - cartões	14.820	6,0%	n.a.	-	0,0%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%
Fornecedores	19.554	7,9%	2,0%	19.162	7,5%
Impostos e taxas	4.134	1,7%	(61,3%)	10.678	4,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	11.902	4,8%	3,6%	11.489	4,5%
Arrendamentos a pagar	23.168	9,4%	2,8%	22.538	8,8%
Impostos parcelados	6.376	2,6%	349,6%	1.418	0,6%
Outras contas a pagar	1.898	0,8%	94,7%	975	0,4%
Passivo não circulante	86.294	34,9%	62,4%	53.127	20,7%
Arrendamentos a pagar	45.592	18,4%	(1,9%)	46.496	18,1%
Partes relacionadas	27.266	11,0%	n.a.	-	0,0%
Impostos parcelados	11.349	4,6%	185,5%	3.975	1,6%
Provisões diversas	1.772	0,7%	(21,6%)	2.260	0,9%
Outras obrigações	315	0,1%	(20,5%)	396	0,2%
Patrimônio líquido	79.272	32,0%	(42,1%)	136.807	53,4%
Capital social realizado	176.457	71,3%	(11,6%)	199.514	77,9%
Lucro (prejuízo) acumulado	(97.185)	(39,3%)	55,0%	(62.707)	(24,5%)
Total dos passivos e do patrimônio líquido	247.418	100,0%	(3,4%)	256.194	100,0%

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

Ativo

O ativo circulante aumentou R\$ 12,1 milhões, ou 12,1%, passando de R\$ 99,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 111,6 milhões em 30 de junho de 2021.

As principais variações foram de:

- (i) Aumento de R\$ 15,8 milhões, ou 56,5%, em estoques, que passaram de R\$ 28,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 43,8 milhões em 30 de junho de 2021, relacionado principalmente ao plano de crescimento das vendas, principalmente em novas categorias de produtos;
- (ii) Aumento de R\$ 5,7 milhões em adiantamento a fornecedores, passando de R\$ 4,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 10,3 milhões em 30 de junho de 2021, relacionado principalmente a atrasos nos embarques de produtos importados; e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) Redução de R\$ 6,8 milhões, ou 15,5%, em duplicatas a receber, que passaram de R\$ 43,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 37,1 milhões em 30 de junho de 2021, devido à sazonalidade das vendas, que são historicamente maiores nos últimos três meses do ano, relacionadas à Black Friday e Natal.

O ativo não circulante reduziu R\$ 20,8 milhões, ou 13,3%, passando de R\$ 156,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 135,8 milhões em 30 de junho de 2021, principalmente em consequência da combinação dos seguintes eventos:

(i) Redução de R\$ 13,3 milhões, ou 68,7%, em partes relacionadas, que passaram de R\$ 19,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 6,0 milhões em 30 de junho de 2021, relacionado principalmente a mútuos contratados com a controladora Coteminas S.A, na posição credora; e

(ii) Queda de R\$ 6,1 milhões, ou 65,3%, em imposto a recuperar, que passaram de R\$ 9,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente a compensação de crédito gerado pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS, devido à transferência de valores para o ativo circulante, à medida que se aproxima o prazo estimado de sua utilização;

Passivo

O saldo do passivo circulante passou de R\$ 66,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 81,9 milhões em 30 de junho de 2021, aumentando R\$ 15,6 milhões, ou 23,5%. As principais variações foram:

(i) Aumento de R\$ 14,8 milhões em Adiantamento de recebíveis - cartões, igual ao valor do saldo em 30 de junho de 2021, uma vez que não havia saldo em 31 de dezembro de 2020, referente a antecipações de vendas futuras de cartões;

(ii) Redução de R\$ 6,5 milhões em impostos e taxas, que passaram de R\$ 10,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,1 milhões em 30 de junho de 2021, decorrentes de parcelamentos de impostos; e

(iii) Aumento de R\$ 5,0 milhões em Impostos Parcelados, passando de R\$ 1,4 milhão em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 6,4 milhões em 30 de junho de 2021, devido à transferência de valores para o passivo circulante, à medida que se aproxima o prazo de vencimento.

O passivo não circulante passou R\$ 53,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 86,3 milhões em 30 de junho de 2021. As principais variações foram:

(i) Aumento de R\$ 27,3 milhões em Partes Relacionadas, igual ao valor do saldo em 30 de junho de 2021, uma vez que não havia saldo em 31 de dezembro de 2020, referente ao financiamento, através de mútuo, da compra da C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil; e

(ii) Aumento de R\$ 7,4 milhões em Impostos parcelados, passando de R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 11,3 milhões em 30 de junho de 2021, devido a adições de R\$ 7,6 milhões de parcelamento de INSS e R\$ 4,8 milhões de parcelamento de ICMS no período.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido diminuiu R\$ 12,0 milhões, ou 8,0%, passando de R\$ 136,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 79,3 milhões em 30 de junho de 2021, em consequência, principalmente, das seguintes movimentações:

(i) Aumento de prejuízo acumulado de R\$ 34,5 milhões, passando de R\$ 62,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 97,2 milhões em 30 de junho de 2021, em linha com o prejuízo registrado no período nas demonstrações financeiras societárias da Companhia; e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) Redução do capital social realizado R\$ 34,5 milhões, passando de R\$ 199,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 176,5 milhões em 30 de junho de 2021, devido ao efeito de reorganização societária com a aquisição da C7S Tecnologia Ltda.

Em R\$ mil	2020 ¹	AV (%)	AH (%)	2019 ¹	AV (%)
Ativo					
Ativo circulante	99.558	38,9%	(3,4%)	103.114	41,2%
Caixa e equivalentes de caixa	1.484	0,6%	(14,5%)	1.736	0,7%
Duplicatas a receber	43.887	17,1%	35,9%	32.287	12,9%
Estoques	27.976	10,9%	(37,0%)	44.402	17,8%
Adiantamento a fornecedores	4.575	1,8%	140,8%	1.900	0,8%
Impostos a recuperar	16.426	6,4%	(0,9%)	16.570	6,6%
Valores a receber de clientes	4.308	1,7%	22,0%	3.532	1,4%
Outros créditos a receber	902	0,4%	(66,4%)	2.687	1,1%
Ativo não circulante	156.636	61,1%	6,5%	147.038	58,8%
Realizável a Longo Prazo	34.269	13,4%	(7,4%)	36.991	14,8%
Impostos a recuperar	9.278	3,6%	(64,0%)	25.777	10,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	420	0,2%	86,7%	225	0,1%
Partes relacionadas	19.298	7,5%	504,2%	3.194	1,3%
Depósitos judiciais	998	0,4%	(65,3%)	2.873	1,1%
Valores a receber de clientes	2.274	0,9%	(22,1%)	2.921	1,2%
Outros créditos a receber	2.001	0,8%	0,0%	2.001	0,8%
Permanente	122.367	47,8%	11,2%	110.047	44,0%
Imobilizado	12.994	5,1%	(7,9%)	14.116	5,6%
Direito de uso	63.606	24,8%	19,0%	53.431	21,4%
Intangível	45.767	17,9%	7,7%	42.500	17,0%
Total dos ativos	256.194	100,0%	2,4%	250.152	100,0%
Em R\$ mil	2020 ¹	AV (%)	AH (%)	2019 ¹	AV (%)
Passivo					
Passivo circulante	66.260	25,9%	9,8%	60.333	24,1%
Adiantamento de recebíveis - cartões	-	0,0%	n.a.	-	0,0%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	(100,0%)	4	0,0%
Fornecedores	19.162	7,5%	(25,3%)	25.639	10,2%
Impostos e taxas	10.678	4,2%	198,6%	3.576	1,4%
Obrigações sociais e trabalhistas	11.489	4,5%	23,5%	9.306	3,7%
Arrendamentos a pagar	22.538	8,8%	5,2%	21.434	8,6%
Impostos parcelados	1.418	0,6%	n.a.	-	0,0%
Outras contas a pagar	975	0,4%	160,7%	374	0,1%
Passivo não circulante	53.127	20,7%	29,5%	41.036	16,4%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%
Arrendamentos a pagar	46.496	18,1%	33,7%	34.772	13,9%
Partes relacionadas	-	0,0%	n.a.	-	0,0%
Impostos parcelados	3.975	1,6%	n.a.	-	0,0%
Provisões diversas	2.260	0,9%	(36,8%)	3.578	1,4%
Outras obrigações	396	0,2%	(85,3%)	2.686	1,1%
Patrimônio líquido	136.807	53,4%	(8,0%)	148.783	59,5%
Capital social realizado	199.514	77,9%	22,3%	163.167	65,2%
Lucro (prejuízo) acumulado	(62.707)	(24,5%)	335,9%	(14.384)	(5,8%)
Total dos passivos e do patrimônio líquido	256.194	100,0%	2,4%	250.152	100,0%

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

Ativo

O ativo circulante diminuiu R\$ 3,6 milhões, ou 3,4%, passando de R\$ 103,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 99,6 milhões em 31 de dezembro de 2020.

As principais variações foram de:

(i) Queda de R\$ 16,4 milhões, ou 37,0%, em estoques, que passaram de R\$ 44,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 28,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente a redução de importações e, consequente, menor dias de estoques, entre períodos;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (ii) Aumento de R\$ 11,6 milhões, ou 35,9%, em duplicatas a receber, que passaram de R\$ 32,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 43,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, em linha com o crescimento da receita líquida no último trimestre de 2020 em relação ao último trimestre de 2019;
- (iii) Aumento de R\$ 2,7 milhões em adiantamento a fornecedores, passando de R\$ 1,9 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente ao atraso nas entregas de produtos importados, por causa da pandemia, que foram retomadas no último trimestre de 2020; e
- (iv) Redução de R\$ 1,8 milhão, ou 66,4%, em outros créditos a receber, que passaram de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2020.

O ativo não circulante aumentou R\$ 9,6 milhões, ou 6,5%, passando de R\$ 147,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 156,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente em consequência da combinação dos seguintes eventos:

- (i) Queda de R\$ 16,5 milhões, ou 64,0%, em imposto a recuperar, que passaram de R\$ 25,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 9,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente a compensação de crédito gerado pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS;
- (ii) Aumento de R\$ 16,1 milhões, ou 504,2%, em partes relacionadas, que passaram de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 19,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente a mútuos contratados com a controladora Coteminas S.A, na posição credora, decorrente da demanda de capital de giro nas operações do último trimestre de 2020 decorrente da retomada e crescimento de vendas;
- (iii) Aumento de R\$ 10,2 milhões, ou 19,0%, de direito de uso, que passaram de R\$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 63,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente a novos contratos de arrendamento, renovação dos contratos existentes e atualização dos valores de arrendamento.

Passivo

O saldo do passivo circulante passou de R\$ 60,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 66,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumentando R\$ 5,9 milhões, ou 9,8%. As principais variações foram:

- (i) Aumento de R\$ 7,8 milhões em impostos e taxas, que passaram de R\$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 11,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, ao crescimento da receita no último trimestre de 2020 em relação ao último trimestre de 2019;
- (ii) Redução de R\$ 6,5 milhões em fornecedores, passando de R\$ 25,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, à redução de prazo médio de fornecedores, de 65 dias em 31 de dezembro de 2019 para aproximadamente 53 dias em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) Aumento de R\$ 2,9 milhões em obrigações sociais e trabalhistas, passando de R\$ 9,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido ao aumento de atividades no último trimestre de 2020, comparado ao mesmo período de 2019; e
- (iv) Aumento de R\$ 1,1 milhão em arrendamentos a pagar, passando de R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 22,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente a novos contratos de arrendamento, renovação dos contratos existentes e atualização dos valores de arrendamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O passivo não circulante passou de R\$ 41,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 53,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. As principais variações foram:

- (i) Aumento de R\$ 11,7 milhões em arrendamentos a pagar, passando de R\$ 34,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 46,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, relacionado principalmente a novos contratos de arrendamento, renovação dos contratos existentes e atualização dos valores de arrendamento.
- (ii) Aumento de R\$ 1,7 milhão em outras obrigações, passando de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente de alguns parcelamentos de impostos, como ICMS, PIS e COFINS, e INSS; e
- (iii) Redução de R\$ 1,3 milhão em provisões diversas, passando de R\$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido à baixa de processo cível com a respectiva baixa do depósito correspondente sem efeito no resultado.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido diminuiu R\$ 12,0 milhões, ou 8,0%, passando de R\$ 148,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 136,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, em consequência, principalmente, das seguintes movimentações:

- (i) Aumento de prejuízo acumulado de R\$ 48,3 milhões, passando de R\$ 14,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 62,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, em linha com o prejuízo registrado no período nas demonstrações financeiras societárias da Companhia; e
- (ii) Aumento do capital social realizado R\$ 36,3 milhões, passando de R\$ 163,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 199,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, em linha com o aporte de capital realizado pela controladora Coteminas S.A. no período, conforme registrado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

Em R\$ mil	2019 ¹	AV (%)	AH (%)	2018 ¹	AV (%)
Ativo					
Ativo circulante	103.114	41,2%	6,0%	97.274	58,8%
Caixa e equivalentes de caixa	1.736	0,7%	(2,5%)	1.780	1,1%
Duplicatas a receber	32.287	12,9%	(23,5%)	42.209	25,5%
Estoques	44.402	17,8%	1,2%	43.866	26,5%
Adiantamento a fornecedores	1.900	0,8%	(35,0%)	2.922	1,8%
Impostos a recuperar	16.570	6,6%	2.038,1%	775	0,5%
Valores a receber de clientes	3.532	1,4%	7,8%	3.275	2,0%
Outros créditos a receber	2.687	1,1%	9,8%	2.447	1,5%
Ativo não circulante	147.038	58,8%	115,6%	68.201	41,2%
Realizável a Longo Prazo	36.991	14,8%	62,3%	22.798	13,8%
Impostos a recuperar	25.777	10,3%	75,9%	14.655	8,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	225	0,1%	(7,8%)	244	0,1%
Partes relacionadas	3.194	1,3%	n.a.	-	0,0%
Depósitos judiciais	2.873	1,1%	2,2%	2.811	1,7%
Valores a receber de clientes	2.921	1,2%	(5,4%)	3.087	1,9%
Outros créditos a receber	2.001	0,8%	0,0%	2.001	1,2%
Permanente	110.047	44,0%	142,4%	45.403	27,4%
Imobilizado	14.116	5,6%	(2,4%)	14.467	8,7%
Direito de uso	53.431	21,4%	n.a.	-	0,0%
Intangível	42.500	17,0%	37,4%	30.936	18,7%
Total dos ativos	250.152	100,0%	51,2%	165.475	100,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em R\$ mil	2019 ¹	AV (%)	AH (%)	2018 ¹	AV (%)
Passivo					
Passivo circulante	60.333	24,1%	49,6%	40.320	24,4%
Empréstimos e financiamentos	4	0,0%	(20,0%)	5	0,0%
Fornecedores	25.639	10,2%	(7,8%)	27.822	16,8%
Impostos e taxas	3.576	1,4%	(20,9%)	4.520	2,7%
Obrigações sociais e trabalhistas	9.306	3,7%	30,6%	7.123	4,3%
Arrendamentos a pagar	21.434	8,6%	n.a.	-	0,0%
Impostos parcelados	-	0,0%	n.a.	-	0,0%
Outras contas a pagar	374	0,1%	(56,0%)	850	0,5%
Passivo não circulante	41.036	16,4%	(54,8%)	90.716	54,8%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	(100,0%)	7	0,0%
Arrendamentos a pagar	34.772	13,9%	n.a.	-	0,0%
Partes relacionadas	-	0,0%	(100,0%)	87.166	52,7%
Impostos parcelados	-	0,0%	n.a.	-	0,0%
Provisões diversas	3.578	1,4%	1,0%	3.543	2,1%
Outras obrigações	2.686	1,1%	n.a.	-	0,0%
Patrimônio líquido	148.783	59,5%	332,0%	34.439	20,8%
Capital social realizado	163.167	65,2%	290,3%	41.805	25,3%
Lucro (prejuízo) acumulado	(14.384)	(5,8%)	95,3%	(7.366)	(4,5%)
Total dos passivos e do patrimônio líquido	250.152	100,0%	51,2%	165.475	100,0%

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

Ativo

O ativo circulante aumentou R\$ 5,8 milhões, ou 6,0%, passando de R\$ 97,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 103,1 milhões em 31 de dezembro de 2019.

As principais variações foram de:

- (i) Aumento de R\$ 15,8 milhões em imposto a recuperar, que passaram de R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 16,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado ao crédito fiscal gerado pela exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS; e
- (ii) Redução de R\$ 9,9 milhões em duplicatas a receber, passando de R\$ 42,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 32,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado ao crescimento da venda no e-commerce no último trimestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018, e aumento de antecipação de cartões no último trimestre de 2019.

O ativo não circulante aumentou R\$ 78,8 milhões, ou 115,6%, passando de R\$ 68,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 147,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente em consequência da combinação dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 53,4 milhões em direito de uso, que passaram de R\$ 0,0 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado ao início da adoção do IFRS-16;
- (ii) Aumento de R\$ 11,6 milhões em intangível, que passaram de R\$ 30,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 42,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado principalmente à adição de R\$ 9,6 milhões em propriedade intelectual, referente ao software desenvolvido para unificação dos canais de venda – lojas físicas e e-commerce.

Passivo

O saldo do passivo circulante passou de R\$ 40,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 60,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumentando R\$ 20,0 milhões, ou 49,6%. As principais variações foram:

- (i) Aumento de R\$ 21,4 milhões em arrendamentos a pagar, que passaram de R\$ 0,0 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado ao início da adoção do IFRS-16;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) Aumento de R\$ 2,2 milhões em obrigações sociais e trabalhistas, que passaram de R\$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 9,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente do aumento das operações no último trimestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018; e

(iii) Redução de R\$ 2,2 milhões em fornecedores, passando de R\$ 27,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 25,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, de 81 dias em 31 de dezembro de 2021 para 65 dias em 31 de dezembro de 2021.

O passivo não circulante passou de R\$ 90,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 41,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

(i) Redução de R\$ 87,2 milhões em partes relacionadas, passando de R\$ 87,2 milhões a pagar para R\$ 3,2 milhões a receber, e, portanto, registrado no ativo da Companhia; e

(ii) Aumento de R\$ 34,8 milhões em arrendamentos a pagar, que passaram de R\$ 0,0 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 34,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, relacionado ao início da adoção do IFRS-16.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido aumentou R\$ 114,3 milhões, ou 332,0%, passando de R\$ 34,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 148,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, em consequência, principalmente, das seguintes movimentações:

(i) Aumento do capital social realizado R\$ 121,4 milhões, passando de R\$ 41,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 163,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, em linha com o aporte de capital realizado pela controladora Coteminas S.A. no período, conforme registrado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia; e

(ii) Aumento de prejuízo acumulado de R\$ 7,0 milhões, passando de R\$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 14,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, em linha com o prejuízo registrado no período nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

FLUXO DE CAIXA

PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

Em R\$ milhões	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 ¹	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 ²
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(19.823)	(1.834)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.993	11.354
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	2.687	(6.739)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(1.143)	2.781

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

² Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* revisadas dos respectivos períodos.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$19,8 milhões, R\$18,0 milhões acima do mesmo período de 2020 onde o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$1,8 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de capital de giro em decorrência do aumento das vendas em todos os nossos canais de venda.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades de investimentos de R\$16,0 milhões, comparado ao mesmo período de 2020 onde o caixa líquido gerado nas atividades de investimento foi de R\$11,4 milhões representando

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

um aumento de R\$ 4,6 milhões, ou 40,9%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de mútuos entre partes relacionadas visando à gestão de caixa do grupo.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$2,7 milhões, comparado ao mesmo período de 2020 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$6,7 milhões representando um aumento de R\$9,4 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao maior montante de novos empréstimos, em relação às liquidações no período. Ademais, não houve novos contratos de arrendamento no período de 2021.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

A tabela abaixo resume o Fluxo de Caixa da Companhia para os exercícios nela indicados:

Em R\$ milhões	2020 ¹	2019 ¹	2018 ¹
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	5.612	5.889	25.375
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	12.042	17.529	(4.795)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(17.906)	(23.462)	(19.944)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(252)	(44)	636

¹ Valores conforme demonstrações financeiras combinadas *carve-out* auditadas dos respectivos períodos.

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$5,6 milhões, comparado ao mesmo período de 2019 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$5,9 milhões representando uma redução de R\$0,3 milhões, ou 4,7%. A variação é explicada principalmente a redução de R\$ 9,4 milhão no resultado base caixa, parcialmente compensado pela variação positiva de R\$ 8,9 milhões nas contas de ativos e passivos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$5,9 milhões, comparado ao mesmo período de 2018 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$25,4 milhões representando uma variação de R\$19,5 milhões, ou 76,8%. A variação é explicada principalmente pela variação negativa de R\$ 23,6 milhões nas contas de ativos e passivos.

Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades de investimentos de R\$12,0 milhões, comparado ao mesmo período de 2019 onde o caixa líquido gerado nas atividades de investimento foi de R\$17,5 milhões representando uma redução de R\$5,5 milhões, ou 31,3%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à redução de R\$ 8,7 milhões do caixa gerado através de empréstimos com partes relacionadas, parcialmente compensado pelo maior valor recebido pela venda de ativo imobilizado e intangíveis.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades de investimentos de R\$17,5 milhões, comparado ao mesmo período de 2018 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$4,8 milhões representando um aumento de R\$22,3 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de R\$ 24,7 milhões do caixa gerado através de empréstimos com partes relacionadas, relativos a mútuos com a controlada Coteminas S.A. parcialmente compensado pela redução de R\$ 2,3 milhões de caixa gerado pelo recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangíveis.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa aplicado nas atividades de financiamento de R\$17,9 milhões, comparado ao mesmo período de 2019 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$23,5 milhões representando uma redução de R\$5,6 milhões, principalmente em decorrência do aumento do caixa aplicado em liquidação de arrendamentos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$23,5 milhões, comparado ao mesmo período de 2018 onde o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$19,9 milhões representando um aumento de R\$3,5 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de R\$ 23,5 milhões de caixa aplicado em liquidação de arrendamentos, parcialmente compensado pela redução de R\$ 19,9 milhões em caixa aplicado em liquidação de empréstimos.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta por: (i) vendas diretas ao consumidor final em suas lojas físicas ou e-commerce, denominada “Sell out”, substancialmente de produtos de cama, mesa, e banho, artigos de decoração, entre outros produtos de lar e decoração e wellness; e (ii) vendas aos franqueados de produtos e serviços, que incluem *royalties* e comissões de intermediações de vendas que são geradas para os franqueados a partir das lojas online da Companhia, denominada “Sell in”.

Os impostos sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultados, são: ICMS, PIS, COFINS, ISS e IPI.

O quadro abaixo demonstra a participação na receita líquida da Companhia, deduzida de impostos e devolução sobre as vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, extraídas das demonstrações financeiras combinadas carved-out:

Em R\$ milhões	2020	%	2019	%	2018	%
Sell out	319,9	74,2%	194,2	60,5%	169,5	58,5%
Sell in	110,7	25,7%	126,0	39,3%	119,4	41,2%
Outros não alocáveis	0,5	0,1%	0,7	0,2%	0,8	0,3%
Receita líquida total	431,1	100,0%	320,9	100,0%	289,7	100,0%

(ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento varejo com venda de produtos de lar e decoração e wellness, fabricado por terceiros, para consumidores finais e para a sua rede de franqueados.

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

- (i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra do consumidor: o consumo das famílias compõe mais de 60% do PIB brasileiro, sendo este um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, principalmente do varejo. O PIB apresentou as seguintes variações nos anos de 2020, 2019 e 2018: 4,1%, 1,1%, e 1,3%, respectivamente.
- (ii) Inflação: impactam diretamente nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como INPC, IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 4,52%, 4,31%, 3,75%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.
- (iii) Comportamento do consumidor: mudanças em tendências de consumo, inovações, e satisfação de nossos clientes podem afetar nossa oferta de produtos e geração de receitas. A Companhia constantemente avaliando quais são as demandas de seus clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos para continuar entregando em excelência a experiência de compra. Temos uma área desenvolvimento de produtos e de tecnologia para oferecer melhores produtos, melhorar a nossa operação e a experiência de compra de nossos clientes em todos os canais, alavancando o modelo de multicanalidade.
- (iv) Sazonalidade: O varejo no mercado brasileiro, em geral, está sujeito à sazonalidade, com maiores vendas no quarto trimestre do ano, impactados pelo Black Friday e Natal, que ocorrem nos meses de novembro e dezembro, respectivamente. Historicamente, as trocas de coleções em março e setembro influenciam a sazonalidade, que esperamos

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

que tenha menor efeito a partir da estratégia de lançamentos de maior número de coleções, coleções cápsulas, no decorrer do ano. Outro ponto relevante são as promoções que geram um aumento nas vendas, porém podem trazer uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das coleções. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

- (v) Clima: O varejo de produtos de cama, mesa e banho, nossa principal categoria de produto, é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita de venda de produtos para o lar e decoração da Companhia não está diretamente relacionada, ou indexada, a taxas de câmbio, taxas de inflação e taxas de juros, sendo as variações desta receita resultantes de (i) variações de preços dos produtos e (ii) variações das quantidades de mercadorias vendidas. Os principais fatores que afetam nossos preços de venda são alterações na legislação tributária e variações nos preços de mercadorias adquiridas.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita. Historicamente temos sido capazes de repassar para os nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos. Contudo, não podemos assegurar que iremos conseguir continuar a fazê-lo durante ou após a pandemia de COVID-19.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os negócios da Companhia são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços podem reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do seu público-alvo, afetando adversamente a confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, a propensão a consumir e capacidade de adimplência. Por outro lado, uma redução na taxa de juros básica elevaria o consumo da população e reduziria despesas de intermediação financeira da Companhia, através da queda nos juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

Os Diretores da Companhia acreditam que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas aos seus clientes, embora, nas negociações com fornecedores, busquem sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de sua relação comercial. Um aumento significativo na inflação pode afetar seus negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação pode aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais baixas, com reflexos positivos no consumo dos produtos oferecidos pela Companhia.

A taxa de câmbio pode impactar nossos custos, uma vez que a Companhia importa parcela de seus produtos e também nossos fornecedores nacionais podem ser afetados, repassando essas variações em seus custos, afetando nossas margens e/ou nossa rentabilidade se não formos capazes de repassar estas variações para os preços dos seus produtos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 202, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal.

Em 2020, a controladora Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital (ii) na controlada C7S Tecnologia, no valor de R\$ 7,1 milhões, e (iii) na controlada AMMO Varejo Ltda., no valor de 29,3 milhões.

Em 2019, a Springs Global Participações S.A. vendeu para sua controlada Coteminas S.A. a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda. pelo valor contábil de R\$ 57,7 milhões, utilizando parte dos valores de mútuo.

Em 2019, a controladora Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital na controlada C7S Tecnologia, no valor de R\$ 9,6 milhões.

Em 2018, a controladora Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital na controlada C7S Tecnologia, no valor de R\$ 3,2 milhões. A controlada C7S Tecnologia foi criada em 2017 com objetivo de desenvolver e fazer a gestão do sistema de vendas pela internet diretamente ao consumidor, cujas atividades tiveram início em fevereiro de 2018.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios de 2020 e 2018 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

No exercício de 2019 não houve mudança significativa nas práticas contábeis, exceto a adoção do IFRS 16. A Administração da AMMO Varejo optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis nos exercícios de 2018 e 2020

O registro inicial, em 1º de janeiro de 2019, dos passivos de arrendamento e direitos de uso dos arrendamentos foi como segue:

	Imóveis	Imóveis - lojas	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (a)	13.744	44.230	84	58.058
Saldos em 1º de janeiro de 2019	13.744	44.230	84	58.058

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos exercícios de 2020, 2019, e 2018 não houve ressalvas no parecer do auditor.

No exercício de 2020, não houve ênfases no parecer do auditor.

Nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2018 houve a seguinte ênfase no parecer do auditor.

Ênfase Reapresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por nós para as quais emitimos relatório em 02 de setembro de 2020 com ressalva sobre o período de reconhecimento dos créditos tributários no resultado do exercício. Conforme mencionado em nota explicativa, essas demonstrações foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir certos ajustes e aprimorar certas divulgações em notas explicativas. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa opinião não possui qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis foram ajustadas de forma retrospectiva.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

As políticas contábeis críticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

- (a) Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como "Outras, líquidas".
- (b) Instrumentos financeiros - A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e despreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a AMMO Varejo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a AMMO Varejo pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

- (c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- (d) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.
- (e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

- (f) Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.
- (g) Imobilizado - Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e outros	5 e 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

- (h) Direito de uso - A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustados a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.
- (i) Intangível - Refere-se a pontos comerciais e marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.
- (j) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- (k) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável.
- (l) Imposto de renda e contribuição social diferidos - São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.
- (m) Arrendamentos a pagar - A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.
- (n) Provisões diversas - São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.
- (o) Atualizações monetárias e cambiais - Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício.
- (p) Reconhecimento de receita - A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.
- (q) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) - Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras combinadas carve-out.
- (r) Moeda funcional e de apresentação--As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas usando-se a sua moeda funcional. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia, nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, não possuía ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, não possuía outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois a Companhia, nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, não possuía outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, os investimentos da Companhia foram primordialmente em (i) tecnologia proprietária; (ii) logística, (iv) capital de giro; e (v) marketing digital.

Ao longo dos próximos anos a Companhia pretende continuar investindo em diversas frentes para suportar seu crescimento, a saber, em (i) capital de giro, para compra de produtos para a expansão de categorias e investimento em marketing; (ii) tecnologia; (iii) logística; e (iv) crescimento de canais de distribuição, principalmente na expansão de rede de lojas físicas próprias.

A Companhia pretende aumentar de forma significativa o investimento em capital de giro, associado a compra de produtos e formação de estoques para ampliação de seu portfólio de produtos relacionados ao mercado de homewellness, que já iniciamos em 2018, com expansão do seu mercado endereçável, e que contribuirá para (i) o aumento da frequência de compra, (ii) a melhoria da percepção do posicionamento das marcas como referência em homewellness, (iii) aumento do CLTV (Customer Lifetime Value), e, consequentemente, (iv) o aumento da receita da Companhia.

A Companhia irá intensificar o investimento em marketing, com diversas iniciativas, com propósitos distintos, a saber:

- Visando o aumento do CLTV (Customer Lifetime Value) e do conhecimento (“awareness”) das marcas, a Companhia realizará iniciativas de marketing, como (i) branding, (ii) marketing de performance, e (iii) novos canais de divulgação de serviços e produtos da marca, inclusive com a possibilidade de uso de mídia tradicional, como televisão;
- Visando a captação de novos clientes e a ampliação de canais de comunicação e de venda com os clientes atuais, a Companhia realizará investiremos em novos canais de mídia social, como Twitter, Pinterest e TikTok, e em marketing de influência e social selling; e
- Visando o fortalecimento do relacionamento com seus clientes e o seu encantamento, através de conteúdo e oferta de produtos mais relevantes, a Companhia pretende também ampliar iniciativas de segmentação e personalização com a base de clientes e a produção de conteúdo customizado sobre home wellness.

A Companhia espera continuar investindo de maneira significativa em tecnologia, em:

- desenvolvimento de tecnologia proprietária para melhoria da experiência de compra dos nossos consumidores e para o aumento de oportunidades de vendas e de rentabilidade dos nossos franqueados;
- uso de inteligência artificial, machine learning e personalização, nas ações de marketing e auxílio ao vendedor com informações, em vendas presenciais ou remotas, promovendo maior assertividade e personalização no processo e venda e, consequentemente, maior taxa de conversão e encantamento dos nossos clientes; e
- desenvolvimento de tecnologia proprietária relacionada à marca Persono, com produtos e serviços para o sono, com oportunidade de vendas no mercado brasileiro e no exterior.

Ademais, a Companhia planeja continuar expandindo sua infraestrutura e operação logística, com melhorias, expansão e automatização dos seus centros de distribuição existentes ou desenvolvendo novos centros de distribuição ou hubs logísticos, à medida que ocorra o crescimento de suas vendas e, consequentemente, estoque de produtos, visando a melhoria de eficiência de custos e prazos de atendimento.

10.8 - Plano de Negócios

Outra área de investimento da Companhia é o crescimento de canais de distribuição, que abrange:

- a expansão do número de lojas (franquias e próprias), considerando (i) dados sociodemográficos mais recentes (população, renda per capita e número de domicílios), (ii) multicanalidade, que ampliou o público atendimento pelas lojas físicas além do tráfego da loja e estoque disponível no local, e (iii) a visão da loja física como ponto de relacionamento com o cliente, promovendo maior experiência de compra. Vale ressaltar que os investimentos da Companhia serão apenas na expansão de lojas próprias, limitadas a um número reduzido, relacionada a lojas com características específicas, como flagship store, receita acima de determinado valor, e outlets. A maior parte das lojas do plano de expansão consiste em lojas franqueadas, cujos investimentos, tanto em obras de adequação, como em estoque de produtos, são realizados pelos franqueados.
- novos modelos de negócios e de distribuição, que já estão sendo testados pela companhia, como franquia digital, dark stores, door-to-door, e live shopping. A franquia digital tem como foco municípios menores, que não comportam uma loja física tradicional, com baixo investimento e alta escalabilidade, enquanto a dark store visa a proximidade com o consumidor e agilidade na entrega, com custo reduzido de implantação e operacionalizações; ambos modelos suportados pela multicanalidade.
- expansão geográfica para Argentina, com baixo risco e baixo custo, através de implantação de loja online de marca já referência no mercado local, alavancando a nossa tecnologia proprietária PIX, replicando o case de sucesso da loja online da Santista no Brasil e, eventualmente, poderá realizar aquisições de forma oportunista para acelerar a sua estratégia de expansão de categoria.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Também, a Companhia tem como estratégia o financiamento de suas atividades através da antecipação de seus recebíveis frente a seletos parceiros comerciais. Tendo em vista que foi concluída a oferta pública inicial da Companhia, os investimentos também serão suportados pelos recursos obtidos com a emissão das novas ações pela Companhia, objeto da parcela primária da oferta.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, em seu plano de negócios, desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

A Companhia lançou em 2020 a marca Persono, com soluções voltadas ao bem-estar e à qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva.

O objetivo é monitorar o sono sem “fricção”, ou seja, sem contato físico e sem necessidade de recarregar, com um dispositivo embarcado num produto, como travesseiro, colchão, entre outros, e aplicativo, que utiliza algoritmos para a classificação do sono e conteúdo para sugestões de ações para melhoria do sono, desenvolvido em parcerias com clínicas de polissonografia para validação da tecnologia.

10.8 - Plano de Negócios

A Companhia deverá lançar o produto Persono nos próximos meses,

(i) **Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

(ii) **Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

(iii) **Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

(iv) **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Pandemia do COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19 doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), devido à propagação da doença em diversos continentes, o que estimulou os governos a criarem medidas para a contenção da contaminação pelo vírus.

Neste cenário, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. A Companhia também está monitorando todos os possíveis impactos de curto, médio e longo prazo nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras, e tomando as devidas medidas com relação a sua operação e manutenção da solidez de seu balanço.

Em 23 de março de 2020, a controladora indireta Springs Global Participações S.A. divulgou comunicado ao mercado informando sobre o fechamento das lojas físicas da Companhia e que estas permaneceriam fechadas em atenção às medidas restritivas de circulação determinadas pelas autoridades de saúde e autoridades locais. Os canais digitais continuaram disponíveis para as vendas de seus produtos, através dos websites das marcas Santista, Artex, MMartan e Casas Moysés. Em junho de 2020, as lojas reabriram em sua maioria, funcionando com horários reduzidos, seguindo determinação das autoridades de cada município. No terceiro trimestre de 2020, as lojas funcionaram ainda com algumas reduções de horário nos meses de julho e agosto, e voltaram ao funcionamento regular em setembro até o final do exercício social de 2020.

No período de fevereiro a abril de 2021, algumas lojas da Companhia tiveram seu horário de funcionamento reduzido e/ou foram fechadas, atendendo a determinações do poder público. As vendas pelo comércio eletrônico não foram interrompidas. O impacto das restrições no comércio de lojas físicas tem sido atenuado através de vendas remotas das próprias lojas e de vendas nas lojas virtuais, com a entrega efetuada a partir das lojas físicas, com benefícios tanto para os clientes, com menor custo de frete e menor prazo de entrega, como para os franqueados, com menor volatilidade de sua receita em função das medidas de restrições de seu município de atuação.

As restrições estabelecidas pelo governo devido ao avanço da COVID-19 resultaram em fechamento do comércio (lojas físicas), mas fomentou o consumo através das vendas por e-commerce.

A pandemia do COVID-19 acelerou mudanças e criou novas tendências de comportamento dos nossos consumidores. Percebemos a migração da preferência do nosso consumidor para compras online, principalmente em decorrência do isolamento social e restrições de abertura do comércio e o aumento de vendas de dispositivos móveis para a geração *millennials* (geração da internet), ou seja aqueles que nasceram após o início da década de 1980 até, aproximadamente, o final do século. Ademais, notamos que os nossos consumidores aumentaram o vínculo com o lar em tempos de isolamento e *home office* e ampliaram o conceito do *wellness*, priorizando moradias que oferecem qualidade de vida.

Essas tendências de enaltecimento do lar e *wellness* que se encontram em linha com os tipos de produtos que ofertamos, a nossa tecnologia proprietária e a reputação das nossas marcas, contribuíram para o forte crescimento das nossas vendas do e-commerce, principalmente, em 2020. Especialmente a reputação das nossas marcas, construída ao longo de décadas, deu a confiança que os clientes precisavam num momento em que foram forçados a migrar hábitos analógicos para o mundo digital, quando houve restrições no comércio físico devido à pandemia do COVID-19.

Outrossim, a pandemia do COVID-19 também acarretou dificuldade e/ou impossibilidade do recebimento de determinados produtos pela Companhia, em especial de fornecedores estrangeiros, produtos estes que foram substituídos por similares que passaram a ser produzidos por nossa controladora direta, a Coteminas S.A., de modo a evitar que a disponibilidade de produtos a nossos consumidores finais e os resultados da Companhia fossem afetados.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Até a data deste Formulário de Referência, não foram identificados efeitos relevantes que possam impactar nas informações apresentadas, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis da Companhia, bem como a mensuração de seus ativos e passivos apresentados neste Formulário de Referência. De toda forma, a Companhia vem acompanhando a evolução e prováveis impactos da COVID-19 sobre suas operações, atividades e negócios.

Em 2021, a Companhia está operando normalmente e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

No período de fevereiro a abril de 2021, algumas lojas da Companhia tiveram seu horário de funcionamento reduzido e/ou foram fechadas, atendendo a determinações do poder público. As vendas pelo comércio eletrônico não foram interrompidas.

Até a data deste Formulário de Referência, não foram identificados efeitos relevantes que possam impactar nas informações apresentadas, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis da Companhia, bem como a mensuração de seus ativos e passivos apresentados neste Formulário de Referência. De toda forma, a Companhia vem acompanhando a evolução e prováveis impactos da COVID-19 sobre suas operações, atividades e negócios.

Aquisição C7S Tecnologia Ltda.

Em 21 de junho de 2021, a Companhia adquiriu de sua controladora Coteminas S.A., a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. por seu valor patrimonial contábil na respectiva data, passando a operar juntas no varejo multicanal. A C7S possui sede em Blumenau - SC e têm como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. A C7S iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

Tabelas do Item 3 preenchidas com as informações das Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

(a) objeto da projeção;

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção;

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle; e

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 – Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, levando em consideração cada ano o período compreendido entre cada Assembleia Geral Ordinária, sendo permitidas a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Além das atribuições previstas nos termos da legislação aplicável, compete exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, sem prejuízo de outras atribuições fixadas por lei:

- (a) regulamentação das atividades da Companhia, podendo examinar e discutir qualquer matéria que não seja de competência exclusiva da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;
- (b) fixação da orientação geral dos negócios da Companhia;
- (c) eleição e destituição dos diretores da Companhia;
- (d) determinação das atribuições dos diretores da Companhia, incluindo a nomeação do Diretor de Relação com Investidores, quando aplicável;
- (e) convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas em lei;
- (f) fiscalização da atividade dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos;
- (g) exame dos resultados trimestrais da Companhia;
- (h) nomeação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (i) convocação dos auditores da Companhia para prestar as explicações julgadas necessárias;
- (j) manifestação sobre relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre a sua submissão à Assembleia Geral;
- (k) constituição ou dissolução de subsidiárias e a aquisição pela Companhia de participações em outras sociedades;
- (l) realização de inspeções, auditoria ou prestação de contas nas subsidiárias, controladas ou afiliadas da Companhia, bem como nas fundações patrocinadas pela Companhia;
- (m) manifestação sobre qualquer assunto antes da respectiva submissão à Assembleia Geral;
- (n) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade, (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (o) deliberação sobre (i) a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações dentro dos limites do capital autorizado; e (ii) a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;
- (p) aprovação e alteração do Regimento Interno do Conselho de Administração;
- (q) aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior venda;
- (r) autorizar:
 - i. a aquisição, a alienação, o compromisso, a cessão, a permuta, a dação em pagamento, o arrendamento e a transmissão de posse ou domínio de bens imóveis;
 - ii. a hipoteca, o penhor, os ônus e gravames de bens imóveis, semoventes e móveis, títulos, apólices e todo e qualquer pertence;
 - iii. a contratação de empréstimos e financiamentos, a transmissão de direitos e ações, e a confissão de dívidas; refinanciamento ou reestruturação de caráter material de endividamento pela Companhia (exceto pelas linhas de créditos rotativo previamente aprovadas);
 - iv. a aquisição, subscrição ou alienação de ações ou quotas representativas de capital de outras empresas de que participe;
- (s) a celebração, alteração ou rescisão, pela Companhia ou por quaisquer de suas subsidiárias, de qualquer contrato, compromisso ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou uma de suas subsidiárias e, de outro lado, qualquer acionista controlador ou parte relacionada a qualquer acionista controlador da Companhia, ou, ainda, a renúncia a qualquer direito da Companhia ou de suas subsidiárias decorrente ou relacionado a tais contratos, compromissos ou acordos;
- (t) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética e Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação de Administradores; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a exclusivo critério, desde que obrigatórios pela legislação e regulamentação aplicáveis; e
- u) rever periodicamente o sistema de governança corporativa da Companhia, visando a aprimorá-lo.

A Companhia também possui um Comitê de Auditoria não estatutário, descrito no item ii abaixo, e um Conselho de Ética e Disciplina.

O Conselho de Ética e Disciplina da Companhia é composto por gestores e diretores de diversas áreas dentro da Companhia, com o intuito de ser uma equipe multidisciplinar, sendo estes aprovados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia.

É dever dos membros do Conselho de Ética e Disciplina avaliar e atualizar permanentemente as normas contidas no Código de Ética e Conduta da Companhia, aprovado em 27 de julho de 2021, bem como fazer a ampla divulgação de seu conteúdo para todos os colaboradores e prestadores de serviço.

Ao Conselho de Ética e Disciplina compete a apuração e a propositura das medidas corretivas relativas às infrações do Código de Ética e Conduta.

- i. **se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados;**

O Conselho de Administração e Comitê de Auditoria possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de 2021 e que podem ser consultados no website da CVM (www.cvm.gov.br), no website da Companhia (www.ammovarejo.com.br/ri), bem como fisicamente em sua sede. Além do Comitê de Auditoria, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, conforme previsto em seu Regimento Interno, sendo certo que, quando instituídos, o Conselho de Administração poderá aprovar seus respectivos regimentos internos, estipulando as competências, as composições, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidades das reuniões, prazos dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

O Conselho de Ética e Disciplina não possui regimento interno próprio.

- ii. **se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto; e**

A Companhia não possui um comitê de auditoria estatutário. Contudo, a Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário, criado e instalado na reunião do Conselho de Administração em 27 de julho de 2021.

Segundo o seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras matérias:

- (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) supervisionar e acompanhar as atividades da auditoria interna e de controles internos da Companhia, bem como reportar as suas atividades ao Conselho de Administração;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a “Política de Gerenciamento de Riscos” da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a “Política de Transações entre Partes Relacionadas”;
- (vi) possuir meios para acesso às informações e avaliação do tratamento dado ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do informante e da confidencialidade da informação;
- (vii) identificar conflitos de interesses;
- (viii) checar e acompanhar operações com partes relacionadas, de acordo com a “Política de Transações entre Partes Relacionadas”;
- (ix) coordenar e monitorar o canal de denúncias (“Canal de Ética”) da Companhia, garantindo o bom funcionamento com independência, sigilo, confidencialidade e livre de retaliações;
- (x) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a transformação, incorporação, fusão ou cisão; e
- (xi) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independentes e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou Diretoria da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Para o desempenho de suas funções, o Comitê disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Comitê deve informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, sendo que a ata da reunião do Conselho de Administração deverá ser divulgada, indicando o mencionado reporte.

O Comitê deve elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que deverá ser divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

- iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditória com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

É responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir os auditores independentes que prestam serviços extra auditoria. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente. A Companhia não possui uma política de contratação de serviços de extra-auditória com o auditor independente.

- (b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo, um Diretor Presidente; um Diretor de Relações com Investidores; e demais Diretores sem designação específica.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no exercício de suas funções, os Diretores, observadas as disposições definidas em Lei, agirão em perfeita harmonia, competindo ao Diretor Presidente:

- a) Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) Executar as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como estabelecer os critérios para a execução de referidas estratégias e diretrizes operacionais;
- c) Preparar e fazer executar o orçamento e o plano de negócios anual da sociedade;
- d) Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, junto às autoridades, associações de classe, organismos públicos ou privados; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

e) Manter ligação permanente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração;

Aos outros três Diretores:

- a) Exercer as atribuições fixadas pelo Conselho de Administração ou fixadas pelo Diretor Presidente, no limite de suas atribuições.

Competirá aos Diretores, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, não sendo necessária a autorização prévia do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva não possui regimento interno próprio.

- (c) **data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

O Conselho Fiscal da Companhia somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio. Quando instalado, seu Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

- (d) **se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

O Conselho de Administração é responsável por estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria. Contudo, até a data deste Formulário de Referência, seu Conselho de Administração, ainda não estruturou seu processo de avaliação, sendo certo que utilizará e aprovará seu processo estruturado de avaliação em 2021, tendo como diretrizes as disposições constantes no Regulamento do Novo Mercado e do Código Brasileiro de Governança Corporativa, especialmente o disposto no art. 18 do referido regulamento.

- i. **a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros;**

O Conselho de Administração realizará no mínimo a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão.

Os Diretores serão avaliados individualmente pelo Conselho de Administração, que realizará, no mínimo a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão.

O Comitê de Auditoria realizará no mínimo a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão e serão avaliados pelo Conselho de Administração, também como órgão.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e dos membros da Diretoria é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

- ii. **metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação;**

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: (i) autoavaliação dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, enquanto órgãos colegiados; e (ii) o Comitê de Auditoria será avaliado pelo Conselho de Administração, enquanto órgão colegiado.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria são utilizados para identificar os pontos fortes e fracos da administração, possibilitando um mapeamento e definição de estratégias para aprimorar a dinâmica e efetividade da administração da Companhia. A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

A proposta de reeleição dos administradores e membros de comitês de assessoramento deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em suas composições.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação;

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente.

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, em primeira convocação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e em segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

(b) competências;

Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e no Estatuto, competirá privativamente à Assembleia Geral:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pelo Conselho de Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado.
- (c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise;**

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais ficam à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.ammovarejo.com.br/ri), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

(d) identificação e administração de conflitos de interesses;

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto;

A solicitação de procurações segue os requisitos legais e regulatórios. Até a presente data, a Administração da Companhia nunca fez pedido público de procuração.

(f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico;

Observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, aos acionistas que se fizerem representar por procuração, solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, com a antecedência de 2 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia Geral.

Para fins de validação dos instrumentos de mandato, a Companhia exige o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notarização e consularização/apostilamento daqueles assinados no exterior.

A Companhia não exige tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em inglês ou espanhol, desde que venham acompanhados da respectiva tradução para língua portuguesa. A Companhia exige, no entanto, tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em outras línguas, distintas de inglês, espanhol e português.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia, em regra, não admite procurações por meio eletrônico.

- (g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização;**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, na Av. Paulista, 1.754, 2^a sobreloja, parte, Cerqueira César, CEP 01310-920, São Paulo, São Paulo, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores e assegurar que a Companhia os receba até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral em questão:

- via física original do boletim de voto à distância relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado;
- comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (art. 41, Lei 6.404/76) para comprovar sua qualidade de acionista (será dispensada a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária);
- cópia autenticada dos seguintes documentos de identificação:
 - (i) Pessoas físicas: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista válido na data da Assembleia Geral em questão;
 - (ii) Pessoa jurídica: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal válido na data da Assembleia Geral em questão e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
 - (iii) Fundos de investimento: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal válido na data da Assembleia Geral em questão, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia exige o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notarização e consularização/apostilamento daqueles assinados no exterior.

A Companhia não exige tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em inglês ou espanhol, desde que venham acompanhados da respectiva tradução para língua portuguesa. A Companhia exige tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em outras línguas, distintas de inglês, espanhol e português.

Ademais, a Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 (três) dias úteis do recebimento dos documentos.

- (h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância;**

O acionista poderá encaminhar a documentação exigida por meio do endereço eletrônico ri@ammovarejo.com.br, desde que, em seguida, encaminhe os originais ao endereço da Companhia, conforme disposto no subitem (g) acima, incluindo o prazo limite para consideração do voto à distância.

- (i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância;**

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada à sede da Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@ammovarejo.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

A Companhia comunicará ao acionista em até 3 (três) dias úteis do recebimento das propostas se as solicitações de inclusão são suficientes ou não para constarem no boletim de voto à distância a ser divulgado pela Companhia.

(j) **se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias;**

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber ou compartilhar comentários dos acionistas.

(k) **outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.**

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depósito central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso estes prestem esse tipo de serviço.

O acionista pode transmitir instruções a seus respectivos agentes de custódia/escriturador, conforme suas ações estejam depositadas em depósito central; observar regras e procedimentos por eles estabelecidos para emissão, bem como documentos e informações exigidos; - caso sejam identificadas instruções de voto conflitantes e o acionista não esclareça o conflito tempestivamente, a instrução de voto para a matéria considerada conflitante será desconsiderada; - caso o acionista envie mais de um boletim de voto à distância, para evitar sua instrução de voto possa ser considerada conflitante, é recomendável que ele encaminhe sua eventual nova instrução para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado.

Os acionistas poderão também realizar um cadastro juntamente com obtenção de certificado digital e realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Itaú. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <http://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- (a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias;**

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário.

A Companhia não possuía um Conselho de Administração instalado no último exercício social.

- (b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho;**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía acordo de acionistas.

- (c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses;**

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2021.

Nos termos de referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Diretor de Governança da Companhia e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Além disto, nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

- (d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

A Companhia adota uma Política de Indicação de Administradores, de modo a formalizar e divulgar as diretrizes, os critérios, e os procedimentos de indicação de membros para a composição do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de assessoramento da Companhia.

- i. **órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

A Política de Indicação foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de julho de 2021, e pode ser consultada no site: www.ammovarejo.com.br/ri.

- ii. **principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros.**

Diretrizes e critérios para indicação dos membros do Conselho de Administração

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Conselho de Administração é um órgão colegiado, cujo desempenho depende do respeito e da compreensão das características de cada um de seus membros, sem que isso implique ausência de debates de ideias. Deve ser composto considerando a diversidade de conhecimentos, experiências,

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A..

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (i) estar alinhado e comprometido com os valores e cultura da Companhia e seu Código de Conduta;
- (ii) possuir reputação ilibada;
- (iii) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;
- (iv) possuir formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro;
- (v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da assembleia geral); e
- (vi) ter disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumidas.

Processo para indicação dos membros do Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das S.A..

O acionista que desejar indicar membros para composição do Conselho de Administração deverá notificar a Companhia por escrito, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, apresentando:

- (i) nome completo e sua qualificação;
- (ii) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas;

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- (iii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso, e o atendimento aos requisitos acima; e
- (iv) a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o indicado e (a) administradores da Companhia, (b) administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia, (c) administradores de controladoras diretas e indiretas da Companhia; e
- (v) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o indicado e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social, (b) controlador direto ou indireto da Companhia e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Cada indicado ao cargo de conselheiro independente, pela administração ou por acionista, deverá apresentar declaração assinada, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 2º do Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto aos candidatos indicados pela administração e ao enquadramento ou não enquadramento de cada candidato nos critérios de independência.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Sim. No estatuto social da companhia há previsão para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem. Vejamos os artigos 42 e 43 do Estatuto Social.

Artigo 42. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei no 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Artigo 43. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, com base na legislação aplicável à espécie, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Antony José Souza Martins 256.427.628-85	25/07/1976 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	27/07/2021 27/07/2021	Até AGO 2022 Sim	0 0,00%
Não há.					
Josué Gomes de Alencar 378.438.648-22	27/12/1990 Empresário	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores	27/07/2021 27/07/2021	Até AGO 2022 Sim	0 0,00%
Não há.					
Josué Christiano Gomes da Silva 493.795.776-72	25/12/1963 Engenheiro e bacharel em direito	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	27/07/2021 27/07/2021	Até AGO 2022 Sim	0 0,00%
Não há.					
Jorge Manuel Seabra de Freitas 235.617.088-03	27/02/1960 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 29 - Outros Conselheiros	27/07/2021 27/07/2021	Até AGO 2022 Sim	0 0,00%
Não há.					
João Gustavo Rebello de Paula 692.239.806-82	04/07/1968 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 29 - Outros Conselheiros	27/07/2021 27/07/2021	Até AGO 2022 Sim	0 0,00%
Não há.					
Germán Pasquale Quiroga Vilardo 009.943.227-71	25/10/1967 Engenheiro Eletrônico	Pertence apenas ao Conselho de Administração 29 - Outros Conselheiros	27/07/2021 27/07/2021	Até AGO 2022 Sim	0 0,00%
Não há.					
Walter Roberto de Oliveira Longo 563.380.748-00	12/02/1951 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 29 - Outros Conselheiros	27/07/2021 27/07/2021	Até AGO 2022 Sim	0 0,00%
Não há.					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Antony José Souza Martins - 256.427.628-85					

O Sr. Martins é formado em engenharia de computação pela Unicamp, com pos-graduação em marketing de serviços pela ESPM, e mestrado em economia de empresas pela FGV. Anteriormente, atuou como vice-presidente de operações da TV1, e foi founder da Rocket Internet e fundador e co-CEO da Weswing. Também foi professor do curso de pós-graduação em Administração de Empresas na FGV. Ingressou na AMMO Varejo em 2018.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Josué Gomes de Alencar - 378.438.648-22

O Sr. Alencar é economista e empresário do segmento de tecnologia, tendo fundado duas startups Aurora e Liga, a segunda com foco em responsabilidade social e segurança pública. O Sr. Alencar está à frente da iniciativa digital da AMMO Varejo desde 2016. O Sr. Alencar traz uma nova perspectiva para o negócio, implementando melhorias na experiência do cliente, inovações sustentáveis, garantindo maior produção com menor impacto e apostas na indústria 4.0.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Josué Christiano Gomes da Silva - 493.795.776-72

Formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee (EUA). É presidente do Conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. – Encopar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. É presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A. e da CGG Trading S.A.. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas: José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aquardente; Econorte – Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; Ecopar – Empresa de Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações; Diretor Presidente da OXFORD COM. E PART. S.A.; Presidente da SEDA S.A.; e Diretor Presidente da AMMO Varejo; e da Springs Global Participações S.A., indústria têxtil atuante no setor de cama, mesa e banho; ; O Sr. Josué é membro do Conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IDEI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice-presidente da FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL, e presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Jorge Manuel Seabra de Freitas - 235.617.088-03

Jorge Seabra Freitas é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e graduado no International Executive Programme e em Competitive Strategy, ambos pelo INSEAD. O Sr. Freitas é membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012, administrador da Amorim Holding II desde agosto de 2011, e administrador do Grupo Arcotéxteis, S.A. desde março de 2009. Antes de ingressar na Galp, foi presidente do Conselho de Administração da Coelma Indústrias Têxteis, S.A., entre janeiro de 1992 e maio de 2011.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

João Gustavo Rebello de Paula - 692.239.806-82

Formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela Kelly School of Business, Indiana University (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade de negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na BoozAllen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro do Conselho de administração da Springs Global Participações S.A, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS e da Empresa Nacional de Comércio, Rédito & Participações S.A. - Encopar. O Sr. João Gustavo é também membro suplente da Companhia Tecidos Santanense.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71

O Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo é graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e possui mestrado em sistemas digitais pela Escola Politécnica da USP. É fundador e ex-CEO da TV1.com (cargo que exerceu entre 1994 e 1999), fundador, CIO e CMO da Cyrela Brasil Reality (cargo que exerceu entre 2004 a 2008) e fundador, CEO e membro do Conselho de Administração do Pontofrio.com (cargos que exerceu entre 2008 a 2011). Nova Pontocom (cargos que exerceu entre 2011 a 2014) e Cnova, empresa de comércio eletrônico (cargos que exerceu entre 2014 a 2016), tendo nesta última, liderado o IPO da empresa na NASDAQ. Atualmente, é sócio da OMNI55, empresa de consultoria (desde 2017) e ocupa posição de membro do Conselho de Administração da GOL, empresa de aviação comercial (desde 2016), Centauro , empresa de varejo de material esportivo (desde 2017), C&A empresa de varejo de moda (desde 2019), Locaweb empresa de tecnologia (desde 2020) e JSL empresa de logística (desde 2020).

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00	Walter Longo, Publicitário e Administrador de Empresas com MBA na Universidade da Califórnia, é empreendedor digital, palestrante internacional e sócio-diretor da Unimark Comunicação. Walter Longo é membro de vários conselhos de empresas como SulAmérica, Portobello e Cacau Show, socio de múltiplas empresas digitais, palestrante reconhecido internacionalmente, articulista de múltiplas publicações, além de autor, entre outros, dos livros O Marketing e o Nexo (Ed. BestSeller), Marketing e Comunicação na Era Pós-Digital (Alta Books), O Fim da Idade Média e o Início da Idade Mídia (Alta Books), Insights para um Mercado em Transição (Alta Books) e O Trilema Digital (Alta Books).
	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inhabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
N/A	Antony José Souza Martins - 256.427.628-85
N/A	Josué Gomes de Alencar - 378.438.648-22
N/A	Josué Christiano Gomes da Silva - 493.795.776-72
N/A	Jorge Manuel Seabra de Freitas - 235.617.088-03
N/A	João Gustavo Rebello de Paula - 692.239.806-82
N/A	Germán Passuale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71
N/A	Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Waldermir Bulla 000.631.058-37	Outros Comitês Comitê de Auditoria: Membro efetivo Economista		Outros Coordenador do Comitê de Auditoria	19/07/1956 27/07/2021	27/07/2021 0	Até AGO de 2022 0,00%
Não aplicável						
Germán Pasquale Quiroga Vilardo 009.943.227-71	Outros Comitês Comitê de Auditoria: Membro independente	Engenheiro Eletrônico	Outros Membro do Comitê de Auditoria: Membro independente do C.A. da companhia	25/10/1967 27/07/2021	27/07/2021 0	Até AGO de 2022 0,00%
Jorge Manuel Seabra de Freitas 2335.617.088-03	Outros Comitês Comitê de Auditoria: Membro efetivo Economista		Outros Membro do Comitê de Auditoria: Membro efetivo do C.A. da Companhia	27/02/1980 27/07/2021	27/07/2021 0	Até AGO de 2022 0,00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Waldermir Bulla - 000.631.058-37

Waldermir Bulla é Conselheiro Certificado, Membro Independente de Comitê de Auditoria e da Comissão de Gerenciamento de Riscos do IBCG. Executivo com mais de 30 anos de experiência dedicados em apoiar a Alta Administração (Conselho, Comitês e Diretoria) no desenvolvimento, implantação e gestão de projetos em Auditoria Interna, Gerenciamento de Riscos e Compliance. Atualmente é Sócio da GRC Consulting do Brasil cuja premissa de atuação é prover um suporte personalizado à Alta Administração (Conselho, Comitês e Diretoria) nas demandas em Auditoria Interna, Gerenciamento de Riscos e Compliance. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71

O Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo é graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e possui mestrado em sistemas digitais pela Escola Politécnica da USP. É fundador e ex-CEO da TV1.com (cargo que exerceu entre 1999 a 2004), fundador, CIO e CMO da Cyrela Brasil Realty (cargo que exerceu entre 2004 a 2008) e fundador, CEO e membro do Conselho de Administração do Pontofrio.com (cargos que exerceu entre 2008 a 2011). Nova Pontocom (cargos que exerceu entre 2011 a 2014) e Novra, empresa de comércio eletrônico (cargos que exerceu entre 2014 a 2016), tendo nesta última, liderado o IPO da empresa na NASDAQ. Atualmente, é sócio da OMNI55, empresa de consultoria (desde 2017) e ocupa posição de membro do Conselho de Administração da GOI, empresa de aviação comercial (desde 2016), Centauro , empresa de varejo de material esportivo (desde 2017), C&A empresa de varejo de moda (desde 2019), Locaweb empresa de tecnologia (desde 2020) e JSI, empresa de logística (desde 2020). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Jorge Manuel Seabra de Freitas - 2335.617.088-03

Jorge Seabra Freitas é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e graduado no International Executive Programme e em Competitive Strategy, ambos pelo INSEAD. O Sr. Freitas é membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012, administrador da Amorim Holding II desde agosto de 2011, e administrador do Grupo Arcotêxteis, S.A. desde março de 2009. Antes de ingressar na Galp, foi presidente do Conselho de Administração da Coelma Indústrias Têxteis, S.A., entre janeiro de 1992 e maio de 2011. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Waldeimir Bulla - 000.631.058-37 N/A	
Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71 N/A	
Jorge Manuel Seabra de Freitas - 235.617.088-03 N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Josué Gomes de Alencar	378.438.648-22	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Josué Christiano Gomes da Silva	493.795.776-72	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	
Presidente do CA				
Observação				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Josué Gomes de Alencar	378.438.648-22	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Josué Christiano Gomes da Silva	493.795.776-72	C7S Tecnologia Ltda.	28.900.361/0001-03	
Diretor Presidente				
Observação				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Josué Gomes de Alencar	378.438.648-22	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Josué Christiano Gomes da Silva	493.795.776-72	Springs Global Participações S.A.	07.718.269/0001-57	
Diretor Presidente e Membro do CA				
Observação				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Josué Gomes de Alencar	378.438.648-22	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<u>Pessoa relacionada</u>					
Maria Cristina Gomes da Silva	Membro do CA	563.631.416-72	WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA	25.329.319/0001-96	
<u>Observação</u>					
Josué Christiano Gomes da Silva	Presidente do CA	493.795.776-72	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
Mariiza Campos Gomes da Silva	Membro do CA	056.610.046-05	WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA	25.329.319/0001-96	
<u>Observação</u>					
Josué Gomes de Alencar	Presidente do C.A.	378.438.648-22	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
Patrícia Campos Gomes da Silva	Membro do C.A.	958.037.426-00	Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	22.677.520/0001-76	
<u>Observação</u>					
Josué Christiano Gomes da Silva	Presidente do CA	493.795.776-72	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
Patrícia Campos Gomes da Silva	Membro do CA	958.037.426-00	WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA	25.329.319/0001-96	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Josué Christiano Gomes da Silva Diretor	493.795.776-72	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria da Graça Campos Gomes da Silva Membro do CA	401.273.896-87	WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA	25.329.319/0001-96	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Josué Christiano Gomes da Silva Presidente do C.A.	493.795.776-72	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria da Graça Campos Gomes da Silva Membro do CA	401.273.896-87	Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	22.677.520/0001-76	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Josué Christiano Gomes da Silva Presidente do CA	493.795.776-72	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Josué Gomes de Alencar Diretor	378.438.648-22	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	
<u>Observação</u>				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

<u>Nome</u>	<u>CPF</u>	<u>Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador</u>	<u>CNPJ</u>	<u>Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada</u>
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Josué Christiano Gomes da Silva	493.795.776-72	AMMO Varejo S.A.	03.494.776/0001-01	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
<u>Presidente do CA</u>				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Cristina Gomes da Silva	563.631.416-72	WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA	25.329.319/0001-96	
<u>Membro do CA</u>				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladores, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
Cargo/Função		
Exercício Social 31/12/2020		
<u>Administrador do Emissor</u>		
Josué Christiano Gomes da Silva		
Diretor Presidente		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
COTEMINAS S.A.	07.663.140/0001-99	
Diretor Presidente		
<u>Observação</u>		
<u>Administrador do Emissor</u>		
Josué Christiano Gomes da Silva		
Diretor Presidente		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Springs Global Participações S.A.	07.718.269/0001-57	
Diretor Presidente e Membro do CA		
<u>Observação</u>		
<u>Administrador do Emissor</u>		
Josué Christiano Gomes da Silva		
Diretor Presidente		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	22.677.520/0001-76	
Diretor Presidente e Presidente do CA		
<u>Observação</u>		
<u>Administrador do Emissor</u>		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>		
Josué Christiano Gomes da Silva	493.795.776-72	Controle
Diretor Presidente		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
WEMLLEY SOCIEDADE ANÔNIMA	25.329.319/0001-96	
Diretor Presidente		
<u>Observação</u>		
 <u>Administrador do Emissor</u>		
Josué Gomes da Silva		
Presidente do C.A.		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
697C7S Tecnologia Ltda.	28.900.361/0001-03	
Diretor Presidente		
<u>Observação</u>		
 <u>Administrador do Emissor</u>		
Jorge Manuel Seabra de Freitas	235.617.088-03	Controle
Membro do Conselho de Administração		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Springs Global Participações S.A.	07.718.269/0001-57	
Membro Independente do Conselho de Administração		
<u>Observação</u>		

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A emissora possui seguro para seus administradores.

1) Apólice de Primeiro Risco

Seguradoras: Chubb Seguros Brasil S.A. e BERKLEY

Apólice nº 17.10.0015783.28

Prazo de Vigência: 21/11/2020 e 21/11/2021

Limite: US\$ 25,000,000.00 (R\$ 132.750.000,00)

Coseguro	firmado	com	a	Seguradora	Berkley	segundo	a	estrutura	abaixo:
Chubb	-	65,20%	da	capacidade	ou	US\$	16,300,000	(R\$	86.553.000)
Berkley	-	34,80%	da	capacidade	ou	US\$	8,700,000	(R\$	46.197.000)

US\$ 1 = R\$ 5,31

Âmbito da Cobertura: Mundial

Cobertura: para empresas afiliadas sem fins lucrativos; para cônjuge, herdeiros, representantes legais e espólio; contra os segurados referente a práticas trabalhistas indevidas; para despesas de defesa relacionada a procedimentos extrajudiciais; para custos emergenciais; para danos morais; para reclamações feitas por Governo, fornecedores, concorrentes, órgãos reguladores, credores e investidores (exceto EUA e Canadá); para reclamações de segurado contra segurado; para reclamações feitas pela empresa tomadora contra os segurados; para reclamações contra os segurados em âmbito tributário; para custos de defesa quando da aplicação de multas e demais sanções em âmbito administrativo; para custos de defesa decorrentes de reclamações por prejuízos financeiros, danos corporais ou materiais causados por danos ambientais; para inabilitação para o exercício do cargo; para responsabilidade das pessoas seguradas decorrentes de danos corporais ocorridos no curso das atividades do tomador; para bloqueio de bens dos administradores; e, para custos de defesa para reclamações decorrente de garantias pessoais fornecidas a favor do tomador e subsidiárias.

2) Apólice de Excesso

Apólice D&O nº 03.001.110.000161

Seguradoras: HDI GLOBAL

Prazo de Vigência: 21/11/2020 e 21/11/2021

Limite: Verba única: R\$ 132.750.000,00, em excesso à R\$ 132.750.000,00

Âmbito da Cobertura: Mundial

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Cobertura: para empresas afiliadas sem fins lucrativos; para cônjuge, herdeiros, representantes legais e espólio; contra os segurados referente a práticas trabalhistas indevidas; para despesas de defesa relacionada a procedimentos extrajudiciais; para custos emergenciais; para danos morais; para reclamações feitas por Governo, fornecedores, concorrentes, órgãos reguladores, credores e investidores (exceto EUA e Canadá); para reclamações de segurado contra segurado; para reclamações feitas pela empresa tomadora contra os segurados; para reclamações contra os segurados em âmbito tributário; para custos de defesa quando da aplicação de multas e demais sanções em âmbito administrativo; para custos de defesa decorrentes de reclamações por prejuízos financeiros, danos corporais ou materiais causados por danos ambientais; para inabilitação para o exercício do cargo; para responsabilidade das pessoas seguradas decorrentes de danos corporais ocorridos no curso das atividades do tomador; para bloqueio de bens dos administradores; e, para custos de defesa para reclamações decorrente de garantias pessoais fornecidas a favor do tomador e subsidiárias.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas no exercício social corrente, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Quórum
AGE	Transformação de Sociedade Anônima	30 de junho de 2021	100%
AGE	Reforma do Estatuto Social e Aprovação de oferta pública de ações	27 de julho de 2021	100%

A Companhia esclarece que não realizou Assembleias Gerais nos últimos três exercícios sociais, uma vez que a sua transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações ocorreu em 30 de junho de 2021.

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide itens 12.5 a 12.8 deste Formulário de Referência.

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal.

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de auditoria interna e controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de

12.12 - Outras informações relevantes

contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- (a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

A Política de Remuneração foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2021 e estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado)

A Política de Remuneração encontra-se à disposição para consulta no site da Companhia (ri.ammovarejo.com.br) e no site da CVM (cvm.gov.br).

A Política de Remuneração tem como principal função alinhar os interesses da Administração e os objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo.

(b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar. Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa, conforme deliberado pela Assembleia Geral da Companhia.

A remuneração fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

A remuneração variável tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

O pacote de benefícios tem por objetivo oferecer aos Administradores um pacote compatível com a prática de mercado. Nos termos da Política de Remuneração, os Administradores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida, desconto para a compra de produtos da Companhia, celular corporativo e vagas de estacionamento.

A remuneração baseada em ações tem o objetivo de promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia e proporcionando às pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento, a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, estimulando essas pessoas a contribuírem e participarem do seu sucesso. A remuneração baseada em ações dependerá da aprovação em Assembleia Geral dos respectivos planos de remuneração baseada em ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração poderão fazer jus a (i) remuneração fixa mensal; e (ii) remuneração por participações em Comitês de Assessoramento quando integrarem tais órgãos.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária é baseada no escopo do cargo, experiência profissional e responsabilidades desempenhadas por cada membro. É composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, orientada por pesquisas salariais aderentes ao segmento de atuação da Companhia e definido de acordo com a negociação individual com cada membro.

Os Diretores também são elegíveis ao recebimento dos benefícios descritos acima e poderão fazer jus a (i) uma remuneração variável atrelada ao atingimento de metas de performance definidas pela Companhia e (ii) uma remuneração baseada em ações, conforme deliberado pela Assembleia Geral da Companhia.

Comitês de Assessoramento

Os membros dos Comitês de Assessoramento poderão fazer jus a remuneração fixa mensal. Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês de Assessoramento, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

iii.	Exercício Social corrente 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	n.a.	100%	n.a.	100%	
Remuneração variável	n.a.	0%	n.a.	0%	
Outros benefícios / remunerações	n.a.	0%	n.a.	0%	
Total da remuneração	n.a.	100%	n.a.	100%	

	Exercício Social corrente 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	n.a.	100%	n.a.	100%	
Remuneração variável	n.a.	0%	n.a.	0%	
Outros benefícios / remunerações	n.a.	0%	n.a.	0%	
Total da remuneração	n.a.	100%	n.a.	100%	

	Exercício Social corrente 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	n.a.	100%	n.a.	100%	
Remuneração variável	n.a.	0%	n.a.	0%	
Outros benefícios / remunerações	n.a.	0%	n.a.	0%	
Total da remuneração	n.a.	100%	n.a.	100%	

iv. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

O valor global máximo a ser pago aos nossos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores.

a) Remuneração fixa:

A remuneração fixa será em linha com as práticas de mercado e baseada nas responsabilidades do cargo e experiência individuais. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

(b) Remuneração variável:

Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do participante, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

v. razões que justificam a composição da remuneração; e

A Política de Remuneração da Companhia visa: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; e (ii) a assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

vi. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não há membros não remunerados pelo emissor.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

O montante equivalente à remuneração dos membros do Conselho de Administração será definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Já o montante equivalente à remuneração fixa dos membros da Diretoria é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas e o nível de complexidade das funções desempenhadas, em comparação com as práticas de mercado de empresas do mesmo porte da Companhia. Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do participante, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- (d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

Na medida em que a remuneração variável dos administradores da Companhia é estruturada com base no alcance dos resultados, tanto de curto como de longo prazo, da Companhia, tais administradores são adequadamente remunerados e compensados quando há observância de evolução nos indicadores de desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais).

- (e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;**

A remuneração tem como objetivo incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade para a Companhia, atrelando a remuneração variável com os indicadores de desempenho, no curto prazo, e retendo profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, que compartilham o risco e o resultado com a Companhia.

- (f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;**

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos pelo exercício de funções na Companhia.

- (g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor;**

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

- (h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e sua distribuição competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição da remuneração global deve levar em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

Não há periodicidade fixa para avaliação da política de remuneração e a mesma ocorre conforme necessidade estratégica da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,50	1,50	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,50	1,50	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	600.000,00	2.000.000,00	0,00	2.600.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	600.000,00	4.000.000,00	0,00	4.600.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	1,00	0,00	1,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	577.903,68	0,00	577.903,68
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	577.903,68	0,00	577.903,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	1,00	0,00	1,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	577.903,68	0,00	577.903,68
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	577.903,68	0,00	577.903,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	1,00	0,00	1,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	574.933,33	0,00	574.933,33
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	0,00	574.933,33	0,00	574.933,33

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente (31/12/2021)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,5	1,5	-	4,0
Nº de membros remunerados	2,5	1,5	-	4,0
Bônus	-	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-		-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-		-	
Valor previsto	-		-	
Participação nos resultados	-		-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-		-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-		-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-		-	

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	1	-	1
Nº de membros remunerados	-	1	-	1
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	1	-	1
Nº de membros remunerados	-	1	-	1
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	1	-	1
Nº de membros remunerados	-	1	-	1
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável. Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos três últimos exercícios nenhum executivo da Companhia teve remuneração baseada em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 – Remuneração baseada em ações

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2021.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não há opções em aberto para quaisquer membros do órgão da administração da Companhia.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 – Opções exercidas e ações entregues

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 – Precificação das Ações/Opções

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 – Participações detidas por órgão

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia
Quantidade de ações¹

Emissor	
Conselho de administração	1
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – Companhia de Tecidos Norte de Minas	
Conselho de administração	35.414
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – Springs Global Participações	
Conselho de administração	4
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – Wembley S.A.	
Conselho de administração	129.240
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – José Alencar Gomes da Silva – Com. Part. Emp. S.A.	
Conselho de administração	34.696
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-

¹ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	577.903,68	577.903,68	574.933,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	577.903,68	577.903,68	574.933,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	577.903,68	577.903,68	574.933,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho de Administração para o período e, portanto, não houve remunerações a serem descritas para o período em questão.								
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho de Administração para o período e, portanto, não houve remunerações a serem descritas para o período em questão.								
31/12/2018	A Companhia não possuía Conselho de Administração para o período e, portanto, não houve remunerações a serem descritas para o período em questão.								

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**13.13 – Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Nos 3 últimos exercícios sociais não houve remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercício os sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros da Diretoria Estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam. Esclarecemos ainda que a Companhia era uma sociedade limitada e não possuía Conselho de Administração ou Conselho Fiscal neste referido período.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	1.479	-	1.479
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Atribuições das remunerações: CEO da Coteminas, CEO da Springs Global e membro do Conselho de Administração da Springs Global

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Exercício social 2019 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	1.479	-	1.479
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Atribuições das remunerações: CEO da Coteminas, CEO da Springs Global e membro do Conselho de Administração da Springs Global

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	1.474	-	1.474
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Atribuições das remunerações: CEO da Coteminas, CEO da Springs Global e membro do Conselho de Administração da Springs Global

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

Os administradores passaram a ser remunerados pela Companhia, conforme a Política de Remuneração desde sua aprovação, e dentro do limite de remuneração global a ser estabelecido pela assembleia geral de acionistas da Companhia anualmente.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 – Descrição dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica);

Atividade	30/06/2021				
	CENTRO OESTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	Total
Administrativo			173		173
Coordenador/Especialista			41		41
Gerência			38		38
Diretoria/Executivo			10		10
Operacional			118		118
Gerente - Loja	6	8	42	4	60
Operacional - Loja	4	8	19	3	34
Vendedor - Loja	42	45	244	22	352
Presidência			1		1
Total	52	61	686	29	828

Atividade	31/12/2020				
	CENTRO OESTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	Total
Administrativo			159		159
Coordenador/Especialista			42		42
Gerência			38		38
Diretoria/Executivo			10		10
Operacional			113		113
Gerente - Loja	6	7	45	6	64
Operacional - Loja	6	7	42	3	58
Vendedor - Loja	42	41	255	28	366
Presidência			1		1
Total	54	55	705	37	851

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2019				
	CENTRO OESTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	Total
Administrativo			126		126
Coordenador/Especialista			38		38
Gerência			33		33
Diretoria/Executivo			10		10
Operacional			108		108
Gerente - Loja	6	7	46	9	68
Operacional - Loja	9	9	47	7	69
Vendedor - Loja	39	44	245	45	373
Presidência			1		1
Total	51	60	654	61	826

Atividade	31/12/2018				
	CENTRO OESTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	Total
Administrativo			126		126
Coordenador/Especialista			39		39
Gerência			39		39
Diretoria/Executivo			7		7
Operacional			112		112
Gerente - Loja	7	6	47	9	69
Operacional - Loja	9	12	53	14	88
Vendedor - Loja	41	42	253	49	385
Presidência			1		1
Total	57	60	677	72	866

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); e

Na unidade de Vinhedo/SP, existem 13 (treze) prestadores de serviço terceirizados, sendo que 4 (quatro) deles trabalham na área de limpeza, 2 (dois) em segurança humana, 4 (quatro) na cozinha, 1 (um) na jardinagem e 1 (um) na portaria. Já na unidade de São Paulo, existem 23 (vinte e três) prestadores de serviço terceirizados, sendo que 10 (dez) são Analistas QA, 2 (dois) são Especialistas QA, 8 (oito) são Desenvolvedores Full Stack Sr., 2 (dois) são Product Owner (Pix) e 1 (um) é DevOps Sr.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**(c) índice de rotatividade.**

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
9,42%	21,00%	41,65%	39,26%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 – Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve alteração relevante do número de colaboradores nos últimos três exercícios sociais.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A remuneração global dos empregados da Companhia é determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis, sendo constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios.

A remuneração fixa mais benefícios tem como objetivo oferecer um pacote compatível com as práticas de mercado e com as responsabilidades dos cargos e experiências individuais:

A remuneração variável tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia.

A Companhia possui dois tipos de remuneração variável para seus colaboradores:

- Bônus e gratificação: vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais;
- “Plano de incentivo de longo prazo”: de acordo com o alcance de metas individuais, é outorgado um valor indexado pela variação do preço da ação. O valor é fixado anualmente considerando o preço médio da ação no mês que antecede a definição do incentivo, e este valor é pago em dinheiro considerando o preço médio da ação no mês que antecede o pagamento, se cumpridas as condições de carência.

(b) política de benefícios

Os empregados celetistas da Companhia contam com um pacote de benefícios que inclui, entre outros: (i) vale-transporte ou fretado; (ii) vale-refeição ou alimentação e refeitório; (iii) assistência médica e odontológica; (iv) serviço de apoio psicológico através de parceria com a empresa Psicologia Viva; (v) seguro de vida; (vi) desconto na compra de produtos da Companhia; (vii) estacionamento no local; (viii) bolsa de estudos e (ix) trabalho remoto.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações destinado a seus colaboradores nos três últimos exercícios sociais e não possui no exercício social corrente.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 – Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia mantém um bom relacionamento com o sindicato dos empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, sem histórico de greve ou paralisações.

Segue lista dos sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

NOME SINDICATO PATRONAL	UF
Sindicato do Comercio Varejista e Lojista do Comercio de São Paulo - SINDILOJAS-SP	SP
Sindicato do Comercio Varejista do ABC	SP
Sindicato do Comercio Varejista de Campinas e Região - SINDIVAREJISTA	SP
Sindicato dos Lojistas do com do Município do Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belo Horizonte - SINDILOJAS/BH	MG
Sindicato do Comercio Varejista do Distrito Federal	DF
Sindicato do Comercio Varejista no Estado de Goiás	GO
Sindicato do Comercio de Uberlândia	MG
Sindicato do Comercio Varejista de Mogi das Cruzes	SP
Sindicato dos Lojistas do Comércio de Bens e Serviços do Recife	PE
Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia	BA
Sindicato do Comercio Varejista da Baixada Santista	SP
Sicomercio Camaçari e Regiao	BA
Sindicato do Comércio Varejista e Lojista de Itu e Região - SINCOMERCIO	SP
Sindicato dos Lojistas do Comércio de Niterói	RJ
Sindicato do Comércio Varejista de Jundiaí e Região	SP
Sindicato Comércio Varejista Osasco e Região	SP
Federacao do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo	SP
Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto	SP
Sindicato do Comércio de Contagem e Ibirite	MG
Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista e Atacadista de Maringá e Região - SIVAMAR	PR
Sindicato do Comércio Varejista de Londrina	PR
Sindicato do Comércio Varejista de Novo Hamburgo	RS
Sindicato do Comércio Patronal de Camaçari e Região	BA
Sindicato do Comércio Varejista de Joinville e Regiao	SC
Federacao do Comércio do Estado Do Ceará	CE
SINDILOJISTAS Foz do Iguaçu	PR

NOME SINDICATO EMPREGADOS	UF
Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Santo André e região	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Jundiaí e Região	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Campinas	SP
Sindicato dos Empregados no Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e região	MG
Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal	DF

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Goiás	GO
Sindicato do Empregados no Comércio de Uberlândia e Araguari	MG
Sindicato dos Empregados no Comércio de Guarulhos	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife	PE
Sindicato dos Empregados no Comércio na Cidade de Salvador	BA
Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Lauro de Freitas	BA
Sindicato dos Empregados no Comércio de Sorocaba	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Niterói	RJ
Sindicato dos Empregados no Comércio de Jundiaí e Região	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e região	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Cotia e Região	SP
Sindicato dos Empregados no Comércio de Ribeirão Preto	SP
Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Contagem	MG
Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá	PR
Sindicato do Empregados no Comércio Var Shopping Center de Londrina	PR
Sindicato dos Comerciários de Novo Hamburgo	RS
Sindicato dos Empregados no Comércio das Cidades de Camaçari e Dias D'Avila	BA
Sindicato dos Empregados no Comércio de Joinville	SC
Sindicato dos Empregados no Comércio de Caucaia e Região	CE
Sindicato dos Empregados no Comércio de Foz do Iguaçu e Região	PR

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 – Outras informações relevantes – Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtdte. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtdte. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdte. total de ações (Unidades)
CONTROLDORA / INVESTIDORA	Classe ação	CPF/CNPJ acionista	CPF/CNPJ acionista	Total ações %	Composição capital social
Spring Global Participações S.A.				07.718.269/0001-57	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
	0	0,000	0	0,000	0,000
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI					
				Não	26/07/2021
	Não				
	4.204.636	8.410	0	0,000	4.204.636
	Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %	0,000	
TOTAL	0	0			
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS					
	22.677.520/0001-76	Brasileira		Não	12/07/2012
	Não				
	26.457.707	52.920	0	0,000	26.457.707
	Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %	0,000	
TOTAL	0	0			
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.					
	10.240.925/0001-63	Brasileira		Não	06/03/2020
	Não				
	4.849.580	9.700	0	0,000	4.849.580
	Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %	0,000	
TOTAL	0	0			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior						
Detalhamento de ações (Unidades)		Nome do Representante Legal ou Mandatório				
Qtde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLOADORA / INVESTIDORA						
Spring Global Participações S.A.						
OUTROS						
TOTAL						

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	ECONORTE - EMPR. CONSTRUTORA NORTE DE MINAS LTDA	22.685.473/0001-02			Total ações %
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA	25.329.319/0001-96				
		Não			30/06/2013
		Não			
Classe ação	15.150.000	50,500	0	0,000	15.150.000
TOTAL	0	0	0	0,000	50.500

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Acções preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLDORA / INVESTIDORA	01.971.614/0001-83				
EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, CRÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A.					
TOTAL					
	1.026.245	100,000	873.819	100,000	1.900.064
					100,000
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA					
	25.329.319/0001-96				
745	Não				30/06/2013
	637.295	62.100	321.996	36.850	59.291
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Acções %		
TOTAL	0	0	0.000		50.490

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Acções preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista		CPF/CNPJ acionista		Total ações %
FARPAL AGROPASTORIL E PART. LTDA.	23.879.182/0001-18				Composição capital social
MARIA JULIANA REBELLO DE PAULA	850.160.556-53				
	Não				26/07/2021
	Não				
	6.970.974	19.980	0	0,000	19.980
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Acções %			
TOTAL	0	0,000			6.970.974
OUTROS					
	0	0,000	0	0,000	0,000
TOTAL					
	34.854.916	100,000	0	0,000	34.854.916
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			CPF/CNPJ
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista				Total ações %
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA					Composição capital social
TOTAL					
	24.000.000	100,000	0	0,000	24.000.000
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLOADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatório				
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtdde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtdde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
						Composição capital social
CONTROLOADORA / INVESTIDORA						
BNDES Participações - BNDESPar						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
751	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLDORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista		CPF/CNPJ acionista		Total ações %
GARANTIA GESTÃO DE RECURSO (CREDIT SUISSE)					68.328.632/0001-12
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
					0,000
	0	0,000	0	0,000	0
					0,000
OUTROS					
					100,000
752	1	100,000	0	0,000	1
TOTAL					
					100,000
	1	100,000	0	0,000	1
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)	Nome do Representante Legal ou Mandatório	Qtdade. ações ordinárias (Unidades)	Qtdade. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdade. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLDORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Qtdade. ações ordinárias (Unidades)	Qtdade. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdade. total de ações (Unidades)	Total ações %
Venture Consultoria Financeira e Administrativa Ltda						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
OUTROS		0	0	0,000	0	0,000
TOTAL		1	100,000	0,000	1	100,000
		753			1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	22.685.473/0001-02				Total ações %
ECONORTE - EMPR. CONSTRUTORA NORTE DE MINAS LTDA					Composição capital social
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA					
-	-	-	-	-	-
25.329.319/0001-96					
-	-	-	-	-	-
Não					
					30/06/2013
15.150.000	50.500	0	0.000	15.150.000	50.500
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Acções preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista		CPF/CNPJ acionista		Total ações %
FARPAL AGROPASTORIL E PART. LTDA.	23.879.182/0001-18				Composição capital social
MARIA JULIANA REBELLO DE PAULA	850.160.556-53				
	Não				26/07/2021
	Não				
	6.970.974	19.980	0	0,000	19.980
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Acções %			
TOTAL	0	0,000			6.970.974
OUTROS					
759	0	0,000	0	0,000	0,000
TOTAL				0	
	34.854.916	100,000	0	0,000	34.854.916
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtdte. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtdte. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdte. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLDORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - COM. PART. EMP. S.A.	25.329.301/0001-94					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000	0	0,000	0	0,000
Josué Christiano Gomes da Silva	493.795.776-72	BRASILEIRA-MG	Não	Não	26/07/2021	
	760	Não				
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000	1.363	0,010	34.696	0,010
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	401.273.886-87	BRASILEIRA-MG	Não	Não	26/07/2021	
	760	Não				
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000	139.963.608	49.980	139.967.941	24.990
Mariza Campos Gomes da Silva	056.610.046-05	BRASILEIRA-MG	Não	Não	26/07/2021	
	Não					
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,010	26.532	0,010	66.533	0,020

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtdte. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtdte. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdte. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLDORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - COM. PART. EMP. S.A.	25.329.301/0001-94					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000	0	0,000	0	0,000
Josué Christiano Gomes da Silva	BRASILEIRA-MG	Não	Não	Não	26/07/2021	
493.795.776-72						
762	Não					
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	BRASILEIRA-MG	Não	Não	Não	26/07/2021	
401.273.886-87						
762	Não					
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Mariza Campos Gomes da Silva	BRASILEIRA-MG	Não	Não	Não	26/07/2021	
056.610.046-05						
762	Não					
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Mariza Campos Gomes da Silva	BRASILEIRA-MG	Não	Não	Não	26/07/2021	
40.001	0,010	26.532	0,010	66.533	0,020	
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			CPF/CNPJ
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista				Total ações %
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA					Composição capital social
TOTAL					
	24.000.000	100,000	0	0,000	24.000.000
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			CPF/CNPJ
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista				Total ações %
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA					25.329.319/0001-96
TOTAL					
	24.000.000	100,000	0	0,000	24.000.000
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLOADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório	Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtdde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtdde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLOADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FARPAL AGROPASTORIL E PART. LTDA.	23.879.182/0001-18					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000	0	0,000	0	0,000
ISABEL REBELLO DE PAULA	177.708.316-87	BRASILEIRA-MG	Não	Não	26/07/2021	
	76	Não				
	23	0,010	0	0,000	23	0,010
Classe ação	Qtdde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
João Gustavo Rebello de Paula	692.239.806-82	BRASILEIRA-MG	Não	Não		
	76					
	23	0,010	0	0,000	23	0,010
Classe ação	Qtdde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
LUIZ DE PAULA FERREIRA	003.260.976-00	BRASILEIRA-MG	Não	Não	26/07/2021	
	23	0,010	0	0,000	23	0,010
Classe ação	Qtdde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Total ações %	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatório				
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtd.e. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtd.e. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtd.e. total de ações (Unidades)	Total ações %	CPF/CNPJ
CONTROLDORA, INVESTIDORA						Composição capital social
FARPAL AGROPASTORIL E PART. LTDA.						23.879.182/0001-18
LUIS DE PAULA FILHO						
554.177.286-91	BRASILEIRA-MG	Não				26/07/2021
		Não				
6.970.974	20.000	0	0.000	6.970.974	20.000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
MARIA CECILIA REBOLLO DE PAULA						
850.160.986-20	BRASILEIRA-MG	Não				26/07/2021
		Não				
6.970.974	20.000	0	0.000	6.970.974	20.000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
MARIA ISABEL REBOLLO DE PAULA						
850.151.136-68	BRASILEIRA-MG	Não				
		Não				
6.970.974	20.000	0	0.000	6.970.974	20.000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Acções preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista		CPF/CNPJ acionista		Total ações %
FARPAL AGROPASTORIL E PART. LTDA.	23.879.182/0001-18				Composição capital social
MARIA JULIANA REBELLO DE PAULA	850.160.566-53	BRASILEIRA-MG			
			Não		26/07/2021
			Não		
	6.970.974	19.980	0	0,000	19.980
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Acções %			
TOTAL	0	0,000			6.970.974
OUTROS					
	0	0,000	0	0,000	0,000
TOTAL					
	34.854.916	100,000	0	0,000	34.854.916
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário			CPF/CNPJ
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Acções ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLOADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista				Total ações %
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA					Composição capital social
TOTAL					
	24.000.000	100,000	0	0,000	24.000.000
					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/07/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico



¹ Posição de 31 de outubro de 2019, conforme comunicado de participação relevante recebido pela empresa

² Posição de 30 de abril de 2021, conforme comunicado de participação relevante recebido pela empresa

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas vigente na data de apresentação deste Formulário de Referência.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle da Companhia nos três últimos exercícios sociais

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 – Principais operações societárias

(a) evento	Alienação da C7S Tecnologia Ltda. pela Springs Global à AMMO Varejo
(b) principais condições do negócio	Em 21 de junho de 2021, a Coteminas S.A. vendeu a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. para a Companhia, por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23,4 milhões.
(c) sociedades envolvidas	AMMO Varejo, Coteminas S.A. e C7S Tecnologia Ltda.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a implementação da Operação, a C7S Tecnologia Ltda. deixou de ser coligada da Companhia e passou a ser sua controlada.
(e) quadro societário antes e depois da operação	<p><u>Antes:</u></p> <pre> graph TD SGPSA[SGPSA] --> Coteminas[Coteminas S.A.] Coteminas --> AmmoVarejo[Ammo Varejo Ltda.] Coteminas --> C7S[C7S] </pre> <p><u>Depois:</u></p> <pre> graph TD SGPSA[SGPSA] --> Coteminas[Coteminas S.A.] Coteminas --> AmmoVarejoS[Ammo Varejo S.A.] AmmoVarejoS --> C7S[C7S] </pre>
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A venda foi realizada a valor patrimonial contábil, refletindo os investimentos realizados pela Coteminas S.A.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 – Outras informações relevantes – Controle e Grupo Econômico

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 15 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 – Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 27 de julho de 2021, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta no site da Companhia www.ammovarejo.com.br/ri

A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das Partes Relacionadas e pela classificação de operações como uma Transação com Partes Relacionadas; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma Transação com Partes Relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação a ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

Os Administradores e acionistas da Companhia serão instruídos e orientados a informar diretamente ao Diretor de Governança da Companhia ou, alternativamente, por meio do Canal de Ética, qualquer operação que possa ser qualificada como Transação com Partes Relacionadas de que tomem conhecimento antes de sua assinatura e/ou implementação, devendo conter todas as informações necessárias permitindo a análise e a avaliação necessárias.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pelo Diretor de Governança para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Transações entre Partes Relacionadas.

O Diretor de Governança deverá obter todas as informações necessárias para a análise e classificação das Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política de Transações entre Partes Relacionadas.

O Diretor de Governança poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria, com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos da Política de Transações entre Partes Relacionadas.

Antes de celebrar qualquer Transação com Partes Relacionadas, salvo se a Transação com Partes Relacionadas for aprovada pelos acionistas em assembleia geral realizada de acordo com a lei, o procedimento descrito na Política de Transações entre Partes Relacionadas deve ser seguido, sendo que:

- (i) Todas as Transações com Partes Relacionadas no Curso Normal dos Negócios e que não envolvam Valores Relevantes deverão ser formal e previamente aprovadas pela Diretoria, de forma colegiada e mediante aprovação da maioria de seus membros, e comunicadas ao Comitê de Auditoria após a assinatura da Transação com Partes Relacionadas;
- (ii) As Transações com Partes Relacionadas fora do Curso Normal dos Negócios, isto é, as Transações com Partes Relacionadas que não se destinem diretamente à realização das atividades que constituem o objeto social da Companhia, e desde que não envolvam Valores Relevantes, ou seja, que não supere (a) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) corrigido no dia 1º de janeiro de cada ano conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE); ou (b) 1%

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(um por cento) do ativo total da Companhia, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia aprovadas por sua assembleia geral, deverão ser aprovadas formal e previamente pela Diretoria, de forma colegiada e mediante aprovação da maioria de seus membros, com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria; e

- (iii) As Transações com Partes Relacionadas, que envolvam Valores Relevantes, sejam celebradas no curso normal dos negócios ou não, deverão ser formal e previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Ética e Conduta, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões dos colaboradores da Companhia, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional. A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Companhia dispõe de canal de denúncia disponível 24 horas/dia, 365 dias por ano, com opção de manifestação/denúncia anônima.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado.

As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência, sendo que as transações dentro do curso normal dos negócios são descritas a seguir.

Os saldos mantidos com partes relacionadas referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

A Companhia adquire produtos intermediários e acabados da sua controlada Coteminas S.A., sendo as transações efetuadas a preços de mercado.

A Companhia possui contrato de locação de imóvel onde se situa o seu centro de distribuição e o seu escritório com a Companhia de Tecidos Norte de Minas – CTNM, sua controladora indireta.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de juros cobrados
COTEMINAS S.A.	31/12/2020	1.502,00	R\$ 27.174 mil	R\$ 1.502 mil	31/12/2025	SIM	11,200000
Relação com o emissor	controladora direta do emissor						
Objeto contrato	transações de mútuo						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	transações de mútuo, visando gestão de caixa do grupo						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Devedora (no final do período), porém montante envolvido no período foi como credora. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da Companhia cedente do crédito.						
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	31/12/2020	2.000,00	R\$ 92 mil	R\$ 2 mil	31/12/2025	SIM	11,200000
Relação com o emissor	controladora indireta do emissor						
Objeto contrato	transações de mútuo						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	transações de mútuo, visando gestão de caixa do grupo						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Devedora. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da Companhia cedente do crédito.						
COTEMINAS S.A.	31/12/2020	62.063,00	R\$ -	R\$ 62.063 mil	31/12/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta do emissor						
Objeto contrato	Fornecimento de produtos CAMEBA para revenda pela Companhia. As transações de compra de produtos CAMEBA são necessárias uma vez que a Companhia atua na venda para o varejo de tais produtos. O fornecimento dos produtos CAMEBA é realizado a preço de mercado. O montante envolvido informado para esta transação corresponde ao valor incorrido pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2020.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção	-	-	-	-	-	-
Natureza e razão para a operação	Comercial, compra e vendas de produtos	-	-	-	-	-
Posição contratual do emissor	Outra	-	-	-	-	-
Especificar	Compradora	-	-	-	-	-

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse**

Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Política de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, a Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

De acordo com os termos da Política para Transações com Partes Relacionadas, as pessoas vinculadas à Companhia que tenham conflito de interesses em relação a uma potencial transação (inclusive com partes relacionadas) deverão se abster de participar de quaisquer atos relacionados à emissão de opinião ou à aprovação da referida transação, devendo a referida abstenção ser registrada na ata da respectiva reunião.

De acordo com Política para Transações com Partes Relacionadas, os administradores e os diretores não estatutários deverão informar ao Diretor de Governança da Companhia qualquer operação prevista de que tome conhecimento que possa ser qualificada como uma Transação com Partes Relacionadas, contendo todas as informações necessárias permitindo a análise e a avaliação necessárias.

O Diretor de Governança deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas. O Diretor de Governança poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria, com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nos termos da Política de Transação com Parte Relacionadas, as transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por análises prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se condições de mercado.

Para garantir a comutatividade, as potenciais transações com partes relacionadas devem ser previamente comunicadas, por escrito, ao Diretor de Governança, que reportará as mesmas ao Comitê de Auditoria, Diretoria, e Conselho de Administração, de acordo com os critérios definidos na Política de Transação com Parte Relacionadas.

Na análise das Transações com Partes Relacionadas e no fornecimento de informação para a sua decisão ou seu parecer sobre os méritos da Transação com Partes Relacionadas, conforme aplicável, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, se pertinente, deverão considerar os critérios que considerem relevantes para a análise da transação, em especial:

- (a) se há motivos claros que justifiquem, do ponto de vista comercial da Companhia, a realização da Transação com Partes Relacionadas;
- (b) se a transação foi negociada em Condições de Mercado;
- (c) se existem alternativas de mercado à Transação com Partes Relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos;

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

- (d) se foi realizado um procedimento de tomada de preços, processo competitivo ou tentativa de qualquer outra forma de realizar essa transação com terceiros;
- (e) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação;
- (f) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;
- (g) possíveis disposições ou limitações impostas à Companhia resultantes da celebração da transação ou se a transação incluir qualquer risco em potencial à Companhia (incluindo risco reputacional); e
- (h) extensão da participação da Parte Relacionada na transação, levando em consideração o montante envolvido na transação, a situação financeira geral da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta da participação da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, dentre outros aspectos que considerar relevantes.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 – Outras informações relevantes

As transações com partes relacionadas mencionadas no Item 16.2 foram todas realizadas em condições comutativas.

As transações com partes relacionadas mencionadas no Item 16.2 acima estariam de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, aprovada em 27 de julho de 2021, caso esta estivesse em vigor na data de celebração de tais contratos.

Fornecimento de produtos

A Coteminas S.A. fornece à Companhia determinados produtos de fabricação própria ou de terceiros, os quais são revendidos pela Companhia a seus clientes finais. Nos termos do contrato de fornecimento, a Coteminas S.A. fornece os produtos mediante aceite de ordem de compra emitida pela Companhia especificando os produtos e indicando respectivos prazos de entrega. Os produtos são entregues pela Coteminas S.A. no centro de distribuição da Companhia. As faturas são enviadas pela Coteminas S.A. à Companhia pelo menos 30 dias antes de seu vencimento e o contrato tem prazo de 1 ano, automaticamente renovável salvo notificação prévia, com opção de renovação automática por iguais períodos sucessivos, salvo em caso de notificação prévia de uma das partes pelo menos 30 (trinta) dias antes do termo final.

Compartilhamento de atividades, custos e despesas administrativas

O contrato de compartilhamento de atividades, custos e despesas engloba certos serviços corporativos utilizados pela Companhia que serão realizados por colaboradores da Coteminas S.A. e cujos gastos, consequentemente, serão compartilhados entre a Companhia e a Coteminas S.A. A Companhia esclarece que esses custos e despesas referem-se a serviços e atividades centralizados na Coteminas S.A., tais como suporte adicional de tecnologia da informação, tesouraria e faturamento, contabilidade fiscal, contabilidade societária, contabilidade gerencial, departamento jurídico, compras e serviços administrativos (back office) em geral. Os gastos incorridos serão reembolsados mensalmente em montante prefixado no contrato, o qual poderá ser ajustado com base em relatório gerencial detalhando os custos e despesas incorridos pela Coteminas S.A. As notas de débito para reembolso à Coteminas S.A. serão emitidas até o dia 15 de cada mês e deverão ser quitadas em até 10 dias após seu recebimento. Em caso de inadimplência, a Companhia deverá arcar com correção monetária com base na variação do IPCA entre a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor corrigido. O contrato tem prazo de 2 anos contados de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período mediante notificação da Companhia à Coteminas S.A. pelo menos 30 dias antes do término do prazo.

Locação

A Companhia possui contratos de locação de imóvel celebrados com Coteminas S.A., celebrados em 1º de julho de 2021, para uso exclusivamente comercial, onde se localizam o centro de distribuição e o seu escritório. Os contratos são fixados em valor mensal, corrigidos pela variação do IGPM, ou de outro índice que por determinação dos órgãos governamentais venha a substituí-lo, ou, ainda, índice que reflita a variação da inflação no período, com reajustes anuais. O prazo de locação dos contratos é de 60 meses, com renovação automática.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Contrato de Licenciamento da Marca ARTEX

A Coteminas S.A. concede à Companhia o direito de utilizar a marca ARTEX, pelo prazo de validade de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, sem caráter de exclusividade, para identificar produtos comercializados no seu canal digital www.artex.com.br e em suas lojas próprias ou franqueadas. A concessão é feita a título gratuito, não havendo qualquer valor a ser pago a título de royalties pela Companhia. A exploração da marca ARTEX, no entanto, apenas pode ser explorada no território da República Federativa do Brasil, e é vedado à Companhia, sublicenciar, transferir, onerar, dar em garantia, ou de qualquer outra forma alienar, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações previstos no contrato sem prévia e expressa aprovação por escrito da Coteminas S.A.

Contrato de Licenciamento da Marca PERSONO

A Coteminas S.A. concede à Companhia o direito de utilizar a marca PERSONO, pelo prazo de validade de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, sem caráter de exclusividade, para identificar produtos comercializados no seu canal digital www.artex.com.br e em suas lojas próprias ou franqueadas. A concessão é feita a título gratuito, não havendo qualquer valor a ser pago a título de royalties pela Companhia. A exploração da marca PERSONO, no entanto, apenas pode ser explorada no território da República Federativa do Brasil, e é vedado à Companhia, sublicenciar, transferir, onerar, dar em garantia, ou de qualquer outra forma alienar, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações previstos no contrato sem prévia e expressa aprovação por escrito da Coteminas S.A.

Contrato de Autorização para Operação e Gerenciamento de Marketplace de Canal Digital

A Coteminas S.A. concede à Companhia autorização limitada, não exclusiva e revogável, durante o prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, para operação e gestão do marketplace do canal digital www.santistadecora.com.br, incluindo atividades de armazenamento, logística e distribuição dos produtos que serão comercializados neste canal digital. A concessão é feita a título gratuito, e é vedada à Companhia, a utilização, a qualquer título e sob qualquer forma, de qualquer Propriedade Intelectual da Coteminas S.A., bem como a exploração comercial ou a realização de referências ao contrato ou seu objeto sem a prévia e expressa autorização por escrito da Coteminas S.A.

Todas as informações relevantes sobre as transações relacionadas entre partes relacionadas, incluindo a verificação do caráter comutativo, já estão descritas nesta Seção 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital					
30/06/2021	176.456.995,97		143.460.972	0	143.460.972
Tipo de capital					
30/06/2021	176.456.995,97		143.460.972	0	143.460.972
Tipo de capital					
30/06/2021	176.456.995,97		143.460.972	0	143.460.972
Tipo de capital					
30/06/2021	0,00		700.000.000	0	700.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
02/01/2019	Reunião de Sócios	02/01/2019	87.165.961,05	Subscrição particular	299.008.318	0	299.008.318	2.60761628	0,41	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
		Aporte de Capital								
Forma de integralização										
31/12/2019	Reunião de Sócios	31/12/2019	24.586.227,28	Subscrição particular	358.974.726	0	358.974.726	0,20056097	0,41	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
		Aporte de Capital								
Forma de integralização										
30/11/2020	Reunião de Sócios	30/11/2020	29.277.358,31	Subscrição particular	430.382.917	0	430.382.917	0,198563289	0,41	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
		Aporte de Capital								
Forma de integralização										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)				Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Data aprovação	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento							
27/07/2021	430.382.917		0	430.382.917	143.460.972	0	143.460.972

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve reduções de capital social nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100.000000
Direito a dividendos	<p>Nos termos da Lei das S.A., aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reservas, conforme estabelecido na Lei das S.A. e no Estatuto Social. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.</p> <p>Nos termos do Novo Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido apurado no exercício, obtido após as deduções e/ou destinações previstas no Estatuto Social e na Lei das S.A., montante equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>(i) Liquidação: não há disposição no Novo Estatuto Social que, de maneira especial, estabeleça procedimento para a liquidação da Companhia, aplicando-se, portanto, as regras da Lei das S.A., a qual prevê que os acionistas receberão os pagamentos na proporção de suas participações no capital social;</p> <p>(ii) Resgate: de acordo com a Lei das S.A., as ações de emissão da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas em assembleia geral extraordinária que representem, no mínimo, 50% do capital social da Companhia.</p>
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A.
Outras características relevantes	<p>A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.</p> <p>De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral.</p> <p>A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.</p>

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Limitação ao Direito de Voto

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Obrigação de Realização de Oferta Pública

Alienação de Controle

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar OPA de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Salvo na hipótese de dispensa prevista no Regulamento do Novo Mercado, caso, em Assembleia Geral, seja aprovado o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o Acionista Controlador ou a Companhia deverá efetivar OPA pertencentes aos demais acionistas Companhia, sendo que o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo apurado em laudo de avaliação, elaborado de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Atingimento de Participação Relevante

Ademais, o artigo 38 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de nossa emissão (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão), em quantidade igual ou superior a 25% do capital social, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos demais acionistas da Companhia (“OPA por Atingimento de Participação Relevante”). O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser o maior valor entre: (a) o preço justo, entendido como o valor de avaliação da Companhia, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme laudo de avaliação preparado por instituição de reputação internacional, experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, assegurada a revisão do valor da oferta na forma do § 3º do Artigo; (b) 125% do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA de Proteção nos termos do Artigo, devidamente atualizado pelo IGP-M ou por índice de base equivalente que o venha a substituir, até o momento do pagamento; e (c) 125% da cotação unitária média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 dias anterior à publicação do edital da OPA de Proteção.

Proteção da Dispersão da Base Acionária

Qualquer Acionista Comprador (conforme definição abaixo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, inclusive por força de usufruto que lhe assegure direitos políticos de sócio, em quantidade igual ou superior a 25% do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“OPA de Proteção”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários, os regulamentos da B3 e os termos do Capítulo IX do Estatuto Social.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA de Proteção (“Preço da Oferta”) deverá ser o maior valor entre:

- (a) o preço justo, entendido como o valor de avaliação da Companhia, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme laudo de avaliação preparado por instituição de reputação internacional, experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, assegurada a revisão do valor da oferta na forma do § 3º do Artigo;
- (b) 125% do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA de Proteção nos termos deste Artigo, devidamente atualizado pelo IGP-M ou por índice de base equivalente que o venha a substituir, até o momento do pagamento; e
- (c) 125% da cotação unitária média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 dias anterior à publicação do edital da OPA de Proteção.

A OPA de Proteção deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02 ou norma que venha a substituí-la:

- (a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (b) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;
- (c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;
- (d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, ressalvado o disposto no § 5º do Artigo;
- (e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional; e
- (f) ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, elaborado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, preparado por instituição de reputação internacional, experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, e que não tenha conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções.

Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% das ações da Companhia, excetuadas neste cômputo as ações de titularidade do Acionista Comprador, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia especial dos acionistas titulares das ações para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da Oferta, cujo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido na alínea (f) do § 2º do Artigo 38 do Estatuto Social, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da B3 e nos termos do Capítulo IX do Estatuto Social.

Na Assembleia especial referida no § 3º do Artigo 38 do Estatuto Social, somente poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Acionista Comprador.

Caso a Assembleia especial referida no § 3º do Artigo 38 do Estatuto Social, delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da OPA de Proteção, poderá o Acionista Comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos Arts. 24 e 28 da Instrução CVM nº 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da data da mesma Assembleia especial.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A exigência de OPA de Proteção prevista no *caput* do Artigo 38 do Estatuto Social, não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular outra oferta pública concorrente ou isolada, nos termos da regulamentação aplicável.

As obrigações constantes do Art. 254-A da Lei nº 6.404/76, e nos Artigos 36 e 37 do Estatuto não excluem o cumprimento pelo Acionista Comprador das obrigações constantes do Artigo 38 do Estatuto Social.

O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 25% do total das ações de sua emissão, em decorrência:

- (a) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da Companhia por uma outra sociedade;
- (b) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações da Companhia por uma outra sociedade;
- (c) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos do estatuto; ou
- (d) de OPA de Proteção que atenda ao disposto no Artigo 38 do Estatuto Social.

O disposto no Artigo 38 do Estatuto Social não se aplica, ainda, aos acionistas da Companhia que forem titulares de 25% ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data do seu registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários e respectivos sucessores, inclusive e em especial os acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios/acionistas dos referidos acionistas controladores que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias, aplicando-se, portanto, exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após a obtenção do seu registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários e o início da negociação das ações de emissão da Companhia na B3.

Publicado qualquer edital de OPA de Proteção, formulado nos termos deste Artigo, incluindo a determinação do Preço da Oferta, ou formulado nos termos da regulamentação vigente, o Conselho de Administração deverá reunir-se, no prazo de 10 dias, a fim de apreciar os termos e condições da OPA de Proteção, obedecendo aos seguintes princípios:

- (a) o Conselho de Administração poderá contratar assessoria externa especializada, que atenda ao disposto na alínea (e) do § 2º, com o objetivo de analisar a conveniência e oportunidade da oferta, no interesse geral dos acionistas e do segmento econômico em que atuam as controladas da Companhia; e
- (b) caberá ao Conselho de Administração divulgar, justificadamente, aos acionistas o seu entendimento acerca da conveniência e oportunidade da OPA de Proteção.

Para fins do cálculo do percentual de 25% do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* do Artigo 38 do Estatuto Social, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Na hipótese de o Acionista Comprador não cumprir as obrigações impostas pelo Artigo 38 do Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (*i*) para a realização ou solicitação do registro da OPA de Proteção; ou (*ii*) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador, conforme disposto no Art. 120 da Lei n.º 6.404/76.

Para fins do Estatuto Social, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

- (a) “Acionista Comprador” significa qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Comprador e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Comprador, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Comprador, qualquer pessoa (*i*) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por tal Acionista Comprador; (*ii*) que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Comprador; (*iii*) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Comprador; (*iv*) na qual o controlador de tal Acionista Comprador tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social; (*v*) na qual tal Acionista Comprador tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social; ou (*vi*) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social do Acionista Comprador.
- (b) “Acionista Controlador” significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerce o Poder de Controle da Companhia.
- (c) “Poder de Controle” ou “Controle” significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
- (d) “Grupo de Acionistas” o grupo de duas ou mais pessoas (*i*) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (*ii*) entre as quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (*iii*) sob Controle Comum; ou (*iv*) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum (*a*) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital social da outra pessoa; e (*b*) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem (*x*) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (*y*) tenham em comum a maioria de seus administradores.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, uma vez que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 – Ofertas públicas de distribuição

Não houve ofertas públicas de distribuição relativa a valores mobiliários da Companhia efetuadas nos últimos 3 exercícios sociais.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 – Destinação de recursos de ofertas públicas

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 – Ofertas Públicas de Aquisição

Não houve oferta pública de aquisição feita pela Companhia a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – Outras informações relevantes – Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuía planos de recompra nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos três exercícios.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 – Outras Informações Relevantes – recompra / tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	27/07/2021
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Companhia, seus Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas criados por disposição estatutária, as Controladas e Coligadas da Companhia, e, conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição no Controlador, nas Controladas ou nas Coligadas, tenha ou possa vir a ter acesso a Ato ou Fato Relevante, incluindo empregados, colaboradores ou outros acionistas da Companhia, bem como terceiros que, em razão de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição.
Principais características e locais de consulta	
<p>A Política de Negociação de Valores Mobiliários visa estabelecer as regras, procedimentos e diretrizes a serem observadas pela Companhia, pelas Pessoas Vinculadas e demais indivíduos que compõem o quadro profissional da Companhia no que tange à negociação de Valores Mobiliários.</p> <p>A Política de Negociação de Valores Mobiliários está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e (ii) da Companhia (ri.ammovarejo.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Paulista 1754, 2^a sobreloja, Ala B, Cerqueira César, CEP 01310-920, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.</p>	
Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>As Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações, direta ou indiretamente, com valores mobiliários nos casos previstos abaixo, nos termos da Instrução CVM nº. 358/02:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) antes da divulgação ao mercado de Informação Relevante, de que tenham conhecimento, relacionado aos negócios da Companhia; (ii) tratando-se de Administradores, quando se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de fatos relevantes originados durante seu período de gestão, e até: (i) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (ii) a divulgação ao público do respectivo fato relevante, o que ocorrer primeiro; (iii) quando tomarem conhecimento de intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) em relação aos controladores e Administradores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de valores mobiliários pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se tiver sido outorgada opção ou mandato para esta finalidade; (v) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação ITR e DFP, e no próprio dia da divulgação antes que se torne pública, conforme exigido pela CVM; e (vi) nos Períodos de Bloqueio fixados pelo Diretor de Relação com Investidores. <p>Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá fixar Períodos de Bloqueio aplicáveis a todas ou determinadas Pessoas Vinculadas, mediante comunicação enviada às Pessoas Vinculadas que indique expressamente os termos inicial e final do Período de Bloqueio.</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, os destinatários das determinações de proibição de negociação emitidas pelo Diretor de Relação com Investidores devem abster-se de negociar os valores mobiliários durante todo o Período de Bloqueio fixado, mantendo absoluta confidencialidade sobre tais determinações e avisos.</p>

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

As restrições contidas nesta Política não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Vinculadas, conforme estabelecido na Instrução da CVM nº. 358, desde que:

- (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e
- (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002, até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (vide item 21.2), aprovada em reunião do Conselho de Administração de 27 de julho de 2021, que visa estabelecer as regras a serem observadas no que tange à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo de informações ainda não divulgadas pela Companhia ao público e ao mercado em geral.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”), aprovada pelo Conselho de Administração, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de julho de 2021, tem como objetivo estabelecer as regras a serem observadas no que tange à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo de informações ainda não divulgadas pela Companhia ao público e ao mercado em geral.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do Diretor de Relações com Investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita, pelo Diretor de Relações com Investidores, de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

Controladores, Administradores, e membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas, que tenham conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverão proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores, de forma a garantir a imediata divulgação da Informação Relevante. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do artigo 6º da Instrução CVM nº 358/02), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, estas somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

O ato ou fato relevante deve ser divulgado ao público por meio (i) da página na rede mundial de computadores do Jornal Valor Econômico, (<https://valor.globo.com/valor-ri/fatos-relevantes>); (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (www.ammovarejo.com.br/ri); (iii) do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM (Sistema IPE); e (iv) da página na rede mundial de computadores das Bolsas de Valores onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação.

Não obstante a divulgação de Informação Relevante pelos canais de comunicação acima mencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida do ato ou fato relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa do ato ou fato relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

A Informação Relevante deverá ser, sempre que possível, divulgada previamente ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura da sessão de negociação, tal divulgação deverá ser realizada, conforme previsto no Manual do Emissor.

Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando: (i) no caso de incompatibilidade entre horários de diferentes países, o horário de funcionamento do mercado brasileiro, e (ii) na hipótese de incompatibilidade entre diferentes Bolsas de Valores no Brasil, o horário de funcionamento da Bolsa de Valores onde a Companhia esteja primariamente listada.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante.

Exceção à imediata divulgação de informação relevante

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco o interesse legítimo da Companhia. A Companhia poderá optar por submeter à apreciação da CVM a questão acerca da divulgação de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escape ao controle da Companhia ou, na situação em que uma Informação Relevante ainda não tenha sido divulgada, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

Na hipótese de não divulgação de Ato ou Fato Relevante por decisão dos Controladores ou Administradores, estes, em caso de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica, ficam obrigados a realizar a divulgação pertinente diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores.

Dever de guardar sigilo

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escapou ao controle da Companhia ou, ainda, na situação em que um Ato ou Fato Relevante ainda não tenha sido divulgado, tenha ocorrido oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

É vedado às Pessoas Vinculadas fornecer ou comentar na mídia, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet ou redes sociais, qualquer Informação Privilegiada a qual tenham tido acesso em razão do cargo ou posição que ocupam até sua divulgação ao público bem como realizar qualquer manifestação pública a respeito de notícias publicadas pela imprensa sobre questões tratadas em reuniões dos órgãos da Administração ou de qualquer unidade administrativa da Companhia que não tenham sido objeto de prévio pronunciamento oficial por intermédio do Diretor de Relações com Investidores.

O dever de sigilo previsto nesta Política se aplica também aos ex-Administradores e ex-membros do Conselho Fiscal e de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, que tenham se afastado antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado em geral.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores. Não obstante, caso os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 21.